

**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais**

Eneida Canêdo Guimarães dos Santos

**MULHER COMERCIÁRIA E SINDICALISMO:
Relações de Gênero, Relações de Poder
(um estudo de caso em Belém do Pará)**

**Belém-Pará
2008**

Eneida Canêdo Guimarães dos Santos

MULHER COMERCIÁRIA E SINDICALISMO:

Relações de Gênero, Relações de Poder

(um estudo de caso em Belém do Pará).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Identidade, Etnicidade e Gênero.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Luzia Miranda Álvares
Área de concentração em Sociologia.

Belém-Pará
2008

Santos, Eneida Canêdo Guimarães dos

Mulher comerciária e sindicalismo: relações de gênero, relações de poder (um estudo de caso em Belém do Pará) / Eneida Canêdo Guimarães dos Santos; orientadora, Maria Luzia Miranda Álvares. - Belém, 2008

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

1. Mulheres nos sindicatos - Belém (PA). 2. Mulheres na política. 3. Sindicalismo - Belém (PA). I. Título.

CDD - 22. Ed. 331.88098115

ENEIDA CANÊDO GUIMARÃES DOS SANTOS

MULHER COMERCIÁRIA E SINDICALISMO:

Relações de Gênero, Relações de Poder

(um estudo de caso em Belém do Pará).

Dissertação orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Maria Luzia Miranda Álvares DCP/CFCH/UFPA e apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Maria Luzia Miranda Álvares/DCP/CFCH/UFPA

Aprovada em: 30/03/2009.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Angélica Motta Maués

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Às netas

Clara Aline dos Santos Panzera

Clarice Favacho Panzera

Ao neto

Camilo Mira Panzera

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que apoiaram a realização desta dissertação, sou muito agradecida! Ao Mauro Guimarães Panzera que preocupa quando me falta algo; ao Jorge Luiz Guimarães Panzera, propôs e esteve mais próximo deste empreendimento; e, ao Maurício Guimarães Panzera que preenche minha alma. Filhos que me causam felicidade.

Agradeço a Prof^ª. Dr^ª. Maria Luzia Miranda Álvares, minha orientadora que me exigiu o estudo, a reflexão e o aprofundamento crítico em cada tema explorado. Com vigilância, paciência e pulso firme, a cada etapa decisória indicou os caminhos a percorrer, a considerar cada elemento, articular idéias, ampliar informações e ciência.

Aos funcionários e as funcionárias, professores e professoras do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, entre os quais destaco as Profas. Dras. Maria Angélica Alberto e Maria Angélica Motta Maués pelas contribuições apresentadas ao Projeto de Pesquisa. Do mesmo modo, a esta última juntamente com a Prof^ª. Dr^ª. Rosa Elizabeth Acevedo Marin, participantes da Banca Examinadora e incluíram conhecimento.

A Armintos Pereira da Silva, Gracilene Costa da Silva, Ilda Lima Meiguins, Ivan Duarte Pereira, Jurandir Araújo Albuquerque, Luzia Ribeiro de Melo, Lucicleide da Silva Ribeiro, Maria Dionéia Ribeiro dos Reis, Vera Lucia Pacheco e Virgílio Nunes Silvestre, diretores e diretoras do Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará (SEC/PA) que somaram conteúdo empírico a este trabalho. À funcionária Dona Edna Lima de Lima e sua gentil paciência diante da minha insistência no contato com os/as dirigentes sindicais.

Ao José Francisco Pantoja Pereira, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Pará, através do qual foi possível liberar a fonte de informações.

Ao Raimundo Moacir Martins (Coruja) ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil de Belém e Ananindeua, atual integrante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), por suas observações sobre o sindicalismo.

Por fim, agradeço à direção estadual do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) à dispensa dos compromissos partidários me proporcionou dedicar tempo para a elaboração final desta dissertação, considerando-se a atualidade do saber teórico sobre a questão da mulher.

Um desejo a alcançar:

*“De mãos dadas com o homem de sua classe,
a mulher proletária luta contra a sociedade capitalista.”*

Clara Zetkin - Congresso de Gotha,

Berlim, 1896.

RESUMO

Esta dissertação pesquisa a participação sociopolítica das comerciárias na direção do Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará - SEC/PA fundado em 1926. Em 1954-1956 a primeira mulher assume uma diretoria seguindo-se hiatos dessa presença; 1963-1965 participam três mulheres e novo hiato; 1972-1984, quatro sindicalistas assumem o poder. Na atualidade são oito mulheres entre dezenove diretores, ao todo 116 homens e 18 mulheres na direção. Interessa avaliar os condicionantes dessa situação, supondo-se que a sub-representação feminina deve-se às atividades extra-profissionais e ao padrão cultural sexista persistente nas instituições. Baseado na análise de gênero bidimensional de Fraser, conclui-se que a baixa presença feminina no poder sindical articula-se a fenômenos explicitados nas respostas das lideranças sobre representações dos papéis masculino/feminino desmistificando a ideologia do trabalho feminino como apoio ao masculino. Embora sendo o espaço sindical masculino e nele transitem os dois sexos, urge criar condições paritárias numa junção classe/gênero pautando na agenda sindical demandas femininas, assim gênero faz diferença.

ABSTRACT

This dissertation research to social and political participation of business in the direction of the Trade Union of Employees of Pará - SEC / PA founded in 1926. In 1954-1956 the first woman takes a board according to presence of gaps; 1963-1965 involved three women and a new gap, 1972-1984, four union leaders take power. Currently eight are women between nineteen directors, in all 116 men and 18 women in direction. Appropriate to evaluate the constraints of the situation, assuming that the under-representation of women is due to extra-professional activities and the pattern continued in the sexist cultural institutions. Based on analysis of two-dimensional genus of Fraser, concluded that the low presence of women in trade union power is based on responses to phenomena out of leadership roles on representations of male / female demystify the ideology of women as support to men. Although the space union men and to pass the two sexes, need to create conditions in a joint junction class / gender agenda based on union demands female, so gender makes a difference.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Distribuição de estabelecimentos industriais em série de anos e de números de operários correspondente no Brasil.....	41
Quadro 02	Indústria paraense: número de estabelecimentos, capital empregado e número de operários entre 1940 A 1980.....	52
Quadro 03	Distribuição dos dados de Identificação dos Líderes Sindicais membros da diretoria do SEC/PA – Gestão 2006-2010.....	104
Quadro 04	Distribuição da situação da moradia dos/as dirigentes sindicais.....	110
Quadro 05	Distribuição dos dirigentes sindicais por sexo, inserção/ano no mercado de trabalho no comércio, função e salário - Gestão 2006 – 2010.....	111
Quadro 06	Distribuição dos dirigentes sindicais por sexo, primeira atividade e renda atual Gestão 2006-2010.....	112
Quadro 07	Distribuição dos dirigentes sindicais por sexo, ocupação e função no SEC/PA. Gestão 2006-2010.....	114
Quadro 08	Distribuição dos dirigentes sindicais por sexo, atuação social e tipo de movimento. Gestão 2006-2010.....	117
Quadro 09	Distribuição do histórico dos dirigentes sindicais por nome, sexo, tempo de gestão, quantidade de mandatos, quem convidou para se filiar ao sindicato. Gestão 2006-2010.....	118
Quadro 10	Distribuição da Composição das Diretorias por sexo e cargos do SEC/PA. Gestões 1990 - 1994 e 1994-1998.....	120
Quadro 11	Distribuição da Composição das Diretorias por cargos do SEC/PA. Gestões 1994 – 1998; 1998 – 2002; 2002 – 2006; 2006 – 2010.....	122
Quadro 12	Distribuição dos dirigentes sindicais por sexo, ano de inserção no mercado de trabalho (MT), ano de filiação ao sindicato(S) e ano de ingresso na diretoria do SEC/PA(D). Gestão 2006-2010.....	126
Quadro 13	Distribuição de questões sobre as demandas sociais e necessidades das mulheres.....	130
Quadro 14	Distribuição das questões relacionadas à situação da mulher no SEC/PA.....	133
Quadro 15	Distribuição das questões sobre as atividades domésticas entre os/as Diretores/as do SEC/PA.....	141

Quadro 16	Dirigentes sindicais por sexo e questões relacionadas ao trabalho doméstico.....	143
-----------	--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Distribuição dos mandatos entre os comerciarios/as sindicalizados na estrutura sindical do SEC/PA - de 1926 a 1965.....	88
Figura 02	Distribuição dos mandatos entre os comerciarios/as sindicalizados na estrutura sindical do SEC/PA – décadas de 1960/1970/1980.....	91
Figura 03	Distribuição dos mandatos entre os comerciarios/as sindicalizados/as na estrutura sindical do SEC/PA – período de 1985 a 2010.....	95
Figura 04	Comparativo por sexo da presença das comerciárias paraenses na estrutura de poder do SEC/PA, desde a sua fundação a atualidade: 1926-2010.....	97
Figura 05	Distribuição da participação da população economicamente ativa 1950 a 2000.....	100
Figura 06	Estado civil dos/as dirigentes sindicalistas.....	106
Figura 07	Número de filhos dos/as dirigentes sindicalistas.....	107
Figura 08	Escolaridade dos/as dirigentes sindicalistas.....	108
Figura 09	Religião dos/as dirigentes sindicalistas.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Distribuição da força de trabalho feminino por setor de produção - Brasil 1920.....	61
Tabela 02	Média da distribuição anual da Renda Interna por Setores no Pará 1965-1970 e 1973.....	74

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
CAT – Central Autônoma de Trabalhadores
CBB – Comissão de Bairros de Belém
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CMB – Centro da Mulher Brasileira
CONCLAT – Congresso das Classes Trabalhadoras
COB – Confederação Operária Brasileira
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCCIM – Delegacia de Crimes Contra a Integridade da Mulher
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
FEMECAM – Federação Metropolitana de Centros Comunitários Associações de Moradores
FETRACOM/PA – Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado do Pará
FS – Força Sindical
FT – Força de Trabalho
MP – Meios de Produção
MIA – Movimento Intersindical Anti-Arrocho
ONU – Organização das Nações Unidas
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PUA – Pacto de Unidade e Ação
SEC/PA – Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado do Pará
SINCVAPA - Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado do Pará
SINTCLOBE - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio
SOMTIMABE – Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Madeira e de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras, Compensados e Laminados, Chapa de Fibra de Madeiras, Móveis de Junco, Vime e Vassouras, Cortinados, Escova e Pincéis de Belém, Icoaraci e Mosqueiro
STMATE - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Louças, Tintas, Ferragens e Materiais de Construção
UCG – Universidade Católica de Goiás
UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE SIGLAS	12
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	16

PARTE I

CAPÍTULO 1

1. “PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!”	30
1.1. Contexto da organização dos trabalhadores: o sindicato como expressão de luta.	31
1.1.1. As teorias clássicas do sindicalismo e a formação dos sindicatos.	33
1.1.2. As trabalhadoras e as dificuldades de presença no sindicato.	35
1.2. A organização sindical no Brasil agrário para urbano e a expansão da pobreza.	39
1.2.1. A herança colonial, implantação industrial e a nascente classe trabalhadora.	41
1.2.2. As primeiras formas de união dos trabalhadores e a influência dos imigrantes.	42
1.2.3. Sindicalismo no Brasil, ação do capital e reação dos trabalhadores.	43
1.2.3.1. As centrais sindicais diante da crise do capitalismo.	48
1.3. Panorama do setor produtivo, a nova elite e as representações de classe.	51
1.3.1. A criação dos sindicatos na cidade de Belém.	53
1.3.2. Os/as empregados/as no comércio de Belém e sua organização.	56
1.4. As trabalhadoras os desafios e os avanços na participação política feminina.	60
1.4.1. Movimento de mulheres e movimento sindical, práticas que se encontram.	64

PARTE II

CAPÍTULO 2

2. TRABALHO & SINDICATO NAS EMPRESAS COMERCIAIS DO PARÁ	68
2.1. Entre as teorias e as características do trabalho no setor do comércio	69
2.1.1. Trabalho & Comércio em Belém	72
2.1.2. A importância do comércio e a rotina no “salão das lojas”	75
2.2. O SEC/PA, a FETRACOM/PA e a articulação sindical	78
2.2.1. Os primeiros anos da FETRACOM do regime militar a Constituição/1988	80
2.2.2. O desmembramento do SEC/PA e fortalecimento da FETRACOM/PA	82
2.2.3. FETRACOM/PA no limiar do século XX e o poder sindical	85
2.3. A estrutura de poder do SEC/PA hiatos e presença das mulheres	86
2.3.1. Vitória a presença da primeira mulher na estrutura de poder do SEC/PA	89
2.3.2. Em tempos de restrições gesta-se na sociedade projeto pela igualdade	91
2.3.3. Desde a Década da Mulher e os avanços da presença feminina no SEC/PA	95

CAPÍTULO 3	
3. SINDICATO & PODER: O GÊNERO FAZ A DIFERENÇA?	99
3.1. Perfil dos/as dirigentes sindicais comerciários, lideranças do SEC/PA	100
3.1.1. Antecedentes sociais, identificação e dados sócio-econômicos das lideranças	104
3.1.2. Dirigentes sindicais comerciários do Pará e as funções ocupadas no SEC/PA	113
3.2. Trajetória política dos/as dirigentes, a presença das mulheres no SEC/PA	115
3.3. A presença feminina no SEC/PA significa avanços para as comerciárias?	128

PARTE III

CAPÍTULO 4	
4. O PODER NO SINDICATO: GÊNERO & HISTÓRIAS	137
4.1. Líderes sindicalistas comerciárias/os: trajetórias & histórias & vida	138
4.1.1. Cargo de direção & Tarefa doméstica	139
4.1.2. Articulando a esfera pública ao espaço privado	144
4.2. Tratando do que fazer: entre p(l)anos & políticas	150
4.3. A representação sindical feminina, os espaços de decisão e as políticas de interesse.	153
4.3.1. As políticas de representação, as práticas e a “prestação de contas”.	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	169
ANEXOS	176

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é resultado da pesquisa sobre a participação sócio-política de mulheres comerciárias no Sindicato dos Empregados do Comércio do Pará – SEC/PA, que desde a década de 1990 ampliam presença nesses espaços, indagando-se se gênero faz a diferença. Três razões contribuíram para a escolha do tema, uma de caráter pessoal; outra de cunho político; e a terceira, especificamente acadêmica.

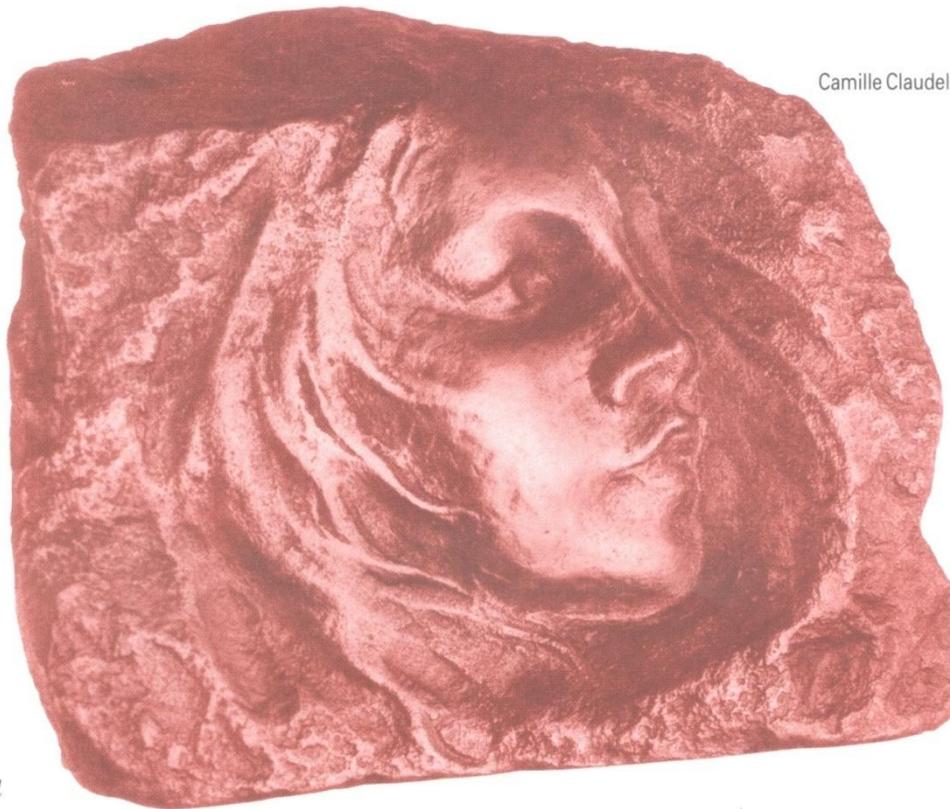
No primeiro caso, minha primeira experiência de trabalho extra ao doméstico foi no comércio. Ainda auxiliava minha mãe nas tarefas do lar e desconhecia a distinção entre privado e público. Ela, dona Ligia Canêdo Guimarães, como mulher, não se submetia à dominação masculina, resistência que tornou a vida conjugal conflituosa. Na década de 1960, ainda jovem, trabalhei numa empresa de venda de passagens aéreas em Goiânia, a Onitrans, administrada pelo meu pai Enéas Gomes dos Santos, embora um ambiente familiar, a experiência de trabalho “fora” ampliou minha visão de mundo e relações sociais.

No segundo caso, meu compromisso com a luta feminista emancipacionista, um esforço para conquistar a paridade entre os sexos, resistência as injustiças visando à construção de outra estrutura societária garantindo equidade entre as pessoas e valorização da mulher. Penso que o envolvimento em formas coletivas, como a prática sindical, seja um dos caminhos rumo às transformações sociais. Há tempos busco me afirmar como mulher política na perspectiva mudancista, unindo, no sentido, mulheres e homens.

No terceiro caso, a investigação da presença de mulheres ocupantes de espaços políticos, o lado acadêmico no olhar da sociologia indagando, a participação de mulheres nos espaços públicos, faz a diferença? Presença que avança de um modo geral, mas, há ainda disparidade entre os gêneros nesses níveis de representação. Este estudo é importante, pois, identifica obstáculos que circulam na convivência das mulheres entre o lar (família), trabalho e o campo político, indica fatores determinantes no alcance de cargos públicos ao averiguar se gênero faz a diferença. Espera-se contribuir para novas relações societárias.

Oportunamente, cada capítulo antecipa reproduções de esculturas de Camille Claudel (1864-1943), genial artista plástica francesa (século XIX) que destoava do espaço permitido às mulheres. Há também, uma de Auguste Rodin (1840-1917) outro gênio da escultura, seu mestre e amado. Ambos merecem admiração, embora constituíssem um par discordante.

INTRODUÇÃO



Camille Claudel

O processo de trabalho tem sido uma das atividades mais significativas para a humanidade. Ato que dá sentido à vida, fonte da riqueza social, ao mesmo tempo, proporciona significância às mulheres e aos homens como pessoas humanas. Trabalhar no comércio, um dos motes desta dissertação, além da importância do comércio para a cidade, ajudou na decisão sobre o tema que avançou para o movimento social, a organização sindical da categoria com recorte de gênero - o estudo de caso sobre as mulheres empregadas no comércio de Belém. Estas, sindicalizadas, exercem cargos de direção na entidade da categoria e participam dos processos sindicais, contudo, sub-representadas nesses espaços.

A organização dos comerciários tem história inscrita no movimento sindical do Estado, em particular na capital, desde o final do século XIX e início do XX quando surge com a denominação de União Beneficente dos Auxiliares do Comércio de Belém agrupando comerciários da cidade. Ao transformar-se em entidade sindical (30/10/1926) com nova designação, constituiu-se no órgão defensor dos interesses da classe trabalhadora comerciária. Em junho de 1959 obtém Carta Sindical, amplia a extensão territorial ao Estado do Pará¹ e altera a denominação para Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará - SEC/PA. Então filiado a Federação dos Trabalhadores no Comércio do Norte e Nordeste até 1964.

Da sua fundação e durante a Era Vargas (1930-1945) não há presença feminina na direção do SEC/PA, mas em 1954 ocupa uma diretoria como 2ª Secretária a sindicalista Guiomar Gonçalves Moreira, primeira mulher comerciária, gestão 1954-1960, sendo presidente Victal da Silva Motta. Segue um hiato dessa presença até 1963-1965, quando três comerciárias ocupam cargos de direção. Com o regime militar (1964) há ausência feminina em cargos de direção até início da década de 1970, e, nas gestões de 1972-1975, 1975-1978, 1978-1981 e 1981-1984 as mulheres (em minoria) se acham presentes nesses cargos, seguindo novamente ausência feminina até a década de 1990 quando inaugura mudanças com ascendência desta presença. As mulheres ocupam cargos mais valorizados como vice-presidência e até presidência do SEC/PA.

Discordâncias internas acirram conflitos intra e inter-sindicalistas mediados pelo Tribunal de Justiça do Estado – TJE, levando a suspensão do mandato do então presidente do SEC/PA e a formação de uma Junta Governativa. Duas chapas disputam a direção, a encabeçada pela anterior vice-presidente Maria Dionéia Ribeiro dos Reis sai vitoriosa com

¹Cf. BARROS, 2007. Em 1957 foi concedida a extensão da base territorial do município de Belém para o Estado do Pará e Território Federal do Amapá e passa a denominar-se Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado do Pará e Território Federal do Amapá, entretanto a criação do Sindicato dos Empregados no Comércio do Território Federal do Amapá em agosto de 1959 leva o SEC/PA a receber a atual denominação.

apoio da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado do Pará – FETRACOM. Esta entidade geral exerce influência política no SEC/PA desde sua fundação (1964), cujo então mandato coincide com o fim de um ciclo de 26 anos de hegemonia do SEC/PA na sua direção, iniciando-se o desmembramento da categoria, com a criação de novos sindicatos por ramos distintos no setor do comércio, os quais se filiam a Federação.

Coincidentemente, desde a data em que uma mulher ocupou a presidência até a atualidade, não se apresenta movimento de oposição ao grupo dirigente. Ela reconduzida para gestões subseqüentes (1998/2002 e 2002-2006) sofre eventual acidente em 2002 e o vice-presidente respondeu interinamente pelo mandato. Entretanto, para a gestão 2006-2010 esta indica outro sucessor, e constituem a atual direção numa composição mista, sendo oito mulheres em dezenove membros. Em quarenta e três anos de história constam 18 mulheres e 116 homens participantes da direção do SEC/PA.

A inexpressiva presença de sindicalizadas em cargos de direção torna-se peça-chave para essa investigação. Considera-se que as relações de gênero no movimento sindical implicam relações de poder na direção, observando a partir da década de 1990 dois movimentos: a permanência da presença feminina e o acréscimo desta presença na direção. Indaga-se se gênero faz a diferença, e qual a qualidade dessa representação feminina.

Celeste Medeiros (1989) em pesquisa sobre a mulher trabalhadora no comércio varejista em 100 empresas do ramo (1986-1987) percebeu as relações patrão-empregada e empregada-cliente no “salão das lojas”² de Belém. Apresenta a mão-de-obra feminina em proporções crescentes entre os anos: 1950 1970 e 1980 respectivamente, 9,7% 17,2% e 27,1%³ e detecta a concentração destas no setor de vendas. Expõe uma situação dicotômica, em que, para algumas comerciárias o trabalho fora do lar *se apresenta como meio de libertação, de ruptura com o confinamento doméstico* (MEDEIROS, 1989: 251), embora há as que declarem responsáveis pela tarefa doméstica. A propósito de a situação de exploração no trabalho a autora comenta sobre a ausência do sindicato.

Patrícia Trópia (2000) evidencia relações políticas da categoria sobre o ângulo do sindicato em atitudes conservadoras identificando o “sindicalismo de resultados”. Esta autora afirma que, na atualidade, esse segmento distingue-se pela segregação de suas organizações e pelas formas de luta com baixo índice de sindicalização, tendência à rejeição aos partidos

² Cf. MEDEIROS (1989), expressão utilizada referindo-se ao espaço de trabalho no comércio.

³ Censos Demográficos do IBGE.

operários e recusa da greve como forma de luta. Afirma que no geral, os comerciários priorizam as negociações e rejeitam o conflito.

Buscou-se informação que delineasse as ações das mulheres no contexto histórico-social na cidade de Belém, observando nos estudos de Vicente Salles (2005) a presença de escravas vendedoras de especiarias, doces e frutas circulando as ruas da cidade após a libertação dos escravos. Fato que sugere as primeiras atividades de mulheres no comércio.

Para averiguar a criação das organizações operárias foram pesquisados impressos que circulavam durante a Primeira República, quando no comércio se denominavam “caixeiros”. Encontrou-se registro da criação dessas organizações evidenciando o perfil sexista desde sua formação em “A Voz do Caixeiro” (1890), “O Empregado do Comércio” (1890) entre os periódicos que compõem o acervo da Biblioteca do CENTUR.

Haroldo Barros (2007) apresenta elementos sobre a atual entidade dos comerciários, articulações com outras entidades, e relações com o governo paraense. Fornece considerável material para a construção do percurso do SEC/PA desde o surgimento da primeira mulher na direção, hiatos dessa presença feminina e a ampliação nos cargos de direção. Complementou-se com subsídios de autores/a⁴ relativos às questões do sindicalismo e/ou Estado, a implantação das leis controlistas e a invenção do Ministério da Indústria, do Trabalho e do Comércio⁵ (Era Vargas). Considera-se a ação estatal e a reação do movimento sindical com arrojos de democracia intercalados de repressão, a transformação do Brasil rural para urbano-industrial, conseqüências no Pará, prolonga-se até 1990 na atualidade da crise do capitalismo com implicações na organização sindical.

Pesquisou-se sobre a inserção do país na modernidade, o desenvolvimento do comércio, a formação das classes sociais: a trabalhadora e a dominante - fenômenos observados por CRUZ (1964), VEIGA (1984), SANTOS (2000), SARGES (2000), SALLES (2005), entre outros. A literatura local investigada ressalta as estratégias de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, a criação dos sindicatos no Pará, a presença das mulheres no processo de trabalho e as organizações coletivas de mulheres, subsídios extraídos de autoras paraenses como DI PAOLO (1986), MOURÃO (1989), ALVARES (1990, 1998, 2002, 2004, 2005 e 2006) e FONTES (2007). Informações (nacional e internacional) observadas em autoras como RAGO (2000), SCOTT (1989), SAFFIOTI (2000), PENNA (1986), SOUZA

⁴ Sobre o sindicalismo no Brasil de FILHO (2001), RODRIGUES (2001 E 2002), ANTUNES (1991, 1997, 2001, 2001, 2007), ALVES (2002, 2007), INÁCIO (2007), REGINI (1995), entre outros, e sobre o capitalismo MARX (1968, 1983), HOBBSAWM (1982), LUXEMBURGO (2001), DURKHEIM (1999), POCHMANN (2007).

⁵ Atual Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

LOBO (1991), PINTO (2003), PEDRO (2006), pela abrangência da questão da mulher na história política e pelo significado das mudanças protagonizadas pelas mulheres de diversas camadas sociais, não obstante a invisibilidade da mulher brasileira no contexto social.

Observou-se sobre as dificuldades para que as mulheres se organizassem em partidos e os desafios enfrentados por estas, inclusive nas hostes comunistas, ambiente em que circula idéias avançadas sobre a emancipação social. Fatos evidenciados em NYE (1995) no relato de acontecimentos protagonizados pelo socialista alemão Ferdinand August Bebel (1840-1913), entusiasta e defensor da efetiva participação das mulheres na agremiação política na qualidade de filiadas com direito à voz e voto. Bebel defendeu a orientação marxista para aquelas que exercitavam política e teve respostas negativas sob o pretexto de que *as mulheres não estavam prontas*, em fins do século XIX e alcança o objetivo somente no início do XX.

Esta dissertação espera contribuir nos estudos sobre a presença das mulheres em espaços de decisão política evidenciando a experiência das comerciárias paraenses e sua atuação sindical. Um estudo de caso na cidade de Belém (PA), com investigações entre sindicalizados/as diretores/as do SEC/PA, e, integra-se à linha de pesquisa “Identidade, Etnicidade e Gênero”. Optou-se pelo estudo de caso, visto ser uma metodologia de investigação apropriada para compreender, explorar e/ou descrever questões complexas num contexto em que diversos fatores são envolvidos. A problemática das mulheres encontra-se em diversas áreas numa dicotomia entre sexo e gênero, difícil de *isolar o fenômeno em estudo do contexto em que ocorre*, sendo, *necessário usar múltiplas fontes de evidência (dados) e cruzar (triangular) os diferentes dados recolhidos* (YIN, 1994: 13).

Os recursos metodológicos utilizados valeram-se de pesquisa bibliográfica explorando conceitos presentes na sociologia sobre categorias como **trabalho, sindicalismo, gênero e representação**, possibilitando averiguar o problema seguindo conceituações para construir uma visão própria e, com isso, criar formas de substância ao objeto de estudo. Estabeleceu-se o diálogo entre ideias que convergem e/ou se confrontam, ou se completam, envolvendo a mulher no contexto de sua exclusão societária, em elementos hierarquizados a seguir:

Trabalho - Discutir o trabalho envolve a divisão social do trabalho que legitima a alienação do trabalho (MARX, 1983), ou, é um fenômeno que contribui para a integração geral da sociedade, essencial para a coesão e desenvolvimento social (DURKHEIM, 1999). Entre as duas interpretações baseou-se em Karl Marx entendendo **trabalho** como dimensão da pessoa humana, *estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho* (Idem, ibidem: 140). As relações de produção entre homens e

mulheres e a natureza, e entre estes, baseiam-se em relações competitivas constituindo-se na contradição entre a classe que mantém a propriedade privada dos meios de produção (MP) e a classe proletária possuidora da força de trabalho (FT). A proprietária dos MP de um lado, e, a que possui a FT de outro, cada qual ocupando determinado lugar no sistema capitalista, numa degradação das forças do trabalho. Nesta sociedade as relações de produção não são de cooperação, são de exploração e negam a harmonia. O trabalhador/a “livre” oferece a FT no mercado, sendo o dispêndio desta expressa no aumento da produtividade, esta apropriada pelo capitalista. A alienação do trabalhador e da trabalhadora do produto que elaboram, afasta-os cada vez mais de sua criação. Perdem a noção do que fabricam, negam-se no objeto criado, alienam-se no processo de criação de riquezas.

Na realidade diferenciada de “mulher”, numa dicotomia entre produção-reprodução, produção da mercadoria e reprodução da FT, esferas em separado, considerada desde o advento do capitalismo como trabalhadora de segunda categoria (SCOTT, 1982) num escalão inferior. Acumula tarefas do lar e atividades profissionais. Por esta última remunerada em valor inferior ao salário percebido pelo homem, na concepção de que o trabalho realizado pela mulher é um “complemento”, e o trabalho doméstico não gerador de riquezas, avaliado na teoria política o “não trabalho”. Esta ao se inserir no mercado capitalista coloca em compatibilidade lar e trabalho, maternidade e salário, feminilidade e produtividade, numa junção classe/gênero que reprime as mulheres trabalhadoras como pessoas humanas. Considera-se *o conceito de trabalho deve ser ampliado ao trabalho doméstico, ao trabalho não assalariado, não-remunerado, não-mercantil, ao trabalho informal* (HIRATA 1988: 12). A autora concebe a equidade nas discussões entre o trabalho profissional e o trabalho doméstico e coloca como um desafio teórico a ruptura dicotômica entre produção-reprodução.

Embora, lutando por espaços no mercado de trabalho e conseguindo um emprego, que significa participar da vida, *ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida* (SAFFIOTI, 1979: 58), as situações desiguais entre mulher e homem são marcadas pelas representações sociais de expressão do sistema patriarcal, imputando-se à mulher uma diferença exagerada. A maternidade, acontecimento essencial para a vida de mulheres e de homens, a continuidade à reprodução da espécie humana, tem responsabilização exclusiva sobre a mulher, “naturalizando” o cuidado com a família e afazeres do lar como “trabalho feminino”, suposto “próprio da mulher” com status secundário, aspecto que deve ser avaliado na construção de novas relações sociais.

Em estudo pioneiro sobre a presença de mulheres nas estruturas sindicais e a opção por uma atuação coletiva não somente por serem mulheres, mas por terem ideias e opiniões, traduzem *questões suscitadas pela problemática da divisão sexual do trabalho articulada àquela das relações de gênero, a partir das suas formas concretas de existência e representação* (SOUZA LOBO, 1981: 143). Emergem relações invisíveis que separam e estruturam o trabalho doméstico e o trabalho profissional no caso de mulheres profissionais e dirigentes sindicais, também, mães e donas de casa. A ausência de apoio societário para os afazeres do lar e sustentação familiar são elementos que retiram as mulheres dos espaços públicos por um tempo de vida adulta. Mesmo assim, este gênero tem transposto os limites do privado, vivenciado experiências nos espaços sociais, como foi avaliado a partir deste estudo sobre as trabalhadoras no comércio e suas atividades na direção do SEC/PA.

Sindicalismo - O estudo sobre sindicalismo exige definição de sindicato, pois a ação coletiva forma o sindicalismo. A contradição no modo de produção capitalista, de um lado a concentração do capital e do outro o infortúnio dos trabalhadores e trabalhadoras, a consciência da situação de exploração faz com que estes se organizassem em sindicatos. Estas entidades emergem mundialmente no período de avanço da Revolução Industrial associado às transformações políticas no velho continente - sendo a materialidade da luta do trabalho contra a exploração (HOBSBAWM, 1982). Os sindicatos têm como tarefa influenciar a situação da mercadoria FT, melhorar as condições de existência da classe operária, correr atrás da parte da riqueza que lhe cabe (LUXEMBURGO, 2001).

As teorias clássicas sobre sindicalismo têm caráter geral e cumprem, ao mesmo tempo, papel de análise e de doutrina. Destacam-se: a teoria marxista que concebe o sindicato como instrumento importante de organização da classe operária para a luta econômica exercendo papel na luta política contra o Estado da classe dominante; há também o anarco-sindicalismo que busca na autonomia operária uma “sociedade total”, colocando-se contra a organização de partidos políticos; os teóricos do *trade-unionism* inglês de tipo funcionalista; e, por último, o sindicalismo anglo-saxão que hierarquiza as necessidades dos operários, numa ação política reformadora baseada na pretensa “mentalidade sindical” tendo como cerne a “consciência da escassez das oportunidades econômicas”. Esta última teoria concebe a necessidade da organização operária dominar postos de trabalho e, de acordo com as regras sindicais, dividi-los entre os parceiros, evidencia a rejeição da ação de massa para modificar o sistema capitalista – uma tendência *business unionism* americano – do sindicato de negócios – o “sindicalismo de resultados” (REGINI, 1995).

Atualizando-se ao caso brasileiro, após a década de 1980, houve uma “explosão do sindicalismo”, com o “novo sindicalismo” caracterizado como *uma nova prática sindical, de organização da base, da construção da intervenção operária nos locais de trabalho, (...) uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro* (ALVES, 2002: 289). Inaugura o século XXI num cenário em crise do capitalismo e descenso do sindicalismo.

Nas origens dos sindicatos nem todos os trabalhadores pobres participavam, distinguindo entre militantes potenciais e o resto, na formação livre e consciente de sociedades democráticas para melhorias e defesa social, (...) *e não apenas as mulheres que estavam virtualmente excluídas do mundo das formalidades dos clubes e de suas propostas de associados* (HOBSBAWM, 1982: 238)⁶. Os sindicatos, nas origens, excluem a participação das mulheres.

Gênero - A constituição teórica do conceito gênero deve-se à socióloga Ann Oakley, mas, considera-se Stoller o primeiro estudioso a mencionar gênero⁷. A partir de 1975 o artigo de Gayle Rubin que trata gênero como uma construção político-econômico-cultural do termo sexo, frutificou esses estudos (CASTRO, 1990: 24). Recentemente, Joan Scott (1989)⁸ formula que o conceito comporta duas partes ligadas entre si, analiticamente distintas, em que o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e como a forma primeira de significar as relações de poder, (SCOTT, 1989: 14).

Esta dissertação utilizou o conceito de gênero como categoria de análise no aspecto empírico - instrumento ‘deconstrutivo’ (SUÁREZ, 2000: 17) que desfaz a ideia de ser mulher como condição especial dada pela natureza. Partindo dessas premissas ponderou-se a totalidade da sociedade de classe, a inter-relação classe/gênero nas diversas formas de interação humana, e nessa magnitude, buscou-se utilizar a categoria gênero no uso empírico e analítico, mas com uma visão ampliada levando em conta a estrutura econômica em formas específicas de injustiça distributiva baseada em um padrão institucionalizado que secularmente privilegia traços no humano associados à masculinidade. Nesse sentido, adotou-se a concepção de *Gênero bidimensional*, concebendo:

⁶ Cf. HOBSBAWM, Eric J. “A Era do Capital – 1848-1875”, ao mencionar sobre a distinção entre os trabalhadores pobres, os militantes em potencial do movimento trabalhista e a classe operária no seu conjunto.

⁷ Cf. SAFIOTTI I. B., Heleieth. “Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?” (2005: 43).

⁸ Cf. SAFIOTTI I. B., Heleieth - “Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?”, em que a conceituada socióloga feminista formula crítica ao uso do conceito de Gênero com argumentos consistentes demonstrando que “(...) a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos” (2005: 43-40). Embora o presente trabalho não focalizasse o conceito de patriarcado penso importante o registro da formulação de SAFIOTTI sobre a questão.

(...) gênero de uma forma bifocal, através do uso simultâneo de duas lentes. Através do visor de uma das lentes, gênero tem afinidades com classe; e, através do visor de outra lente, é mais ligado a status. Cada uma dessas lentes coloca em foco um aspecto importante da subordinação da mulher, porém, nenhuma delas, sozinha, é suficiente. Uma compreensão plena só se torna visível quando as duas lentes estão em superposição. Nesse ponto, gênero aparece como eixo de categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da distribuição e a dimensão do reconhecimento (FRASER, 2002: 64).

A autora argumenta que *paridade não se resume a uma questão numérica, trata-se de uma condição qualitativa, a condição de ser um par, de estar par e passo com os outros, interagindo em pé de igualdade* (Idem, ibidem, 68), o que não se garante somente cumprindo cotas. Nesta análise, ao adotar a concepção de *gênero bidimensional* evidenciou-se na perspectiva bifocal dois conjuntos de preocupações em relação à mulher trabalhadora: *das teorias de justiça distributiva especialmente a pobreza, a exploração, a desigualdade e os diferenciais de classe (...)* e as preocupações *ressaltadas nas filosofias de reconhecimento, especialmente o desrespeito, o imperialismo cultural e a hierarquia de status* (Idem, ibidem, 66). As possíveis mudanças sociais nas relações entre as pessoas resultam, na *concepção de justiça bidimensional* no princípio de paridade de participação, daí analisar se a condição da mulher trabalhadora se encontra em par de igualdades com a do homem trabalhador. Nancy Fraser levanta quatro questões: não se trata de questão numérica; não depende somente de mudanças institucionais para que as mulheres ocupem metade de vagas das listas partidárias; não se pode limitar essa discussão às campanhas eleitorais e; a desconsideração sobre a situação de outros grupos subordinados - pontos possíveis de buscas de *justiça bidimensional* para uso correto do termo “paridade” expressas nas afirmativas consideradas e desenvolvidas.

Ao evocar estas relações adversas no conceito de trabalho evidenciam-se uma junção entre classe/gênero que na sociedade capitalista reprime as mulheres trabalhadoras como pessoas humanas. Em não havendo condições de paridade entre os gêneros diferentes e, se não há *distribuição de recursos materiais (...), há formas e níveis de dependência econômica e desigualdade que impedem a paridade de participação (...)*, deixando de assegurar *independência e “voz” aos participantes*. A falta de respeito com a mulher na sociedade hierarquizada, cujos valores culturais adotam um padrão masculino no sistema social como:

(...) modelos de valores institucionalizados que negam a alguns o status de parceiros plenos na interação – seja sobrecarregando esses uns com a imputação de uma “diferença” excessiva ou não tomando conhecimento de suas distinções (FRASER, 2002:68).

Concordou-se com esta teoria e utilizou-se dessa perspectiva bifocal a olhar simultaneamente através de duas lentes o problema focalizado, analisando a participação das mulheres comerciárias nos cargos de direção do SEC/PA. Perguntou-se então: a comerciária que se sindicaliza e ocupa cargos de direção desenvolve a luta da mulher em favor de seus direitos junto com seus pares sindicalistas, para melhorar a situação específica das mulheres? Para tanto, foi avaliado o modo como a trabalhadora comerciária se sindicaliza e quais estratégias utilizadas desde o ingresso na direção do sindicato e a permanência nesta, considerando, nesse exercício empírico, a aplicação do conceito de representação.

Representação – Paola Cappellin Giuliani (2000) ao se referir às trabalhadoras rurais como candidatas a cargos de dirigente sindical comenta que a *decisão de fazer parte de uma lista de candidatos, geralmente, é tomada após um “convite”, sendo raro que essa decisão seja fruto de uma iniciativa pessoal da trabalhadora* (GIULANI, 2000: 654). As mulheres trabalhadoras convivem com a dupla jornada entre as funções de mãe e dona de casa (limites que a condicionam como cidadã), de trabalhadora e representante na política. No caso da maioria das dirigentes do SEC/PA o mote para ingressar nas hostes sindicais não foi à prática política social, privilegiando-se as relações de amizade e afinidades. H. F. Pitkin (1971) explicita que *o sentido básico de “representação” é tornar presente alguma coisa que, apesar de tudo, não está literalmente presente* (PITKIN, 1971: 20), visto que o/a representante é autorizado/a agir, conduzir o mandato, mas deve também prestar contas aos representados.

Na vertente desta dissertação, indaga-se: nessa função representativa cujo mandato foi autorizado por eleições, visando abranger o conjunto de comerciários e comerciárias aos quais representam o que esperar da distribuição dos recursos por aqueles e aquelas que assumem um mandato? E, nessa mesma direção, examinar qual a diferença esperada na discussão das políticas sindicais com inclusão de demandas femininas, tendo as mulheres na direção do sindicato? No sentido de desvelar a representação feminina nos espaços de decisão e as políticas de interesses na qualidade de participação políticas das lideranças comerciárias paraenses, que através de eleições se constituíram em representantes da base do poder do sindicato, insere-se nesta abordagem o conceito de representação de Iris Marion Young (2006), compreendendo que, a representatividade opera (...) *num processo de autorização*

eficaz, uma esfera pública de discussão [que] define uma agenda de questões e os principais pontos de disputa ou de luta. (YOUNG, 2006: 153). Interessa avaliar se os pontos de interesse afetam o conjunto dos comerciários ou se são importantes *para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações* (YOUNG, idem: 158) de forma diferenciada: o interesse do coletivo (conjunto dos comerciários e das comerciárias) e a instância particular (gênero) na representação sindical. Pesquisa-se a emergência das demandas dos/as empregados/as no comércio e como as mesmas são conduzidas através dos diretores e das diretoras nas reuniões e assembléias da categoria.

Abrangido os conceitos, o segundo passo constou do processamento documental centrado no universo da categoria profissional de comerciários/as, leitura de atas das reuniões de diretoria, boletins informativos e materiais publicitários das atividades do SEC/PA. Tratou-se de tecnologias procedimentais para o aprofundamento e análise das questões levantadas e extração de subsídios descritivos das experiências dos/as empregados/as no comércio, sindicalistas e dirigentes.

A observação direta ajustada nos encontros e entrevistas com extração das variáveis trabalhadas e cruzamento de características encontradas para compor o “script” da dissertação, instrumento a identificar as dimensões e perspectivas das seguintes grandezas: o padrão de acesso das comerciárias aos cargos de direção do SEC/PA e a relação das que estavam investidas nesses cargos com as atividades domésticas e profissionais. Interessou examinar se os níveis desse padrão de acesso (alto/baixo) entre mulheres empregadas no comércio com mais tempo disponível para as atividades extra-domésticas e para aquelas com ideologia política, os antecedentes sociais de homens e mulheres observando-se as representações configuradas na separação hierarquizada das atividades (família, trabalho, política) praticadas pelos dois gêneros, usando-se o sexo como variável de controle.

O investimento na análise das leis trabalhistas brasileiras (constituições, códigos e decretos) fez parte deste estudo por apresentarem o perfil histórico e legal da formação do sindicalismo no país no resultado das ações coletivas dos sindicatos relacionadas ao contexto em que o cidadão e a cidadã participante e construtores desse movimento, avaliando como suas ações refletem, ou não, na institucionalidade.

Em síntese, para avaliar o modo como os/as dirigentes se relacionam nos espaços de direção sindical, adotou-se uma metodologia dinâmica classificada em pesquisa descritiva – utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados através do questionário (seis mulheres e quatro homens, totalizando dez depoentes) e a observação direta nas visitas realizadas no

SEC/PA; e em pesquisa explicativa – na qual se procurou identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno estudado. Quanto ao período de realização das entrevistas e aplicação dos questionários variou entre dezembro de 2007 a julho de 2008. Houve relativa dificuldade nos contatos com os/as atuais diretores/as do SEC/PA devido à disponibilidade de agenda, empecilhos e negativas no fornecimento de dados referentes ao universo de sindicalizados/as. Contudo, conseguiu que depoentes respondessem aos questionários que subsidiam a pesquisa, sendo nove dos dezenove membros da atual diretoria, e uma diretora aposentada (participou em gestões da década de 1970).

Esta dissertação está organizada em três peças: Parte I consta o capítulo 1; Parte II constam os capítulos 2 e 3; e Parte III o capítulo 4, seguindo-se considerações, bibliografia e complementos. As reproduções das esculturas⁹ de uma beleza universal são de autoria de Camille Claudel (1864-1943) artista plástica francesa cuja ação criadora (profissão à ocasião considerada masculina) destoava do espaço permitido às mulheres de seu tempo. Há uma arte de Auguste Rodin¹⁰, outro gênio, mestre e amado de Camille. Esta, por ele rejeitada, o mesmo se transforma numa sombra que persegue a mulher artista pelo resto da vida, levando-a a delírios e a internação no Hospital Psiquiátrico de Ville-Evard aos 49 anos de idade, onde faleceu após 30 anos de reclusão, nada mais produzindo (ROCHA, 1997: 39-41), numa época em que se esperava da mulher a fragilidade e a submissão.

Na Parte I encontram-se quatro tópicos do Capítulo 1, o primeiro apresenta o sindicato como expressão de luta, a organização de trabalhadores/as no século XIX, trata teorias clássicas do sindicalismo e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. No segundo tópico contextualiza a economia agrária e a instalação industrial urbana no país numa inconstância entre democracia e restrições políticas que incidiam no movimento social; evidencia-se a criação das organizações sindicais no Brasil; visita as matrizes ideológicas que influenciaram o sindicalismo brasileiro e as entidades gerais. O terceiro subitem evidencia elementos do setor produtivo e a formação dos sindicatos no Pará, situa a organização do sindicato dos comerciários. Finaliza o quarto item com breve abordagem sobre as mulheres trabalhadoras, o movimento de mulheres e o movimento sindical, onde as práticas se encontram.

A Parte II compõe o capítulo 2 sobre o trabalho e o sindicato nas empresas comerciais do Pará e o capítulo 3 que aborda sindicato e poder, e se gênero faz a diferença? No primeiro

⁹ As reproduções de esculturas de Camille Claudel se encontram em Introdução um rosto de mulher em alto relevo não identificando sua denominação; no capítulo I “L’ Implorante” (A Suplicante- 1898); no capítulo II um detalhe da escultura “La Vague” (A onda – 1903); e, no capítulo IV “Torse de femme debout” (1888).

¹⁰ A escultura do capítulo III é de autoria de Rodin e se intitula “Eve” (Eva – 1904).

caso, trata elementos emergentes ao trabalho e ao movimento sindical no setor do comércio de mercadorias, a conjuntura política, econômica e social brasileira e focaliza a participação de mulheres comerciárias em cargos de direção no SEC/PA. Apresenta conceitos de trabalho e divisão social do trabalho como fenômenos da indústria moderna num processo de especialização das funções, com base nos enfoques de Karl Marx (1818-1883) e Émile Durkheim (1851-1917). Trata da atividade do comércio como parte de um ciclo econômico do Estado, evidencia a cidade de Belém - pólo da comercialização regional no olhar de autores como Roberto Santos (1978) e Nazaré Sarges (2000). Segue-se a exposição da situação dessa classe de trabalhadores no comércio que se organizou em sindicato pleiteando direitos, desde a Primeira República como associação de ajuda mútua e depois constituída em sindicatos num processo de articulação local e nacional. O capítulo explora o histórico e a estrutura de poder do SEC/PA e a criação da FETRACOM/PA. Apresenta um histórico da presença das mulheres comerciárias nas estruturas de poder do SEC/PA desde sua fundação demonstra a linha ascendente da presença feminina no período de 1990 até a atualidade. O capítulo 3 explora o perfil dos/as dirigentes sindicais do SEC-PA, com destaque para o ingresso de mulheres comerciárias na direção deste, desvenda dados colhidos em questionários aplicados entre líderes sindicais evidenciando-se características das lideranças entrevistadas, os antecedentes sociais, a trajetória política e avanços no campo social das comerciárias ao apreciar a presença das mulheres no poder no sindicato.

Finalmente, a Parte III que comporta o capítulo 4 trata do poder no sindicato: gênero e histórias em três tópicos. Primeiro aborda trajetórias e histórias dos/as líderes sindicalistas comerciárias/os do SEC-PA, avalia a relação entre trabalho, cargo de direção e tarefa doméstica. Focalizam relações de gênero e fatores que cooperam para a sub-representação das mulheres nesses espaços de poder com base nos dados obtidos, analisa as atitudes assumidas como representantes sindicais da categoria de comerciários/as nos espaços do “fazer política”. Finaliza o capítulo com evidências sobre a importância da representação sindical feminina nos espaços de decisão e as políticas de representação em práticas de “prestação de contas” enquanto dirigentes sindicais.

As considerações finais estão centradas nas assertivas dos capítulos mostrando as dificuldades de reconhecimento das mulheres como cidadãs e trabalhadoras e a sub-representação destas no espaço sindical. Num percurso investigativo conclui-se que houve mudanças sociais significativas, mas, longe de permitir a paridade de gêneros na participação

política. Estas serão notadas quando a sociedade estabelecer parâmetros de equidade entre homens e mulheres e quando abolidas as disparidades, inclusive a dupla jornada de trabalho.

Conclui-se que o sindicato ainda é um espaço masculino embora nele transite os dois sexos, voz e demandas das mulheres não são percebidas. Caso se conquiste à igualdade na vida para este gênero, e se ambos numa ação articulada, conseguirem ser capazes de ir além da luta econômica e enunciar questões de classe em conjunto com aquelas que dizem respeito ao gênero, os espaços de política sindicais poderão tornar centros organizadores da classe rumo às melhorias momentâneas de vida nos marcos do capitalismo.

Por fim, constata-se que os níveis decisórios são assumidos indistintamente por homens e mulheres, embora a falta de reconhecimento das demandas sociais que afetam as mulheres, que, se encaminhadas pelas diretoras, incorporadas pelos diretores, para o debate na categoria e conquista de mudanças surtiriam um efeito. Inclusive, poderiam afetar as discussões nas reuniões sindicais em torno dos interesses das mulheres e, num novo parâmetro, levar à diferença da presença feminina no poder, contribuindo com o avanço das oportunidades, nem sempre favoráveis a este gênero no mercado de trabalho capitalista.

PARTE I - CAPÍTULO 1: "PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNÍ-VOS!"

CAMILLE CLAUDEL*



“... a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas” (MARX e ENGELS, 2003:51).

* “L’ Implorante” (A Suplicante-1898) escultura de Camille Claudel que demonstra um momento de sua vida, quando ocorre o rompimento com Rodin “ao desprender suas mãos da mão amada, vê fugir as sombras do passado, embora sofra por romper esses laços”, (ROCHA, 1977).

1. 1. Contexto da organização dos trabalhadores/as: sindicato como expressão de luta.

Os sindicatos existem numa situação de mercado capitalista de divisão social do trabalho: de um lado a classe patronal, proprietária dos MP e, do outro, a que, através da venda da FT produz riquezas - o proletariado. As relações de trabalho baseadas na exploração do trabalho humano, natureza desse modo de produção, num progresso descontínuo¹¹, na competição da livre iniciativa privada e conquista de novos mercados com gigantesca circulação de recursos. Cada uma das partes movidas por interesses particulares, sendo o traço principal, o antagonismo. A reprodução da FT, a baixa remuneração e a consciência da exploração levam a classe trabalhadora a se organizar para enfrentar coletivamente o capital.

O que é sindicato e em que contexto essas organizações operárias foram formadas?

De acordo com Rosa Luxemburgo (2001) os sindicatos lutam no sentido de aumentar a parte da riqueza que cabe à classe trabalhadora:

(...) primeiro: os sindicatos têm por tarefa, influenciar, pela sua organização, a situação do mercado da mercadoria força-trabalho (...) e segundo: propõem-se a melhorar as condições de existência da classe operária (LUXEMBURGO, 2001: 84).

O sindicato consiste, portanto, na materialidade da luta derivada da contradição entre a classe patronal e a classe operária no capitalismo. Para Karl Marx, uma das características do sistema capitalista ao proporcionar o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a alienação do trabalhador do produto que este elabora, é fazer com que este se afaste cada vez mais de sua criação e perde a noção do que fabrica, assim negando-se no objeto criado. O trabalhador/a deixa de ter a exata noção do funcionamento integral da indústria onde trabalha e a produção coletiva realizada por homens e mulheres na fabricação de um único bem ou produto sem o domínio do processo todo que gerou aquele bem. Essa individualização provocada pela alienação destrói a consciência do/a trabalhador/a sobre as suas condições de trabalho, fazendo-os desconhecer os níveis de exploração a que são submetidos¹², situação acobertada pelo Estado, então a importância do envolvimento dos/as trabalhadores/as na luta política geral para a transformação da sociedade.

¹¹ Situação de regresso e desajustamento em política ou em finanças configurando uma situação social embaraçosa que pode ser passageira ou prolongada.

¹² O conceito de alienação é tratado por Marx em duas de suas mais importantes obras: "Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844" e "Elementos para a Crítica da Economia Política" (1857-1858). Segundo Mézaros (1981: 76): "A atividade produtiva é, portanto, a fonte da consciência, e a 'consciência alienada' é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho".

Nessa perspectiva, o “Manifesto Comunista”¹³ favoreceu a dimensão política da conclamação aos trabalhadores para identificarem os níveis de exploração e condições de trabalho a que eram submetidos e, a partir da consciência dessa exploração atuar na garantia dos direitos à sua reprodução condigna. Para isso, convoca a união em torno da luta política, confrontando a consciência sobre a alienação e conseqüências devastadoras no cotidiano.

Os primeiros sindicatos surgem com trabalhadores *unidos através de um sentimento comum do trabalho manual e da exploração, e de forma crescente, pelo destino de serem operários* (HOBSBAWM, 1982: 235), num histórico de avanço da Revolução Industrial (Inglaterra) associado às transformações políticas (França), eventos que influenciaram a consolidação do sistema capitalista no velho continente¹⁴. Força hegemônica concentradora de recursos em tempos de triunfo da sociedade burguesa e perversa distribuição do fruto do trabalho, época *fértil para experimentos na mobilização de capital para o desenvolvimento industrial* (Idem, ibidem, 226), concentração de terras, máquinas e bens, MP que geram poder para os proprietários com representação política além da esfera econômica.

Na indústria nascente, a maioria dos operários e das operárias, trabalhadores/as não manuais ocupava diversos ramos de produção, serviços e comércio, e habitava aglomerados urbanos, centros de produção e comercialização desprovidos de infra-estrutura. A moradia precária, ausência de equipamentos sociais, situação que induz à indignação grande contingente populacional. Nesse contexto as associações de trabalhadores surgem como iniciativa livre, espaços políticos que se organizam para a defesa de direitos e melhoria de vida. Resulta nos atuais sindicatos ou movimentos de operários/as militantes em potencial, *a era do capitalismo liberal estável e florescente oferecia à classe operária a possibilidade de melhorar sua barganha coletiva através de organização coletiva* (HOBSBAWM, 1982: 235).

A organização sindical surge em reação à situação na qual o indivíduo trabalhador/a é levado a oferecer sua FT no mercado de mão de obra para conseguir uma melhor oferta de preço que compense o dispêndio dessa mercadoria. Desenvolve ações e alcança conquistas importantes, como a redução da jornada de trabalho¹⁵, melhoria salarial e outras vantagens que obrigam a classe patronal a rever as políticas de exploração.

¹³ Manifesto redigido em 1847 por Karl MARX e Friedrich ENGELS aprovado no Congresso da Liga Comunista de Londres contendo princípios do socialismo científico e denúncias sobre a exploração capitalista.

¹⁴ Neste aspecto, a Revolução Francesa se torna o grande movimento de fortalecimento do poder político da burguesia nascente, “período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países “desenvolvidos” transformou-se em economias industriais”. Sobre esse assunto cf. HOBSBAWN, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

¹⁵ O Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Convenção de Baltimore aprova em 1866 a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, entretanto em 1.886 mais de um milhão de pessoas se reuniram na cidade industrial de Chicago para lutarem pelo direito às 08 (oito) horas. Em 1.890 uma lei estabelecendo a jornada de 08 (oito) horas diárias, fato que ocorreu

1.1.1. As teorias clássicas do sindicalismo e a formação dos sindicatos.

O conjunto de ações desenvolvidas coletivamente pelos trabalhadores integrando-os socialmente em defesa de seus interesses na luta por melhoria salarial e condições de trabalho é conhecido como sindicalismo, força transformadora da própria sociedade, nos marcos do capitalismo. As teorias sobre a criação do sindicalismo têm caráter geral e refletem *só uma ou outra das diversas alternativas presentes no movimento sindical em diversos países e períodos históricos* (REGINI: 1150). Elas têm cumprido, ao mesmo tempo, um papel de análise e de doutrina apresentadas por Karl Heinrich Marx¹⁶ (1818-1883); por Georges Eugène Sorel¹⁷ (1847-1922); Selig Perlman¹⁸ (1888-1959) e Martha Beatrice Potter Webb¹⁹ (1858 - 1943) e Sidney James Webb²⁰ (1859-1947) sobre o sindicalismo anglo-saxão.

Para a teoria marxista, o sindicato é um instrumento importante de organização da classe operária para a luta econômica, contudo, cumpre um papel na luta política contra o Estado, o qual, para esta teoria, tem um viés de classe, o da classe dominante. O sindicalismo, formado pelo conjunto dos sindicatos é visto pelo marxismo como instrumento de mudança. A classe operária e suas lutas têm um papel central na constante tensão para transformação da sociedade e conquista de um novo ordenamento social.

Georges Sorel, considerado fundador do sindicalismo, busca na autonomia operária uma “sociedade total” contrapondo-se à burguesa em decadência, ao Estado a seu serviço, e aos partidos políticos. Seu conceito de greve geral espontânea contribuiu significativamente para formação das oposições anarco-sindicalistas que tiveram forte atuação no século XIX e início do XX, entre a classe operária européia.

No sindicalismo anglo-saxão, a abordagem de Beatrice e Sidney Webb, teóricos do *trade-unionism* inglês de tipo funcionalista, considera o sindicato como meio para atingir fins

no dia 1º de Maio, origem do Dia do Trabalhador em todo o mundo. Apud CONFEDERACION FRANÇAISE DEMOCRATIQUE DU TRAVAIL. Le tertiaire éclaté: travail sans modèle. Paris: Ed. Du Seuil, 1980 p. 65-100.

¹⁶ Socialista alemão, pai do comunismo moderno dedicou sua vida a combater o regime capitalista, elaborou teorias como: a mais valia, a luta de classes, a determinação da consciência pela economia. Entre suas ações destaca-se a fundação da 1ª Internacional. Friedrich Engels (1820-1895) seu parceiro, escreveram o “Manifesto Comunista” em 1848.

¹⁷ Georges Eugene Sorel, (02/11/1847-29/08/1922) filósofo francês e teórico do sindicalismo, defensor da greve geral espontânea, estudou na Escola Politécnica de Paris, graduado em Engenharia, tinha ligações com o movimento sindical nacionalista italiano a partir do qual surge o Fascismo. Foi monarquista e tradicionalista antes de aderir ao marxismo ortodoxo que depois abandonou, apoiava os valores mais associados ao conservadorismo, embora acreditasse na aplicação da força como a única forma de se conquistar mudanças.

¹⁸ Nasceu na Polônia (1888), filho de judeu ganhou bolsa para o colégio estatal aprendendo russo e outras línguas. Através dos trabalhos de Georgi Plekhanov tornou-se um fervoroso marxista. Impedido de obter educação superior na Rússia partiu para a Itália. Na Universidade de Turim estudou medicina e aprendeu italiano, aderiu à União Geral do Trabalho judaica. Em 1908 chega à cidade de Nova Iorque através do casal William English Walling e Anna Strunsky, onde se graduou em Economia com tese sobre a história do socialismo, doutorando-se na Universidade de Wisconsin-Madison’s em 1915.

¹⁹ Historiadora, socialista e ativista política da Inglaterra. Casou-se com Sidney James Webb em 1892, cujo nome de solteira é Potter. Ambos pioneiros em reformas econômicas e sociais na Inglaterra escreveram em conjunto obras importantes, destacando-se em 1894 A História do Sindicalismo.

²⁰ Sociólogo inglês, ativista social, reformista e autor de obras sobre o movimento operário inglês, citado na nota anterior.

limitados num duplo sentido: para a defesa dos operários e da ação do mercado. A atividade sindical para essa concepção deve ser compatível com a funcionabilidade do sistema no atendimento das exigências da indústria para conseguir a produtividade empresarial.

Selig Perlman nasceu na Polônia radicando-se nos Estados Unidos a partir de 1908, principal teórico norte-americano do sindicalismo anglo-saxão, ao contrário, hierarquiza as necessidades dos operários, entendendo-os como grupo autônomo, dando conseqüência à ação política reformadora baseada numa pretensa “mentalidade sindical” tendo como cerne a “consciência da escassez das oportunidades econômicas”. Essa teoria concebe a necessidade de a organização operária dominar os postos de trabalho e, de acordo com as regras sindicais, dividí-los entre os parceiros. Deixa evidente a rejeição da ação de massa para modificar o sistema capitalista – uma tendência *business unionism* americana – o sindicato de negócios.

Nesta evolução histórica, percebe-se que o sindicalismo, no fundamental tem dupla origem: primeiro na solidariedade e defesa para a constituição de sociedades de mútua ajuda e de ligas de resistência; e segundo de revolta contra o modo de produção capitalista lutando por direitos políticos. As tendências construídas no meio operário e visam à constituição de uma cultura autônoma, baixo grau de centralização, lutas repentinas, violentas e ilegais e careciam de uma burocracia. As características atuais do capitalismo conformam a capacidade de expansão das forças produtivas e a incapacidade de distribuir a riqueza produzida pelo trabalho, como afirma Marx no Manifesto. A hegemonia do setor financeiro, na atual fase, desvaloriza cada vez mais o trabalho humano provocando uma crise sem precedentes.

No final do século XX (década de 1990) as condições econômicas do capitalismo em geral se agravaram no mundo, prolonga-se até início século XXI acentuado nas camadas populares um comportamento defensivo voltado para a garantia de um posto de trabalho, levando trabalhadores e trabalhadoras a se deslocarem das ações coletivas num comportamento qual “cada um que se cuide”. Lideranças sindicais tornam administradores/as do sindicato, ser diretor sindical é a própria vida. Não há renovação do quadro sindical, antigos sindicalistas (em algumas categorias), incrustam-se no poder sobressaem práticas de prestação de serviços e formas de lazer para os afiliados. Articulação em nível do poder para tencionam o governo e avançar através das centrais sindicais, mas, depositam no governo central, esperanças para garantir mudanças objetivas.

Estudiosos do sindicalismo constataam dois fenômenos sociológicos: a redefinição de um novo campo de luta e o declínio do sindicalismo (GIROLETTI²¹, 2007: 311). Diante do que Ricardo Antunes aponta para o desenvolvimento de ações políticas no campo sindical articuladas ao movimento social na possibilidade de aglutinar trabalhadores empregados, pessoas com vínculo ao mercado formal e informal, mulheres e homens. Insiste em que o sindicalismo deve projetar perspectivas sociais para todos/as que vivem da sua FT para o ganha-pão. Expõe que os sindicatos devem mudar posturas e impulsionar a unidade da “classe-que-vive-do-trabalho”, homens e mulheres trabalhadores. Evidencia que as mulheres sempre estiveram excluídas, complementa: “Devem articular as questões de *classe* com aquelas que dizem respeito ao *gênero*” (ANTUNES, 1999)²².

Giovanni Alves (2007) expando sobre as tarefas do sindicalismo no século XXI diante dos impasses da atualidade propõe que “o sindicalismo deve recuperar o princípio político clássico do sindicato como “escola da luta de classes”” tornarem-se *centros de organização da classe*, (...) ir além da luta econômico-corporativa (ALVES, 2007: 254).

1.1.2. As trabalhadoras e as dificuldades de presença no sindicato.

O mundo do trabalho é construído por homens e mulheres, mas, não “pensado” os dois sexos, e as mulheres devido aos atributos colados a uma representação tradicional da mulher enquanto mãe e esposa encontram o mercado de trabalho em desigual condição dos seus parceiros. Nesta condição, os atributos do trabalho se acham inscritos em atividades domésticas, o lar e a maternidade sendo tarefas desqualificadas para o mercado de trabalho visto que não geram riqueza são afazeres privados motivados para a reprodução familiar. Por essa evasão de valores do âmbito privado, o mercado de trabalho emite uma perspectiva deformada sobre a presença feminina nesse campo. Para Scott (1982: 444), no advento do capitalismo as mulheres entraram no mercado de trabalho com problemas que exigiam solução urgente: a compatibilidade entre lar e trabalho, maternidade e salário, feminilidade e produtividade. A autora cita o legislador Jules Simon que em 1860 afirmava: *uma mulher que se torna trabalhadora deixa de ser mulher*.

²¹ Cf. GIROLETTI, Domingos, (UNB, 2002) cientista político, professor do mestrado profissional em administração das Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo; autor de “Fabrica: convento e disciplina”.

²² Cf. ANTUNES, Ricardo (1999). Analisa o novo cenário em expansão, o surgimento de trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados. Destaca as mulheres, manifesta: “Os sindicatos devem ainda reconhecer o direito de auto-organização das mulheres-trabalhadoras, parte decisiva do mundo do trabalho e que sempre estiveram excluídas do espaço sindical dominado pelos homens-trabalhadores” (Idem, ibidem, 244).

Para Helena Hirata (1988: 12) *o conceito de trabalho deve ser ampliado ao trabalho doméstico, ao trabalho não assalariado, não-remunerado, não-mercantil, ao trabalho informal*. A autora concebe, dessa forma, a equidade nas discussões entre o trabalho profissional e o trabalho doméstico, e coloca como um desafio teórico a ruptura dicotômica entre produção/reprodução. A autora acrescenta:

A consequência dessa postura teórica na análise do trabalho tanto masculina como feminina é que ela permite melhor apreender as continuidades entre trabalho formal e informal, entre o trabalho como ação organizada na empresa e o trabalho isolado a domicílio, entre círculos concêntricos de firmas terceirizadas e empresas clientes (HIRATA, 1988: 15).

A assertiva sugere que a relação entre trabalho feminino e trabalho masculino possibilitará a apreensão das peculiaridades distintivas de cada pessoa dentro da modalidade de trabalho. Ao evocar relações adversas no conceito de trabalho evidenciam-se uma junção entre classe/gênero que reprime as mulheres trabalhadoras como pessoas humanas.

Para Nancy Fraser (2000: 67), duas condições fundamentais precisam ser repensadas na sociedade para haver paridade participatória, ou seja, uma participação em condições de igualdade quanto à distribuição dos recursos materiais, como ao status de parceiro em condições de igualdade. Em não havendo paridade entre os gêneros diferentes e, se não há *distribuição de recursos materiais (...), há formas e níveis de dependência econômica e desigualdade que impedem a paridade de participação (...), não assegura independência e “voz” aos participantes*. Concepção de *gênero bidimensional* adotada na perspectiva bifocal por ter dois conjuntos de preocupações, um se refere à injustiça distributiva – a materialidade da vida e a inter-subjetividade, os valores culturais de respeito com igualdade a todas as pessoas, independente do sexo. Na sociedade capitalista, a ausência do reconhecimento da mulher como cidadã em par de igualdades com o parceiro do sexo masculino, desrespeito a suas distinções, e garantia do status e estima social. Na sociedade hierarquizada, cujos valores culturais adotam um padrão masculino no sistema social como *modelos de valores institucionalizados que negam a alguns o status de parceiros plenos na interação – seja sobrecarregando esses uns com a imputação de uma “diferença” excessiva ou não tomando conhecimento de suas distinções* (Idem: *ibidem*), com ausência de paridade participatória.

De fato, o trabalho produtivo desenvolvido pelas mulheres no mercado de trabalho em todos os ramos econômicos resulta em salários abaixo da remuneração do homem, embora essas sejam procuradas para certos serviços que desenvolvem melhor do que seus pares, com mais vantagem à classe patronal. Contratar mulheres na Grã-Bretanha (...) *significa freqüentemente uma mudança de estratégia: um desejo de aumentar a eficiência econômica e de cortar nos custos laborais, recrutando ao mesmo tempo trabalhadores com melhor educação* (SCOTT, 1982: 462).

Nas origens dos sindicatos nem todos os trabalhadores pobres participavam como se vê na distinção que faz Eric J. Hobsbawm (1982) entre militantes potenciais e o resto, ao focalizar a formação livre e consciente de sociedades democráticas para defesa social:

(...) aqueles que pudessem efetivamente ‘associar-se’ deveriam dar de ombros e desprezar os que não quisessem ou não pudessem, e não apenas as mulheres que estavam virtualmente excluídas do mundo das formalidades dos clubes e de suas propostas de associados. (HOBSBAWM 1982: 238)²³.

Joan Scott (1982: 453) revela que os *sindicatos masculinos recusavam freqüentemente a entrada de mulheres ou insistiam que elas deviam ganhar um salário igual ao dos homens antes de poderem aderir* [ao sindicato]. Ela cita como exemplo, o ocorrido com as encadernadoras de ofícios de Londres em 1.874²⁴. A autora elucida outros aspectos das associações operárias do Norte da França entre 1870-80 que *obrigavam as mulheres que desejassem tomar a palavra em reuniões a trazerem uma autorização escrita dos seus maridos ou pais (...) muitas (associações) definiam o papel da mulher como aquele que segue a chefia masculina* (Idem, ibidem: 466). Essas práticas desfavoreciam a ampliação dos postos de trabalho para mulheres e sua participação no movimento sindical. Os líderes não percebiam que elas poderiam somar aos que buscavam a melhoria da qualidade de vida, se participassem das associações criadas, entre as quais, os sindicatos.

²³ Cf. HOBSBAWM, Eric J. “A Era do Capital – 1848-1875” ao mencionar sobre a distinção entre os trabalhadores pobres, os militantes em potencial do movimento trabalhista e a classe operária no seu conjunto.

²⁴ Cf. SCOTT, Joan W. “A mulher Trabalhadora”. A autora ilustra fato citado por Michelle Perrot, “Le syndicalisme français ET Le femmes: histoire d’un malentendu”, *Aujourd’hui*, nº. 66, Março 1984, p. 44, no qual os delegados ao Conselho de Ofícios hesitaram em admitir uma representante do sindicato das mulheres encadernadoras nas suas fileiras porque “a mão-de-obra feminina era mão-de-obra barata e muitos dos delegados... não podiam aceitar esse facto”.

O Manifesto²⁵ escrito por Karl Marx e Friedrich Engels (2003) aponta para a libertação da sociedade na formação da consciência de classe onde os autores apresentam novos caminhos para as mulheres na *substituição da educação doméstica pela educação social (...)* e *abolição da posição das mulheres como simples instrumentos de produção* (Idem, ibidem: 64). Os dois teóricos clássicos censuram a restrição contra as mulheres destinadas à reprodução da espécie humana na sociedade capitalista, consideram a educação social da prole como de responsabilidade do Estado, e, ao mesmo tempo, denunciam a relação de exploração da classe operária conclamando-os a se unirem e lutarem. Mas, essa conclamação refere-se ao elemento masculino trabalhador, o proletário.

Em “Uma Comunidade de Homens: O Marxismo e as Mulheres” Andréa Nye (1995) ao avaliar o papel político das mulheres e a dimensão da teoria marxista para avançar nas propostas de mudança social, cita que em:

(...) **1875**, no Congresso de Gotha, no qual o Partido Socialista Alemão aceitou uma orientação marxista, a proposta de Bebel de que **as mulheres deviam ter direitos iguais foi rejeitada com base na argumentação de que as mulheres não estavam prontas**. Mesmo quando **em 1891 o partido alemão, empurrado por Bebel, finalmente aceitou os direitos das mulheres**, eles eram limitados e estritamente legais. **Foi permitido às mulheres filiar-se ao partido, mas em fins de 1900 ainda não podiam comparecer a encontros “mistos” e ainda lutavam pelo direito de falar**. Sobretudo quando as mulheres ainda não tinham voto, parecia inútil pertencer às fileiras do partido, sem qualquer vantagem política (NYE, 1995: 54/55)²⁶.

Também nas hostes comunistas, onde se originou o sindicalismo, persegue-se a paridade entre homens e mulheres desde séculos atrás. A cultura patriarcal se desdobra nas dicotomias sociais entre os sexos explorando uma representação essencialista para mulheres e

²⁵ Manifesto lançado em Londres em 1847.

²⁶ O negrito ressalta a persistência do Ferdinand Auguste Bebel (1840-1913), décadas seguidas perseguiu a conquista da paridade no seio do partido buscando uma sociedade justa. Gesto que nos leva a reflexão do quanto ainda é necessário a persistência de homens e mulheres que se dediquem à luta pela transformação da sociedade. Atualmente persegue-se a paridade de representação política na sociedade e nos partidos, embora tenha mudanças relevantes, convivemos com desigualdades, inclusive, entre homens e mulheres. A propósito, a I Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher (março de 2007) aprova resolução de “no mínimo 30% de mulheres deve ser considerada na indicação de nomes para integrar representação partidária, cursos, comissões auxiliares e direções de organismos intermediários e de base”, quando nacionalmente as mulheres representam 41% dos filiados. Considera-se que ainda há muito a percorrer, mesmo nos marcos do capitalismo.

homens definindo comportamentos e atitudes tidos como “masculinos” e “femininos”. Há necessidade de infringência aos padrões estabelecidos para avançar na sociedade.

O mais comum será, portanto, a manutenção das hierarquias, independente das práticas que envolvem os dois gêneros. O não reconhecimento da capacidade das mulheres para ocupar espaços políticos, a exemplo, os sindicatos, vem desde as origens desses espaços. A força dos padrões morais na civilização burguesa insistia em que as mulheres eram essencialmente um ser espiritual e deveriam permanecer totalmente na ignorância do que os homens e algumas mulheres praticavam, quer na vida social quer na vida sexual, na formação das associações, inclusive as democráticas da sociedade.

1.2. A organização sindical no Brasil agrário para urbano e a expansão da pobreza.

As organizações sindicais no Brasil, criadas pela classe trabalhadora no início do século XX, são, historicamente, associadas às transformações econômicas incluindo-se o processo de urbanização e industrialização. Os produtos brasileiros desse período, a exceção da extração do ouro, mas, o cacau, a cana-de-açúcar, a borracha, o café, o gado são vinculados à economia agrária, domínio dos grandes proprietários de terra e de escravos.

A transformação do Brasil colônia de economia agrária para nação republicana imprimiu traços do coronelismo agrário impondo uma extrema pobreza na nascente classe trabalhadora. A centralização de grandes áreas de terra e concentração fundiária fez do país uma grande fazenda. Os proprietários desses negócios utilizavam trabalho escravo, FT não remunerada duplamente vantajosa: o trabalho não pago e o/a escravo/a era capital investido com o qual se fazia dinheiro acumulando mais capital. Com a Abolição da Escravatura a população liberta (milhares de mulheres e homens ex-escravos/os) desprovida de recursos financeiros à mercê da sorte, sem arrimo, afastada das mínimas possibilidades de vida digna, sem acesso a terra como meio de trabalho, disponibiliza no mercado mão de obra. Esses homens e essas mulheres não conseguiam incluir-se no mundo do trabalho sobrando-lhes como opção o trabalho doméstico mal pago e desvalorizado.

A ocupação do espaço geográfico seguia-se sob a determinação da Lei de Terras²⁷, instrumento que limitou o acesso a mesma via contrato de compra e venda às vésperas do evento libertador. Editada para favorecer os proprietários de terra, esta passa a ser mercadoria acessível através de poder financeiro adquirindo-a quem “quisesse” ocupá-la. Mas, de fato quem “pudesse” obter um dos principais MP, *embora nunca cumprida pelos latifundiários*,

²⁷ Decreto Lei nº. 601 de setembro de 1850.

cujas terras em sua totalidade, foram conseguidas por grilagem (ARRUDA, 2007: 78). Referida Lei veio para dificultar o acesso a terra por pessoas de baixo, ou nenhum, poder aquisitivo. No caso, os pobres, a população negra que ficou à margem do processo.

Arlete Moysés Rodrigues (1988) ao analisar o problema da moradia nas cidades brasileiras trata sobre o preço da terra e explana que o próprio *Conselho de Estado considerava extremamente importante impedir o acesso à terra dos trabalhadores “livres”*, medida imposta para forçar homens e mulheres trabalhadores/as a vender a FT por algum tempo, pairando a falsa ilusão de criar condições para obter a propriedade da terra. A autora continua: “A terra tornou-se uma mercadoria do modo de produção capitalista. Uma mercadoria que tem um preço só acessível a uma determinada classe” (Idem, ibidem, 18).

Ao contrário, a valorização da FT, único bem pertencente aos/as trabalhadores/as, que, com a libertação tornam-se homens e mulheres “livres” para oferecê-la no mercado, não contou com a mesma iniciativa de valorização, o que, acresce prejuízos para esta classe em favor da acumulação capitalista para os proprietários de terra. Quase um século após a implantação da lei de terras lançam-se leis que fundassem os parâmetros do preço da FT ficando o/a trabalhador/a dependendo da vontade da classe patronal para situar o quanto do valor do seu trabalho. Simultaneamente, a prática do trabalho escravo se manteve mesmo após a Abolição. Um dos últimos países a abolir o trabalho escravo²⁸ e a vinda de contingentes imigrantes para o trabalho na lavoura no início do século XX incrementou novas formas de trabalho. No entanto, a transição do trabalho forçado ao trabalho livre durou mais de meio século não obstante a abolição do trabalho escravo reafirmado na Constituição de 1891, a instituição da remuneração padronizada na forma salário ocorreu na década de 1930 quando o processo de industrialização avança no país difundindo-se a prática do trabalho assalariado.

De fato, no governo Vargas, oito anos depois da criação do Ministério da Indústria do Comércio e do Trabalho²⁹ publicou-se o Decreto-Lei nº. 399/1938, dando início à regulamentação do salário mínimo, que expõe:

O salário mínimo será determinado pela soma das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, necessários à vida de um trabalhador adulto (1988: 14).

²⁸ A Abolição em 13 de maio de 1888 resultou de um grande movimento de massas que incluiu desde escravos rebeldes, setores médios das cidades e a intelectualidade avançada sendo completada pela instauração da República em 15 de novembro de 1889 correspondendo ao anseio nacional, entretanto conquistada sob a hegemonia de políticos moderados, ligados à elite modernizante.

²⁹ Decreto editado em novembro de 1930.

O decreto regulamenta o salário visando garantir despesas necessárias à subsistência do/a trabalhador/a sem considerar a concretude humana e a complexidade econômica, cultural e social. As demandas reais, não acompanhadas de medidas garantindo condições de vida digna para o segmento social que vem formar a classe trabalhadora no Brasil, a maioria da população trabalhadora se constitui de homens e mulheres extremamente pobres.

1.2.1. A herança colonial, a implantação industrial e a nascente classe trabalhadora.

O modo de produção capitalista voltado para a exportação de produtos primários, além da concentração de terras agricultáveis para os endinheirados (inabilitando a democratização desta) leva à expulsão do campo trabalhadores/as que se dirigiam para os centros urbanos numa situação de penúria. Esses encontravam os espaços urbanos em formação desprovidos de infra-estrutura oferecendo um padrão de vida miserável à maioria da população.

A exploração através da extração da mais valia (o trabalho excedente) sem garantia do preço da FT e a apropriação privada do fruto do trabalho coletivo força a consciência dessa exploração e provoca a organização dos primeiros arranjos do sindicalismo através de ações de lideranças arrojadas. Os/as trabalhadores/as não contavam com proteção e benefícios na hora da doença e/ou da morte, e assim, se organizam através das sociedades beneficentes ou caixas de ajuda mútua. Estas se transformam em associações de trabalhadores até aos atuais sindicatos. A maioria da população brasileira trabalhava e vivia nas áreas rurais³⁰, após o desenvolvimento da indústria nacional houve à ampliação do número de trabalhadores urbanos formando uma classe operária nacional. Conforme dados dos censos da indústria de 1907 a 1930 há um crescimento do número de estabelecimentos de 3.187 para 49.418 com significativo aumento do número de operários nas primeiras décadas do século XX. De 149.140 em 1907 a 781.185 em 1930, conforme ilustra o Quadro 1³¹.

Quadro 1 - Distribuição de estabelecimentos industriais em série de anos e de números de operários correspondente no Brasil.

Ano	Estabelecimentos	Operários
1907	3.187	149.140
1920	13.336	275.512
1930	49.418	781.185

Fonte: Evaristo de Moraes Filho (2001).

³⁰ Dados de 1872 indicam que menos de 7% da população economicamente ativa ocupava a indústria nascente.

³¹ Cf. FILHO, Evaristo de Moraes. Sindicalismo, pags. 5485-89. In: ABREU, Alzira Alves de. DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001.

Nesse cenário de país colônia e de trabalho escravo, num longo processo de implantação da produção capitalista no Brasil ressalta a mentalidade colonizadora e escravagista do proprietário de terras e de escravos dominando a cena política no nascente capitalismo dependente e atrasado, o que caracteriza o país como de capitalismo tardio (POCHMANN, 2007: 129). Surge a classe operária brasileira, parte do sistema, mas em oposição e os primeiros sindicatos formou-se o sindicalismo com 100 anos de atraso em relação ao europeu, com as primeiras normas formalmente instituídas no início do século XX.

1.2.2. As primeiras formas de união dos trabalhadores e a influência dos imigrantes.

A formação sindical no Brasil com a criação das uniões operárias, programas de socorro mútuo, organizações mutualistas e outras formas de união se deve à influência dos imigrantes³². Inicialmente formou-se um movimento extremamente débil nas áreas urbanas, visto que 90% da população de trabalhadores residiam no campo aonde não se conseguiu emergir organização. Uma mistura de raças miscigenada: índios e índias, negros e negras, trabalhadores e trabalhadoras que migraram de diversos países para o “trabalho livre”, em formação da classe operária nacional e construção do movimento sindical no país.

As matrizes ideológicas que deram origem ao sindicalismo no Brasil espelham-se nas teorias clássicas européia. Desde a doutrina social da igreja - **sindicalismo cristão** baseado na Encíclica “Rerum Novarum”³³ que hierarquiza os direitos e os deveres do capital e do trabalho (o núcleo desse pensamento é o respeito à harmonia entre as partes). O **anarco-sindicalismo** baseado na “ação direta” e necessidade do confronto sem preocupações com a organização da classe. Os **socialistas revolucionários** que se orientavam pela Associação Internacional do Trabalho priorizando a defesa do salário e da jornada do trabalho ainda buscavam organizar um partido com base operária para derrubar o regime capitalista, sobretudo após a criação do Partido Comunista do Brasil em 1922³⁴. E, o **sindicalismo amarelo**, que considerava a política como auxiliar da luta sindical, contudo não aceitavam a direção dos anarquistas e dos socialistas pautando a mediação entre capital e trabalho.

³² Cf. SOARES (2007, 159) cerca de quatro milhões de imigrantes se desloca para o Brasil para diversas áreas de trabalho na passagem do século XIX ao XX.

³³ “Rerum Novarum” (Das Coisas Novas) publicada pelo Papa Leão XIII em 1891. A Igreja Católica através do Vaticano adota oficialmente uma doutrina para atuação no movimento social, em especial no sindicalismo, a qual criticava tanto o capitalismo como o socialismo e rejeitava a luta de classes. De acordo com essa encíclica papal, existe no capitalismo “uma desigualdade natural, necessária e conveniente para o homem” (BORGES, 2007: 47).

³⁴ Em 25 de março de 1922 grupos de atuação comunista das principais cidades do Brasil reúnem para fundação do Partido Comunista do Brasil (sigla PCB aquela época) no intuito de influenciar o movimento operário brasileiro.

Soares (2007) considera os “amarelos” diferente dos “pelegos³⁵” e, evidencia que estes se achavam mais próximos das concepções das *trade unions* (**uniões de negócios**) da Inglaterra e do “**sindicalismo de resultado**” dos Estados Unidos (Idem, 165). O autor informa que todos receberam influências estrangeiras de matrizes socialistas, cristãs, positivistas e corporativistas e complementa que *os “amarelos”, sejam de ideologia “trade unionista”, socialistas liberais, democrata-cristãos ou dos quadros da burocracia sindical, desenvolveram iniciativas para aproximar o movimento sindical do governo. Sobre estas correntes o autor traz para a atualidade citando que:*

(...) anarquistas e socialistas pautavam suas ações pelo sindicalismo classista e revolucionário, por outro lado, as demais forças, do positivismo corporativismo e do sindicalismo cristão, fincavam estacas e amarras para assegurar presença no movimento sindical, no qual ainda têm presença destacada, predominante e absoluta em vários setores (SOARES, 2007: 167)³⁶.

1.2.3. Sindicalismo no Brasil, ação do capital e reação dos/as trabalhadores/as.

A Primeira República (1889-1930) desmantelou a estrutura monárquica semi-absolutista, contudo, predominam atividades agrícolas e parte da mão de obra empregada na lavoura era composta de imigrantes que trouxeram em suas bagagens a experiência da luta de classes de seus países de origem. Submetidos às péssimas condições de vida e de moradia, vivendo situações subumanas de trabalho, miséria e exclusão sociais agravadas pela ausência de políticas públicas. As primeiras tensões entre a classe trabalhadora e a patronal se localizam no meio rural, por conseguinte, a primeira lei sindical definia *permitir aos profissionais da agricultura e indústrias rurais formar sindicatos para a defesa de seus interesses*. Regra criada em janeiro de 1903, no entanto a organização sindical dos camponeses surge com força nas décadas de 1950 a 1960.

Em 1907, os sindicatos urbanos foram regulamentados, através da segunda norma sindical que amplia as possibilidades para a criação de organismos no território nacional, a partir do ajuntamento de grupos similares para o estudo e defesa dos interesses corporativos:

³⁵ Pelegos, o termo se refere aos sindicalistas que tendem a enfraquecer as contradições entre capital e trabalho em alusão à proteção que o cavaleiro coloca entre o cavalo e o arreo para amortecer o peso.

³⁶ Um estudo e uma análise mais rigorosa sobre o tema podem ser encontrados em uma literatura específica. Para este trabalho, as referências feitas dão uma noção do cenário em que se instalam as idéias do nascente sindicalismo no Brasil.

Profissionais de profissões similares ou conexas, inclusive aos das profissões liberais, organizarem sindicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais dos seus membros (RAMOS, 2007: 230).

Na história do sindicalismo brasileiro, a organização da classe trabalhadora leva a eventos nacionais com criação de entidades gerais sendo instituída a primeira denominada Confederação Operária Brasileira (COB)³⁷ no 1º Congresso Operário que reúne lideranças com tendências anarco-sindicalistas. O movimento urbano cresce e aumenta a resistência trabalhista com realização de greves que eram tratadas como “caso de polícia”. Desde o início, a repressão ao movimento sindical por parte do governo finda em prisões arbitrárias contra as pessoas que defendiam idéias libertárias, muitas vezes seguidas de assassinatos³⁸. A frequente repressão enfraquecia o movimento que se desarticula para mais tarde reativar. Em 1929 vem organizar-se nova entidade - a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) formalizada no Congresso Sindical Nacional, sob orientação comunista.

A despeito da Depressão Econômica de 1929, com os Estados Unidos em crise afetando a economia mundial, no Brasil ocorrem mudanças na correlação de forças pós-Revolução de 1930 dando-se início da Era Vargas. Numa fase de avanço da industrialização brasileira com nova estrutura produtiva nacional e decisivo impulso para a consolidação do capitalismo no país. Uma crise que veio do centro do capitalismo mundial, entretanto, o Governo brasileiro instaurado abre caminhos à modernização econômica e social. Considerada por alguns estudiosos uma política populista, nesse governo, os sindicatos foram reconhecidos, paralelamente, a fixação das bases de uma política de conciliação entre capital versus trabalho, quando se inaugura o Ministério da Indústria do Comércio e do Trabalho³⁹, com o objetivo de tratar sobre a organização da classe trabalhadora e da classe patronal.

Essa política favoreceu a reivindicação de operários e de operárias por direitos sociais, entretanto, atrelando a classe trabalhadora ao poder governamental. Delineia uma política voltada ao setor econômico com viés de conciliação de classes via “Lei da Sindicalização”⁴⁰

³⁷ A COB fundada em 1906 organizou centenas de greves e manifestações, elo de todos os grupos operários no Brasil. Sua fundação respondeu a uma necessidade da classe operária frente à dureza cada vez maior dos embates com o patronato, e editava um jornal nacional: A Voz do Trabalhador. Por falta de estrutura foi se enfraquecendo até deixar de existir.

³⁸ Trata-se do assassinato do operário sapateiro Antonio Martinez durante a greve de 1917, e em 1919 repete com o caso de Constantino Castelani, também morto na porta da fábrica (SINTET, 2007: 9).

³⁹ Decreto Lei 19.433 de 26/11/1930.

⁴⁰ DL. Nº. 19.770 (19/03/1931), baseada na “Carta Del Lavoro” - fascismo italiano. Aspecto positivo a unicidade sindical, Cf. Fausto Arruda, Movimentos Sociais e Sindicalismo no Brasil – Sindicalismo no Brasil. Crisálida, Belo Horizonte, 2007: 91.

define o Sindicato como órgão de direito público; quebra a autonomia sindical; regula a sindicalização; exige “atestado ideológico” dos membros daqueles e daquelas que desejassem participar das estruturas sindicais; proíbe a sindicalização de servidores públicos e de empregadas domésticas (maioria mulheres); limita a participação de operários estrangeiros nas direções sindicais - mecanismos utilizados na tentativa de subordinação e incorporação dos sindicatos ao Estado Brasileiro.

Em 1932 cria a representação classista na Assembléia Constituinte através de decreto⁴¹ que exerce incentivo à sindicalização, *com maior concentração entre os trabalhadores em transportes e empregados no comércio* (FILHO, 2001:5488). A decretação do estado de guerra em 1935, e junto à perseguição aos comunistas, faz cessar o movimento sindical livre e reprime as lutas travadas pelos sindicalistas. Além de que, a Constituição de 1934 aprovasse o pluralismo sindical, prática que leva à fragmentação da organização sindical, defendida, à época, pelos deputados vinculados à igreja católica. Fato que repete na Constituinte de 1945, quando os parlamentares da União Democrática Nacional defendem o pluri-sindicalismo reacendendo um movimento de dispersão da classe trabalhadora.

Ressurge em 1945 com o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e recria a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), entidade que cumpriu importante papel no movimento sindical por um ano. Mais uma vez as forças reacionárias do governo determinam a intervenção nos sindicatos, ingerência que atinge mais de quatro centenas de entidades e provoca nova interrupção no sindicalismo brasileiro. Segue um crescimento da industrialização brasileira apoiada na concentração de rendas e na alta exploração da classe trabalhadora, cujo contingente chega em 1950 a 1.500.000 pessoas nas indústrias dando dimensão ao movimento sindical.

Surgem protestos contra o imperialismo norte-americano, manifestações em defesa das riquezas nacionais, a exemplo do 1º de maio de 1950 ocorrido no Rio Grande do Sul. A líder operária e militante comunista Angelina Gonçalves foi baleada pela polícia em plena manifestação de rua, porque carregava um cartaz com os dizeres “O Petróleo É Nosso”. Desde então, desencadeia uma onda de paralisações totalizando mais de 200 greves em 1951. No ano seguinte alcançam a casa das 300 greves com novas mobilizações e reivindicações políticas, como a luta contra a fome e a carestia, por democracia e liberdade sindical. Movimentações que refletem na campanha nacional, quando em 1954 surge a Unidade

⁴¹ DL. Nº. 21.076 (24/02/1932, regulamentado pelos Decretos Nº. 22.653 (20/04 e 22.696 (ambos de 1933) contribuem para ampliar o número de sindicatos no país. Total 361 sindicatos em 18 unidades do país fornecem eleitores para a escolha de 18 representantes classistas na Assembléia Nacional Constituinte, conforme Evaristo de Moraes Filho (2001).

Intersindical com o Pacto de Unidade e Ação (PUA). Fatos que demonstram novamente a disposição de unidade dos/as trabalhadores/as no Brasil e a persistência para a criação de instrumentos de representação e unificação da classe trabalhadora.

Concomitantemente, na zona rural surgem as Ligas Camponesas organizando a luta pela posse da terra desde 1956, lideradas por Francisco Julião⁴² criando-se vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais⁴³. Nessa onda o movimento em torno da bandeira da reforma agrária culmina com a criação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963, e, um ano antes, no IV Congresso Sindical havia sido fundada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Momento em que a classe trabalhadora se envolve em grandes manifestações no governo de João Goulart (1961-1964), o qual introduz o debate das reformas de base⁴⁴.

Entretanto, a reação patronal, tendo à frente as Forças Armadas em consonância com a lógica de Guerra Fria⁴⁵ e contando com o apoio dos Estados Unidos, instala um golpe militar em 31 de março de 1964, data conhecida como a mais longa noite do sindicalismo brasileiro, ao implantar o regime de ditadura militar no Brasil. Há registros que, mais de 2.000 entidades sindicais sofreram repressão, 10.000 sindicalistas tiveram seus mandatos cassados, assim como os parlamentares de feição popular perdem seus mandatos e novamente, há um descenso no movimento social e uma parada na construção sindical no país. Segue-se novo período autoritário (1964-1985) com retrocesso em diversas áreas políticas, cessa a democracia é vetada a liberdade de pensamento, as eleições são suspensas e os militares se revezam no poder numa repressão generalizada à nação e a ação sindical que se ressentem.

Todavia, é nas entranhas do velho que o novo se forma, e em fins da década de 1960 dá-se início à retomada do movimento sindical com a criação do Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA). Em junho de 1968, numa nova onda sindical e greves são realizadas. Dez anos após (1978) se repete, fato que os operários surpreendem o país com uma nova

⁴² Francisco Julião Arruda de Paula (16/02/1915-10/07/1999), advogado pernambucano, defensor da reforma agrária, fundador das Ligas Camponesas. Deputado estadual do Partido Socialista Brasileiro (1956). Visita a União Soviética e em 1959, Cuba. Eleito deputado federal (1962), preso em 1964, liberado em 1965, exilado no México, falece em Cuernavaca.

⁴³ Cf. DOS SANTOS, Delze. "Sindicalismo Rural: luta pela posse da terra e contra a exploração do trabalhador do campo". Em 1963 existiam 800 entidades sindicais e 500.000 camponeses organizados nas Ligas em 10 Estados, às vésperas do Golpe Militar em 1964 existiam 1.200 sindicatos e 42 Federações. SINDICALISMO NO BRASIL, Crisálida, BH, 2007: 63.

⁴⁴ Incluídas no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico: Reforma Agrária, Reforma Urbana, Reforma Universitária, Reforma Fiscal e Reforma Administrativa. Para um enfoque aprofundado Cf. Skidmore, Thomas E - *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964* (1975).

⁴⁵ O mundo estava dividido em dois grandes blocos, sendo um pólo comandado pelos Estados Unidos e outro pela União Soviética como resultado da Segunda Guerra Mundial, potências vencedoras dividindo o planeta e duas grandes áreas de influência. DIREITO À MEMÓRIA E A VERDADE, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007: 19).

forma de greve no complexo industrial do ABC paulista: eles entram nas fábricas, marcam o ponto e permanecem de braços cruzados das 7.00 até as 8.00 horas, recusam-se a produzir. De acordo com Ricardo Antunes inaugura uma nova etapa de luta, e novas greves com duração de mais de 40 dias são realizadas. Surgem então, várias modalidades e/ou formas de greves num movimento fértil: greves por empresa, greves gerais por categoria, greve geral, greves com ocupação de fábricas, com a década de 1980 aumentando o número de paralisações por empresas (Apud ALVES, 2002: 286).

Paralelamente, as forças populares se mobilizam em torno de uma diretriz: “Diretas Já”, colocam em cheque o autoritarismo dos governantes, processo que culminou com a derrota do regime militar em 1985. Foi constituído o colégio eleitoral pelos parlamentares das duas casas legislativas, eleito presidente da república, por via indireta, o senador Tancredo Neves, este acometido de doença súbita vindo a falecer e empossado o vice, senador José Sarney. Segue-se um processo de redemocratização do país que põe fim ao período de vinte e um anos de restrições rearticulando o movimento popular. A reivindicação de uma assembléia nacional constituinte sobreleva e, novamente se reacende o movimento sindical brasileiro.

Quanto à organização geral do sindicalismo⁴⁶, no final do século XX, há uma proliferação de centrais sindicais desde a década de 1980: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criada em 1983 com hegemonia dos partidários da esquerda; a União Sindical Independente (USI) fundada em 1985 liderada pelos comerciários de São Paulo; a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) criada no II CONCLAT em 1986; esta por motivos de cisões internas se divide em duas outras centrais: a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), em 1988, e em 1991 surge a Força Sindical (FS), entre outras.

Atuantes e orientadas por tendências políticas, referidas centrais⁴⁷ reúnem de forma horizontal as diferentes categorias profissionais e de trabalhadores permitindo uma representação mais ampla de homens e mulheres, conforme diferenciadas visões de mundo assegurando o arco de influência. Momento de mudanças econômicas com disputas no campo político e ideológico, surgimento de variadas tendências políticas representadas nas centrais

⁴⁶ Cf. ANTUNES (2007). O surgimento de grande número de sindicatos vinculados ao operariado industrial e setores assalariados médios aumentou os níveis de sindicalização. Em 1996 a quantia de 1.335 sindicatos de servidores públicos, 461 de “profissionais liberais” e 572 de trabalhadores autônomos (Idem, *ibidem* 293).

⁴⁷ Cf. Sindicatos – Indicadores Sociais 2001, IBGE, Rio de Janeiro, 2002. A distribuição dos sindicatos de trabalhadores filiados às centrais sindicais até 2001 encontrava-se na ordem de 65,85% dos sindicatos filiados à CUT, 19,49% à FS, 6,71% à SDS, 5,53% à CGT, 2,00% à CAT e 0,42% a outras centrais (IBGE, 2002: 88).

da classe trabalhadora. Ao todo resulta a criação de dezenove centrais gerais no país entre as décadas de 1980 e 1990 (A Classe Operária, 2007: 4)⁴⁸.

RAMOS (2007) que analisa a estrutura sindical brasileira como um dos sistemas organizativos de empregados e empregadores mais bem desenvolvidos cita Evaristo de Moraes Filho⁴⁹ que destaca o relacionamento de paternalismo em atitudes que amansam e impendem os protestos, evidenciando no sindicalismo brasileiro:

(...) duas heranças terríveis, que, ainda hoje, lhe marcam o caráter nacional: a situação de colônia e escravidão (...), de ambas da colonização e da escravidão, originou-se o relacionamento de paternalismo na sociedade brasileira (2007: 230).

1.2.3.1. As centrais sindicais diante da crise do capital.

A estrutura sindical brasileira baseia-se em sólidos pressupostos derivados da longa prática sindical no país, contidos na Constituição Federal de 1988, dando início à fase atual de desenvolvimento do novo sindicalismo brasileiro. José Calixto Ramos⁵⁰ destaca as seguintes características da questão trabalhista na atual Constituição:

Liberdade sindical; Regime da unicidade sindical; Sistema confederativo da representação sindical; Liberdade de filiação; Contribuição sindical obrigatória; Proteção aos dirigentes sindicais; Defesa de direitos e interesses individuais e coletivos da categoria; Sindicalismo reivindicativo e assistencial, ao mesmo tempo (RAMOS, 2007: 234).

Giovanni Alves afirma que na década de 1980 há uma explosão do sindicalismo no Brasil contenda social que adquiriu caráter de contestação política, canalizada para a perspectiva socialista do PT⁵¹ (ALVES, 2007: 252). O autor considera que os sindicatos tiveram um papel importante nesse credenciamento político ideológico, porém, avalia que a derrota de 1989⁵², se tornou o *marco de inflexão no processo de luta de classes no país, abriu*

⁴⁸ Cf. “A Classe Operária”: 19 centrais sindicais: A. Coordenação N. de Lutas do E. de Minas Gerais; A. Estadual de Sindicatos Social-Democratas de SP; Central Autônoma de Trabalhadores; Central N. Democrática Sindical; Central N. dos Motociclistas; Central N. dos Trabalhadores; Central Sindical dos Trabalhadores em T. Rodoviários; Confederação Geral dos Trabalhadores; Central Geral dos T. do Brasil; C. N. de Lutas; Central Única dos Trabalhadores; Força Sindical; Intersindical da Orla Portuária do ES; Nova CS de Trabalhadores; Pólo Sindical da Região de Livramento; Social Democracia Sindical; União N. Sindical – Unidade do Estado de MG; União Sindical Brasileira e União Sindical Independente.

⁴⁹ Cf. RAMOS, José Calixto. Estrutura Sindical Brasileira – Origem e Evolução, SINDICALISMO NO BRASIL: os primeiros cem anos? Editora Crisálida, 2007.

⁵⁰ Ministro do Tribunal Superior do Trabalho de 1989 a 1995.

⁵¹ Partido dos Trabalhadores criado em 1981, na vigência do regime militar.

⁵² O autor refere-se às eleições presidenciais de 1989 em que o operário metalúrgico, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva candidato à Presidência da República não se elege nesta primeira investida.

as portas para as políticas neoliberais no Brasil. A reorganização do novo sindicalismo aponta uma mudança de conduta nas posições sindicais assumidas diante da reestruturação econômica no país. A CUT, por exemplo, surgiu numa onda de resistência ao neoliberalismo, após 1990 contrasta com a década de 1980, aproximando-se cada vez mais ao sindicalismo social-democrata europeu e às vezes acolhe diretrizes da agenda neoliberal⁵³.

Os países dependentes da América Latina, alvos desta política de reordenamento da economia que nos dez últimos anos abrange a indústria afetando a vida objetiva da classe trabalhadora e sua subjetividade, disseminando prática sindical defensiva, se comparada à década anterior. Patrícia Trópia (2000) aponta a existência de práticas das centrais e observa mudanças de conduta, a exemplo da CUT que, inicialmente deu importância a atuação de massa em oposição ao projeto neoliberal, mas, na década de 1990 adota uma posição moderada. A USI, de orientação anticomunista, pregava um sindicalismo apolítico e independente de ideologia, expressão das forças políticas de direita. A CGT defende a negociação com diálogo franco com a patronal, em último recurso utiliza a greve imprimindo uma forma pacífica; a FS, em oposição à CUT e aos trabalhadores em movimentos reivindicativos, defende a livre concorrência, parceria entre trabalhadores e capital, concebe os sindicatos como instrumentos de venda da mão-de-obra *pelo preço mais alto possível*.

O enxugamento do Estado provoca uma “*cultura do medo*” relacionada à permanência ou não no emprego, com perda das bases de mobilização coletiva, que afeta a prática sindical no setor público. Soma a isso, a propaganda da falsa idéia do “fim da história” com conseqüências no trabalho, gerando uma crise no sindicalismo brasileiro. A lógica destrutiva do capital contra a FT incide na precarização da vida, compromete tanto a materialidade da classe trabalhadora como *sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas* (ANTUNES, 2001:188). Desde então, as questões trabalhistas se encontram em eminência na sociedade brasileira, temas permanentes de disputa entre as centrais sindicais vigoram em quase toda a década de 1990 e início do século atual, com repercussões na vida dos trabalhadores e trabalhadoras e nas formas de ação do movimento sindical, levando o citado autor a manifestar que:

⁵³ Política oficial adotada nos anos 1970 para 1980 (século XX) na Inglaterra e nos Estados Unidos identificada por três pilares: **desestabilização** das forças produtivas nas economias nacionais; **desregulamentação** progressista das atividades econômicas reduzindo a interferência estatal, com redução e desmonte do aparelho do Estado conferindo liberdades às forças do mercado; e **desuniversalização** dos direitos e benefícios sociais do chamado Estado de bem-estar social (CES, 1997: 66).

O mundo do capital está se horizontalizando, e nossos sindicatos ainda são verticais, da era fordista. Têm sido incapazes de se horizontalizar, de se tornar mais classistas, de incorporar os excluídos (ANTUNES, 1997: 47).

A crise estrutural do capital e os sinais de um quadro crítico como a queda da taxa de lucro, o aumento do preço da FT, a redução dos níveis de produtividade do capital, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, a hipertrofia da fase financeira, a maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas caminharam para um novo processo de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2001: 30/32). Um quadro crítico, numa ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e suas organizações assumiu uma nova forma de acumulação conhecida como “toyotismo”, baseado no modelo japonês. Ao invés da produção em massa nasce um modelo de produção de mercadorias integrado, combina alta tecnologia com um tipo de gerenciamento disposto a utilizar menos recursos e menos trabalhador, tudo é feito por módulos de produção e até terceirizados. A grande empresa passa a ser pulverizada, fracionada, com um pequeno grupo de operários segmentados dentro ou fora das fábricas no esquema de montagem, num processo de terceirização da mão de obra. Pressupondo uma revolução tecnológica, a era informacional, através do uso da informática e da micro-eletrônica para algumas profissões gerando desqualificação na maioria de trabalhadores/as.

Leôncio Rodrigues⁵⁴ analisa o destino do sindicalismo evidencia que, lideranças sindicais acostumadas ao modelo fordista da produção mecanizada que facilitava as estratégias sindicais no contato com um maior número de trabalhadores, ainda não se adaptaram às novas formas de organização do trabalho. Diante da atual fragmentação de categorias expressa no pluralismo sindical que reforça o corporativismo social, a *negociação salarial é dominada por um pequeno número de atores poderosos*, além do alto grau de centralização, num controle das entidades de cúpula sobre os sindicatos. O autor adverte sobre dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo: *a queda do número e da proporção dos trabalhadores filiados e no declínio das taxas de greve*, indicadores da perda de poder do sindicato como ator político (RODRIGUES, 2002: 11).

⁵⁴ Professor Leôncio Martins Rodrigues (Departamento de Ciências Políticas) UNICAMP. Possui amplo domínio da biografia internacional sobre o sindicalismo e autor de várias obras sobre o tema, que desenvolve desde a década de 1960. “**Destino do Sindicalismo**” trata de “uma descrição da situação atual do sindicalismo nos países em que os sindicatos haviam sido um ator político e econômico importante”. Editora da Universidade de São Paulo Iedusp, São Paulo, 2002.

1.3. Panorama do setor produtivo, a nova elite e suas representações de classe.

A transição do século XIX ao XX revelou-se um momento de expansão do mercado capitalista europeu e inserção do Brasil na modernidade. Processo desencadeado no país desde a Independência, seguida com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República gerando nova Constituição em 1891. Os ideais republicanos refletiam a imagem de progresso e preparam a sociedade brasileira para uma nova dinâmica do capital, novas relações em sociedade, mas também pressões, tensões, afirmações e crises. Maria de Nazaré Sarges em estudos sobre a cidade de Belém no período conhecido como “Belle-Époque” informa que:

(...) assistiu-se, na sociedade brasileira, à transformação do espaço público, do modo de vida, a propagação de uma nova moral e a montagem de uma nova estrutura urbana, cenário de controle das classes pobres e do aburguesamento de uma classe abastada (SARGES, 2000: 21).

Sarges (2000) comenta sobre a economia da borracha, que no Estado do Pará, fatos⁵⁵ significativos protagonizados pela fração dominante no uso de mecanismos para recuperação de parte do excedente que o Governo tirava da elite em forma de taxas e impostos, que:

(...) determinou alterações acentuadas na estrutura social belenense. Surge, então, uma classe de homens políticos e burocratas, formada por nacionais; os comerciantes, basicamente portugueses; os profissionais liberais, geralmente de famílias ricas e oriundas das universidades européias. Esta era a composição da elite dominante (SARGES, 2000: 58).

No Pará a extração e exportação da borracha tiveram um papel econômico preponderante de 1870 a 1912⁵⁶, e os “modernos” extrativistas colocaram-se à frente dos negócios contribuindo para a reorganização do espaço público resultando em edificações urbanas. É dessa quadra a construção do Teatro da Paz (1878), do Mercado Municipal do Ver o Peso (1901), do Palacete Bolonha, do Palacete Pinho, além das primeiras obras de

⁵⁵ Cf. SARGES (2000,58) refere-se à concessão do serviço de iluminação a gás e aos trabalhos de conservação do cais de Cameté realizados, respectivamente por Manoel Jorge Ribeiro deputado provincial durante 30 anos e o cônego Siqueira Mendes, presidente da Assembléia Provincial e senador em 1883.

⁵⁶ Cf. SARGES, Maria de Nazareth. “Belém, Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)”, Editora Paka Tatu, Coleção Açai, Belém, 2000, obra citada.

saneamento criando condições urbanas para a nova elite que se desloca do meio rural para a cidade. Forma-se também uma elite intelectual.

A atividade principal de Belém desde a extração das drogas do sertão, nos tempos de colônia portuguesa, era tipicamente terciária e os comerciantes desde 1864 têm sua representação de classe a através da Associação Comercial do Pará (ACP), inicialmente Praça do Comércio do Pará (CRUZ, 1964) garantindo representação e relações com os governos da época e além mar. Os empresários paraenses participam de eventos de âmbito nacional estabelecendo contatos com a Confederação Nacional do Comércio resultando novas experiências para o norte como a criação da Federação do Comércio do Estado do Pará agremiando a classe comerciária, fato que aconteceu em novembro de 1949.

Apesar da realidade peculiar à região amazônica, o parque industrial paraense adquire novas características ao longo das décadas de 1940 a 1980, conforme tabela elaborada por Leila Mourão (1989: 72) sobre a indústria paraense. Esta reproduzida a seguir, demonstra ao longo de cinco décadas como se deu o crescimento em número de estabelecimentos no Estado do Pará, a ampliação do capital empregado e o crescimento do número de operários. Em 1940 eram 10.595 operários, na década de 1980, 49.057:

Quadro 2 - Indústria paraense: número de estabelecimentos, capital empregado e número de operários entre 1940 A 1980.

Anos	Nº. de Estabelecimentos	Capital Empregado	Nº. De Operários
1940	666	123.627	10.595
1950	1.001	283.385	10.321
1960	1.222	-	10.019
1970	2.137	-	20.034
1980	4.860	53.007.128	49.057

Fonte: MOURÃO, 1989.

A indústria no Pará se desenvolvia e a classe patronal se representa através de sindicatos patronais participando de eventos locais, nas relações nacionais e até internacionais⁵⁷. Destacam-se empresários organizados nos setores de calçados, da construção civil, das fábricas de bebidas, os proprietários de panificação e confeitarias, assim como os de tipografias, marcenarias, e os donos dos estabelecimentos do comércio, entre outros.

⁵⁷ Cf. SARGES, *Op. cit.*, p. 26, e MOURÃO, *Op.cit.*, p. 36 sobre as menções honrosas em que as “Fabrica Bitar” e “Fábrica Palmeira” receberam pela participação na Feira Internacional de Paris, exposição realizada na Torre Eiffel em 1900.

A Federação acima citada surge com cinco Sindicatos patronais: o dos Lojistas do Comércio, o dos Despachantes Aduaneiros, o do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios, o de Corretores de Mercadorias e Navios, e o de Proprietários de Salões de Barbeiros e Cabeleireiros e Institutos de Beleza. Ao obterem o reconhecimento legal, em setembro de 1950, já contavam com mais quatro Sindicatos: o do Comércio Atacadista de Louças, Tintas e Ferragens, o do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, o do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, e o dos Representantes Comerciais do Estado do Pará. A Federação é responsável pela condução regional de duas instituições de caráter nacional, criadas quase que simultâneas a esta, o Serviço Social do Comércio - SESC, que se destina a melhorar as condições de vida dos trabalhadores, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, voltado para a formação e treinamento de mão de obra profissional.

Nesse panorama a classe trabalhadora, desde o início do século XX organizava suas entidades sindicais.

1.3.1. A criação dos sindicatos na cidade de Belém.

Belém, capital do Estado do Pará, localizada na embocadura do Amazonas tem cumprido, em alguns momentos com maior relevância, a função de principal centro prestador de serviços do norte. Centro comercial e financeiro da Região Amazônica vivera época áurea da borracha, atingindo o segundo lugar entre os produtos exportados. A vulnerabilidade da economia extrativista dependente do exterior ameaça o produto pela concorrência asiática reduzindo a renda. Entre outros fatores que provocou uma crise e conduziu a comercialização da borracha ao declínio. Esta caiu para o quarto posto entre os produtos de exportação.

Nesse contexto, registra-se a criação dos sindicatos no Estado do Pará, numa tomada de consciência coletiva trabalhadores se organizam em entidades. Para efeito de recuperação histórica, baseou-se nas contribuições de Darcy Di Paolo (1986) que focaliza os trabalhadores na estiva; informações sobre a memória da indústria paraense coletadas por Leila Mourão (1989); trajetória política das mulheres paraenses em Luzia Álvares (1990), e, em Haroldo de Barros (2007) que elenca as primeiras organizações do operariado paraense. Esse cita a primeira organização de trabalhadores do operariado paraense a União dos Trabalhadores na Construção Civil do Pará, em junho de 1908, atual Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Belém e Ananindeua (BARROS, 2007: 33).

Luzia Álvares (1990) levanta elementos que demonstram a organização da classe trabalhadora em Belém do Pará na defesa de direitos, desde o princípio do século:

(...) a classe operária que, desde o princípio do século, se organiza com base numa ideologia anarquista, tem suas formas próprias de luta e de defesa não só através das greves, mas através da organização de suas associações de classe, que não só são utilizadas para fins de ajuda assistencialista (uma vez que não há, ainda, nenhum órgão oficial que regularmente a assistência social e legal), como também criando mecanismos de reivindicação junto ao patrono Lauro Sodré (ÁLVARES 1990: 298).

Para Darcy Di Paolo os estivadores, que trabalhavam na carga e descarga da castanha e da borracha nos porões dos navios, se organizam, inicialmente, em três segmentos. A primeira organização foi criada por ocasião do assassinado de um dos líderes da estiva, Paulo Victor, em 1914 - a Sociedade União dos Estivadores de Belém. Tensões entre os membros da categoria levaram à criação da Sociedade Beneficente Auxiliadora dos Estivadores do Loyde Brasileiro e da Sociedade dos Estivadores e o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas do Estado do Pará⁵⁸. (DI PAOLO, 1956: 69).

Novamente Luzia Álvares nos informa sobre a unidade de diversas categorias aglutinadas na União Geral dos Trabalhadores nas primeiras décadas do século XX:

Em outubro de 1918, a União Geral dos Trabalhadores mantém federadas as seguintes sociedades: União dos Choferes, Federação das Classes da Construção Civil, Sindicato dos Marceneiros e Artes Correlativas, Federação da União dos Operários Sapateiros, Federação dos Mecânicos e Metalúrgicos, União dos Carpinteiros Navais e Calafates, Sindicato dos Ofícios Vários, União dos Ajudantes e Sub-Ajudantes de Maquinistas da Amazônia, União dos Caldeiros de Ferro, Liga de Resistência das Operárias do Pará e União dos Cigarreiros. Estavam em fase de organização suas agremiações de classe, os motorneiros, condutores e os carroceiros (ÁLVARES 1990: 298).

Outras categorias apontadas por Leila Mourão (1989: 85-86) como o Sindicato dos Taifeiros Marítimos e Fluviais no Estado do Pará (fundado em 25 de setembro de 1917); dos

⁵⁸ Após a abolição da pluralidade sindical pelo Decreto n°. 19.770 de 31 de março de 1931, cujo princípio estabelecia o direito de criação de entidades sindicais do mesmo grau e atividade numa mesma base territorial e estabelecida a Unicidade Sindical - ou a criação do sindicato único por categoria, seja industrial, comercial ou de serviço na mesma base territorial - a categoria dos estivadores se aglutinou numa única instituição criando, assim, o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas do Estado do Pará.

Estivadores de Santarém (criado em 1927), entre outros. A autora refletindo sobre a implantação industrial no Pará pondera que:

O surgimento do operariado no Pará, como no restante do Brasil, ocorre sob os auspícios de uma sociedade escravocrata, e por quase todo o século XIX, teve suas atividades normatizadas pela legislação escravista (MOURÃO, 1989: 85).

A pesquisadora destaca a presença de mulheres trabalhadoras em diversas categorias cujas fábricas acolhem *peçoas de ambos os sexos*, como: na Fábrica Palmeira, a Usina Vitória, a Usina Conceição, a Fábrica de Perfumes Paraenses, a Fábrica de Calçados Boa Fama. Completa que em algumas dessas fábricas, as mulheres eram maioria, como a Fábrica Jarina, as Perfumarias Phebo Ltda., a Fábrica de Chapéus de Palha, entre outras.

Luzia Álvares (1990) em estudos sobre a presença feminina no cenário político na Primeira República aponta o agravamento do desemprego devido à crise da produção gomífera, e a alta taxa de exploração a que são submetidos os empregados nos serviços urbanos, além dos salários baixos, em confronto com as horas excessivas trabalhadas e as péssimas condições de trabalho. Essas são as principais justificativas para a organização de sindicatos. Luzia Álvares acrescenta que:

Com esse quadro de exploração mantido pelos industriais, comerciantes (importadores e exportadores), proprietários, armadores, configuram-se a frágil aparência com que é abordada a questão social paraense, no período. É revelador, através deste confronto, o objetivo beneficente com base puramente eleitoreira (ÁLVARES, 1900: 297)⁵⁹.

Segue-se a instalação de novas fábricas na cidade agregando trabalhadores e trabalhadoras (1920-1930) e novas entidades, o que dissemina a atuação política em ações por direitos. Dessa fase, registre-se: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Material Elétrico de Belém; os Contabilistas do Estado do Pará; os Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couros e Plásticos de Belém; os Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Pará e Território Federal do Amapá; os Trabalhadores nas

⁵⁹ Cf. ÁLVARES (1990) refere-se à presença das Ligas Femininas Partidárias e ao litígio político entre Antonio Lemos e Lauro Sodré, as principais lideranças do Pará, na Primeira República.

Indústrias Gráficas do Estado do Pará; os Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha de Belém; os Trabalhadores da Força e Luz, entre outras (MOURÃO, 1989).

Desta época se inscreve a criação de duas organizações, respectivamente, em 1932 e em 1933, o Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Madeira e de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras, Compensados e Laminados, Aglomerados, Chapas de Fibra de Madeiras, Móveis de Junco, Vime e Vassouras, Cortinados, Estofos, Escova e Pincéis de Belém, - SOMTIMABE, visitado pela pesquisadora em 2008⁶⁰ e o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado do Pará.

No contexto da década de 1950 entidades de classe que interagem com o SEC/PA, entre essas: Fênix Caixeiral Paraense, União Geral dos Proletários do Pará, União Beneficente dos Choferes, Sociedade Mecânica Beneficente, Sindicato dos Oficiais de Maquinas e Motoristas e Condutores em Transportes Fluviais, Sindicato do Comercio Armazenador de Belém (BARROS, 2007: 49). Com atuação vinculada às organizações de esquerda registra-se o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Petróleo, Sindicato dos Jornalistas, e Sindicato dos Bancários (Idem, ibidem: 58). Em 1964 os sindicatos que se aglutinaram criaram a Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Pará e do Território Federal do Amapá (FETRACOM/PA), como o próprio SEC/PA, o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similar de Belém do Pará, Sindicato dos Oficiais Barbeiros, Cabeleireiros e Similares de Belém do Pará, Sindicato dos Enfermeiros e Empregados no Comércio do Território Federal do Amapá (Idem, ibidem: 61).

Como se vê, à medida que vai sendo ampliado o parque industrial, com criação de atividades subsidiárias de serviços e comércio surge uma classe que serve à burocracia pública e comercial, e as entidades que agregam socialmente esses trabalhadores/as com vistas a garantir os direitos a que fazem jus. Na atualidade encontram em Belém representações sindicais de categorias diversas assim como centrais sindicais. A crise que se abate sobre os sindicatos os quais se encontram numa defensiva reflete no movimento sindical como um corpo social em movimento. Entretanto, há expectativas de retomada da luta.

1.3.2. Os/as empregados/as no comércio de Belém e sua organização.

No início da Primeira República não existia ainda no Brasil entidade da classe dos/as comerciários/as, muito menos dos comerciantes, embora houvesse a existência das atividades comerciárias nas grandes capitais, principalmente nas cidades localizadas à beira de portos

⁶⁰ Atualmente a sede do SOMTIMABE se localiza em Icoaraci.

onde predominavam atividades de exportação de matérias primas e conseqüente concentração de uma classe de comerciantes dando surgimento à burguesia comercial. As classes de comerciantes proprietários das lojas e mercadorias, assim como os comerciários para prestação de serviços no balcão desses empreendimentos ou em trabalhos de rua para esses proprietários das lojas surgem para atender uma necessidade do desenvolvimento social, e como o foco desta pesquisa é a participação feminina na direção sindical do organismo da classe trabalhadora, a esta camada social se atenta.

Registros, após a libertação dos escravos/as enfocam que, mulheres ex-escravas *ficam no caminho que leva às portas da igreja, com tabuleiros de licores, doces e cigarros que vendem aos que estão do lado de fora* (SALLES, 2005: 209), comercializavam nas ruas da cidade em busca do próprio sustento. Provavelmente, as primeiras trabalhadoras a prestarem serviços no comércio da cidade.

Os problemas enfrentados pela classe trabalhadora no final do século XIX desde péssimas condições de trabalho, salários rebaixados e deterioração das condições de moradia abrangem todos os/as trabalhadores/as, inclusive os empregados e as empregadas do comércio da cidade de Belém que também se movimentam. A organização da categoria dos comerciários e comerciárias passou por um longo processo da criação da agremiação até a atualidade. Procedimento que se inicia nos fins do século XIX prolongando-se até 1926. A primeira organização da categoria que se tem notícia no país é a Sociedade Beneficente dos Caixeiros⁶¹ fundada em 1858, na então capital federal - Rio de Janeiro.

Esta entidade servirá de exemplo para organizar uma das entidades dos/as empregados/as no comércio do Pará, conforme declarações do próprio presidente da Associação dos Empregados no Comércio do Pará⁶², senhor Cândido Pita Pereira, em relatório de prestação de contas um ano após a fundação da entidade paraense. Este declara a intenção de igualar a citada instituição à Sociedade dos Caixeiros do Rio de Janeiro⁶³.

A entidade paraense referida acima foi criada numa assembléia cuja ata assinada por 250 pessoas, em 27 de março de 1898, realizada na Praça Comercial de Belém⁶⁴. O relatório cita que existia no Pará mais de 8.000 caixeiros na Praça de Belém. O presidente destaca que *podemos formar uma sociedade tão poderosa que estabelece sua prepotência e possa dar*

⁶¹ Cf. MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. “Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência”. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1993. Os caixeiros seriam uma espécie de gerentes dos negócios se ocupava desde atender no balcão, vender na rua, fazer compras e vender em grosso, fazer a escrituração mercantil até vigiar os escravos ocupados nos serviços da loja – no século XIX era uma profissão exercida exclusivamente pelo sexo masculino.

⁶² “O Empregado do Comércio”, Ano I, n.º. 1, Belém, 15 de agosto de 1899 – pesquisado na Biblioteca do CENTUR.

⁶³ Citado Relatório informa que a entidade do Rio de Janeiro, naquela ocasião, contava com 12.000 associados.

⁶⁴ A Praça do Comércio do Pará criada em abril de 1819, deu origem a Associação Comercial do Pará reorganizada em 1864.

golpe de morte nos usos e abusos do inveterado carrancismo do seu comércio ⁶⁵. Relatório publicado em “O Empregado do Comércio”, cujo subtítulo deste é o ideário iluminista da Revolução Francesa, “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*” muito difundido à época entre aqueles/as que almejassem mudanças sociais.

Todavia, cronologicamente, a primeira entidade de classe dos comerciários encontrada em registros, a Liga Protetora dos Empregados do Comercio data de 1890⁶⁶, com a finalidade de *proteger a classe auxiliar do comércio*. Embora esse periódico anunciasse a publicação dos Estatutos desta, o mesmo não foi encontrado nos exemplares pesquisados.

Quanto ao Estatuto da Associação dos Empregados no Comércio do Pará veiculado em “O Empregado no Comércio” ⁶⁷, define a finalidade de *promover e auxiliar o desenvolvimento moral e intelectual dos seus associados, difundindo o ensino de conhecimentos úteis em matéria comercial, instituindo além de uma biblioteca, escolas, preleções e conferências*. Evidencia a missão educadora e formadora de caráter, além da promoção do saber aos comerciários. O Capítulo VII, “Da Instrução” trata do conteúdo dos cursos, funcionamento da Biblioteca, das preleções, conferências e demais eventos que julga necessários para o incentivo à cultura, a instrução e a qualificação da categoria.

No que se refere à admissão e tipos de sócios, o documento define os graus de associados em sócios beneméritos, honorários, remidos, efetivos e fundadores, aqueles que participaram da Assembléia de fundação. O registro deixa evidente o perfil masculino dos associados, ao definir quem será admitido na qualidade dos sócios: *Todas as pessoas do sexo masculino* (aqui sublinhado pela autora), *de qualquer nacionalidade que se empregam no comércio poderão ser admitidos*, devendo seguir os seguintes requisitos:

(...) gozarem de boa reputação, ser maior de 12 anos, e quando menores apresentar autorização de seus Paes ou curadores. Na proposta de admissão deve declarar o nome, a nacionalidade e a casa em que é empregado o proposto. (Estatuto da Associação dos Empregados no Comércio do Pará – “O Empregado do Comércio”, Ano I, nº. 1, Belém, 15 de agosto de 1899).

Embora haja ausência de informações sobre a relação destas entidades fundadas no século XIX com o atual sindicato, destacam-se no Relatório citado, informações sobre a

⁶⁵ Idem 62.

⁶⁶ “A Voz do Caixeiro”, Ano I, nº. 1, Belém, 9 de fevereiro de 1890 – Biblioteca do CENTUR.

⁶⁷ Idem nota 62.

organização da categoria, e a situação dos associados, sendo: os 28 sócios fundadores, 152 efetivos, 04 honorários e 04 beneméritos⁶⁸ a título de notícia, interessando as informações da entidade atual, cuja existência data do século XX.

De fato, surge então a terceira organização sindical dos comerciários em 30 de outubro de 1.926 (BARROS, 2006: 37) existente na atualidade. Inicialmente denominada União Beneficente dos Auxiliares do Comércio do Pará, conforme o Estatuto do Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado do Pará⁶⁹, registrado em 1960 com a denominação de Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado do Pará – SEC/PA.

Uma das manifestações da categoria nas primeiras décadas, embora não cite a presença do Sindicato, quando da chegada do Governador Interventor do Pará Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata em novembro de 1930, cujas primeiras medidas tomadas deixam os comerciantes descontentes (COIMBRA 1981).

Na ocasião, dois proprietários de lojas anunciam que para o devido cumprimento das exigências do Governo as duas firmas iriam proceder ao corte de 25% dos salários dos empregados comerciários. Ao receberem esta informação, os trabalhadores organizaram-se em passeata pela cidade portando cartazes e se dirigiram à sede do jornal “Folha do Norte”, assim como seguiram em frente até a residência do Governador que se localizava na Praça Barão do Rio Branco. Em cada uma destas paradas realizaram manifestações onde discursaram os líderes comerciários Eduardo Seabra, Carlos Rabelo e Mario Platilha demandando ao chefe de governo que interferisse na questão. Continua Cresco Coimbra que no mesmo dia, os comerciários foram informados de que a idéia das duas firmas tinha sido abandonada, creditando esse feito ao Governador Magalhães Barata (COIMBRA, 1981: 286).

Assim, entre os diversos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras no Pará, o SEC/PA tem sua existência registrada em 30 de outubro de 1.926 (BARROS, 2006: 37) com absoluta ausência do elemento feminino. As mulheres paraenses trabalhadoras das categorias em geral e em especial dos comerciários onde se encontravam?

⁶⁸ O relatório cita a realização da Assembléia de aniversário da entidade, realizada em 27 de julho de 1899, quando aprovado o título de sócio benemérito ao senhor Dr. Justo Chermont, então Governador do Estado; ao senhor Antonio Lemos, o Intendente Municipal de Belém; ao Coronel Sotero de Menezes, Comandante das Forças Estaduais; e ao senhor José Marques Braga, Senador da República. Esse registro evidencia as relações que a classe trabalhadora espera manter com a elite governamental, pois se trata de uma deferência a concessão desses títulos honoríficos da categoria.

⁶⁹ Cf. BARROS, 2007: 57. Registra-se que o Estatuto da entidade fornecido pelo sindicalista e ex-diretor do SEC/PA Francisco Ribeiro do Nascimento, reformulado em 1960 encabeça: “Estatuto dos Empregados no Comércio do Estado do Pará – Ex União Beneficente dos Auxiliares do Comércio do Pará – Órgão de representação legal da categoria profissional dos empregados no comércio do Estado do Pará – Defensor dos interesses da Classe, fundado em 30 de outubro de 1926. Reconhecido de utilidade pública por Decreto Estadual n°. 521 de 29 de outubro de 1931”.

1.4. As trabalhadoras, os desafios e avanços na participação política feminina.

As primeiras fábricas têxteis instaladas nas cidades brasileiras (século XIX) utilizaram intensamente a mão de obra feminina. Maria Valéria J. Penna (1981) nota que em 1872 as mulheres constituíam 76% do trabalho assalariado nas fábricas⁷⁰. As mulheres brasileiras contribuíram para a acumulação do capital desde sua implantação.

Margareth Rago informa que do total de 5.019 empregados nos estabelecimentos industriais 16,74% eram do sexo feminino e 14,15% eram menores, assim constituído o proletariado paulistano em 1894 (RAGO, 2000: 580).

O enfoque sobre relações de trabalho e a situação das mulheres brasileiras dá indicativos da presença de italianas, espanholas, portuguesas, alemãs, romenas, polonesas, húngaras, lituanas, sírias, judias, operárias da imigração européia atraídas pelo governo brasileiro para o trabalho, quer na lavoura nas fazendas de café, quer nas fábricas instaladas nas cidades, substituindo a mão-de-obra escrava. Número significativo de mulheres e crianças, FT abundante e barata compunha a maioria da mão de obra assalariada *de acordo com o censo, em 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras contra 231.731 homens* RAGO (2000: 580). As condições de trabalho precárias, além dos baixos salários, a jornada de trabalho prolongava-se das 5h30 da manhã até as 19h30, sem intervalo para o almoço. Aos domingos trabalhava-se até as 11 da manhã, sem pagamento de hora extra, tal a dimensão do grau de exploração. Além disso, as moças eram assediadas pelos encarregados, sob pena de serem castigadas, caso não aceitassem manter relações sexuais com o chefe.

O protesto feminino contra as injustiças no início do século XX demonstra que as mulheres não se inibiam apesar da ação da polícia. Elas conclamavam a solidariedade e demarcavam o território de sua luta, registrado em “A Terra Livre”, periódico de tendência anarquista que circulava entre as costureiras das confecções articulando suas demandas para organizar seus sindicatos. Os manifestos assinados por Teresa Cari, Teresa Fabri e Maria Lopes evidenciam pelo conteúdo a seguir:

Devemos demonstrar, enfim, que somos capazes de exigir o que nos pertence; e se todas forem solidárias, se todas nos acompanharem nessa luta, se nos derem ouvidos, nós começaremos por desmascarar a cupidez dos patrões sanguinolentos.
(A Terra Livre, 19/07/1906 – CNDM, 1986).

⁷⁰ Cf. PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Apud: ALVARES, Maria Luzia Miranda, *Mulher, Trabalho e Indústria, no Para, no Início do Século.* Texto originalmente apresentado na Reunião Anual da ANPOCS-N/NE, em maio/1996, no Grupo de Trabalho Gênero, Família e Idade.

Comenta Margareth Rago sobre os motivos da primeira greve têxtil na Capital Federal em 1903 realizada pelos operários das Fábricas Aliança e Cruzeiro:

(...) tinha como motivo central a demissão de uma operária que tivera um filho do mestre que a despedira (RAGO, 2000: 594).

No 1º COB em 1906, as lideranças operárias aprovam resolução *para organizar o elemento feminino em sindicatos de resistência*, considerando a presença da mulher no mercado de trabalho, e, esforços no combate das desigualdades. De fato, dados de 1912 dão conta das desigualdades existentes entre os gêneros no país, visto que:

(...) o salário médio das mulheres era bastante mais baixo que o dos homens: o salário médio masculino na fiação era de 4\$500 réis e o das mulheres, 2\$000 réis. Na seção de acabamento, em média, os homens recebiam 4\$900 réis e as mulheres 3\$000 réis (PENNA, 1986: 3).

As discussões sobre os direitos das mulheres trabalhadoras têm continuidade em congressos subseqüentes, a exemplo da realização do 3º Congresso Operário Brasileiro. As mulheres representavam 15% da FT totalizando 1.434.000, distribuídas entre os setores: agricultura 42%, 31% na indústria e 26% em serviços. Trabalhavam nas mais duras condições sofrendo todo tipo de exploração. Demonstra-se na agricultura o setor de maior concentração da presença feminina no mercado de trabalho na realidade agrária do Brasil, conforme registrado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 01 - Distribuição da força de trabalho feminino por setor de produção - Brasil 1920

Total de mulheres	Agricultura	Indústria	Serviços
1.434.000	42%	31%	26%

Fonte: Censo Demográfico de 1920.

No 3º Congresso realizado entre 23 e 30 de abril de 1920 são reforçadas as resoluções do 1º Congresso, e, conforme segue abaixo indica propostas específicas às mulheres trabalhadoras, exigindo:

(...) medidas para que se estabeleça no trabalho um ambiente de respeito, repelindo as brutalidades dos patrões e encarregados de serviços; intensificando-se a campanha no sentido de que para elas [mulheres] seja abolido o trabalho noturno e os seus salários sejam equiparados aos dos homens. (CNDM, 1986: 10).

Luzia Álvares ao informar sobre as Ligas Femininas partidárias paraenses⁷¹ evidencia as lutas reivindicatórias com número expressivo de greves, cujo principal motivo é a denúncia sobre a exploração. As queixas vão desde *os salários baixos, em relação ao horário de trabalho a que são submetidos e as péssimas condições de trabalho*⁷². A autora registra que:

Em 1918, grevam as operárias da Fábrica de Roupas Aliança (outubro), os motorneiros da Pará Eletric (outubro), as operárias da Fábrica de Cordas (outubro); os carroceiros (abril), os operários das oficinas metálicas Botelho (julho). Em 1919, grevam os operários da Fábrica de Calçados Boa Fama (fevereiro), os operários das oficinas Salvador Mesquita e Cia da Construção Civil (março), os alfaiates, (maio); greve geral da construção civil, caldeireiros, empregados de hotéis, alfaiates, sapateiros e choferes (maio). (...)

Ainda sobre as condições de trabalho e exploração a autora continua:

O nível de exploração é assustador, as péssimas condições de trabalho fazem parte dos reclamos gerais, ocorrendo, por vezes, acidentes graves, como a de uma operária da fábrica de roupas Aliança que foi presa pelos cabelos, na polia da máquina de costuras. O que se torna desolador é que a maioria das fábricas não tem registros de seus empregados, configurando o pouco caso dos empregadores, em relação aos operários (ÁLVARES 1990).

As componentes da Liga Cooperativa das Operárias de Fábricas destacavam a necessidade de instrução como fundamental para a ascensão das mulheres na luta pelos

⁷¹ Cf. Saias, Laços e Ligas (1990). Dissertação de Mestrado, NAEA/UFPA, digitalizada.

⁷² Cf. Álvares (1999: 298). Datas das greves: motoristas da Pará Eletric (04/1913; sapateiros (03/1914), carroceiros e estivadores (04/1914), e padeiros (07/1914); em 1916: estivadores (04/1916); estivadores e funcionários públicos (11/1916); motorneiros (02/1917), sapateiros (04/1917), estivadores - adesão dos motorneiros e condutores, marinheiros da Amazônia e os choferes (06/1917), distribuidores de pão (11/1917), "**chauffeurs**" da garagem Napier (12/1917).

direitos políticos. Em 1923, a advogada e jornalista Ormindia Ribeiro Bastos⁷³ realiza conferências a essa associação, comprometida na luta sufragista que se instala no país a partir de 1922, através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ormindia é associada à Federação tornando-se assessora jurídica desta em 1925 (ALVARES, 1990).

Edilza Fontes (2002) evidencia a ausência das mulheres na padaria, atividade originalmente feminina, demonstra como o fazer pães se constituiu em uma profissão masculina, identifica no processo do trabalho, o espaço de produção como um espaço masculino, visto que exigia força física para *fazer a massa a muque*. Argumenta que a sociedade de Belém utilizava a representação simbólica da fragilidade da mulher articulada com a precariedade dos instrumentos de trabalho nas padarias artesanais, e comenta:

(...) padeiro e forneiro como profissões masculinas utilizaram a imagem social do que seja feminino e masculino, ou seja, os donos das padarias artesanais utilizaram a concepção da época sobre o que era uma mulher e o que ela sabia e poderia fazer, e o que era um homem e o que ele poderia fazer (FONTES, 2002: 117).

Na padaria, o fato de o processo de trabalho exigir a presença à noite para esperar a massa “dar o ponto” era um obstáculo para as mulheres *por despertar possibilidades de práticas sexuais no espaço do trabalho* (idem, ibidem, 121). Não era de costume a presença feminina no trabalho noturno. A presença da mulher era aceita no trabalho de dia. Na Fábrica Palmeira (fundada em 1892), por exemplo, a autora menciona que em 1941 havia 250 empregados dos quais 129 mulheres, e cita ainda a:

(...) presença feminina em repartições públicas, redações de jornais, escritórios comerciais, laboratórios, farmácias, consultórios médicos, hotéis, casa de moda, casa de família, bares, etc. (FONTES, 2002: 118)⁷⁴.

Referências nacionais e locais colhidas de estudos pontuais sobre as mulheres trabalhadoras demonstram a circulação desse gênero em todas as atividades laborais, desde que necessárias à reprodução de sua sobrevivência e de sua família. O fato de alguns estudos tratarem da “invisibilidade” das mulheres demonstra que não houve investimento no olhar

⁷³ Cf. ALVARES (1990; 1998; 2006) Ormindia Bastos natural do Estado de Amazonas, deslocando-se para o Pará ainda criança. Foi assessora de Bertha Lutz liderança sufragista.

⁷⁴ Cf. FONTES, Edilza (2002: 18). Pesquisa realizada no jornal “Folha do Norte” nos anos de 1934 e 1944.

sobre as várias ambiências do trabalho social, embora a existência real destas no mercado capitalista desde suas origens no país.

1.4.1. Movimento de mulheres e movimento sindical: práticas que se encontram.

A presença das mulheres no mercado de trabalho no Brasil é uma realidade, apresenta desde o século passado, crescimento ascendente. Se na década de 1940 as mulheres representavam 15% da População Economicamente Ativa (PEA) em comparação aos homens, a partir da década de 1970 há um crescimento considerável dessa presença no mercado de trabalho brasileiro, constatando em 1970 20,8%, seguindo a uma linha ascendente no Século XX⁷⁵. Contudo, a despeito da presença desse gênero nesses espaços de trabalho, a imprensa operária descrevia-as “frágil costureira”, vítimas das perseguições dos patrões, exploradas e submissas, problematizando-se negativamente (...) *quando algumas mulheres de vanguarda pretendiam romper a imagem tradicional da mulher do lar* (SOUSA LOBO, 1991: 269).

Importantes disposições influenciaram nas mudanças do comportamento social das mulheres, a exemplo da atitude da advogada Romy Medeiros da Fonseca que em 1949 cria um Conselho Nacional de Mulheres para lutar, no âmbito institucional e nacional, pelos direitos das mulheres. A ação da advogada permeou toda a década de 1950 para, na década seguinte, surgir o Estatuto da Mulher Casada⁷⁶, eliminando, entre outros avanços, a obrigatoriedade do consentimento do marido para que a mulher exercesse uma profissão.

Leila Barsterd, citada por Céli Regina Jardim Pinto (2003), comenta que as cláusulas do Estatuto da Mulher Casada amenizaram as discriminações, visto que no Código Civil de 1916⁷⁷, exclusivamente o marido era o chefe do casal, o referido Estatuto apresenta inovações. Apesar de o homem ainda permanecer na chefia da família, houve mudanças ao referir da questão de outra forma:

O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher no interesse comum do casal e dos filhos. (PINTO, 2003: 47).

⁷⁵ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNDA aponta que a participação das mulheres na economia do país passou de 43,4% em 2004, para 43,7% em 2005.

⁷⁶ Lei Nº. 4.121/62.

⁷⁷ Sobre as determinações desse Código à vida das mulheres cf. Álvares (2004).

No âmbito das relações de trabalho, a demanda por uma legislação especial de caráter protetivo ao trabalho da mulher⁷⁸ que proibisse o trabalho noturno, indicasse condições mais favoráveis à gravidez e introduzisse o princípio do salário igual para trabalho igual foi aprovado no país em 1932. Matéria que fazia parte dos debates internacionais, aprovada no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho realizado em 1919, o qual contou com a presença das brasileiras: Bertha Lutz e Olga de Paiva Meira (CNDM, 1986).

A Era Vargas se inscreve o direito do voto às mulheres, uma luta desenvolvida desde a Primeira República, incluída no Código Eleitoral de 1932, ratificado na Constituição de 1934, estabelecia o *dever* de votar, apenas às mulheres que exercessem função pública remunerada. Trata-se do direito seletivo do voto feminino, universalizado somente em 1971⁷⁹. Um ano após, às vésperas da Constituinte⁸⁰ o governo brasileiro cria condições para permitir a presença de representações classistas na referida assembléia, citado por José Calixto Ramos:

(...) quarenta representantes de associações profissionais, tocando vinte aos empregados e vinte aos empregadores, nestes incluídos três por parte das profissões liberais e, naqueles, dois por parte dos funcionários públicos (...) com os mesmos direitos e regalias que competirem aos demais de seus membros (RAMOS, 2007: 231).

Participaram duas mulheres: a deputada federal Carlota Pereira de Queiroz, eleita pelo estado do São Paulo e a deputada classista Almerinda Gama entre os parlamentares do sexo masculino⁸¹. Surge pela primeira vez na Constituição de 1934 o princípio da igualdade entre sexos, a proibição de horas extras, regulação do trabalho noturno, a diferença salarial por motivo de sexo e proibição nas atividades insalubres para as mulheres. Faz referências sobre a assistência médica à gestante, o descanso antes e após o parto através da Previdência Social. Justifica razões humanitárias, mas se destinava a proteger o lugar da mulher no lar, exprimindo razões econômicas. O Direito do Trabalho “protetivo” ao proibir horas extras ou trabalho noturno para mulheres indica a posição diferenciada das mulheres na sociedade.

Após a II Guerra Mundial há um incremento de mulheres no mercado de trabalho, devido ao alto custo de bens combinado com as péssimas condições de vida que levam as mulheres de classes sociais e ideologias diferentes a participarem de manifestações de rua,

⁷⁸ Decreto Nº 21.417/32.

⁷⁹ Maiores informações sobre esse tema cf. ALVARES, 2002: 5; e ALVARES, 2004.

⁸⁰ Decreto Nº 22.653/33, aprovado em abril de 1933 resultando das eleições para a composição da casa parlamentar 214 deputados federais somados aos 40 deputados entre a patronal e os trabalhadores um total de 254 parlamentares constituintes.

⁸¹ Sobre a organização dos sindicalistas paraenses para participarem como deputados classistas cf. Álvares, 1990.

como o movimento contra a carestia. Movimento de repercussão nacional, tendo à frente a Federação de Mulheres do Brasil, reivindicava ação política do estado brasileiro para responder às necessidades da população. Entre suas atividades, realiza a passeata denominada “Panela Vazia” ocorrida no ano de 1953, debates e outras manifestações (PINTO, 2003: 44).

Embora a política brasileira sofresse ainda conseqüências do golpe militar, avaliam-se as influências no Brasil quando da instituição do Ano Internacional da Mulher, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, na III Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México. Nessa ocasião definiu-se a Década da Mulher (1975-1985), período da promoção de eventos no país com repercussão nos estados da federação.

Joana Maria Pedro (2006) considera a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), um evento muito significativo, tanto pela divulgação sobre os direitos das mulheres e a formação da consciência destas, como pela importância da luta política. Atividade realizada sob o patrocínio do Centro de Informação da ONU, ocorrido na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro, comentada pela a autora:

(...) apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos (PEDRO, 2006: 251).

Outros movimentos realizaram Seminários, Encontros e Congresso de mulheres trabalhadoras nas principais capitais, entretanto, merece destaque a criação de um novo espaço de divulgação sobre a situação das mulheres brasileiras, o qual contribuiu para as mudanças de rumos políticos do país, e conquista da democracia política acelerando o fim do regime militar, tendo seu momento alto entre 1977 e 1978. Trata-se do:

Movimento Feminino pela Anistia (abril de 1975) fundado por Terezinha Zerbini, esposa de um general que sofrera repressão com o golpe militar de 1964 (...), reunia familiares de pessoas que haviam sido exiladas, presas ou estavam desaparecidas (PINTO, 2003: 63).

Destaca-se também o “Movimento de Mulheres pelas Diretas Já” pela capacidade de as mulheres incorporarem as questões específicas de gênero às lutas gerais do povo brasileiro, fortalecendo o movimento social e a reconstrução da democracia no país. Movimento que

unificou as oposições em torno de bandeiras pela democracia, estado de direito e defesa das liberdades, demandas populares expressas nos inícios da década de 1980.

No processo de redemocratização e com o crescimento da participação popular, em especial dos movimentos de mulheres, que ocupam espaços no cenário nacional estimulados pela Década da Mulher ocorre a criação de órgãos institucionais sobre a questão da mulher, de caráter nacional com repercussão nos estados e municípios. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, empenha-se nas rupturas às discriminações contra as mulheres no Estado Brasileiro. Ainda nessa quadra o debate sobre a Constituinte, com a inclusão de questões relativas à situação feminina levou a aprovação de um capítulo específico⁸² na atual Constituição Cidadã, demonstrando avanços do ponto de vista do reconhecimento da presença das mulheres na vida social do país.

As entidades gerais de trabalhadores recém criadas, influenciadas pela atuação das mulheres no movimento geral da sociedade, e em especial as mulheres procuravam se colocar no meio sindical objetivamente, havendo incentivo para a participação das trabalhadoras nesses espaços de decisão. Trata-se da criação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras nas centrais gerais, de departamentos da mulher nos partidos políticos, dando dimensão a questão desse gênero como sujeito político na esfera pública. A conjugação destes movimentos contribuiu na elevação da consciência coletiva para uma maior participação das mulheres nos processos sociais e coletivos. Também à criação de conselhos específicos para a política da mulher, comissões e departamentos em entidades apontam para o emergente movimento de participação sócio-política das mulheres, assim como o preenchimento de espaços ainda vazios dessa participação.

Questões nacionais consideradas importantes ao analisar a atuação sindicalista local, visto que, a cidade de Belém não circunstancia numa ilha, numa redoma imune as mudanças sociais. As pessoas que almejam transformação social buscam o exercício da política, mais tempo, menos tempo incidem na prática social repercutindo em mudanças e avanços sociais.

É um avanço significativo o surgimento da primeira mulher na direção do Sindicato dos Empregados do Comércio - PA, em 1954, considerando todos os entraves objetivos que influenciavam a vida dessas trabalhadoras. Apesar dos hiatos na ausência do elemento feminino nesse espaço é possível identificá-las na década de 1970 até 1980 embora em minoria, e alcança a década de 1990 com uma mulher a ocupar o cargo máximo de presidente do SEC/PA, ampliando essa presença nos mandatos que se seguiram.

⁸² Vide: Os Direitos da Mulher na Constituição de 1988 (PINTO, 2003: 78), obra citada.

CAMILLE CLAUDEL*



O homem escravo multiplicou suas forças, teve necessidade de recorrer às tuas para quebrar suas correntes. Livre, tornou-se injusto para com sua companheira. Ó mulheres! Mulheres, quando deixareis de ser cega? (Olympe de Gouges: 2006:252).

* Detalhe da escultura “La Vague” (A Onda – 1903) de Camille Claudel.

2.1. Entre as teorias e as características do trabalho no setor do comércio.

Em Karl Marx (1818-1883), o trabalho é *o estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho* (MARX, 1993: 140), mercadoria de propriedade do/a trabalhador/a (do sexo masculino ou feminino), que a oferece “livremente” no mercado por determinado valor em troca de seu sustento e de sua família. Origem da riqueza social transforma a matéria prima em produto, o qual em circulação para comercialização torna-se mercadoria. Esta possui dois tipos de valor: o valor de uso – objeto de utilidade para o consumidor; e o valor de troca – determinado produto trocado por valor, oferecido no mercado capitalista em troca da matéria dinheiro - valor. Marx expressa que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (...) (MARX, 1993: 149).

Ao distender a energia aplicada na produção de mercadoria o/a trabalhador/a acrescenta “mais valia” no processo de produção capitalista. Compõem-se, nesta concepção, os elementos fundamentais desse processo que implicam nas relações de trabalho: FT - fonte das riquezas; as matérias primas e os instrumentos de produção – isto é, MP pertencentes a classe dos proprietários.

Nesse processo de produção as relações entre os homens/mulheres e a natureza e entre esses, se baseiam, segundo Marx, num modo de relações competitivas, constituindo-se na contradição entre a classe proletária possuidora da FT e a classe que mantém a propriedade privada dos MP. Cada qual ocupa um lugar no sistema capitalista e assume posição antagônica. As relações de produção na sociedade capitalista não são de cooperação entre os homens e as mulheres, são relações de exploração que negam a harmonia. O trabalhador/a “livre” oferece a FT no mercado e o capitalista se apropria do dispêndio dessa força, incorporando-a na mercadoria.

A atividade humana, dispêndio da FT humano consumido, resulta na mercadoria colocada à venda no mercado, qual experimenta todas as vicissitudes que qualquer mercadoria passa no mercado capitalista – a oferta e a procura, a abundância, a escassez. Marx avalia que:

O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva (Idem, ibidem: 149).

Os MP: matéria prima e instrumentos de produção, de propriedade do capitalista, não pertencem ao trabalhador/a, mas, por ele/ela manuseados. A FT, mercadoria de propriedade do/a trabalhador/a, oferecida no mercado por um preço. Esse esforço no processo de produção é a atividade humana aplicada pelo trabalhador homem mulher na realização de um produto (Idem, ibidem: 154) dando consistência objetiva ao capital. Como Marx explicita que:

Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade (Idem, ibidem: 190).

A divisão social do trabalho ocorre da apropriação dos MP pela iniciativa privada, tendo de um lado a classe burguesa, os capitalistas donos dos MP, e de outro, a classe trabalhadora, obrigada a vender sua FT, o único bem que lhe pertence. A questão está em que o/a trabalhador/a não recebe pelas horas trabalhadas o correspondente ao excedente produzido para ser comercializado. Os donos dos MP se apropriam do produto desse trabalho remunerando o/a trabalhador/a com um valor mínimo, que não garante a subsistência e a manutenção deste/a. A divisão social do trabalho legitima a alienação do trabalho e contribui para a destruição das relações cordiais entre os/as homens/mulheres.

Émile Durkheim (1858-1917) sociólogo francês, dá outro enfoque teórico de interpretação da realidade sobre essa questão em *A Divisão Social do Trabalho*, tratando do tema do trabalho de uma forma distinta, como uma regra. Cita que, somente no final do século XVIII as sociedades começam a tomar consciência desta lei. O autor pondera que desde a antiguidade diversos pensadores se aperceberam da importância da divisão social do trabalho,

mas considera Adam Smith, economista e filósofo escocês (1723-1790) o primeiro estudioso a tentar enquadrar a divisão social do trabalho como um fenômeno da indústria moderna.

Diferente de Marx que aponta os antagonismos sociais do sistema capitalista, Durkheim considera que a sociedade industrial se assenta cada vez mais em mecanismos potentes, em grandes conjuntos de forças e de capitais, criando uma harmonia para o bem de todos. Na medida em que a sociedade se desenvolve coloca-se a necessidade de as pessoas se especializarem em cada ocupação distinta. No seu entender é a necessidade da especialização que leva obrigatoriamente a divisão social do trabalho, a qual tem uma função correspondente a determinadas necessidades da indústria moderna para seu funcionamento harmônico. Para o autor, a solidariedade social criada entre as partes é a forma de garantir maior desenvolvimento social.

Advoga também que, a divisão do trabalho não é específica ao mundo econômico, e indica *a sua influência crescente nas mais diferentes áreas da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias, especializam-se cada vez mais* (Idem, 52) considera que isso dá objetividade às pessoas, à medida que cada uma cumpre um papel. Conforme esta teoria, esse fenômeno contribui para a integração geral da sociedade, sendo um fator essencial para a coesão social e desenvolvimento da sociedade. Interpreta-se também na divisão sexual das funções entre o homem e a mulher. A sociedade como um corpo humano, um sistema organizado em que cada órgão tem uma função específica, Para que esse corpo sobreviva carece de um perfeito funcionamento de cada parte e de uma lei da natureza que é ao mesmo tempo uma regra de conduta humana. Com a divisão social do trabalho *toda gente sente bem que ela é, e se torna cada vez mais, uma das bases fundamentais da ordem social* (idem: 54).

O enfoque entre dois teóricos que tratam do trabalho e da divisão social do trabalho evidencia duas correntes nas Ciências Sociais e tomam características distintas de análises. Marx detém a posição dialética em que as dimensões sociais são forjadas no antagonismo das relações entre os indivíduos e demonstram o lugar da exploração da FT no sistema capitalista. Durkheim se baseia na corrente funcionalista, mostrando o sistema social como um organismo que se constitui em partes que se completam e harmonizam nas regras determinantes da divisão social do trabalho. Consideradas as diferenciações teóricas é possível observar as relações de trabalho no comércio na realidade brasileira.

2.1.1. Trabalho & Comércio em Belém.

Em meio à crise do escravismo no Brasil surgem duas classes principais com interesses antagônicos, a burguesia e o proletariado, novas indústrias empregando operários/as e a formação de um insipiente mercado interno para circulação de mercadorias. Na venda do produto entram em cena os proprietários dos estabelecimentos comerciais e donos das mercadorias para a venda - a burguesia comercial, e os trabalhadores e as trabalhadoras no comércio prestando serviço atendendo às pessoas que se dirigem ao mercado consumidor.

Na divisão social do trabalho distingue-se atividades econômicas com dupla dimensão do trabalho produtivo no capitalismo, o trabalho responsável pela produção direta de mais valia desenvolvida por operários fabris; e, o trabalho que colabora para a valorização do capital, este último produzido por comerciários, bancários e outros prestadores de serviços. O foco desta dissertação é a participação política da empregada no comércio de Belém na direção do sindicato da categoria, para representar a entidade é preciso pertencer à categoria.

A atividade de vendedor/a é uma prestação de serviço (trabalho) que existe há séculos através da exploração de intensa jornada de trabalho, no qual as mulheres que trabalham no setor terciário no comércio de mercadorias acumulam as funções profissionais e a rotina diária do lar e o cuidado com os/as filhos/as numa situação diferenciada em relação aos homens.

Desde a fundação de Belém o comércio se instalou à beira do Porto da Doca e principais ruas ao entorno expandindo na segunda metade do século XIX numa fartura nunca vista. Para CRUZ⁸³ (1992) a principal Rua do Bairro do Comércio teve, inicialmente, a denominação de Mercadores, devido à localização dos principais comerciantes, hoje, denominada Rua Conselheiro João Alfredo⁸⁴. De acordo com informações do IBGE, o bairro é formado por *um grande quadrilátero, envolvido pela Avenida Assis de Vasconcelos, Baía de Guajará, Avenida Portugal, Avenida 16 de Novembro e Avenida Almirante Tamandaré* (CRUZ, 1992, p. 28). À época da extração de látex, quando se inicia a organização como classe da categoria em apreço (conforme informes nesta dissertação), CRUZ (1964) indica referências do historiador Manuel Barata⁸⁵ sobre a movimentação econômica que monopolizava as energias dos paraenses e das paraenses:

⁸³ Cf. CRUZ, Ernesto. “A antiga produção e exportação do Pará – estudo histórico econômico”, História da Associação Comercial do Pará, Centenário de sua fundação 1864, Imprensa Universitária, Belém, 1964.

⁸⁴ João Alfredo Corrêa de Oliveira foi presidente da então Província do Pará de 2 de dezembro de 1869 a 17 de abril de 1870, nomeado por Carta Imperial datada de 20 de outubro de 1869 (CRUZ, 1992: 41).

⁸⁵ Manuel de Mello Cardoso Barata (1841-1916), formado em Direito, historiador, com importantes obras: “Formação histórica do Pará : obras reunidas”. Belém : Universidade Federal do Pará, 1973; “Fundação de Belém : estudo da história paraense com documentos inéditos”. Rio de Janeiro : Companhia Tipográfica do Brasil, 1904; “A jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco”. Rio de Janeiro : Companhia Tipográfica do Brasil, 1904.

Nunca se viu o Pará tanta moeda de ouro em circulação, o dólar americano nadava em todas as mãos... O povo chamava-lhe pichilinga (Idem, ibidem: 81).

Para Santos (1978) *o valor corrente das exportações paraenses, entre 1849 e 1899, aumentara de 1.157%* demonstra o desenvolvimento da cidade numa época de grandes transformações e surgimento de uma elite culta e refinada formada por comerciantes, seringalistas, financistas e profissionais liberais. Esta elite importava padrões europeus e comodidades modernas, o que exigiu a implantação de serviços urbanos, dando à cidade uma nova estrutura geral, conforme a historiadora ⁸⁶ Maria de Nazaré Sarges.

Nos anos que se seguiram desta fase áurea da borracha há um declínio econômico, contudo, Roberto Santos aponta entre as causas dessa decadência aos usos pouco racionais dos excedentes, certamente pela falta de perspectiva da própria elite paraense e das camadas populares evidenciando a ausência de um plano de desenvolvimento para o Estado. O autor elenca distintos fatores de debilidade da economia vinculada ao extrativismo de baixa produtividade, atividade econômica vulnerável à dependência do exterior, e devido à concorrência com outras praças o produto brasileiro caiu para o quarto posto em comparação aos produtos internacionais⁸⁷. Acrescenta ainda, a prática de uma severa captação da renda estadual pela União, dificultando o desenvolvimento local. Afirma que, esses motivos levaram a uma fase de declínio e certa estagnação no período que abrange de 1920 a 1950 (Idem, ibidem: 17) com a cidade e seus moradores em uma difícil situação econômica.

Constata que, em outro momento, entre 1950 e 1960 ocorrem mudanças importantes na região em diversos setores, tais como: a agricultura tradicional diversifica-se com o plantio da pimenta do reino (contribuição de imigrantes japoneses); instala-se uma nova usina geradora de energia elétrica na capital; a construção civil se aperfeiçoa e se expande⁸⁸. Destaca a construção da fábrica de cimento em Capanema; o papel e a importância da Universidade Federal do Pará nos idos 1957; ilustra o surgimento de novos estabelecimentos comerciais: de refrigerantes, de confecções de roupa, de mobiliários e outros; anota a

⁸⁶ Cf. SARGES, Maria de Nazaré (2000). Trata sobre mudanças de hábitos, novos confortos e prazeres num refinamento cultural, complementa que, *os coronéis da borracha, embora dependentes financeiramente de Londres e Estados Unidos, estavam culturalmente ligados à Paris, uma das cidades-pólos da Belle Époque, cidade símbolo da fase áurea da modernidade* (idem: 55).

⁸⁷ Cf. Idem nota 86. A autora expõe sobre o colapso da economia com a queda da exportação do látex: em 1910 a exportação da borracha atingia uma soma de 134.958 contos de réis (34.248 toneladas), três anos após não atinge 70.000 contos de réis, *queda de mais de 2.000 toneladas, face aos baixos preços do mercado internacional* (idem, ibidem: 59).

⁸⁸ CF SANTOS, Roberto (1978: 20) Área de piso licenciada de 49.000m² em 1947 para 58.000 em 1957 e 110.000 em 1958.

ampliação das rodovias e da frota pública de transportes fluviais; esclarece sobre o aceleração da urbanização (Belém, Castanhal, Santarém, etc.) e comenta sobre a modernização do comércio varejista (Idem: 20).

O autor admite que, *as perspectivas melhoraram e uma discreta aspiração ao bem-estar, que antes fora confinada às camadas melhor situadas na pirâmide das rendas* indicavam mudanças e, continua:

(...) alguma melhoria no nível de renda das classes trabalhadoras urbanas. Um indício disso residiria no crescimento do salário mínimo real em Belém, no período considerado: do índice 86,3 em 1950, o salário mínimo urbano passou ao de 246,2 em 1960 (Idem, ibidem: 22).

No presente estudo interessa ressaltar o Setor Terciário (e neste, o Subsetor de Comércio de Mercadorias), no qual Santos indica percentual significativo nesse setor de 63,8% do total entre a Renda Interna, em relação aos dois outros setores da economia paraense nos períodos 1965-1970 e 1973, conforme Tabela 02, reproduzida a seguir:

Tabela 02 - Média da distribuição anual da Renda Interna por Setores no Pará 1965-1970 e 1973.

Setores	Renda Interna (1)	%
Primário	1.579.168	21,5
Secundário	1.082.128	14,7
Terciário	4.699.599	63,8
TOTAL	7.360.895	100,0

Fonte: Elaborado por Roberto Santos com base no índice de preços do DIEESE.

(1) Média anual das estimativas nos anos indicados. Valores expressos em Cr\$ 1.000 de 1976. (SANTOS, 1978: 26).

Ainda sobre o comércio de mercadorias, Roberto Santos constata o grau de dependência deste no Estado do Pará em relação ao volume de negócios em outras áreas, e a transação de mercadorias importadas das demais Unidades da Federação ou do Exterior. Afirma que isto seja devido à pequena variedade dos bens de consumo fabricados pela indústria paraense, além da própria fraqueza do setor primário. As diversas mercadorias consumidas pela população no Estado do Pará provinham de fornecedores externos e argumenta que, uma das causas do enfraquecimento dos negócios foi o baixo poder aquisitivo

da população do Estado. Afirma que a posição geográfica do porto de Belém e a tradição histórica conferem ao Estado uma função de entreposto comercial.

O fato é que a maioria da classe trabalhadora de Belém vive em precárias condições de moradia e de trabalho, em situações de extremas desigualdades. A divisão social do trabalho não corresponde ao desenvolvimento harmonioso no sentido de promover o progresso para todas as pessoas da sociedade belenense. De um lado se encontram a burguesia industrial, a burguesia comerciária e os proprietários de terra e de outro os trabalhadores e trabalhadoras em situações desiguais, o que suscita a organização e atuação dos sindicatos, local onde as queixas e as demandas por direitos têm tido expressão.

2.1.2. A importância do comércio e a rotina no “salão das lojas”.

Na atualidade, empregados e empregadas do comércio são distribuídos em grupos de dezenas ou centenas de pessoas e prestam serviços no “salão das lojas” em exposição e venda de mercadorias. Estas pessoas desenvolvem também, outras funções, como serviços em depósitos, balconistas, caixas ou empacotadores/as, e em trabalhos de rua na entrega de mercadorias, em procedimentos administrativos do interesse dos proprietários das lojas, como cobrança de dívidas pendentes e/ou outros mandados.

Vivenciam situações que não depende de suas vontades, após terem aceitado o emprego. As circunstâncias se apresentam de acordo com a preferência do proprietário diante do montante do próprio capital e a opção do ramo que este preferiu comercializar ao empregar seus próprios MP. A circulação das mercadorias ocorre através do dispêndio da FT dos/as comerciários/as na prestação do serviço de venda destas, nas seguintes situações:

- ❖ O / a trabalhador / a oferece a FT e exercendo função de vendedor / a e outras sob o controle do dono da loja ou de outro/a trabalhador/a chefe de departamento;
- ❖ O / a dono / a do estabelecimento adquire a mercadoria por preço que ele / a controla, assim como as despesas que abrangem desde o local do estabelecimento , sua manutenção, inclusive, o pagamento da remuneração dos / as trabalhadores / as;
- ❖ O / a dono / a da loja estabelece o preço da mercadoria para a venda;
- ❖ A mercadoria, sendo propriedade do empregador / a, nenhuma decisão pertencente ao / a vendedor / a – independe o tanto de mercadoria vendida por dia, o valor de um dia de trabalho pago ao / a empregado / a;
- ❖ O / a trabalhador / a exerce atividades de vendedor / a, balconista e outras, distribuídos / as de acordo com as características de cada negócio;

- ❖ O / a empregado / a é alienado / a do processo de venda, recebe a remuneração acordada no ato da admissão em troca do trabalho realizado.

A rotatividade do emprego no comércio é uma realidade de desemprego própria do sistema capitalista, com uma agravante no setor devido a períodos em que o incentivo para o consumo é elevado com aparente queda subsequente. Trata-se, particularmente, de datas comemorativas. Concentram-se em alguns meses, a exemplo: maio, “Dia das Mães”, agosto, “Dia dos Pais”, outubro, “Dia das Crianças”, e festas de fins de ano, entre outras. Nessas ocasiões a procura de bens e produtos aumenta e os donos de lojas empregam um excedente de pessoas para o trabalho, que após esses períodos são dispensadas. Ocorre de algumas continuarem no emprego, no entanto a tendência é o aumento do desemprego.

É comum o comentário de que muitas vezes as pessoas entram para o *comércio não como uma profissão, mas como um emprego passageiro* (TROPIA, 2000: 98), no entanto, permanecem anos, pois nem sempre avistam outra saída. Há pessoas que começam a trabalhar no comércio ainda na juventude e permanecem até se aposentarem à mercê da instabilidade da economia e uma parte significativa desta população *torna-se um ser passivo, dócil, frágil organizativamente, não participa das mobilizações sindicais e sociais alheios às manifestações políticas em geral* (Idem, ibidem).

As condições de trabalho incorrem em riscos à saúde, às vezes provocando inquietação, freqüente tensão em contato direto com o público e com o patrão mantendo uma aparente relação pessoal. O ambiente de trabalho em locais pouco arejados e à ausência de ventilação nos estabelecimentos da área comercial da cidade provoca uma baixa qualidade do ar. O funcionamento das atividades no comércio acarreta extensa carga horária, pois os estabelecimentos comerciais abrem suas portas às 8h00 da manhã, os/as empregados/as devem chegar mais cedo para preparar a loja, arrumar as prateleiras e vitrines, as novidades de lançamento, então começa a rotina à espera dos clientes. Esses e essas cumprem esta rotina de segunda-feira a sábado, (há situações que também aos domingos) permanecendo em pé por horas prolongadas. São atividades que exigem capacidade física, persistência e tolerância para cativar a freguesia, pois tem ciência de que a garantia do seu salário está vinculada à movimentação das vendas, sem transparecer insatisfações do trabalho e das agruras da vida.

Medeiros (1986) em pesquisa realizada no comércio de Belém detecta que as mulheres estão concentradas no setor de vendas, no “salão da loja”. Anota que as mulheres trabalhadoras no comércio explicam o trabalho fora do lar *como meio de libertação, de ruptura com o confinamento doméstico* (MEDEIROS, 1986: 251).

As mulheres que trabalham no serviço do comércio, a exemplo do que ocorria no advento do capitalismo no velho mundo, consideradas trabalhadoras de segunda categoria, num escalão inferior em relação aos homens trabalhadores. Acumulam tarefas do lar com as atividades profissionais e recebem uma remuneração inferior à do homem, na concepção de que o trabalho realizado pela mulher é um “complemento”. O homem, considerado o provedor da família, e a mulher como se numa atividade acessória no processo de trabalho.

Alguns/as comerciários/as pertencentes ao quadro do Sindicato dos Empregados do Comércio do Pará – SEC/PA avaliam a situação vivenciada nas lojas, como a ex-diretora do Sindicato, Ilda Lima Meiguins. Ilda revela que o horário de saída diária do trabalho *depende do movimento do dia no comércio e da finalização das tarefas que devem ser concluídas após encerrar as portas da loja no final do expediente*, com exigências especificadas para cada função. Complementa ainda que: (...) *o horário de saída do trabalho, nem sempre coincide com o horário de cerrar as portas do estabelecimento.*

As mercadorias no “salão da loja” e a burocracia no escritório ocupam largo tempo no trabalho e na vida dos / as comerciárias, o trabalho se estende no final do expediente: *“nesses casos, não se computam horas extras, embora não se tenha hora para encerrar o expediente”*. A questão da jornada de trabalho tem sido um dos transtornos que há tempos persegue a categoria de comerciários. O trabalho exige dedicação quase que exclusiva, não permite às pessoas que almejam uma folga para obter um grau escolar e concluir os estudos, não sobra tempo suficiente para se instruir e oportunizar outras escolhas profissionais. Não se exige nível de ensino superior para se tornarem profissionais do comércio, à disposição nas lojas para atender ao público que se desloca à procura de algum produto à venda. Ou então esses trabalhadores se enredam nas atividades que o setor dispõe, conforme já referido.

A rotina no “salão das lojas” sempre foi uma estafante e prolongada jornada de trabalho, além de outros problemas enfrentados por trabalhadores/as, em especial as mulheres, a exemplo do que ocorre no horário das refeições. Sobre isso, as versões dão conta que uma grande maioria delas se alimenta na própria loja, trazem diariamente a comida preparada de casa. Entretanto, as condições desse ato diário não são nada saudáveis. As lojas normalmente não dispõem de refeitórios ou local apropriado em condições de oferecer o mínimo de conforto, com exceção da Y. Yamada e, recentemente, os *shoppings Center* que têm uma Praça de Alimentação para uso público, mas estes desfrutam da citada Praça.

Os/as comerciários/as se sujeitam a condições dessa natureza porque avaliam ser muito dispendioso “comer na rua”, ponderam sobre o custo financeiro, e completam, *“comer*

sempre no mesmo local enoja da comida e nem sempre é sadio cada hora comer em um lugar”. Reclamam da abundância de gorduras e fortes temperos usados nos restaurantes. O fato, é que isso pode provocar problemas estomacais danificando a própria saúde.

O salário tem sido a mais importante demanda no processo da luta sindical dos comerciários/as entre as diversas reivindicações. Este é estabelecido, na Convenção Coletiva para toda a “praça”, sendo esse um momento de certa mobilização da categoria. Nas rodadas de negociação sentam à mesa os representantes patronais de um lado, e os dos/as trabalhadores/as representados pelos dirigentes do Sindicato da categoria, de outro lado.

Os problemas dos/as trabalhadores/as se agravaram com o processo de reestruturação produtiva, quando das mudanças no processo de trabalho com precarização do trabalho, conseqüências da crise do capitalismo ocorrida na década de 1990, seguida de ameaças de desemprego e terceirização dos serviços.

Há também de se considerar a importância do comércio em Belém, e em particular para a oferta de postos de trabalho para o gênero feminino. Para se ter idéia, no ano de 2001, este foi um dos setores com maior absorção de mão de obra feminina se comparado aos demais setores no Pará. Se no setor de serviços ocorreram 11.948 admissões, o comércio não ficou longe com 11.244 admissões de mulheres, seguido pelo setor industrial com 5.320 e a construção civil com 1.132⁸⁹. Dados apresentados pelo DIEESE Regional Pará em Belém, em 26 e 27 de junho de 2008, na 4ª Plenária Estadual de Mulheres Trabalhadoras Cutistas do Estado do Pará, dão conta que, na Região Norte as atividades do comércio absorviam, até o ano de 2006, o percentual de 15,5% do total de mulheres ocupadas em toda a região (DIEESE – Regional Pará, 2008).

2.2. O SEC/PA, a FETRACOM/PA e a articulação sindical.

O Sindicato dos Empregados no Comercio do Estado do Pará⁹⁰ tem história inscrita no movimento sindical do Pará desde o final do século XIX e início do século XX. Conforme já referido no 1º Capítulo deste estudo, a União Beneficente dos Auxiliares do Comercio de Belém⁹¹. Entidade que reunia os / as comerciários / as de Belém, cuja denominação foi

⁸⁹ Fonte: DIEESE PARÁ, 2002.

⁹⁰ Cf. IBGE. Os 4 maiores grandes grupos de sindicatos e respectivo percentual de trabalhadores sindicalizados: trabalhadores na agricultura 34,45%; trabalhadores na indústria 16,05%; servidores públicos, 15,03%; e, quarto, trabalhadores no comércio, 13,91%. (Sindicatos – Indicadores Sociais 2001. RJ: IBGE, 2002, p. 88).

⁹¹ O primeiro presidente da União Beneficente dos Auxiliares no Comercio de Belém foi o comerciário Carlos Vasques.

alterada em 30 de outubro de 1926 sendo transformada em entidade sindical⁹² dando origem ao Sindicato dos Empregados no Comércio – o SEC de Belém do Pará (BARROS, 2007: 39).

Desde então se constituiu no órgão defensor dos interesses da classe trabalhadora comerciária da capital paraense. Em junho de 1959 obtém Carta Sindical sendo aprovada sua extensão territorial a todo o Estado do Pará, e, novamente, muda a denominação para Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará – SEC/PA, passando a representar a categoria no Estado (Idem: 55). Então, filiado a Federação dos Trabalhadores no Comércio do Norte e Nordeste, para a qual repassava uma quota de 20%⁹³ sobre a arrecadação do desconto sindical⁹⁴, qualidade que permaneceu até o ano de 1964.

É exatamente neste período que o SEC-PA, juntamente com outras associações como: o Sindicato dos Enfermeiros de Belém (fundado em fevereiro de 1937), o Sindicato dos Empregados no Comércio do Território Federal do Amapá, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Santarém, o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similar de Belém-Pará e o Sindicato dos Oficiais Barbeiros, Cabeleireiros e Similares de Belém do Pará se reúnem convocados por Edital publicado em Diário Oficial⁹⁵ para fundarem a Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado Pará e Amapá⁹⁶. No ato foi eleito representante provisório da Federação o então presidente do SEC/PA Durval Israel Lobato, permanecendo nesse cargo até 1971 inaugurando o que se tornou rotina: os presidentes do SEC/PA presidiam, também, a Federação.

Momento de avanço do movimento sindical, com intenso debate sobre as questões nacionais, grandes manifestações sindicais. Os sindicatos exigindo direitos e melhores salários, mas inaugurava o sindicalismo de controle com forte centralização, criação de entidades gerais, federações e confederações, surgimento de uma diversificação de funções na burocracia sindical. Ocasão em que o presidente da nação João Goulart contagiou a sociedade com as reformas de base⁹⁷ num avanço por mudanças no país.

Naquele período, dois fatos de repercussão nacional tiveram ligação e merecem destaque. O primeiro trata-se da realização do IV Congresso Sindical em agosto de 1962 no

⁹² Decreto Lei nº. 19.770 de 19/03/1931, política de institucionalização das organizações sindicais (Vargas de 1930 a 1945).

⁹³ Registrado no Livro Ata do SEC de Belém em reunião de 15 de outubro de 1945. Cf. BARROS, 2007: 45.

⁹⁴ Decreto Lei nº. 2.377/40. Instituiu a cobrança do desconto sindical de um dia de trabalho ao Sindicato, um dever de todos os que participassem de uma categoria econômica ou profissional. O Decreto Lei nº. 4.298/42 passa a disciplinar o recolhimento e a aplicação dos recursos que deveriam ser direcionados com despesas com farmácia, médico e hospitalar, além de auxílio funeral. Eram as formas que o Estado utilizou para controle da ação sindical. Mais tarde ocorre a alteração da nomenclatura Importo Sindical através do Decreto Lei nº. 27/66 sendo adotada a denominação de Contribuição Sindical.

⁹⁵ Edital publicado no Diário Oficial datado de 25 de dezembro de 1963. Cf. BARROS, 2007: 71.

⁹⁶ O ato de fundação se deu dia 9 de janeiro de 1964 e o SEC teve importante papel articulador da entidade geral.

⁹⁷ Cf. Cap. 1.

qual os/as trabalhadores/as criam a Central Geral dos Trabalhadores – CGT, entidade que reaglutina as forças sindicais avançadas no país, comentada anteriormente nesta dissertação. Os sindicatos ganham ânimo e os trabalhadores exigindo uma melhor distribuição salarial. Os sindicatos cumprindo seu papel de ir atrás dos seus direitos conseguindo fazer à divisão do fruto do trabalho aproximada a justiça na distribuição - repartição do fruto do trabalho. A participação do trabalho no produto nacional na década de 1960 na ordem de 62% e o capital com 38%, os pesos distribuídos nesta balança social⁹⁸. Raridade para os trabalhadores/as, cientes da resistência das forças do capital em relação aos movimentos sindicais para garantir melhor poder de ganho.

O outro acontecimento trata-se do Golpe Militar implantado no país em 1964, as classes dominantes se aliam ao imperialismo norte-americano para reverter à força política dos trabalhadores, o qual regime permaneceu por 21 anos. Teve o apoio dos Estados Unidos, potência imperialista (num cenário dual EU e União Soviética) que, se sustenta também das riquezas do território brasileiro. O capital multinacional tomou conta do país consolidando o domínio político e econômico sob o comando da reação e parte conservadora das Forças Armadas, implantam-se o terror no seio do povo, conforme comentado anteriormente. Prevalencia a doutrina da segurança nacional.

2.2.1. Os primeiros anos da FETRACOM/PA, do regime militar a Constituição de 1988.

A repressão militar utilizou de todos os mecanismos institucionais locais com repercussões também no Pará. A CGT regional ficou sob suspeita, as lideranças sindicais foram perseguidas pelo fato de serem vinculadas à entidade geral, entre as quais o seu presidente regional, conhecido líder comunista Raimundo Jinkings. A Delegacia Regional do Trabalho – DRT/PA, representando o governo federal do regime militar exigiu oficialmente que fossem substituídos os diretores considerados subversivos, declarando o fim dos mandatos dos sindicalistas simpatizantes à Confederação.

No caso do SEC/PA, o presidente Durval Israel Lobato, alinhado ao movimento golpista, seguiu as ordens dos militares que, exigiam o *deslocamento do quadro social os elementos que faziam parte da cúpula da CGT*. Em ofício à DRT/PA, este comunica que havia eliminado de seu quadro *o secretario geral Francisco Ribeiro do Nascimento, o primeiro secretário Dewer Costa Ferreira e o associado Jacinto Nepomuceno Benoliel*

⁹⁸ Segundo VASCONCELOS, 2007: 214: O PIB: US\$ 80 bilhões, a participação do trabalho: 62% e o capital 38%. 20 anos depois, o PIB: o valor de US\$ 375 bilhões (numa inversão criminosa): o capital passou a participar com 62% e o trabalho 38%. Em 2005, o PIB era de US\$ 530 bilhões e apenas 27,3% do PIB eram destinados ao pagamento de salários”.

(BARROS, 2007: 78). Numa atitude hostil à categoria e subserviente ao regime militar cumpre o exigido, caso não o fizesse, estaria enquadrado pela desobediência.

O SEC/PA dava apoio e sustentação à FETRACOM desde a fundação desta, com a sede do sindicato abrigando a Federação⁹⁹. Igualmente, os presidentes do SEC/PA ocupavam a presidência da Federação e assim continuou a tradição por décadas. Até que, ocorre uma exceção na década de 1990, quando presidente do SEC/PA (1990-1994) Júlio Nazareno e José Francisco presidente do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de Belém do Pará assume a FETRACOM. Esse fato encerra *um ciclo de 26 anos de domínio do SEC na presidência da FETRACOM* (BARROS, 2006: 126).

Nesse período, com a autoridade que lhe era devida, o presidente da FETRACOM indica para o cargo de vice-presidente do SEC/PA, (gestão Júlio Nazareno), a sindicalista Maria Dionéia Ribeiro dos Reis¹⁰⁰. Meses depois esta renuncia ao cargo, não suportando a pressão do presidente do SEC/PA, então *desprezada pelos companheiros de sindicato* (M. D. R. R., 23/04/2008). Na ocasião da renúncia, o presidente da FETRACOM se encontrava nos Estados Unidos e ao retornar e ter conhecimento do fato procura reverter à situação, contudo, as tentativas foram em vão e o presidente do SEC/PA não muda de posição.

Ocasião em que, o presidente da FETRACOM se empenhava na ampliação da taxa de contribuição do SEC/PA repassada aquela Federação, considerava que o trabalho da entidade geral deveria ser mais bem compensado. A Contribuição Confederativa¹⁰¹ criada a partir de 1988, regulamentada através de súmula do Supremo Tribunal Federal, proveniente da contribuição do/a trabalhador/a sindicalizado/a. A queixa de José Francisco não foi atendida, chegando o presidente do SEC/PA expulsando-o das dependências do sindicato. Atual diretor do SEC/PA comenta que: *quando surge a Contribuição Confederativa, em que o SEC/PA repassava para a Federação 15% da arrecadação, o José Francisco pediu aumento do percentual e o Júlio o expulsou do SEC/PA* (A.P. da S., 02/05/2008).

Os dois fatos mencionados acima tencionaram as relações entre os dois presidentes da FETRACOM e do SEC/PA. Comenta-se que estes dois motivos forçaram uma estratégia de

⁹⁹ Sede localizada, à ocasião, na Avenida Portugal, nº. 209 – 3º andar, sala 307, Edifício Leão da América, no Bairro do Comércio. Cf. BARROS, 2007: 72, Cametá, Pará.

¹⁰⁰ Maria Dionéia, natural de Cametá, comerciária desde 1972, balconista das Lojas XERFAN – Tecidos do Povo. Sindicalizada no SEC/PA em 25 de janeiro de 1983, indicada por seu irmão de criação José Francisco, este Presidente da FETRACOM/PA desde a década de 1990.

¹⁰¹ Cf. VIEIRA, Manoel Frederico. Súmula 666 editada pelo Supremo Tribunal Federal: “A contribuição confederativa de que trata o Artigo 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo”. O desconto em folha devido ao trabalhador/a em favor do sindicato surgiu pela primeira vez em 1939, DL. Nº 1402/39. Em 1940 o Decreto 2.377 regulamenta o então, e até hoje denominado “imposto sindical” pago de uma só vez a importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho “Custeio das entidades sindicais, história sem fim. (2007: 240).

enfraquecimento do poder do presidente do SEC/PA, com incentivo para a criação de sindicatos por ramos de produção no setor do comércio¹⁰², iniciativa que veio ampliar a base sindical da Federação. Os novos sindicatos por ramo no setor do comércio criados se filiaram à FETRACOM fortalecendo esta entidade geral dirigida por José Francisco. Este se baseou na Constituição de 1988 que concede liberdade sindical quanto à fundação de entidades de trabalhadores e trabalhadoras, sendo *livre a associação profissional ou sindical*¹⁰³ com dispensa de autorização do Estado para a fundação.

A FETRACOM renova a política sindical no setor do comércio num momento de crise ao conduzir ações de defesa dos comerciários / as, encaminha inúmeros processos de reposição das perdas salariais acumuladas em sucessivos planos econômicos, tais como, Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor e Plano Real, a favor dos/as empregados/as. Estes/as procuraram amparo legal através da entidade geral, sendo atendidos em seus objetivos. Houve perspicácia política por parte do presidente da entidade, dando-lhe visibilidade na defesa da categoria numa demanda objetiva, com certa dinâmica.

2.2.2. O desmembramento do SEC/PA e fortalecimento da FETRACOM/PA.

Com a abertura do mercado brasileiro e implementação da política neoliberal capitaneada pelos chefes do governo com enxugamento do Estado, privatização, terceirização, toyotismo e precarização das formas de trabalho evidenciam-se as perdas de direitos trabalhistas. O pluralismo sindical praticado por algumas lideranças cria pólos de poder, a chamada democracia sindical, lógica criticada por outros sindicalistas de vertentes diferentes.

O processo de reestruturação produtiva posto no mundo capitalista, como forma de resguardar o sistema de mais uma de suas crises, surpreende a atuação de sindicalistas, cujas ações anteciparam a fragilidade de categorias criando novas formas de organização, subsidiados no pluralismo sindical. Proposta surgida como tática avançada, mas, que fragiliza a categoria de trabalhadores/as, conforme observa José Reginaldo Inácio¹⁰⁴, a seguir:

¹⁰² Numa conversa informal, Joel Antônio dos Santos, militante do Partido dos Trabalhadores, um dos apoiadores da chapa 1, expressou que houve um acordo entre representantes da CUT e os da CGT para efetivar a criação de sindicatos por ramos diversificados no setor do comércio no processo de articulação de chapas.

¹⁰³ Artigo 8º da Constituição da República Federal, Capítulo dos Direitos Sociais.

¹⁰⁴ Secretário regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI; secretário nacional Nova Central Sindical dos Trabalhadores – CNST; autor de “Ética, sindicalismo e poder: os fins justificam os meios” (Crisálida, 2005).

A pluralidade advinda como processo que possibilita a inserção das disputas com premissas separatistas fragiliza o lastro democrático em sua essência. De alguma forma mata corpo e alma do sindicalismo. Retira os pressupostos básicos de sua ação, que é a unidade posta pela solidariedade fundamentada no companheirismo, pedra e base à unicidade. (INACIO, 2007: 266).

O desmembramento do SEC/PA com criação de novos sindicatos¹⁰⁵, e, a desvinculação de associados/as para filiação nos novos sindicatos que se associam à FETRACOM, fortalece a entidade geral. A categoria anteriormente agremiada em um único sindicato, SEC/PA, se distribui em várias agremiações por ramos de atividades, o que enfraquece o sindicato que anteriormente liderava a categoria. Implica numa suposta cumplicidade entre a presidente do SEC/PA e o presidente da FETRACOM, qualquer outro/a titular de sindicato não aceitaria semelhante situação sem a defesa da entidade que dirige e objetivamente perde poder. Como o caso não foi investigado, não se trata de uma afirmação.

Se numa primeira investida, o dirigente da Federação não obteve sucesso no sentido de ampliar o repasse da contribuição sindical, posteriormente, através de uma suposta unidade da categoria conseguiu-se que, um número maior de sindicatos se constituísse filiando-se à Federação, aumenta assim as receitas da entidade geral, utilizando-se de uma estratégia de distribuição de micro poderes entre companheiros/as. Sobre a criação de diversas entidades por ramos no setor do comércio e os novos sindicatos, Maria Dionéia afirma que:

(...) foi uma briga política entre a Federação do Comércio e o Sindicato na época do mandato do Júlio. (...) a Federação ajudava porque aumentava a sua base que ficava com mais potencial.

Ao pesquisar as atas de reunião da diretoria, presidida pelo vice-presidente Jurandir Araújo de Albuquerque verifica-se a justificativa pela ausência da presidente Maria Dionéia por motivos de doença, seguindo à pauta do dia. Entre os assuntos constavam os constrangimentos nas disputas envolvendo o SEC/PA e os novos sindicatos. José Francisco, presente na reunião, explica a respeito da base de associados/as em disputa com o Sindicato dos Trabalhadores Lojistas, recém fundado e filiado a FETRACOM/PA. José Francisco

¹⁰⁵ Todos são dirigidos por sindicalistas homens, somente o SEC-PA teve experiência de ter uma presidenta.

expressa que ele *não pode intervir e que os sindicatos devem procurar os seus próprios direitos.*)O presidente da CGT, Nazareno da Silva, presente na referida reunião, afirma que:

(...) a Federação dos Trabalhadores no Comércio, pode e deve intervir, pois ambos são filiados a mesma e que deve se reunir para tomar uma posição definitiva a respeito desse impasse entre os dois sindicatos (N. da S., 15/03/1996).

Não há registro de posição oficial da FETRACOM ou da CGT, pelo contrário, a Federação aceita a proposta dos novos sindicatos na sua base de filiados. O fato é que, atualmente existem dezenas de sindicatos participantes do Conselho da Federação. Em Belém as seguintes entidades que contemplam diversos ramos compõem a organização dos/as trabalhadores/as no setor comércio¹⁰⁶:

- ❖ Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado do Pará (aglutina cerca de 1.000 empregados/as que trabalham em empresas de prestação de serviços no comércio);
- ❖ Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Atacadista e Varejista de Gêneros Alimentícios – SINCVAPA (concentra mais de 20.000 trabalhadores/as na prestação de serviços nos supermercados);
- ❖ Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Produtos Farmacêuticos (mais de 12.000 trabalhadores/as de drogarias e farmácias);
- ❖ Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Louças, Tintas, Ferragens e Materiais de Construção - STMATE (mais de 8.000 associados trabalhadores/as das lojas de materiais de construção de Belém e Ananindeua);
- ❖ Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Lojista – SINTCLOBE (representa trabalhadores/as em lojas comerciais e das lojas dos *shoppings centers* Iguatemi e Castanheira, mais de 4.000 membros);
- ❖ Sindicato dos Trabalhadores do Comércio em Supermercados de Belém e Ananindeua;
- ❖ Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Materiais de Construção de Belém e Ananindeua;
- ❖ Sindicato dos Trabalhadores em Distribuidoras de Veículos Automotores do Pará;

¹⁰⁶ Cf. BARROS, 2007.

- ❖ Sindicato dos Trabalhadores no Comercio de Peças, Pneus e Acessórios de Veículos Automotores do Pará
- ❖ Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviço Contábeis do Pará.

Estas entidades foram as primeiras a se reorganizarem em novos sindicatos no setor comércio na década de 1990 e se filiaram à FETRACOM, processo em continuidade no setor do comércio e novos sindicatos estão sendo criados. Patrícia Trópia (2000:77) enfoca a categoria dos comerciários sobre o ângulo do sindicato e informa que inicialmente a representação de categorias similares aos dos empregados no comércio, empregados não manuais, não eram simpáticos as idéias sobre as formas de luta do sindicalismo operário. Aludiam que os outros *tinham de compensar, com o uso da força, a ausência de dons e de méritos, e o trabalho simples e degradado que executavam*. Na atualidade, esse segmento distingue pela segregação de suas organizações e das formas de luta, um baixo índice de sindicalização e rejeição aos partidos operários, além da opção de recusa da greve como forma de luta, de acordo com a autora citada. Alguns sindicatos do comércio agem como uma espécie de clube recreativo numa prática sindical de viés assistencialista descolado do processo de luta de classes, prática que desvia as lideranças de ações de defesa dos/as trabalhadores/as na luta de classes.

As classes sociais distintas ocupam espaços diferenciados no modo de produção capitalista e, por conseguinte possuem interesses antagônicos que entram em choque. No sindicalismo assistencialista privilegia-se a prática de desenvolver ações voltadas ao financiamento da estrutura sindical na prestação de serviços à categoria, compondo o “sindicalismo de resultados”.

2.2.3. A FETRACOM/PA no limiar do século XX e o poder sindical.

A ampliação da base da FETRACOM/PA consolidou-se durante as primeiras gestões de Maria Dionéia Ribeiro dos Reis como presidente do SEC/PA. Diante dos problemas enfrentados para reorganizar a nova administração, Dionéia contou com o apoio da FETRACOM/PA que disponibilizou vários assessores orientando e mostrando alternativas, fortalecendo suas ações, colaborando, inclusive para ampliar a base de associados através dos municípios do Estado. Nos locais em que o SEC/PA implantou representação regional não há sindicato de outros ramos comerciais e a categoria no comércio se vincula a esse sindicato.

A base sindical do SEC/PA na capital torna-se fragilizada. Os demais sindicatos de comerciários têm base determinada mediante o ramo do comércio definido no espaço comercial e de negócios, do qual pertencem, a exemplo: do comércio atacadista, varejista de gêneros alimentícios; de drogarias e farmácias; de lojas de material de construção; das lojas dos *shoppings centers* Iguatemi e Castanheira; dos Supermercados de Belém e Ananindeua; das distribuidoras de Veículos Automotores do Pará; do comércio de Peças, Pneus e Acessórios de Veículos Automotores do Pará; das Empresas de Serviço Contábeis do Pará, e outros, com representações instituídas em micro poderes. Embora estes sindicatos ainda não estejam com a situação totalmente regularizada perante a justiça, ainda em litígio, tornando-se importante tema de estudo posterior.

Ao SEC/PA restaram como afiliados os empregados e as empregadas que trabalham em empresas de prestação de serviços no comércio, mais ainda fragmentados e distribuídos no prestamento de serviços os mais diversos. No entanto, o SEC/PA tem excelente estrutura em sua sede, com oferta de serviços diversos para toda a categoria do comércio independente do ramo, bastando se dirigir à sede com a finalidade de ser beneficiado/a. Um dos serviços que conta com grande circulação de pessoas beneficiadas é o que trata das informações sobre homologações devido a rotatividade na categoria e alto índice de desemprego.

Observa-se que, nessas circunstâncias de processo de fragmentação, em plena década de 1990, limiar do século XX que esse sindicato foi dirigido, pela primeira vez, por uma mulher comerciária e sindicalista.

2.3. A estrutura de poder do SEC/PA, hiatos e presença das mulheres.

Historicamente os espaços de poder e de decisão são ocupados por homens, os quais na sua maioria contam com o apoio das mulheres como um “esteio”, um “complemento”, permitindo a esses as facilidades para que desempenhem com maior desenvoltura suas atividades e/ou militâncias na esfera pública e/ou política.

Anterior a formação dos sindicatos, quando ainda havia a Associação dos Empregados no Comércio do Pará¹⁰⁷, o estatuto de fundação aprovado em assembléia refere à condição do associado, *peças do sexo masculino, de qualquer nacionalidade que se empregam no comércio poderão ser admitidos*. Este enfoque registra a cultura da época que nega a presença das mulheres nas atividades extra-lar. Na segunda metade do século XIX estas se inseriam no

¹⁰⁷ Cf. Capítulo I: Agremiação criada em 27 de março de 1898, possivelmente uma das entidades embrionárias deste sindicato (O Empregado do Comércio, Ano I, Nº 1, Belém, 15 de Agosto de 1890, Biblioteca do CENTUR).

emprego no mercado de trabalho, constituindo 76% do trabalho assalariado nas fábricas. Tanto que o I Congresso Operário Brasileiro realizado em 1906 registra preocupações quanto a esta trabalhadora e decide (...) *empregar todos os esforços para organizar o elemento feminino em sindicatos de resistência, livremente unidos aos sindicatos congêneres do elemento masculino* (LOPES, 1986: 18). Essa frase expressa o sindicato por sexo, a exemplo das salas de aula também em separado àquela época.

Em 1920 na realização do 3º COB novamente as reivindicações das mulheres trabalhadoras são elencadas no combate à exploração capitalista. Registre-se a presença das mulheres operárias nas manifestações grevistas no Pará, além da existência da Liga Cooperativa das Operárias de Fábricas, assim como a existência da Concentração Feminina do Trabalho, criada em 1931 (ALVARES, 1996).

No caso em estudo, investiga-se se as mulheres trabalhadoras no comércio têm acesso, igualmente aos espaços de poder no sindicato e se há *disparidades qualitativas dessa participação feminina na vida social* (FRASER, 2002: 69), visto que, enquanto dona de casa, mãe e trabalhadora elas cumprem uma dupla jornada de trabalho, sendo as responsáveis pelo cuidado com os/as filhos/as e a própria casa, elementos reais que lhe induzem a enfrentar um enorme obstáculo à plena participação em outras áreas, no caso da militância política.

Para visualizar a presença das mulheres comerciárias, em relação aos homens ocupando a estrutura de poder no sindicato e avaliar outras questões na direção do Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará – SEC/PA elaborou-se três gráficos (Figuras 01, 02 e 03), que apresentam esta composição por sexo, numa linha do tempo dividida por períodos. Evidenciam quantitativamente o grau de envolvimento destas mulheres na política sindical, ao mesmo tempo em que oferecem subsídios para o estudo qualitativo.

O primeiro gráfico abrange o período desde a fundação do SEC, em 1926, até o ano de 1965 destacando os mandatos com hegemonia masculina e os de composição mista, com baixíssima presença das mulheres, numa época em que a diretoria era composta de vinte e nove (29) membros, visualizado a seguir:

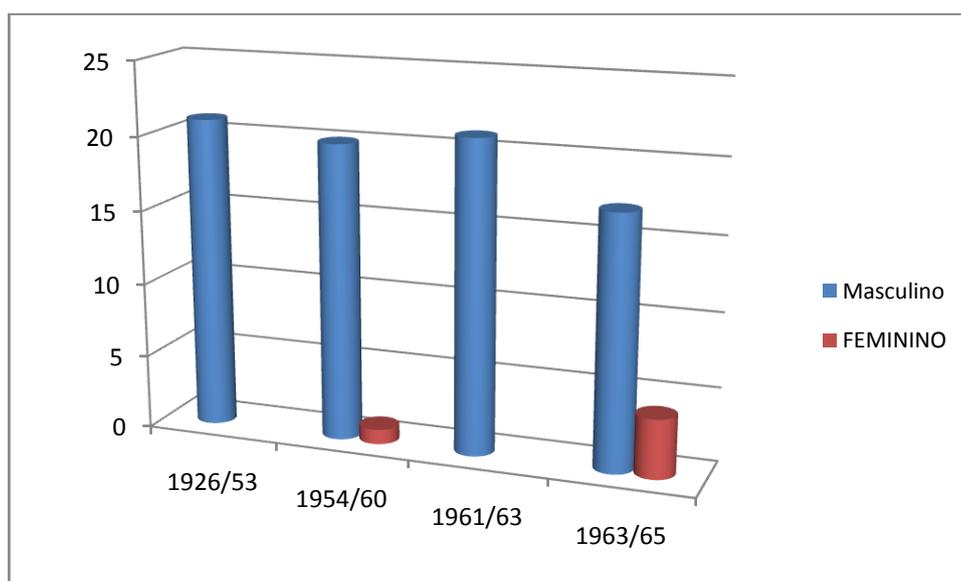


Figura 01 - Distribuição dos mandatos entre os comerciantes/as sindicalizados na estrutura sindical do SEC/PA - de 1926 a 1965.

Fonte: Dados extraídos de Barros (2007). Org. pela autora.

O SEC/PA fundado em 30 de outubro de 1926, no período da Primeira República, segue durante a formação das entidades sindicais no Brasil na entrada da Segunda República, com a investida de Getúlio Vargas no poder, em 1930. No primeiro período, a coluna demonstra a inexistência de mulheres no poder, com a presença destas sendo percebida na segunda coluna e depois, na última que evidencia o período de 1963 a 1965.

Na década de 1930 é criado o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio dando início à regularização e controle dos sindicatos pelo estado brasileiro e diversas leis citadas anteriormente. Nessa década sobressaem as demandas por participação política das mulheres representadas no movimento sufragista, e se inscreve, na Era Vargas o direito do voto às mulheres no Código Eleitoral de 1932 ratificado na Constituição de 1934. Inicialmente estabelecia o direito como *dever* de votar apenas às mulheres que exercessem função pública remunerada sendo mais adiante universalizado esse direito¹⁰⁸.

Por outro lado, as mudanças que ocorreram no mundo e no país refletem na atuação do sindicato dos comerciários. Na primeira metade do século XX o SEC/PA era filiado à Federação dos Trabalhadores no Comércio do Norte e do Nordeste, entidade geral vinculada a Confederação Nacional, com um intenso intercâmbio entre os comerciários em todo o país.

¹⁰⁸ Sobre o tema do sufrágio feminino, há uma literatura significativa. Cf. Álvares, 2004, tese de doutorado, de preferência o Cap. 1.

2.3.1. Vitória a presença da primeira mulher na estrutura de poder do SEC/PA.

Durante esse tempo não há registros de presença de mulheres na estrutura de direção do SEC/PA, em 1954 é eleita uma nova diretoria da entidade, tendo como presidente o comerciário Victal da Silva Motta que tem como parceira de diretoria, na função de segunda secretária a comerciária Guiomar Gonçalves Moreira. Após 28 anos de fundação desse sindicato, surge a primeira mulher dirigente da categoria visualizada na Figura 01, correspondente à gestão de 1954-1960.

As discussões nessa esfera de poder se dão em torno da interiorização do sindicato, com a proposição de reformas do estatuto no sentido de ampliar as bases territoriais. Mudança que vem a ocorrer no mandato seguinte. Guiomar Moreira cumpre um único mandato, marcando o início desta participação de mulheres comerciárias na direção sindical. É de se notar que a atenção das trabalhadoras no comércio da cidade de Belém nessa quadra volta-se para vários interesses, a exemplo dos concursos da Rainha das Rainhas do Carnaval, os concursos de Miss Brasil propagados pela mídia nacional. A moda dos concursos de misses e rainhas, na década de 1950, mobilizava a categoria para a eleição da Rainha dos Comerciários, cujo Concurso acontecia anualmente, organizado pelo Sindicato com apoio da Federação do Norte, da Prefeitura Municipal de Belém, da imprensa local e dos comerciantes. As candidatas eram empregadas no comércio, trabalhadoras das lojas, jovens de 16 a 25 anos. A votação ocorria através de cupons depositados em urnas instaladas nas lojas do comércio. As pessoas votavam no momento em que realizavam compras, e a apuração ocorria no dia da festa, organizada por colunistas sociais da cidade, com a cobertura da mídia local¹⁰⁹.

Os paraenses participavam dos eventos nacionais da Confederação, se deslocam em viagens para o Recife, e outras capitais, garantindo presença da categoria no Congresso Sindical do Brasil, no Rio de Janeiro, através do sindicalista Adalberto Costa, ocasião em que se dá a fundação da Central Geral dos Trabalhadores – CGT em 1962. Embora de 1961 a 1963 haja um hiato da presença de mulheres na direção do sindicato, sendo presidente o sindicalista Antonio Lino de Leão Carrera. No período seguinte - 1963 a 1965 - tendo como presidente o sindicalista Durval Israel Lobato há três mulheres na direção, as comerciárias Irene Viana Fernandes, Maria de Lourdes Neves e Zeneide da Silva Borges.

¹⁰⁹ O concurso Rainha dos Comerciários do ano de 1957 aconteceu entre os meses de abril a junho e teve como vencedora a jovem Vitória Marques Monteiro que trabalhava na Casa Cosmorama, obteve 16.845 votos, com uma diferença de 3.996 votos da segunda colocada. Premiada com uma viagem ida e volta ao Rio de Janeiro com direito a acompanhante, 10 diárias no Hotel Embassador, do no Rio de Janeiro, e o valor em dinheiro de Cr\$ 5.000,00 (BARROS, 2007: 65). O que é possível observar que os comerciários não tratam apenas da política sindical, mas se aliam aos tipos de lazer da época.

Quando ocorre o Golpe Militar de 1964 inicia-se um período de restrições das liberdades de pensamento e de participação política levando ao retrocesso no exercício da democracia. As pessoas que tinham atuação política tiveram suas atividades restringidas. Cidadãos/ãs com militância política partiram para o exílio, outros permaneceram no país na clandestinidade, algumas pessoas se deslocavam de sua cidade natal e integraram-se em atividades agrícolas e outras ¹¹⁰ devido a perseguições políticas.

O governo dos militares se estendeu no país até o ano de 1985¹¹¹.

No Pará, nesse período, ocorre também perseguição contra sindicalistas atuantes, conforme é possível ver nas manchetes dos jornais: “Exercito e Polícia Intensificam – Caçada aos Comunistas em Belém”¹¹². A matéria divulga a relação de supostos comunistas procurados pela polícia, constando o nome de um diretor do SEC/PA, entre outras lideranças:

(...) Raimundo Antônio da Costa Jinkings, presidente da CGT regional, PUA e líder comunista atuante em Belém. Francisco Ribeiro do Nascimento - Secretário Geral do Sindicato dos Comerciários, deputado Benedito Monteiro e engenheiro João Luiz de Araújo (Jornal Folha do Norte, 05 de abril de 1964).

A reação do movimento social vem ocorrer no final da década de 1960 com manifestações estudantis nas principais capitais do país, movimentos de resistência no meio sindical e intelectual, com o ano de 1968, recomeço de uma nova página na história. Iniciam contestações na década de 1970, que culminam na formação de uma frente ampla de resistência ao Regime Militar. Neste período, algumas mulheres se organizavam em grupos de reflexão e debatiam os problemas específicos articulados com as questões gerais. A iniciativa partia de mulheres cujas famílias tinham entes e amigos envolvidos em ação militante, particularmente no movimento estudantil e profissional liberal, também na produção, alguns

¹¹⁰ Na década de 1960 a autora estudante do Curso de Belas Artes na Universidade Católica de Goiás - UCG ocupava o cargo de presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE desta UCG, organiza manifestações recorrentes em todo o país. Considerada “subversiva” por diversas vezes prestou depoimentos no Departamento da Polícia em Goiânia. Abandona o curso optando pela clandestinidade (fins de 1968), como outros/as estudantes e profissionais liberais que militavam na Ação Popular numa política de “integração na produção”, se afasta dos familiares vindo a morar com o companheiro (atualmente divorciada) na Bahia onde adota nova identidade com o nome de Isabel tornando-se camponesa. Dedicada ao plantio de arroz a meia, aprende o ofício de parteira entre outras atividades. Em Livramento do Brumado (Distrito de Itanagé) forma família nascendo seus três filhos, permanece até a queda da Guerrilha do Araguaia (1972) quando se muda para o Maranhão, posteriormente desloca-se para o Pará em 1979, quando da conquista da Anistia, sendo atualmente Anistiada Política.

¹¹¹ Há uma bibliografia extensa sobre o Golpe Militar de 1964 e a repressão no país, mas há ausência da memória da resistência no Estado do Pará, o registro aqui serve de apoio a referências aos sindicalistas que foram marginalizados nesse período no Pará, pois certamente muitas histórias estão escondidas no tempo e no espaço à procura de registros.

¹¹² Folha do Norte, domingo, cinco de abril de 1964.

desaparecidos, ou presos pelo regime militar. O medo do fazer política se espalhava no seio da sociedade, mas a reação positiva dessas mulheres demonstrava uma iniciativa corajosa.

Ainda na década de 1960 surge o Estatuto da Mulher Casada, com a chefia da sociedade conjugal sendo ainda do homem, contudo há reconhecimento do papel da mulher na família, como colaboradora do marido (comentado anteriormente). A parte que dedica à mulher trabalhadora no Artigo 246 define que: *A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido, terá o direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e à sua defesa* (1983: 9), anterior a esta norma a mulher era obrigada a apresentar por escrito autorização do cônjuge para trabalhar fora de casa.

2.3.2. Em tempos de restrições gesta-se na sociedade um projeto pela igualdade nos espaços públicos.

Dando continuidade a visualização dessa presença feminina no SEC/PA apresenta o segundo gráfico que corresponde ao período de 1966 a 1984 sobre a composição por sexo na direção do sindicato dos comerciários. Utiliza a mesma demonstração entre homem e mulher, nessas duas décadas em que o país estava sob o regime militar. Destaca mandatos com hegemonia masculina no SEC/PA, distinguindo-os e comparando a proporção de cada representação por sexo, a seguir:

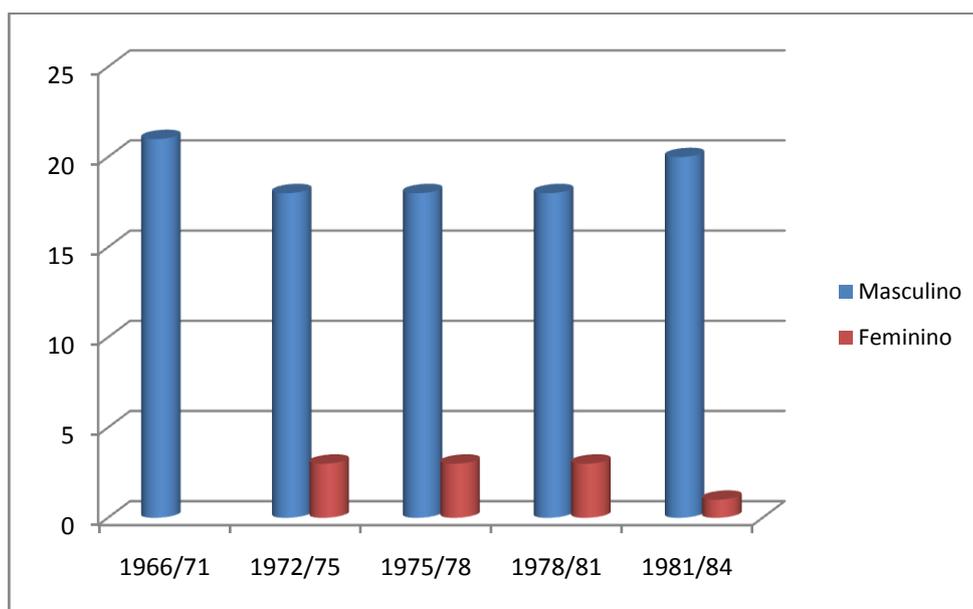


Figura 2 - Distribuição dos mandatos entre os comerciários/as sindicados na estrutura sindical do SEC/PA – décadas de 1960/1970/1980.

Fonte: Dados extraídos de Barros (2007). Org. pela autora.

A primeira coluna registra o período de 1966 a 1971 sem a presença feminina. Nesse período, a sociedade está sob clima de repressão e restrições de liberdades políticas, surgindo no seio do movimento social no país a formação de resistência ao regime militar.

As manifestações no meio estudantil apresentam perfil mais ousado, enquanto o movimento sindical ainda se ressentia devido a medidas restritivas a essa categoria no Brasil. O governo militar se movimentava para reprimir editando atos institucionais ampliando as restrições políticas. O gráfico aponta para a ausência de mulheres na estrutura de poder do SEC/PA em seis anos seguidos.

Dois sindicalistas dividem a presidência de 1965 a 1967 e 1967 até 1975, o dirigente Osvaldo Miranda seguido do presidente Luiz Alberto de Souza Matos. No período de 1972 a 1975 registra-se a presença das comerciárias: Risete da Silva Cordeiro (segunda secretária, com expressiva liderança) e Ruth Cléa Rodrigues Campos (suplência da diretoria).

As três colunas subsequentes correspondem aos mandatos de 1975/78, 1978/81 e 1981/1984 com a presidência do SEC/PA estando o sindicalista Joaquim Manoel de Freitas Flores. Este divide a direção com as sindicalistas Risete da Silva Cordeiro, como 2ª secretária, Rosineide da Silva Cordeiro e Ilda Lima Meiguins, ambas na suplência da diretoria. No último mandato desta série, gestão de 1981 a 1984 permanece somente a comerciária Ilda Meiguins, na suplência da diretoria. Manoel Flores permanece na direção até 1990.

A partir de 1979 forma-se no país uma elite sindical liderando greves¹¹³ mobilizados por comissões de fábrica nas indústrias de ponta no país, como a indústria automobilística. Essa movimentação resulta na constituição de uma consciência de classe, com resultado político nos setores sindicais que empresta apoio à candidatura ao sindicalista metalúrgico, Luis Inácio Lula da Silva.

Dois fatos importantes ocorreram na década de 1970, ainda na ditadura militar, que contribuíram para reacender o chamado novo feminismo no movimento de mulheres no país. Embora já referidos no Capítulo 1, sempre é bom lembrar o evento mundial em que a Organização das Nações Unidas – ONU aprovou o Ano Internacional da Mulher¹¹⁴ em 1975, dando o início à Década da Mulher - 1975 a 1985. No Brasil, a constituição do Centro da Mulher Brasileira – CMB é resultado da associação entre a ONU e a Associação Brasileira de

¹¹³ Apud ALVES, 2007: 286. “Em 1978 foram deflagradas 118 greves e dez anos depois elas passaram a somar 2.188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhões para 132 milhões (NORONHA, 1991: 95).”

¹¹⁴ Aprovado na III Conferência Mundial sobre a Mulher ocorrida no México.

Imprensa– ABI, no Rio de Janeiro ¹¹⁵ tendo grande repercussão nacional (PINTO, 2003: 56). A organização do Movimento Feminino pela Anistia em abril de 1975, foi outro acontecimento importante nesse período, com atuação incansável no agendamento de Seminários, Encontros e Congresso de mulheres trabalhadoras nas principais capitais entre 1977 e 1978. Outro movimento de reconstrução da democracia no país une as oposições em torno de uma bandeira expressa no “Movimento de Mulheres pelas Diretas Já” no início da década de 1980.

Inscreve-se a criação de entidades gerais de trabalhadores (as) nesta década, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, surge uma concorrente a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, na década de 1990 a Força Sindical e outras mais. Estas despertam para as questões da mulher influenciadas pela militância no movimento geral da sociedade, criam a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras¹¹⁶. Estas duas linhas se cruzam - movimento sindical e movimento de mulheres - e avançam no incentivo à participação das mulheres nas questões políticas para ocupação de espaços de decisão política.

O processo de redemocratização e a ascendência da participação popular, em especial os movimentos de mulheres que ocupavam espaços no cenário nacional, influenciaram, também, o meio institucional, a exemplo, a criação dos conselhos da condição feminina na estrutura governamental. No país, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985 é o reconhecimento oficial pelo estado brasileiro da representatividade das mulheres na sociedade brasileira que denunciam sistematicamente as bases sociais da discriminação.

Esses acontecimentos nacionais repercutiram nos estados e municípios ampliando a participação das mulheres nas lutas sociais e incentivando as trabalhadoras na conquista de direitos. A atuação das mulheres em associações de bairro¹¹⁷, formação de movimentos específicos de mulheres realizou eventos e congressos, destacando-se a criação da Federação de Mulheres do Estado do Pará¹¹⁸.

Nessa quadra a Prefeitura Municipal de Belém¹¹⁹ atendeu ao movimento de mulheres criando o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher¹²⁰ com composição paritária entre

¹¹⁵ Evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU (PINTO, 2003: 56).

¹¹⁶ Cf. SOUZA LOBO, (1991: 272). 1990: Em 1991 mais de ¼ dos filiados da CUT eram mulheres, e apenas uma única mulher fazia parte da Executiva, e nos cargos de Direção Nacional a presença das mulheres não ultrapassava 10% do total.

¹¹⁷ Na década de 1980 ocorre em Belém um representativo movimento de bairro com organização da Comissão de Bairros de Belém, CBB; fundação da Federação Estadual de Centros Comunitários e Associações de Moradores do Pará, FECAMPA; Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores (entidade que esta autora foi dirigente por dois mandatos seguintes (1993 a 1997) destacando lideranças mulheres na defesa dos direitos dos moradores.

¹¹⁸ Criada na década de 1980 com dificuldades de se firmar como entidade estadual, atualmente carece de representatividade que expresse o real movimento de mulheres e suas significações.

¹¹⁹ Sendo prefeito da cidade à época o senhor Fernando Coutinho Jorge.

representantes das secretarias municipais e de entidades do movimento de mulheres¹²¹ que desenvolviam atividades no movimento social da cidade.

Há de se considerar medida institucional e avanços no combate à violência contra a mulher com inauguração da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM implantada em 1987¹²² com serviços vinculados à segurança pública e à assistência social para o atendimento específico às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.

Movimentação através das Comunidades Eclesiais de Base e outras agremiações contribuíram para aglutinar o povo, os moradores de bairro, assim mulher se incluía nas discussões de questões nacionais com repercussão local. Destaca-se em Belém a atuação da militante feminista Isabel Tavares da Cunha¹²³, uma das fundadoras e presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH/PA, ainda no período da ditadura militar.

Com a redemocratização, retornam as eleições em 1982 no país e no Pará consagra-se a vitória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB ressurgem novas lideranças. No entanto, no SEC/PA continua a série de mandatos de Manoel Flores. Contudo, inicia-se a formação de um movimento opositor no meio sindical, sobressaindo nesse a presença de mulheres.

A movimentação grevista de categorias, parte do cenário político através de suas representações, como a Associação dos Professores do Pará, atual Sindicato dos Professores do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Coletivos Rodoviários, o Sindicato dos Petroleiros, o Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado do Pará, Sindicato dos Urbanitários do Pará, Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Trabalhadores em Hospitais e Casas de Saúde, entre outros, num processo em que se reacende o movimento sindical no chamado “novo sindicalismo”.

O que se observa na prática da ação sindical de comerciários e comerciárias é a inauguração de uma nova forma de organização da categoria por ramos do comércio,

¹²⁰ Lei n°. 7.348 de 20/10/1986, alterada em 4/10/1993 passa a denominar Conselho Municipal da Condição Feminina e a vinculação ao Gabinete passa para a Secretaria Municipal de Justiça - SEMAJ/PMB.

¹²¹ Composição do Conselho da Mulher, 14 titulares e 11 suplentes. A Executiva: presidente e 2 secretárias; cinco representantes da administração pública municipal: SEMEC, SESMA, SECON, COGEP e FUNPAPA e seis representantes dos seguimentos femininos organizados: Movimento de Promoção da Mulher - MOPROM, Associação Cristã Feminina - ACF; União de Mulheres de Belém – UMB; Grupo de Mulheres Prostitutas da Grande Belém - GEMPAG; Centro de Defesa dos Negros do Pará - CEDENPA e Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade - MMCC.

¹²² Portaria N°. 094 de 16 de março de 1987, criada com a denominação de Delegacia de Crimes Contra a Integridade da Mulher – DCCIM e através do Decreto N°. 2690 de 18 de dezembro de 2006, transformada em DEAM.

¹²³ Isabel Tavares da Cunha - conhecida como Isa Cunha, sofreu perseguições da Ditadura Militar, presa política e uma das fundadoras da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) em 08 de agosto de 1977, entidade que surgiu em reação à violência que massacrava trabalhadores rurais, posseiros e sindicalistas. Participou da criação de várias entidades, tendo sido também uma das presidentes do Conselho Municipal da Condição Feminina e assessora parlamentar. Falecida em 2002.

descentralizado em diversos centros para a ação sindical, criando micro-poderes, como se verá adiante. Giovanni Alves denomina “novo sindicalismo” a:

(...) uma nova prática sindical, de organização da base, da construção da intervenção operária nos locais de trabalho, considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro (ALVES, 2000: 289).

2.3.3. Desde a Década da Mulher e os avanços da presença feminina no SEC/PA.

Dentro da dinâmica de visualizar a presença feminina em relação à masculina, a Figura 3 a seguir, em seis colunas, refere-se ao período de 1985 até a atual gestão que terminará em 2010. Visualiza a presença masculina e feminina, demonstra uma tendência ascendente da participação das mulheres e evidencia um tempo de duração mais ampla dessa representação nos espaços de poder do SEC/PA. Trata-se do mais longo período em sequência de anos com presença das mulheres em cargos de direção: Maria Dionéia Ribeiro dos Reis, primeira mulher no cargo de presidente, exerce três gestões seguidas (1994 a 1998, 1998 a 2002 e 2002 a 2006) e Vera Lúcia Pacheco dos Santos, sindicalizada desde 1981 ocupa cargo na suplência nos anos de 1985 a 1990 (sendo convidada), completando vinte e três anos na base de decisão política sindical.

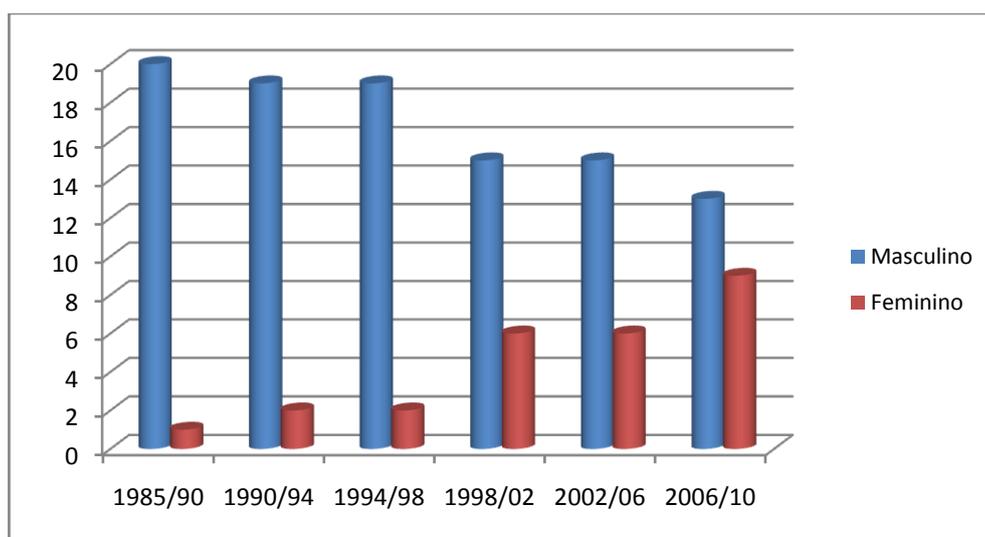


Figura 3 - Distribuição dos mandatos entre os comerciantes/as sindicalizados/as na estrutura sindical do SEC/PA – período de 1985 a 2010.

Fonte: Dados extraídos de Barros (2007). Org. pela autora.

A primeira coluna evidencia a presença da sindicalista Vera Lucia Santos¹²⁴, numa posição isolada, no final do período do presidente Manoel Flores (1975-1990), quando havia assumido o vice-presidente Júlio Lima, última gestão. Vera não foi eleita para esse mandato, foi convidada e ocupava uma suplência (não estava à disposição da categoria), vinculada à loja onde exercia suas atividades, então com baixa presença, pois o tempo no trabalho no comércio não permitia seu afastamento para outras funções.

As décadas 1980 e 1990, o ambiente propicia a criação de entidades gerais que influenciam no movimento sindical: a CUT, a CGT e a FS. No governo de Fernando Henrique Cardoso cria-se a Social-Democracia Sindical (SDS), além da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), da CAT, e outras, menos representativas.

A segunda coluna abrange o mandato de 1990-1994, quando presidente o sindicalista Júlio Nazareno, sendo a vice Maria Dionéia Ribeiro dos Reis, indicada por seu irmão de criação Jose Francisco (à época presidente da FETRACOM e representante da CGT/Pará). Vera Lucia Pacheco também participa desta gestão.

A terceira coluna apresenta a mesma configuração, com as duas mulheres comerciárias, com um diferencial: pela primeira vez na história do sindicato uma mulher, Maria Dionéia Reis ocupa o cargo de presidente. Com isso, há uma quebra na tradição hegemônica masculina desde a fundação do SEC/PA. É de supor que a aprovação da Lei de Cotas em 1995, as centrais incorporaram esse procedimento, adotando a política de “ações afirmativas”¹²⁵ começa a haver um incremento de mulheres nas instâncias de poder.

A representação feminina visualizada na quarta e quinta colunas corresponde a cada um aos mandatos que abrangem, respectivamente, as gestões de 1998 a 2002 e 2002 a 2006, tendo ainda Maria Dionéia na presidência. No sindicato há, inclusive, um movimento crescente de mulheres nos estágios da direção verificando-se que de duas mulheres nas gestões anteriores há crescimento para seis comerciárias assumindo cargos na diretoria.

A sexta coluna que abrange a atual gestão 2006-2010, cujo presidente é o sindicalista Ivan Duarte Pereira, compõe-se de oito mulheres de um total de vinte e um membros, isto significa 38 % desse gênero numa disposição importante em cargos da executiva.

¹²⁴ No histórico da composição das diretorias relatado por BARROS (2007) não consta o nome da diretora Vera Lucia Pacheco na diretoria anterior ao mandato de 1990-1994 o qual dividiu com Maria Dionéia, no entanto as informações da própria diretora sobre sua participação como a única mulher na gestão anterior foram consideradas.

¹²⁵ O termo “ação afirmativa” refere-se a medidas especiais que visam acelerar o ritmo de participação de membros de grupos sub-representados no acesso ao emprego, a educação, aos espaços de representação política, por exemplo, com o objetivo de corrigir uma discriminação sistemática.

Os gráficos apresentados neste capítulo concentram períodos longos embora distintos, como 1926 a 1965, de 1966 a 1984 e de 1985 a 2010, e historicamente comportam fatos que se desenvolveram em 39 anos no primeiro gráfico, 18 anos no segundo e 25 anos no terceiro respectivamente, ao que não se pretende dar homogeneidade ao disposto.

Evidente que para discorrer sobre a atuação dos comerciários e das comerciárias a questão da quantidade não é a única determinante, mas sabe-se que através da quantidade pode emergir uma análise qualitativa nas condições das relações estabelecidas. Então a importância de políticas de incentivo à participação feminina nos espaços públicos, o que deve ser acompanhado de outras medidas nas instâncias governamentais e da sociedade.

Ao finalizar esse capítulo apresenta-se um novo gráfico, que objetiva evidenciar a presença de mulheres na estrutura de poder do SEC/PA, demonstrando o significado visual da participação de 18 mulheres na direção do sindicato ao longo da história, espaço compartilhado por mais de uma centena de diretores do sexo masculino, destacando a desigual situação. Segue a Figura 04:

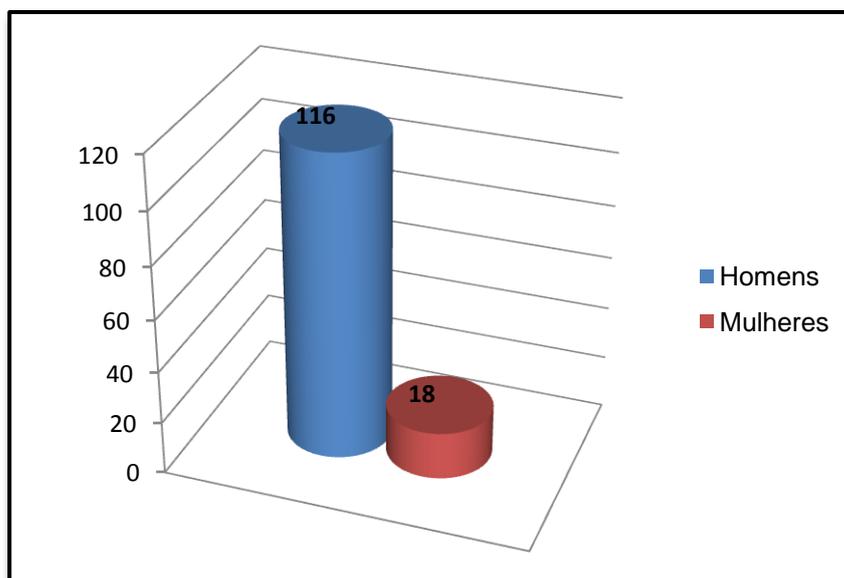


Figura 04 - Comparativo por sexo da presença das comerciárias paraenses na estrutura de poder do SEC/PA, desde a sua fundação a atualidade: 1926-2010.
Fonte: Dados extraídos de Barros (2007). Org. pela autora.

A preocupação nessa dissertação não se restringe ao problema da igualdade numérica, mas a participação em condições de igualdades entre os dois gêneros na visão bifocal. Concorda-se com Mary CASTRO (2002) que comenta sobre a aplicação das ações afirmativas implementadas pelas diretorias dos sindicatos. A autora explicita as necessidades

de ampliação do conhecimento por homens e mulheres sindicalistas para uma atuação política de qualidade, como forma de reduzir o descompasso entre a participação feminina no mercado de trabalho e nas direções sindicais. Esta evidencia que, ao adotar as ações afirmativas, que sejam:

(...) conjugadas a um programa de formação política ampla, tanto para mulheres sobre questões trabalhistas e de economia política, quanto de homens e mulheres sobre questões de relações sociais entre sexos, ou seja, questões de gênero (Idem, *ibidem*, p. 150)¹²⁶.

¹²⁶ Apud Sindicato – Indicadores Sociais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, pg. 54.

PARTE II - CAPÍTULO 3 - SINDICATO & PODER: GÊNERO FAZ A DIFERENÇA?



AUGUSTE RODIN*

Nem mesmo a investigação minuciosa da História, portanto, haverá de desempenhar o reconhecimento dos princípios. Demonstrará, apenas, em sua investigação minuciosa, que ainda resta muito a desempenhar.
Karl Marx.

*Reprodução da escultura “Eve” (Eva – 1904).

3.1. Perfil dos/as dirigentes comerciários do SEC/PA.

O ingresso no trabalho do comércio é uma credencial para o cidadão ou a cidadã inscrever-se no sindicato da categoria e ter acesso a cargo na direção da entidade. O ofício de comerciárias e comerciários é uma das ocupações preenchidas por mulheres há décadas. A presença da mão de obra feminina nesse setor, e de forma geral, a presença das mulheres no mercado de trabalho, tem se ampliado desde a década de 1950 conforme dados do IBGE que apresenta para esse período um percentual de 13,6% de crescimento. Em 2000, a proporção de participação feminina foi de 43,9% conforme Gráfico abaixo:

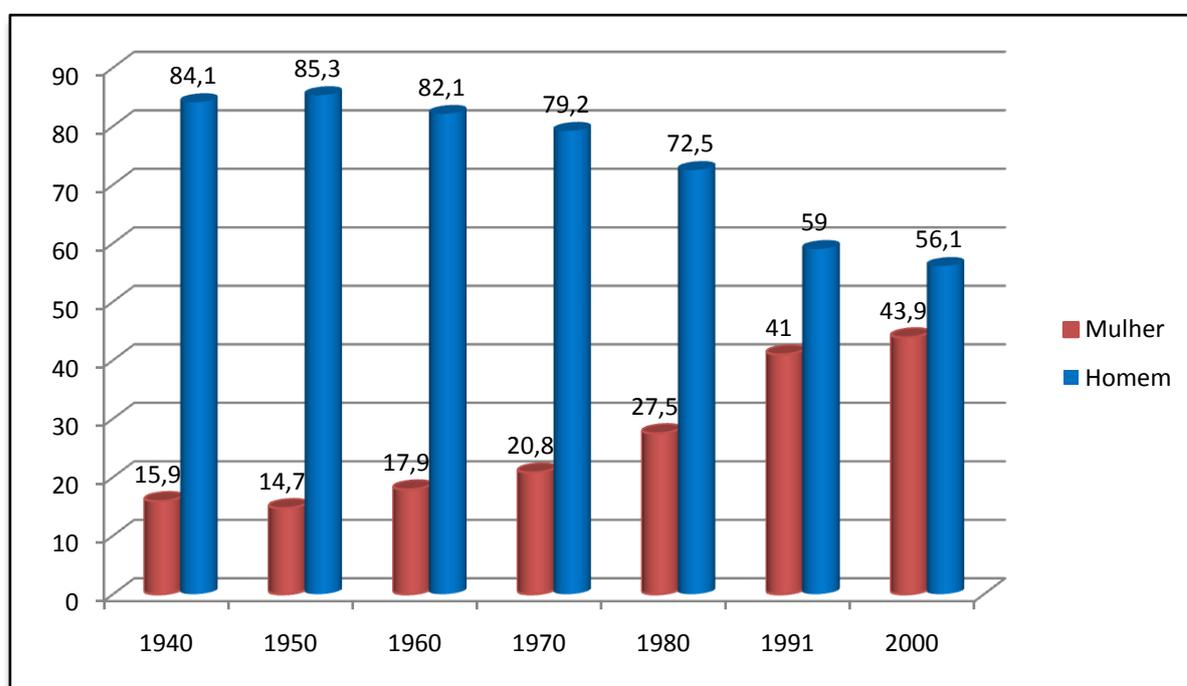


Figura 05 - Distribuição da participação da população economicamente ativa por sexo de 1940 a 2000.

Fonte: Censos Demográficos do Brasil 1950, 1960, 1970, 1991 e 2000 - IBGE.

Celeste MEDEIROS (1989) em pesquisa sobre a mulher trabalhadora no comércio com 100 empresas do ramo varejista (1986 a 1987) apresenta essa mão-de-obra feminina em proporções crescentes no comércio, numa série de anos desde 1950, 1970 e 1980, a autora demonstra esse aumento respectivamente 9,7%, 17,2%, e 27,1%¹²⁷ e detecta que as mulheres estão concentradas no setor de vendas. Por outro lado, de acordo com os dados do Censo

¹²⁷ Censos Demográficos do IBGE.

Demográfico de 2000 encontram-se no setor do comércio um total de 10.898.997 pessoas, sendo 7.256.900 homens e 3.642.097 mulheres. Corresponde 66,58% do sexo masculino, e 33,41% de presença feminina nessa esfera econômica.

A abertura de novas frentes de trabalho no comércio como os *shoppings centers*, supermercados e pequenas lojas situadas na cidade de Belém avalia-se o crescimento do número de comerciários / as no final do século XX. Conforme exposto, a investidura do cidadão e da cidadã num emprego no setor do comércio é a credencial para a sindicalização das que transitam nesse mercado e na atuação militante. Pergunta-se: esse contingente de trabalhadores/as procura o sindicato assim que assume um posto de trabalho?

O Anuário de 1974 (IBGE) evidencia de 2.488.208 trabalhadores sindicalizados no Brasil 402.749 são mulheres, num percentual de 16,9%. Pesquisa do IBGE sobre indicadores sociais dos sindicatos¹²⁸ cita em 2001 de 54.064.315 trabalhadores na base, 19.528.062 são sindicalizados/as. No grande grupo do setor comércio¹²⁹, são 2.152.062, 11% do total dos filiados, e 22% do total de trabalhadores na base (IBGE, 2002: 32).

Para alcance dessa pesquisa, a busca dos dados atuais que colocassem a relação entre o número de comerciários e de sindicalizados junto ao SEC/PA não foi correspondida. Não consta da presente dissertação por ter sido negado pela direção do sindicato o acesso aos mesmos, restrição a esta pesquisadora sob a alegação de que certos tipos de informação não deveriam ser repassados ou tornados públicos “*porque estava se aproximando o período de eleições da entidade*”¹³⁰. Os dados ao alcance do público, nos quais a atual pesquisa se baseia foram extraídos de BARROS (2007: 140) e se referem ao processo eleitoral de 1998 quando participaram 309 sindicalizados, evidenciados na apuração dos votos, entre válidos, nulos e brancos, não especificando o sexo. Mas, a se avaliar este total de votantes em 1998, considerando que muitos filiados / as por alguma razão não participam de uma eleição, é possível que o número de sindicalizados nesse período seja bem maior. Por outro lado, a projeção feita a respeito da abertura de mais frentes de trabalho na área do comércio varejista

¹²⁸ Os dados se referem aos sindicatos que informaram o número de associados e trabalhadores na base e os que declararam apenas o número de associados ou de trabalhadores. Por outro lado, a mesma fonte ressalva que a Pesquisa Sindical sobre os associados das entidades são obtidas através de informações da direção do sindicato e que muitos sindicatos não possuem cadastro de associados atualizados (IBGE. Sindicatos 2001, Rio de Janeiro, 2002, p. 19).

¹²⁹ Devido a vários problemas, não foi possível conseguir os dados dos comerciários sindicalizados no SEC/PA para a década estudada, daí ser impossível registrar esses números na presente dissertação.

¹³⁰ Citada informação foi repassada por G. da S. S. em novembro de 2008. Por diversas vezes insistiu-se com o presidente I. D. P. solicitando a cópia da ata de eleição e apuração de votos da gestão 1994/1998 que deflagrou a vitória de Maria Dionéia, assim como cópia atualizada do Estatuto, diante do que este colocou empecilhos para o acesso dos documentos solicitados. Foi entregue ao presidente uma solicitação por escrito de diversos documentos do sindicato, datada de novembro de 2007, sendo recebida por esse em 03 de dezembro de 2007, expondo os motivos da presente pesquisa (anexado a esse trabalho). Em relação aos próprios Questionários somente após a intervenção de José Francisco, presidente da FETRACOM/PA (procurado por esta autora), iniciou-se as agendas com os/as dirigentes sindicais membros da atual direção.

em Belém e em outras cidades paraenses remete à perspectiva de que esse número de filiados/as ao SEC-PA tenha crescido, até porque os demais sindicatos criados ainda não têm situação totalmente regularizada.

Por outro lado, considera-se que após o desmembramento da categoria em vários sindicatos e sua conseqüente fragmentação, em que outros sindicatos tiveram seus segmentos claramente definidos, reduziu-se o total de filiados do SEC/PA. A atitude de não permitir maior conhecimento sobre as questões internas do Sindicato, impossibilitou analisar a relação de votantes da citada eleição, o que daria uma idéia do quantitativo de mulheres participantes desse processo, inclusive, o total de sindicalizados por gênero.

Contudo, é possível afirmar que nas últimas décadas, a presença de mulheres na estrutura sindical dos comerciários apresentou-se num crescimento ascendente, em particular no limiar do século XX. A questão a considerar é se as relações de gênero, nessa estrutura, implicam em relações de poder das mulheres em atividades na base direcional. Neste caso, apreciam-se os cargos ocupados e as opiniões das dirigentes sindicais referentes ao posicionamento de seus pares sobre as atividades que elas desenvolvem. A situação das comerciárias nos espaços de poder no sindicato se tornou uma perquirição fundamental neste estudo considerando-se a problemática das mulheres e a presença no mercado de trabalho do setor do comércio, no entanto, sub-representadas na direção sindical devido às atividades extra-profissionais que acumulam em outras esferas e ao padrão cultural sexista existente nas instituições, impactando as relações de poder.

Para atender a essas nuances, alguns detalhes metodológicos foram adotados, como o uso do método qualitativo e quantitativo com base num estudo de caso. Devido a essa pesquisa envolver o sindicalismo recorreu-se aos estudos sobre o processo de trabalho no comércio e as mudanças evidenciadas no mercado de trabalho no período estudado, numa revisão bibliográfica para fixação das categorias, relacionadas à atuação sindical.

Utilizou-se o levantamento de dados documentais (atas¹³¹, folders do SEC/PA, etc.) e informações registradas em jornais, recolhendo matérias que tratassem desde a fundação da agremiação e detalhes que subsidiassem o aprofundamento da identificação dos antecedentes sociais dos sujeitos dessa pesquisa. O registro dos 82 anos de existência do SEC/PA, de BARROS (2007) tornou-se uma publicação importante nesse processo.

¹³¹ O acesso a um único livro de Atas de reuniões da Diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado do Pará, cujo Termo de Abertura datado de 23 de junho de 1994 (sistematização em anexo) foi facilitado o acesso pelo advogado da entidade Dr. Régis Lobato, o qual compreendeu o objetivo da pesquisa.

Questão de realce na base empírica coube à coleta de dados primários através de um questionário específico. A elaboração desse instrumento e sua aplicação entre lideranças do SEC/PA foram possibilitadas por agendamento de entrevistas junto às lideranças, vistas ao Sindicato, procedendo a uma observação direta.

Esse percurso da pesquisa objetivou a composição do perfil dos/as dirigentes sindicais de comerciários do Pará evidenciando-se as mulheres integradas ao SEC-PA, para extrair elementos que subsidiassem a análise das relações de gênero enquanto relações de poder. A variável dependente (relativo ao padrão de acesso das comerciárias aos cargos de direção do sindicato) e a independente (níveis hierarquizados de representação das relações sociais de gênero, que reproduzissem a separação hierarquizada das atividades na família, no trabalho, na política) se responsabilizaram pelo levantamento das evidências do jogo de poder e a identificação do modo de inserção das mulheres nos cargos de direção sindical. A variável de controle, o sexo (homens e mulheres comerciários/as) permitindo o detalhamento sobre a gestão na escolha ou indicação de nomes para cargos de direção no SEC/PA.

O questionário registrou pontos pertinentes ao processo de convivência entre as várias atividades atribuídas às mulheres, distribuídas em seções e subseções referentes à: identificação pessoal, dados socioeconômicos; trajetória política; atividades profissionais no comércio; atividades sindicais; atividades nas relações domésticas e familiares.

Houve certa dificuldade para manter o contato com os/as atuais diretores/as do SEC/PA, devido à disponibilidade de agenda de cada um/a, mas este estudo de caso contou com um número de dez informantes de um universo de dezenove membros da diretoria do SEC/PA, sendo seis mulheres (de oito diretoras na atualidade) e quatro homens. Entre estas há uma ex-diretora (década de 1970), contato possibilitado pela atual tesoureira. Quanto ao período de realização das entrevistas variou de 03 de dezembro de 2007 a 08 de julho de 2008. Nesses contatos, percebeu-se um comportamento desconfiado para obter um retorno dos questionários sendo alguns quesitos não preenchidos em alguns casos.

3.1.1. Antecedentes sociais, identificação e dados sócio-econômicos das lideranças.

O quadro apresentado abaixo explora a identificação dos/as líderes sindicais membros da diretoria do SEC/PA na Gestão 2006-2010¹³².

Quadro 3 - Distribuição dos dados de Identificação dos Líderes Sindicais membros da diretoria do SEC/PA – Gestão 2006-2010

Nome	Faixa etária			Naturalidade Município- Estado	Profissão dos Pais	
	30-40	40- 50	+50		Pai	Mãe
Armintos P. da Silva			X	Bragança - Pará	Lavrador	Do Lar
Gracilene C. da Silva		X		Belém – Pará	Mecânico	Do Lar
Ivan Duarte Pereira		X		Belém – Pará	M. de Obras	Servente
Ilda Lima Meiguins ¹³³			X	Belém – Pará	Sapateiro	Do Lar
Lucicleide da Silva Ribeiro	X			Belém - Pará	M. de Obras	Do Lar
Luzia Ribeiro de Melo			X	Curuçá - Pará	Lavrador	Lavradora
Jurandir A. de Albuquerque		X		Moreno - Pernambuco	F. Público Municipal	Do Lar
Maria Dionéia R. dos Reis			X	Cametá - Pará	Pescador	Do Lar
Vera Lúcia P. dos Santos		X		Belém - Pará	P/ C. própria	Do Lar
Virgílio Nunes Sivestre		X		Belém - Pará	Comerciário	Do Lar

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

A disposição desses elementos com o objetivo de criar o perfil dos/as entrevistados, considerou categorias valorizadas para a composição dos antecedentes sociais dos/as sindicalistas, faixa etária, naturalidade e profissão dos pais das/os depoentes.

A faixa etária é um indicador demográfico, referência para medir vários índices de desenvolvimento humano, entre esses o nível de escolarização da população brasileira, o nível de sociabilidade, além de compor outros indicadores para definir o planejamento e execução de políticas. No caso de mulheres e homens sindicalistas, esse dado em estudo relacionado à experiência de vida de cada um/a na questão sindical indica o tempo maior ou menor dessa inserção social relacionado ao gênero, demonstra que há diferenciação nessas vivências por sexo nessa amostragem de diretores/as do SEC/PA.

¹³² As dificuldades encontradas no contato com os/as dirigentes sindicais dos períodos anteriores relacionados, e considerando que as comerciárias líderes se mantinham em mais de um período de mandato, considerou-se significativo centrar a aplicação dos questionários nas mulheres dessa gestão.

¹³³ Ex-diretora da década de 1970, não faz parte da atual direção.

Conforme se constata, os/as entrevistados/as distribuem-se desde aos mais novos a idade mais avançada, encontrando-se apenas uma na faixa de 30 a 40 anos, a maioria se acha entre 40 a 50 anos (três homens e duas mulheres), e três diretoras e um diretor na faixa de mais de cinquenta anos, demonstra-se a dificuldade da inserção nesses espaços de pessoas mais jovens, mas também outros indicativos entre homens e mulheres quando compara a filiação ao sindicato e inserção na direção.

Quanto à naturalidade, um, entre os homens é pernambucano; a maioria paraense, um nasceu no município de Bragança, e dois são de Belém. No caso das mulheres todas são paraenses, duas se originam de municípios ribeirinhos, Curuçá e Cametá, segundo informaram, ambas mudaram-se para Belém para estudar, buscar um futuro próspero, ter uma vida melhor. Sobre o grau de escolaridade dos/as sindicalistas, há de se analisar mais adiante.

Vale considerar a ocupação dos genitores dos/as sindicalistas, a depender da atividade profissional, manual ou intelectual, configura-se a sustentação própria e da família e o nível social. As características socioeconômicas expressam níveis e padrões de vida podendo ou não, no âmbito da família haver respostas a certo conforto, situando os indivíduos em escalas sociais numa diferenciação desde a qualidade das condições mínimas de vida, a moradia, o acesso à educação, à saúde e ao lazer, por exemplo.

Como se vê no quadro acima, a maioria dos pais dos/as sindicalistas exerce profissões tradicionais do mercado informal como pescadores, agricultores, sapateiro, mecânico, mestre de obras, também funcionário público e comerciário. O registro da profissão de funcionário público é do sindicalista pernambucano. A maioria dos/as depoentes a profissão das mães inscreve-se do lar, exceção de dois casos: uma lavradora e uma servente em hospital.

O ofício que os indivíduos abraçam, e no caso, os/as entrevistados/as ao fim e ao cabo procuraram outros ofícios diferente do exercido por seus pais, tem a ver com as aspirações, o nível de remuneração, o grau de estudo, as condições de moradia, elementos que compõem a situação de vida, motivadores para uma mudança tanto para os homens como para as mulheres. Há, portanto, uma busca de ascensão social.

No que se refere à profissão das mães, a maioria declara “Do Lar”, trata-se do modelo que o sistema dominante projetava para as mulheres. Conforme referido o Estatuto da Mulher Casada aprovado em 1962, define a função da mulher como colaboradora do marido, este o chefe da sociedade conjugal. Percebe-se que as atuais dirigentes do SEC/PA, numa situação diferente da de suas mães, se identificam com outro modelo, optaram por uma profissão fora de casa. Demonstra uma mudança no tempo. O modelo da mulher do lar, mantida pelo marido

pode estar em desuso, ou pelo menos em processo de reinvenção de outro modelo na sociedade, poderá cair de moda, pois as mulheres buscam uma profissão para se manterem.

Numa visão em perspectiva, nota-se que as mulheres comerciárias não reproduziram a realidade de suas mães, estas optaram por um ofício para adquirir condições de uma vida melhor, embora nas entrevistas as mesmas evidenciem que mantém outras ocupações para complementar o próprio orçamento, além do ofício de comerciárias. O diferencial é que se as genitoras influenciadas pela sociedade com marcas de patriarcalismo, as filhas não se espelharam no viver das mães. Elas construíram uma profissão valorizada no espaço público, não se deixando restringir à rotina do lar, se profissionalizam, embora a rotina doméstica ainda faça parte do seu cotidiano.

Levantou-se também o estado civil, número de filhos, escolaridade e religião dos/as sindicalistas diretores/as dos SEC/PA, variáveis utilizadas para melhor definir quem são essas mulheres e esses homens militantes do SEC/PA, dados demonstrados na Figura 6 – estado civil; Figura 7 – número de filhos; Figura 8 – escolaridade e Figura 9 - religião, visualizados por sexo e comentados a seguir:

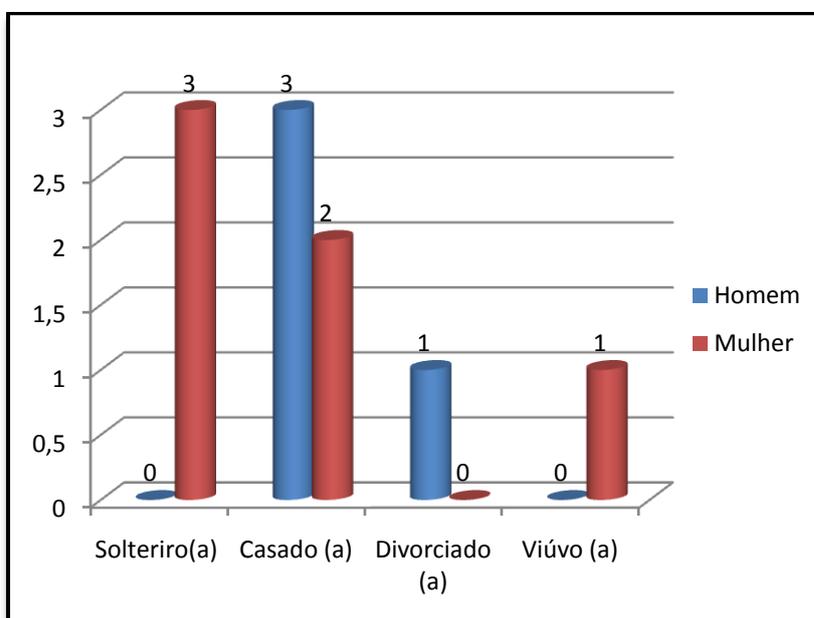


Figura 6 – Estado civil dos/as dirigentes sindicalistas
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora

Na situação apresentada pelos/as entrevistados/as, duas mulheres e três homens declararam estado civil de casadas/os, três mulheres solteiras (sendo uma mãe de três filhos),

com o status de casado/a o que tem maior frequência. Há uma viúva e um divorciado, mostrando uma realidade diversificada.

As relações de conjugalidade têm passado por transformações nas últimas décadas, alterando os percentuais relativos ao estado civil entre o homem e a mulher na sociedade brasileira, o que se deve a nova postura da mulher para influenciar nessas mudanças.

A maioria das mulheres no Brasil deixou de depositar no casamento a esperança do seu “único destino”. Como é um processo em trânsito na atualidade, às vezes, ocorre que a declaração formal oculte outras situações, tais como, mulheres separadas que ainda se declaram casadas, ou convivência conjugal de casais cada um vivendo em sua própria casa, situações que deparamos entre os/as entrevistados/as. O fato é que uma das mais antigas instituições, a família, passa por modificações, desde os padrões de relacionamento aos papéis de homens e de mulheres.

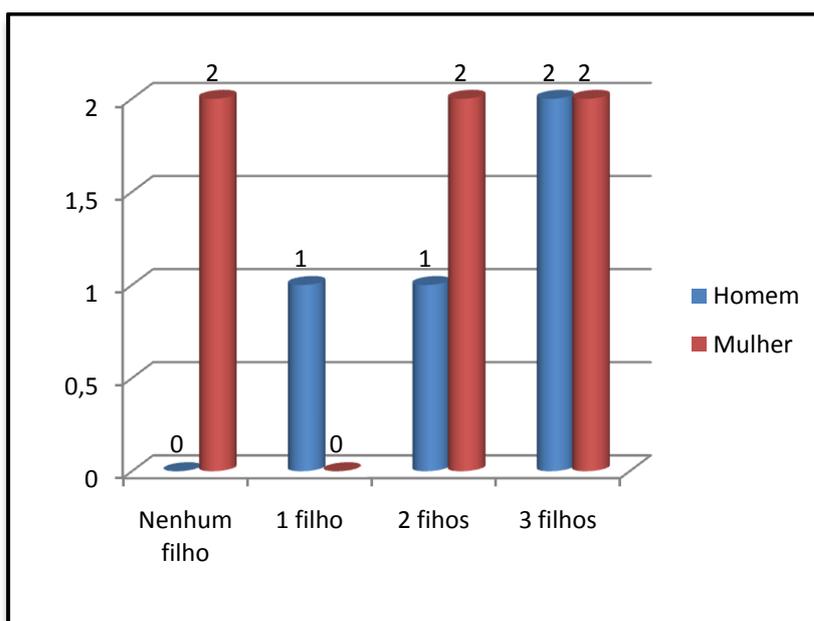


Figura 7 - Número de filhos dos/as dirigentes sindicalistas
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

Em relação ao número de filhos/as, duas sindicalistas atualmente solteiras não têm filhos; o diretor do sexo masculino, inclusive único com curso superior é pai de um filho; três dirigentes (02 mulheres e 01 homem) têm dois filhos cada; e quatro restantes (02 homens e 02 mulheres) têm três filhos cada um/a, isto é, o grupo está na média brasileira considerando-se a redução da taxa de natalidade ocorrida nas últimas décadas.

Há no país um processo de redução da taxa de fecundidade detectada pelo IBGE, assim como redução do número de componentes por família e uma diversidade crescente de formas de organização familiar. No caso dos/as comerciários/as dirigentes do SEC/PA percebe-se que as circunstâncias da vida dispuseram uma composição familiar com um número reduzido de filhos/as.

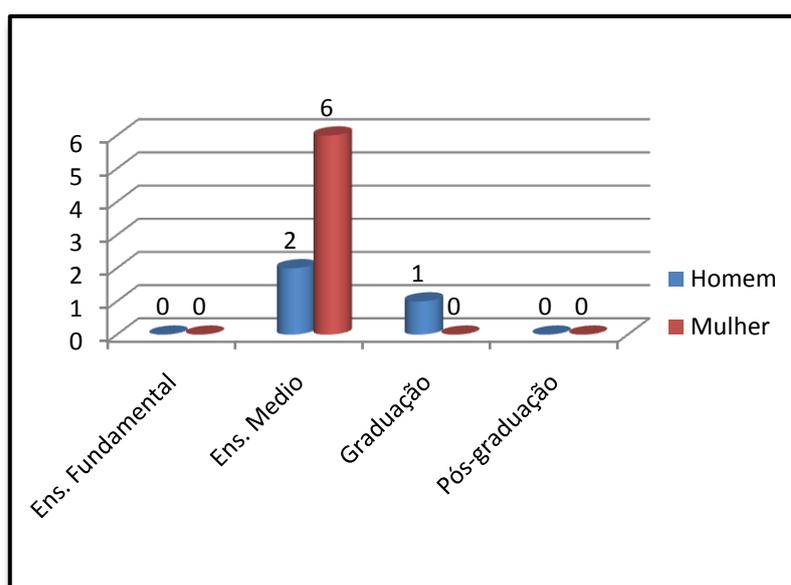


Figura 8 - Escolaridade dos/as dirigentes sindicalistas
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

Outro dado sistematizado no quadro acima é a questão da escolaridade. Consta-se que a grande maioria dos/as dirigentes entrevistados/as completou o 2º grau, um não concluiu o 1º grau, mas continua a estudar. Segundo este, sua condição de aposentado deu-lhe esperança de realizar esse sonho antigo. Há um único com curso superior, não por acaso tem uma única filha. É também o único que informou professar a religião espírita, com a maioria se dizendo católicos e evangélicos.

A educação vista como um processo de acumulação de conhecimento, ganho social mais valorizado atualmente, pois ajuda as pessoas a vencerem os desafios da vida moderna, mas antes de tudo é um forte indicativo para medir o grau de desenvolvimento humano de uma sociedade. A experiência de vida desses/as sindicalistas não permitiu que a maioria dos/as dirigentes conquistasse um grau mais elevado de estudo, à exceção de um diretor, que inclusive tem como atividade principal o ofício de professor.

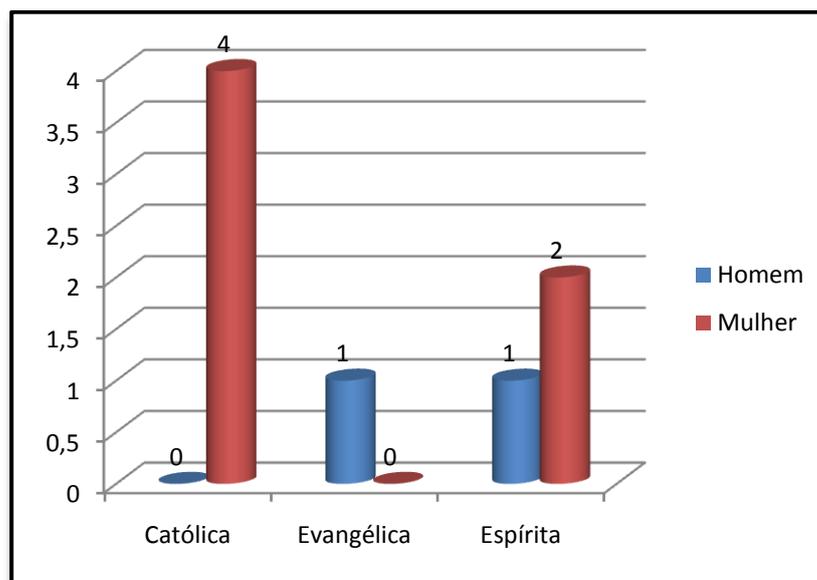


Figura 9 - Religião dos/as dirigentes sindicalistas

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora

Quanto às opções oferecidas (católica, espírita, adventista, evangélica, testemunha de Jeová, umbandista, não tem e outras) referente à tendência religiosa quatro mulheres são católicas, duas freqüentam o espiritismo. Não se encontrando entre os homens respondentes que se enquadrassem na religião católica, embora dois sindicalistas deixassem de responder esse quesito, e dois colocaram cada um, religião evangélica e espírita.

Para o perfil dessas lideranças foi avaliado o local de moradia. Investiu-se na identificação do bairro em Belém onde esse/a trabalhador/a tem morado nas diversas situações de vida: quando ainda morava com seus pais; quando estabelece uma situação conjugal; e nos dias atuais. Morar em casa própria ou alugada juntou-se à questão do perfil socioeconômico. É o que demonstra o Quadro 04, a seguir:

Quadro 04 - Distribuição da situação da moradia dos/as dirigentes sindicalistas.

Nome	Morada c/ pais			Morada c/ Companheiro/a			Moradia Atual		
	Bairro	Casa		Bairro	Casa		Bairro	Casa	
		Própria	Alugada		Própria	Alugada		Própria	Alugada
Armintos	40 Horas		X	Telégrafo		X	C. Utinga		X
Gracilene	Cremação		X	Icoaraci		X	Icoaraci	X	
Ivan Duarte	Jurunas			-		-	-		
Ilda Lima	São Brás	X		São Brás	X		São Brás	X	
Lucicleide	Castanheira	X		-			Tapanã		X
Luzia Ribeiro	Curuçá	X		Pedreira	X		Guamá	X	
Jurandir	Marambaia	X		Marambaia	X		Marambaia	X	
Maria Dionéia	São Brás	X		São Brás		X	Icoaraci	X	
Vera Lúcia	Telégrafo Canudos Pedreira			Guamá Condor		X	Guamá		X
Virgílio	Jurunas	X		Jurunas	X		Jurunas	X	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

No aspecto da moradia dos/as diretores constatam-se, em três casos estabilidade com permanência no mesmo bairro. A ex-diretora residente em São Brás é solteira e informou que sempre morou com os pais, atualmente falecidos, mora em companhia das irmãs. Dois diretores moram no mesmo bairro desde quando moravam com os pais, atualmente com sua esposa e filha, sendo a casa que moram de sua propriedade, dos quais, o único com curso superior, o que possibilita uma vida de certo conforto no acesso as principais necessidades.

Outras situações mostram uma razoável estabilidade, ocorrendo deslocamentos de um para outro bairro. Uma das diretoras teve uma rotatividade em deslocamentos por diversos bairros. Ao todo seis moram em casa própria e três moram em casas alugadas, inclusive, esses/as últimos (um homem e duas mulheres) registram deslocamentos de três bairros a mais.

Quanto a inserção no setor do comércio, comparando o histórico delas em relação ao dos homens o Quadro 05 a seguir, analisa elementos da primeira experiência no mercado de trabalho no comércio, considerando o ano dessa inserção, a função e salário da época.

Quadro 05 - Distribuição dos/as dirigentes sindicais por sexo, inserção/ano no mercado de trabalho no comércio, função e salário - Gestão 2006 – 2010.

Nome	Inserção no mercado de trabalho no comércio		
	Ano	Função	Salário
Armintos Pereira da Silva	1964	Depósito	Salário Mínimo
Gracilene Costa da Silva	1988	Vendedora	Salário Mínimo
Ivan Duarte Pereira	1977	Office Boy	Salário
Ilda Lima Meiguins	1951	Auxiliar Escritório	Salário Mínimo
Lucicleide da Silva Ribeiro	1991	Vendedora	Salário Mínimo
Luzia Ribeiro de Melo	1968 ¹³⁴	Empregada Doméstica	Salário Mínimo
Jurandir A. de Albuquerque	1981	Vendas	Não declarou
Maria Dionéia dos Reis	1972	Balconista	Comissão
Vera Lúcia P. dos Santos	1977	Vendedora	Salário Mínimo/ Comissão
Virgílio Nunes Sivestre	1979	Balconista	Salário Mínimo

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

Vê-se que a maioria dos/as dirigentes estava entre os 15 a 18 anos quando ingressou no mercado de trabalho, dado que se complementa com a situação de vida de cada um/a, para uma leitura. Constata que o ingresso colocou-se como uma necessidade objetiva de manutenção da vida dessas pessoas ainda na idade juvenil, quer no caso de mulheres ou homens. Elemento vinculado, ainda, à situação profissional de seus genitores, num trabalho de menor qualificação e poucos recursos para manutenção familiar. A memória desses informantes sobre esse período registra casos diversos quando se deslocam do interior para a capital, a fim de estudar, experiências de moradia com o próprio patrão e de ter exercido outra atividade antes do acesso ao trabalho no comércio, como o de empregada doméstica. Considera-se a busca de alternativa propiciada pelo mercado de trabalho no histórico de cada.

Quanto ao ingresso no trabalho no comércio propriamente dito, as idades variam: 13 anos até aos 18 anos (03 homens e 05 mulheres). O diretor que iniciou a trabalhar com 19

¹³⁴ Ano de inserção no Setor Comércio. Em 1966 Luzia R. Melo inicia atividades como empregada doméstica.

anos, não por coincidência é o que possui curso superior; e duas mulheres, uma com 20 anos e outra com 22 anos. Atualmente três pessoas encontram-se aposentadas (duas mulheres e um homem), com as demais permanecendo nas atividades no comércio.

Os dados socioeconômicos incluíram a primeira atividade por setor, e o salário correspondente à renda atual, constante do Quadro 06, a seguir:

Quadro 06 - Distribuição dos dirigentes sindicais por sexo, primeira atividade e renda atual Gestão 2006-2010.

Nome	Primeira atividade			Renda atual		
	Setor	1ª Função	1º Salário	02 a 04 SM	04 a 06 SM	06 a 08 SM
Armentos Pereira da Silva ¹³⁵	Comércio	Depósito	Salário e Gratificação	X		
Gracilene Costa da Silva	Comércio	Vendedora	Não informou	X		
Ivan Duarte Pereira	Comércio	Office Boy	Salário Mínimo			X
Ilda Lima Meiguins	Comércio	Auxiliar Escritório	Salário Mínimo	X		
Lucicleide da S. Ribeiro	Comércio	Vendedora	Salário Mínimo	X		
Luzia Ribeiro de Melo	Serviços	Empregada Doméstica	Salário Mínimo	X		
Jurandir de Albuquerque	Comércio	Vendas	Comissão 10%		X	
Maria Dionéia R. dos Reis	Comércio	Balconista	Comissão			X
Vera Lúcia P. dos Santos	Comércio	Vendedora	Salário Mínimo e Comissão	X		
Virgílio Nunes Sivestre	Comércio	Vendedor	Salário		X	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

A leitura dos dados socioeconômicos indica que, a maioria dos/as dirigentes do sindicato procurou como primeira atividade ocupacional o emprego no comércio, à exceção

¹³⁵ Permaneceu no mesmo estabelecimento, e a partir dos 15 anos começa a ter salário.

da diretora que teve como primeira experiência o ofício de empregada doméstica. Acredita-se que essa tendência ocorre diante da não exigência de qualificação para trabalhar no comércio.

Os dados sócio-econômicos que se referem ao primeiro emprego, sendo função e salário dessa situação passada, quando iniciaram na carreira, comparada à renda salarial atual. Atualmente, a maioria dos/as diretores/as entrevistados/as está à disposição do sindicato (Quadro 07), como o aposentado que disponibiliza meio expediente ao sindicato e por conta disso recebe uma gratificação. Uma situação idêntica se dá com a atual conselheira fiscal, também aposentada, que eventualmente, quando há necessidade dá expediente no SEC/PA e “recebe uma ajuda”. O mesmo ocorre com os demais diretores/as liberados da empresa, à disposição do sindicato, com remuneração.

A faixa de renda salarial da maioria (seis diretores) encontra-se entre 02 a 04 SM, desses, um é do sexo masculino; dois homens estão numa faixa superior, entre 04 a 06 SM, e, numa terceira escala o presidente, e uma única mulher, a tesoureira. Ambos ocupam dois cargos de projeção na estrutura do sindicato, independente do sexo a remuneração é de 06 a 08 SM por normas estatutárias. Afirmativa que se confirma através do registro da primeira reunião de diretoria¹³⁶, quando a presidente *tendo por base o estatuto do sindicato*, apresenta a escala dos cargos e gratificação de direção para cada membro. A sindicalista explica que os salários não são definitivos e expõe os valores (...) *presidente seis salários mínimos; vice-presidente, um salário mínimo; secretário geral, um salário mínimo; tesoureiro, três salários mínimo; demais diretores, um salário mínimo* (Livro de Ata, aberto em 25 de junho de 1994).

3.1.2. Dirigentes sindicais comerciais e as funções ocupadas no SEC/PA.

De fato, cargos e salários são hierarquizados, com respaldo estatutário na escala de valores, existindo nessa distribuição salarial flexibilidade, evidenciado por duas situações, em épocas diferentes: em 1994, conforme Ata da reunião de diretoria citada acima e na atualidade pelas informações obtidas entre os sindicalistas através do questionário.

Conforme se vê, a ajuda de custo aos dirigentes ocorre numa escala diferenciada de valores, sendo maior o de presidente e de tesoureiro em relação aos demais. O suplente da diretoria conforme o estatuto também recebe como *é sabido que estes não possuem remuneração, mas ficará estipulado meio salário mínimo* (Idem). O comparecimento deste dirigente ao sindicato se dá apenas em meio expediente diário. A menor remuneração é da maioria das mulheres que se acha em cargos menos valorizados.

¹³⁶ Ata da reunião de diretoria realizada em 25 de junho de 1994.

A ocupação definida como principal refere-se ao cargo exercido na estrutura do sindicato por ser a atividade que remunera os dirigentes, embora a maioria dos informantes desenvolva outros trabalhos com o objetivo de aumentar a renda familiar. Situação que pode ser avaliado no Quadro 07, a seguir:

Quadro 07 - Distribuição dos dirigentes sindicais por sexo, ocupação e função no SEC/PA. Gestão 2006-2010

Nome	Ocupação		SEC/PA		
	Principal	Outra ocupação	Cargo de Direção	Escala	
				Titular	Suplente
Armentos P. da Silva	SEC	Aposentadoria e Lanchonete	Conselho Fiscal		X
Gracilene C. da Silva	SEC	Não informou	Secretaria Geral	X	
Ivan Duarte Pereira	SEC	Diretor da FETRACOM	Presidente	X	
Ilda Lima Meiguins	Venda de roupa	Aposentadoria	Diretoria		X
Lucicleide da S. Ribeiro	Loja	Decorações	Diretoria		X
Luzia Ribeiro de Melo	Costureira	Loja da filha	Conselho Fiscal	X	
Jurandir de Albuquerque	Professor SST	SEC	Diretor de Formação e Saúde do Trabalhador	X	
Maria Dionéia dos Reis	SEC	Consultora da Natura e Diretora da FETRACOM	Secretaria Financeira	X	
Vera Lúcia dos Santos	SEC	Pensão e realiza cursos	Subsecretaria	X	
Virgílio Nunes Sivestre	SEC	-	Subsecretaria de Finanças	X	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

Para nove dos atuais diretores/as¹³⁷, seis declararam a ocupação principal o sindicato, numa situação em que a maioria compõe à diretoria executiva, com exceção do cargo de um suplente, que comparece ao sindicato em meio expediente e recebe ajuda de custo. Nesse caso, comporta uma realidade que vem sendo sustentada há anos, este pertencente à direção do SEC/PA desde a década de 1970 com remuneração garantida, tornando-se difícil não contar com essa remuneração, nem que seja a título de complementação “ajuda de custo”. Três diretoras informam outras atividades como ocupação principal, sendo que uma delas é ex-diretora. Considera-se as duas dirigentes atuais, a que declarou o trabalho na loja de decorações ocupa um cargo de suplência não tendo frequência permanente no sindicato; a outra tem como ocupação principal a costura e tome conta da loja da filha, atividades que complementam seu sustento. Esta é titular do Conselho Fiscal, mas, não recebe remuneração pelo sindicato. Um diretor declarou-se professor, mas tem as atividades sindicais no SEC/PA como a outra ocupação, embora ministre cursos sobre a saúde do trabalhador a serviço do Sindicato sendo Especialista em Estudos sobre a Saúde do Trabalhador.

O presidente tem o sindicato à ocupação principal. Revela como sua outra ocupação, a representação na FETRACOM/PA, entidade estadual da qual o sindicato é filiado. Sendo representante legal do sindicato tem o tempo à disposição da categoria. Entretanto, não ficou claro se a representação junto à Federação é um cargo remunerado. Há, também, as três mulheres sindicalistas que compõem a diretoria executiva.

Em relação à atividade secundária, com exceção da secretária geral, todas as demais mulheres dirigentes disseram desenvolver outro trabalho: a suplente da diretoria realiza decorações; a conselheira fiscal se envolve na administração da loja de sua filha; a secretária de finanças é consultora da Natura e a subsecretaria ministra cursos e, na qualidade de viúva recebe uma pensão do falecido.

3. 2. Trajetória política dos/as dirigentes sindicais, a presença das mulheres no SEC/PA e sua ampliação.

À indagação se há paridade entre os sexos no meio sindical entre os/as comerciárias, a própria situação da mulher na sociedade capitalista responde.

Em 1995 foi aprovada a lei de cotas, inaugurando, no Brasil, uma política de ação afirmativa, ou discriminação positiva para o incremento à participação das mulheres nos espaços de poder na representação política. Esse instrumento repercutiu no meio sindical com

¹³⁷ Não computados os dados referentes à Ilda Meiguins por motivos já esclarecidos.

tomada de posição a partir das centrais sindicais, que, aprovaram o indicativo de incluir nas direções dos sindicatos o percentual de 30% de mulheres nessa composição. Sobre essa questão, Vera Pacheco, diretora do SEC afirma que (...) *essa resolução tem influenciado para a maior presença destas mulheres na diretoria se comparada aos anos anteriores.*

De fato, no SEC/PA, a partir do segundo mandato de Maria Dionéia dos Reis – gestão 1998/2002 – há um avanço da participação de mulheres no sindicato. Mesmo assim, o acesso aos cargos de direção não é ofertado com facilidade às mulheres pela dinâmica a que são envolvidas como centro da família. Averiguando se os/as dirigentes sindicais em estudo haviam criado um percurso político anterior à sua entrada no sindicato e possíveis vinculações em instituições coletivas, nos setores tais como estudantil, movimento social, associação de bairro ou movimento de igreja, sindicato e partido elaborou-se um quadro para demonstrar o histórico da atuação social de cada um/a dos/as dirigentes.

As relações estabelecidas pelos diretores/as do SEC/PA no vasto campo de ação no movimento social demonstram níveis de participação social e coletiva. Ainda que seja um número limitado dos entrevistados, do ponto de vista do histórico de vida de cada em particular demonstra-se um baixo nível de relação, há engajamento de alguns/as em organizações voluntárias, dois (um homem e uma mulher) com maior destaque ocupando além do sindicato três outros espaços sociais. Duas das diretoras vêm a seguir, participando além do sindicato de dois outros espaços, e quatro (três homens e uma mulher) acrescentam o envolvimento em mais um único espaço social.

Cinco diretores participavam de coletivos: uma das diretoras quando estudante se envolveu no movimento estudantil e movimento de Emaús; um diretor no Conselho Escolar do Bairro; outro participa do movimento da saúde e do Grupo Jovens da Congregação Espírita; uma diretora se envolve com as questões da mulher vinculada as centrais sindicais, e da associação comunitária e do movimento da igreja do bairro.

Avalia-se que o fato de se vincular a experiências político-sociais sejam pessoas voltadas a ações do coletivo e, possivelmente, teriam uma experiência pública e social, anterior à militância no SEC/PA, formando-se, com isso, o capital social necessário ao percurso na função de líder. Esse ativismo poderia garantir a representatividade da pessoa para ser indicada ou eleita nos espaços de direção sindical, demonstrado na ocupação de diversos espaços sociais como se vê no Quadro nº. 08, a seguir:

Quadro 8 - Distribuição dos/as dirigentes sindicais por sexo, atuação social e tipo de movimento. Gestão 2006-2010.

Nome	Atuação social	Tipo de movimento
Vera	Movimento Social	Central Geral
	Associação Comunitária	Bairro do Guamá
	Movimento de Igreja	Grupo de Mulheres
	Sindicato	SEC
Jurandir	Movimento de Igreja	Grupo de Jovens Espíritas
	Partido Político	PT
	Movimento Social	Saúde do Trabalhador
	Sindicato	SEC
Dionéia	Movimento Social	Central Geral
	Partido Político	PSB
	Sindicato	SEC
Lucicleide	Associação Estudantil	Conselho Estudantil
	Movimento Social	Grupo Emaús
	Sindicato	SEC
Ivan	Partido Político	PT
	Sindicato	SEC
Armentos	Movimento Social	Conselho Escolar
	Sindicato	SEC
Virgílio	Partido Político	PSB
	Sindicato	SEC
Gracilene	Movimento de Igreja	IURD
	Sindicato	SEC

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

A relação com os partidos políticos, embora para alguns não seja muito bem vista, dois diretores têm vínculos com o PT; e dois outros filiados ao PSB, mas não participam das

atividades do mesmo, na versão apresentada por eles. A ex-presidente do SEC/PA informa ter se filiado a convite do Jose Francisco, que à época era do PSB, e afirma que *nem devo ser mais do partido, porque ele também não é.*

Observa-se que a maioria dos dirigentes do sindicato dos comerciários teve ou tido envolvimento com os movimentos sociais o que referenda a presença na função. Quanto ao modo de inserção na direção sindical, se por convite de alguém ou eleição há diferentes formatos no processo de seleção sobre essa inserção. A sistematização das informações obtidas no questionário, contendo histórico dessa participação dos/as dirigentes por sexo, gestão e quantidade de mandatos, data de sindicalização, assim como, quem formulou o convite para associar-se ao sindicato visualizam um conjunto de atitudes sintetizadas no Quadro 09, a seguir:

Quadro 9 - Distribuição do histórico dos dirigentes sindicais por nome, sexo, tempo de gestão, quantidade de mandatos, quem convidou para se filiar ao sindicato Gestão 2006-2010.

Nome	Gestão/ Mandatos		Sindicalização/ Direção	
	Tempo de gestão	Quant. de mandatos	Data de sindicalização	Convidado por:
Armintos P. da Silva	1972-2010	11	1970	Messias Tesoureiro do SEC
Gracilene C. da Silva	1998-2002	03	1997	Presidenta do SEC.
Ivan Duarte Pereira	1994-2010	04	1979	Presidente da Central
Ilda Lima Meiguins ¹³⁸	1975-1984	03	1967	Presidente do SEC
Lucicleide Ribeiro	2006-2010	01	2006	Diretor do SEC
Luzia Ribeiro de Melo	1998-2010	03	1970	Presidenta do SEC
Jurandir de Albuquerque	1994-2010	04	1990	Membro da CGT
Maria Dionéia dos Reis	1990-2010	05	1983	Diretor do SEC. Para a diretoria: o presidente da FETRACOM.
Vera Lúcia dos Santos	1986-2010	06	1981	Presidente do SEC e candidata à Presidenta.
Virgílio Nunes Sivestre	1990-2010	05	1979	Vice Presidente da CGT

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

Essa amostragem evidencia uma oscilação no resultado. Na apuração de mandatos, desde o ingresso na direção até a atualidade, diversas situações ocorreram independentes do

¹³⁸ Não faz parte da direção atual.

sexo. No caso dos homens, seguindo a ordem apresentada acima, esses se acham em 11, 4, 4 e 5 gestões. As mulheres, seguindo-se o mesmo raciocínio, se encontram em: 3, 3, 1, 3, 5 e 6 gestões consecutivas na direção. Não se evidencia uma tendência.

Um período mais longo de permanência na estrutura do SEC/PA é do diretor Armintos Pereira da Silva, com participação desde a década de 1970. Nesse mesmo período é registrada a militância na diretoria de Ilda Lima Meiguins, sendo a única mulher na última gestão da qual participou. Esta sindicalista manteve-se em três gestões, e em todas ocupando a suplência. Quanto a Armintos ocupou pastas, em décadas passadas, em cargos da executiva. Comparando os dois, ela se sindicalizou em tempos anterior a ele (três anos antes), entretanto a experiência na direção ele inicia primeiro, em relação à experiência dela.

Quando o SEC/PA pela primeira vez foi dirigido por uma mulher (gestão 1994-1998), com Maria Dionéia na presidência, os dois membros da direção anterior que acompanharam essa líder foram o diretor Armintos e a diretora Vera Pacheco.

Sob a influência de José Francisco dirigente da FETRACOM, Maria Dionéia, em 1994, lidera uma chapa no SEC, em oposição à reeleição do então presidente Júlio Nazareno C. Lima. Próximo às eleições, como esse havia sido afastado do sindicato sub-júdice, nomeada uma Junta Governativa para coordenar as eleições forma-se nova composição para a disputa eleitoral. .

O Quadro 10 evidencia a composição das diretorias de duas gestões: a diretoria liderada por Julio Nazareno (gestão 1990-1994) e a liderada por Dionéia (1994-1998), demonstra em negrito os antigos diretores com presença em ambas as gestões, encontrando-se duas mulheres em cargo de direção sindical (negrito e em cor). O quadro evidencia a presença de mulheres, ao mesmo tempo em que destaca a formação de um novo grupo hegemônico na direção do SEC/PA, a seguir:

Quadro 10 - Distribuição da Composição das Diretorias por sexo e cargos do SEC/PA. Gestões 1990-1994 e 1994-1998.

Cargos	Gestão 1990 a 1994	Gestão 1994 – 1998
Executiva		
Presidente	Júlio Nazareno C. Lima	Maria Dionéia R. dos Reis
Vice-presidente	Maria Dionéia R. dos Reis	Jurandir de A. Albuquerque,
Secretário Geral	Olivar Ladeira Meireles	Raimundo Sergio Rocha,
Sub-Secretária	Renival Araújo Brelaz	Ronaldo de Almeida Coelho
Secretária de Finanças	Jose Alberto Costa	Vera Lúcia Pacheco
Diretor de F. Sindical/S.T.	Ary Pereira Flores	Francisco de A. Lima
Diretor de C., Esp. e Lazer	Mario Vieira Cativo	Otoniel do S.Assunção
(Cargo não identificado)	Ademir A. da Fonseca	José Maria Garcia
(Cargo não identificado)	Luiz Guilherme de Oliveira	Virgílio Nunes Silvestre
Suplentes da Diretoria	Manoel J. da S. Fernandes João Borges Matos Expedito Pastana Araújo Vera Lúcia P. dos Santos Alexandre Cordeiro Manoel Maria B. Duarte Manoel Benedito da Silva Manoel do Carmo Cunha João de Deus Cunha	Carlos A. Lisboa Joaquim V. de Lima Ivan Duarte Pereira Paulo Roberto B. Lima Luis Carlos S. Gonçalves Osmar Silva Ferreira
Conselho Fiscal	Nizomar dos Santos Antonio Caetano de S. Filho Armintos P. da Silva	Luis Carlos Borges Augusto O. Siqueira Manoel Duarte Andrade
Suplentes do Conselho Fiscal	José Alcindo O. Bittencourt, Raimundo Fidelis da Silva, Manoel da Vera Cruz	Armintos P. da Silva José Alberto Costa Eleinaldo S. de Oliveira
Representantes junto à Federação	Julio Nazareno C Lima José David de Oliveira Neto	Maria Dionéia R. dos Reis José Maria Garcia
Suplentes de Representantes à Federação	Francisco Costa da Silva Francisco de A. Nascimento	Teobaldo Osório de Souza

Fonte: Dados extraídos de Barros (2007). Org. pela autora.

Analisando a composição das diretorias, que se seguiram após o primeiro mandato tendo uma mulher presidente, até a gestão atual (1994-1998/2006-2010), pode-se afirmar a existência de diretores/as com histórico de participação sob a influência da citada dirigente do

SEC/PA, desde o início da década de 1990. A maioria dos/as atuais diretores/as completam permanência entre três a seis gestões na estrutura sindical do SEC/PA formando um grupo coligado. É o caso dos/as entrevistados/as e da maioria dos/as que compõem a atual direção, no quadro demonstrado os nomes em negrito. Vê-se no Quadro 11 as mulheres mostradas na cor vinho, mas evidencia-se a presença em todas as gestões a partir de 1994 dos seguintes diretores: Maria Dionéia, Ivan D. Pereira, Jurandir Albuquerque, Vera L. Pacheco, José Maria Garcia, Virgílio N. Silvestre e Armentos P. da Silva (com asterisco vermelho). A partir da gestão de 1998, acrescenta-se ao grupo outros/as dirigentes: Gracilene C. da Silva, Luzia R. de Melo, Mauro S. da Silva, Manoel G. de Oliveira, Vanilza F. de Oliveira, Alice A. Amaral (essas duas últimas não continuaram compondo a direção). Sendo que, no mandato atual as únicas renovações de sindicalista são Manoel R. Pinto e Jose Varela da Silva (em cor verde).

Em azul destaca-se a recorrência da representação do SEC/PA ao Conselho da Federação em cor azul, evidenciando a permanência de Maria Dionéia que à partir de 1998 divide essa representação com o Ivan Duarte Pereira respectivamente ex-presidente e atual presidente, numa evidente influência na relação do sindicato com a Federação, conforme o Quadro 11 a seguir:

Quadro 11 - Distribuição da Composição das Diretorias por cargos do SEC/PA. Gestões 1994 – 1998; 1998 – 2002; 2002 – 2006; 2006 – 2010.

Cargos	1994 – 1998	1998 – 2002	2002 - 2006	2006 - 2010
Executiva	*Maria Dionéia *Jurandir Albuquerque Raimundo Sergio Rocha Ronaldo de A. Coelho *Vera Lúcia Pacheco Francisco de A. Lima Otoniel do S. Assunção *José Maria Garcia *Virgílio Nunes Silvestre	*Maria Dionéia Reis *Jurandir Albuquerque Gracilene C. da Silva *Vera Lúcia Pacheco *Ivan Duarte Pereira *José Maria Garcia	*Maria Dionéia *Jurandir Albuquerque Gracilene da Silva *Vera L. Pacheco *Ivan D. Pereira *José Maria Garcia	*Ivan D. Pereira Danil S. Tavares Gracilene C. da Silva *Vera Lúcia Pacheco *Maria Dionéia *Virgílio N. Silvestre *Jurandir Albuquerque *José Maria Garcia
Suplentes	Carlos A. Lisboa Joaquim V. de Lima *Ivan Duarte Pereira Paulo Roberto B. Lima Luis Carlos S. Gonçalves Osmar Silva Ferreira	Luzia Ribeiro de Melo Mauro S. da Silva Vanilza F. Ferreira Carlos A. Coelho Roberto B. dos Santos Alice A. Amaral José Nazareno Moraes Manoel G. de Oliveira	Luzia R. de Melo Mauro S. da Silva Vanilza F. Ferreira Carlos A. Coelho Roberto B. dos Santos Alice A. Amaral José N. Moraes Manoel G de Oliveira	Karla Danielle Silvia A. de Souza Luzia M. da Silva Manoel R. Pinto Lucicleide Ribeiro
C. Fiscal	Luis C. Borges Augusto O. Siqueira Manoel D. Andrade	Virgílio N. Silvestre Luis Carlos Borges Luis C. S. Gonçalves	Virgílio N. Silvestre Luis Carlos Borges Luis C. S. Gonçalves	Mauro S. da Silva Carlos A. Coelho Luzia R. de Melo
Supl. CF	*Armintos P. da Silva José Alberto Costa Eleinaldo S. de Oliveira	Manoel D. Andrade Daniel dos Reis *Armintos P. da Silva	Manoel D. Andrade Daniel dos Reis *Armintos P. da Silva	*Armintos P. da Silva Jose Varela da Silva Manoel G. de Oliveira
R. F.	Maria Dionéia dos Reis José Maria Garcia	Maria Dionéia Ivan Duarte Pereira	Maria Dionéia Ivan Duarte Pereira	Ivan Duarte Pereira Maria D. Ribeiro
S. R. F.	Teobaldo Osório de Souza	Jurandir Albuquerque José Maria Garcia	Jurandir Albuquerque José Maria Garcia	Jurandir Albuquerque Gracilene C. da Silva

Fonte: Dados extraídos de Barros (2007). Elaboração da autora.

O que há de novo na composição dessas diretorias é a tendência a ampliação da presença de mulheres em relação às composições anteriores. Com Dionéia na presidência, desde o segundo mandato (1998-2002) são incluídas as sindicalistas *Gracilene C. da Silva*, *Luzia Ribeiro de Melo*, *Vanilza F. Ferreira* e *Alice A. Amaral*. Ao todo quatro mulheres numa renovação de doze novos diretores (1/3), sendo que pela primeira vez, três mulheres

participam da executiva da diretoria, sendo na primeira composição presidente, secretária geral e subsecretária, e a presidente na atual gestão ocupa o cargo de tesoureira.

Na composição seguinte (2002-2006) não há mudanças, nem renovação, na qual se configura a reeleição da diretoria anterior. Na gestão atual (2006-2010) há renovação de nove membros da diretoria, com incremento de quatro mulheres, com saída de alguns. Não há informações sobre a não permanência, na direção, das sindicalistas Vanilza Ferreira e Alice Amaral que participaram de duas gestões (1998-2002 e 2002-2006), não se localizou quais os motivos que levaram a essa situação. Soma-se com outros homens incluídos como diretores (Roberto B. dos Santos, José Nazareno de Moraes, Luis Carlos Borges, Luis C. S. Gonçalves) num total de seis sindicalistas que foram sucedidos por outros membros. Os pleitos eleitorais definem quem vai estar com mandato em cada período. Em relação às mulheres ingressaram duas sindicalistas, sendo, atualmente, oito mulheres e onze homens.

As mulheres continuam ocupando cargos de suplência da diretoria, sendo que quatro entraram na atual gestão juntamente com dois sindicalistas do sexo masculino, Manoel Raimundo Gomes Pinto e José Varela da Silva. Entre estas se encontram Karla Danielle, Lucicleide Ribeiro, Silvia Aparecida que representa o sindicato em Tucuruí e Luzia Moreira da Silva, em Goianésia.

A vitória de Dionéia dos Reis, em 1994, foi responsável pela quebra de hegemonia de um grupo de sindicalistas desde a liderança de Manoel Flores, esse dominou o sindicato de 1975 a 1990, permanecendo na direção durante vinte e cinco anos ininterruptos. Julio Nazareno C Lima¹³⁹ que o sucedeu na presidência não foi capaz de organizar uma oposição ao grupo que atualmente dirige o sindicato. Como todo o jogo político, um grupo perde o poder, mas outro inicia na direção. Nesse caso, a escolha se dá dos dois lados do jogo de poder – a **situação**, ou seja, aqueles que estão na diretoria; e a **oposição**, ou seja, os líderes comerciários sindicalizados que esperam ascender ao poder.

Importa registrar que tradicionalmente, quando há mudanças de presidente este é substituído pelo vice-presidente. Observa-se também, que Dionéia indica para substituí-la o sindicalista que ocupava a tesouraria surpreendendo o então vice que, inclusive, respondia interinamente pelo cargo de presidente, devido ao acidente ocorrido com Maria Dionéia no início da última gestão que esta preside.

Em qualquer desses casos, as lideranças que aspiram competir devem estar alinhadas com uma das duas posições tendo cada uma um programa de atividades e posição ideológica

¹³⁹ Ambos os sindicalistas falecidos.

que agregue os/as interessados/as. O fato é que na atualidade não se percebe investimento de organização de oposição ao grupo que está no poder.

Os/as dirigentes do SEC/PA ao se referirem às formas de filiação ao sindicato e ao ingresso em cargos de direção evidenciam o fato de terem sido convidados por amigos, ou indicação da própria empresa. Analisando o ano de filiação com o ingresso na direção vê-se que têm um histórico quase idêntico, embora haja particularidades. Há uma recorrência como o convite é formulado. Quem convida normalmente é alguém que ocupa cargos de direção do próprio sindicato ou da Federação do Comércio, ou da central sindical da qual o SEC está vinculado, quer sejam para os homens quer sejam para as mulheres, não havendo inovação que acrescente uma participação combativa, que tenha ligação com a luta sindical.

Paola Cappellin Giuliani ao se referir às trabalhadoras rurais candidatas ao cargo de dirigente sindical comenta que a “decisão de fazer parte de uma lista de candidatos, geralmente, é tomada após um “convite”, sendo raro que essa decisão seja fruto de uma iniciativa pessoal da trabalhadora”. A autora adianta que normalmente o convite costuma ser formulado pelo presidente em exercício, ou em conclusão de mandato, *justificado pela experiência política da trabalhadora em movimentos ou grupos de mulheres trabalhadoras, nas greves, na oposição sindical, pela sua competência mobilizadora, pela dedicação à instituição* (GIULIANI, 2000: 654).

No caso em estudo, os dados fornecem informações sobre essa motivação, indicando que a maioria das lideranças atendeu ao convite devido às relações de amizade, o conhecimento mais próximo e até as relações de parentesco. È o caso de Dionéia Reis, convidada por José Francisco, e também de Gracilene Silva quando convidada por Dionéia. O motivo principal foi a relação de parentesco e amizade. Há o caso de uma sindicalista que se destacou pela oratória quando se pronunciou em carro som instalado na porta do Sindicato. Expressava a defesa dos *direitos trabalhistas a favor da categoria e organizava os trabalhadores na base*, condenando, à época, o imobilismo da diretoria do SEC/PA, e teve uma surpresa em meados da década de 1980. Conta Vera Pacheco que o Júlio Nazareno¹⁴⁰, candidato à presidente do SEC/PA em seqüência ao último mandato de Manoel Flores, impressionado pela sua participação convida a sindicalista para fazer parte de sua chapa. Como as articulações da qual a mesma fazia parte eram vinculadas à CUT, ela relata o

¹⁴⁰ Cf. BARROS, José Haroldo Oliveira de. TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO MOVIMENTO SINDICAL PARAENSE (2007: 132). Constatam informações de que o Júlio Nazareno foi eleito presidente, mas foi suspenso por uma liminar concedida pela 9ª Vara Civil de Belém e em 1993 a eleição foi anulada. Antes de completar esse tempo, foi implantada em 1992 uma Junta Governativa pela FETRACOM e reconhecida pelo Tribunal de Justiça do Estado. Essa Junta coordenou o processo eleitoral no qual foi eleita Maria Dionéia Reis.

ocorrido: *os companheiros da central [CUT] queriam que eu me infiltrasse no sindicato para colher informações. Queriam através de a minha pessoa ganhar o Sindicato para a CUT. Rompi com eles e aceitei ficar na chapa com o Júlio.* Vera teve então, a primeira participação, completando a suplência da diretoria.

As situações de conflito de Julio Nazareno com a Justiça do Trabalho levaram ao seu afastamento da presidência. Maria Dionéia participa do processo eleitoral e convida Vera, que novamente compõe a chapa para a direção do sindicato. As duas juntamente com outros sindicalistas disputam com a chapa encabeçada por Stefani Henrique Monteiro¹⁴¹, o qual aglutinou outras pessoas que não tinham base na categoria. Perderam a eleição, e, não investiram novamente, visto que, ligados a outros interesses.

Como se vê, a ampliação do número de mulheres na direção do sindicato parte de atitudes da presidente Maria Dionéia, convidando outras comerciárias filiadas para assumirem um cargo no sindicato. Afirma a atual secretaria geral Gracilene Silva, *recebi o convite de uma amiga em 1998, nem sabia nada sobre sindicato.* Inicialmente não revela o nome da amiga, mas, posteriormente refere à indicação de Maria Dionéia.

Esta estratégia de convite para assumir os cargos de direção no sindicato também é comum entre os homens. O atual subsecretário de finanças, o sindicalista Virgílio Nunes Silvestre, conta que: *trabalhava ha vinte e três anos na empresa e o amigo Oliveira, vice-presidente da Federação do Comércio me convidou, pois comentei com ele meu interesse. Particpei da chapa de oposição ao Júlio Nazareno e fomos vitoriosos.* Neste caso, como ocorreu com Vera Pacheco, há manifestação de interesse provocando o convite.

A ampliação do número de mulheres no quadro de direção sindical conta também com esforços do atual presidente Ivan Duarte Pereira que comenta perceber nas mulheres a capacidade de liderança e respeitabilidade junto à categoria. Elogia a sindicalista Luzia Ribeiro de Melo, no Conselho Fiscal, dizendo ser esta uma militante de base compromissada com a categoria. Outros comentários desse líder sobre a presença das mulheres é de que *a mulher é mais cautelosa e difícil de corromper.* O presidente do SEC/PA comenta ainda, que:

Sempre que vou para uma reunião externa gosto de ser acompanhado por uma diretora. A presença de uma mulher impõe seriedade e respeito, além de que ela aponta detalhes que nos passam despercebidos e são importantes na hora da decisão.

¹⁴¹ Cf. BARROS 2007.

Os critérios para que um/a comerciário/a pleiteie um cargo de direção estabelecem que este/a faça parte da categoria e seja sindicalizado/a. Em que medida é possível verificar o desempenho de homens e mulheres e o interesse em assumir um mandato? Para medir o estágio em que estes atores “entram em cena” no mercado de trabalho seguindo-se o período de sindicalização e a ingresso em cargo de direção na entidade de classe, o Quadro 12 a seguir, fornece informações diferenciais entre homens e mulheres:

Quadro 12 - Distribuição dos dirigentes sindicais por sexo, ano de inserção no mercado de trabalho (MT), ano de filiação ao sindicato(S) e ano de ingresso na diretoria do SEC/PA(D).
Gestão 2006-2010.

Nome	Ano de inserção		
	M. T.	S	D
Armentos Pereira da Silva	1964	1970	1972
Gracilene Costa da Silva	1988	1997	1998
Ivan Duarte Pereira	1977	1979	1994
Ilda Lima Meiguins	1951	1967	1975
Lucicleide da Silva Ribeiro	1991	2006	2006
Luzia Ribeiro de Melo	1969 ¹⁴²	1970	1998
Jurandir A. de Albuquerque	1981	1990	1994
Maria Dionéia dos Reis	1972	1983	1990
Vera Lúcia P. dos Santos	1977	1981	1986
Virgílio Nunes Sivestre	1979	1979	1994

Fonte: Dados extraídos do questionário. Elaboração da autora.

Dessa amostragem percebe-se que as mulheres se sindicalizaram entre um a dezesseis anos de profissão, enquanto os homens tendem a se incluir mais cedo - no mesmo ano de entrada no mercado aos nove anos de profissão. O caso do comerciário com sindicalização imediata remete à informação de que seu pai é comerciário associado do sindicato.

Comparando o ano de filiação ao tempo de ingresso na direção do sindicato o que ocorre é um período naturalmente traçado entre os dois gêneros, se considerem os percentuais entre eles vê-se que enquanto o tempo entre a entrada das mulheres se dá em 1.95%, entre os

¹⁴² Ano de inserção no setor comércio; em 1966 inicia atividade como empregada domestica

homens esse percentual é mais baixo, 1.56% o que determina uma variação negativa para as mulheres (-0.36%)¹⁴³.

Observações pertinentes em relação ao quadro comparativo comentam-se a seguir:

Ao comparar as situações por sexo, avaliando a distância em anos desde a inserção no mercado de trabalho à data de sindicalização, usando o sexo como variável de controle, pode-se afirmar que há, entre as mulheres, uma tendência a retardar essa sindicalização. Dos seis exemplos de mulheres, quatro delas extrapolam mais de dez anos de profissão no comércio para virem a se sindicalizar, e entre os homens nenhum chegou a completar esse tempo todo, exceção do exemplo que levou mais tempo, até 09 anos.

Considerando o ano de sindicalização com o ingresso na direção, percebe-se uma variação, no caso de filiado homem, há dois casos em que esse fato ocorreu em menos de cinco anos e dois após quinze anos de sindicalização para o ingresso na direção.

No caso das mulheres, também há uma filiada que ingressa na direção no mesmo ano da filiação. Há outros casos, como a que somente 28 anos depois de sindicalizada assumiu um cargo diretivo. Nesse caso, a sindicalista se filiou ao sindicato um ano após o ingresso no mercado de trabalho porque tinha necessidade de utilizar os benefícios materiais do sindicato¹⁴⁴, mas só 28 anos após esta data é convidada para fazer parte da diretoria.

É preciso esclarecer, contudo, que não dá para limitar a simples comparação numérica esses dados, mas acrescentar outras informações da realidade vivida por essas mulheres e esses homens. Ao avaliar os questionários e cruzar as evidências já referidas em outro item deste texto, constata-se que a maioria das autorias dos convites para as sindicalistas participarem da direção, aponta para diretores/as ou ex-diretores que pretendem manter sua representação na estrutura sindical, mas, os/as convidados/as não têm relação com o meio sindical, são pessoas do círculo de amizades de quem os/as convida.

O critério para o ingresso na direção não foi motivada somente pela militância política sindical, quer no caso de diretores homens quer diretoras mulheres, valendo também o grau de relações de amizade. É o que sugerem as declarações dos/as entrevistados/as/, *fulana gostou de mim e me chamou*. Mas, pergunta-se ainda, esse atributo “gostou de mim” se fosse aprofundada a pergunta, não estaria remetendo ao desempenho da convidada? Esse é um ponto que futuramente pode ser reavaliado.

¹⁴³ Esses percentuais foram extraídos da diferença entre D e S e do resultado tomando-se o percentual das mulheres sobre os homens.

¹⁴⁴ Cf. informações colhidas no questionário preenchido por essa comerciária.

É de supor que o “status” de poder leva tanto homens como mulheres à criação de estratégias para permanecerem na ocupação de cargos conquistados, como se a representação fosse um legado, demonstrando em um baixo grau de competitividade nas eleições sindicais, refletidas na composição atual da direção do SEC/PA desde a década de 1990, numa ausência de concorrentes e predominância de chapa única para os processos eleitorais.

Dessa nova composição, quais os ganhos a parcela feminina da categoria tem obtido?

3.3. A presença feminina no SEC/PA significa avanços para as comerciárias?

O IBGE¹⁴⁵ registra em 1992 a existência de 34% de sindicatos que incluíam em suas pautas de negociações reivindicações específicas para as mulheres, assim como a existência recente de comissão ou grupo de mulheres nas estruturas internas dos sindicatos no país, num total de 8%. Outro fato relevante evidenciado na Pesquisa Sindical de 2001 trata-se dos sindicatos de trabalhadores rurais que incluíram em sua denominação a expressão “trabalhadores e trabalhadoras”, assim como o surgimento de serviços prestados pelos sindicatos, especificamente para as mulheres (IBGE, 2002: 47), demonstrando um reconhecimento desse segmento social.

A presença de mulheres na direção sindical no SEC/PA ocorre em ascendência desde a década de 1990. Em relação aos serviços para mulheres incluiu-se na assistência médica a especialização de ginecologia às associadas, e nos dias de quarta-feira o atendimento ao exame preventivo do colo do útero (PCCU), inteiramente grátis, conforme anunciado na Programação SEC/PA *8 Décadas a Serviço do Trabalhador Comerciário do Pará*, em anexo.

Entretanto, há ausência de discussão no sindicato sobre a realidade cotidiana das mulheres empregadas no comércio, muitas delas donas de casa e até chefe de família, sendo obrigadas a dar conta da profissão, mas também responder pelas tarefas do lar. O que se detectou é a inclusão na pauta da Convenção Coletiva do Trabalho cláusula referente à empregada gestante assegurando estabilidade provisória, embora se limite ao conquistado na Constituição Federal de 1988 (DATA BASE DE 1º DE MARÇO DE 2000). E, ocorram casos de demissões de comerciárias após a licença maternidade, os quais quando chegam ao conhecimento dos diretores/as são encaminhados via institucional.

Diante do exposto, chama à atenção a entrevista divulgada nos últimos dias do mês de novembro numa emissora local de televisão¹⁴⁶ noticiando a fala de uma mulher que estava no

¹⁴⁵ Cf. IBGE. Sindicato 2001 (2002) Pesquisa Sindical de 1992.

¹⁴⁶ TV Record, 25 de novembro de 2008.

ponto de ônibus, no horário de maior movimentação (final do dia) a espera de um transporte que a levasse a sua casa localizada no Distrito Industrial em Ananindeua. Ao repórter que, indagou sobre a aventura na utilização do transporte coletivo para voltar a casa, passando horas em pé à espera do ônibus e muitas vezes entrando num coletivo lotado, sem o mínimo conforto, ao que responde a mulher:

Quando chego ainda lavo roupa que deixei no sabão, faço a janta de hoje e o almoço para amanhã e ainda vou corrigir os deveres da filha, depois é que vou dormir, para novamente enfrentar o aperto no ônibus amanhã cedo para vir para o trabalho.

No relato acima se observa uma história do dia-a-dia de mais uma trabalhadora do comércio. Declarações idênticas são encontradas na versão das atuais dirigentes do SEC/PA, na presente pesquisa, ao tratarem de sua rotina diária. Expressam com exemplos históricos, terem vivido a mesma situação anos antes, quando seus filhos eram menores de idade e ainda não atuavam na direção do sindicato.

Sobre essa questão, pergunta-se: a comerciária que se sindicaliza e chega a ocupar cargos de direção, desenvolve a luta da mulher contra os donos das lojas junto com seus pares sindicalistas? Há no sindicato alguma ação que melhore a situação específica das mulheres?

Embora lute por espaços no mercado de trabalho e consiga um emprego que significa participar da vida, *ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida* (SAFFIOTI, 1979: 58), o salário da mulher é encarado como um suplemento para elevar o rendimento familiar, da mesma forma como o trabalho feminino é considerado subsidiário nas sociedades capitalistas.

Entretanto, a integração na estrutura de classe, para participar da organização sindical como forma de “correr atrás do prejuízo”, na conquista da justa divisão da riqueza construída coletivamente, quer seja lutando por um ajuste salarial, por exemplo, e/ou por melhores condições de trabalho, tornam-se um exercício colocado na realidade das mulheres, objetivamente difícil. Pelos mesmos motivos que esta se insere no mercado de trabalho no *status dual de trabalhadoras assalariadas e de trabalhadoras domésticas não remuneradas* (Idem, ibidem: 63), e o próprio sindicato, através de suas lideranças, não está atento à questão.

Como dispor de tempo para ir ao sindicato cobrar seus direitos, se o seu dia já é todo tomado por esta dualidade, e desconhecem, nesse aspecto, o papel que o sindicato possa desempenhar? É difícil, e parece impossível que o SEC/PA possa fazer algo a favor delas.

As mulheres se encontram divididas entre a família e o trabalho, como então pensar em uma terceira agenda? Por força das condições que a relegam à sua natureza feminina e a ausência de uma estrutura que dê apoio as suas necessidades sociais básicas (inexistência de creches públicas), convivem com toda a pressão da sociedade que lhes exige a compreensão da responsabilidade de ser a exclusiva responsável para cuidar dos/as filhos/as.

FRASER (2002: 69) avalia “a reestruturação da divisão de trabalho para eliminar a “dupla jornada”, a qual representa enorme obstáculo distributivo à plena participação das mulheres na vida política”, mecanismo possível para eliminar esse “status dual” da mulher, possibilitando condições reais de igualdade entre homens e mulheres, para que estas pudessem ter participação política efetiva. As mulheres sindicalistas não interagem em condições de igualdade com os sindicalistas homens quando ocupam espaços na estrutura sindical, mesmo estando em equivalência a eles nesses mesmos espaços. A voz masculina representa a voz geral de todos os trabalhadores, os anseios e necessidades da sua condição social de gênero são vistos como secundários, embora elas experimentem as mesmas situações quando no trabalho profissional e ao conquistarem espaços de poder no sindicato.

Reportando aos questionários, na seção sobre as atividades domiciliares e familiares, enfoca duas perguntas básicas entre as necessidades específicas e as demandas políticas sindicais, a versão extraída é significativa no Quadro 13, a seguir:

Quadro 13 - Distribuição de questões sobre as demandas sociais e necessidades das mulheres

Nome	A atual diretoria conseguiu vitórias para as mulheres? Quais?	As mulheres comerciárias estão atentas para suas necessidades?		
		Sim	Não	Quais?
Armentos P. da Silva	Melhoria salarial	X		Creches
Gracilene C. da Silva	Não respondeu	X		Creches
Ivan Duarte Pereira	Não respondeu	X		Não respondeu
Ilda Lima Meiguins	Aproximar mais mulheres	X		Creches e Restaurante
Lucicleide Ribeiro	Combate ao preconceito	X		Creches
Luzia Ribeiro de Melo	O espaço de voz, porque a maioria das mulheres não podia nem falar	X		Creches
Jurandir Albuquerque	Não		X	Creches
Maria Dionéia dos Reis	Não é assunto de pauta	X		Creches

	dessa diretoria			
Vera Lúcia dos Santos	As comemorações do Dia Internacional da Mulher	X		Hospital para a mulher - Direitos na convenção.
Virgílio Nunes Sivestre	Pede para as mulheres defenderem seus direitos	X		Encontro no dia das mulheres

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

Sobre a primeira questão referente às vitórias conseguidas pelo sindicato para as mulheres, vêem-se várias versões, vão da base dos discursos históricos em torno da luta desse gênero à extinção de preconceitos e a sub-representação nos espaços de poder, com declarações sobre o discurso retórico, ao evidenciar as representações do imaginário social. Uma das dirigentes evidenciou realisticamente a situação dizendo: “Não é assunto de pauta dessa diretoria”. Se as mulheres na estrutura de poder sindical não avaliam suas reivindicações básicas como políticas necessárias para conseguir avançar nas conquistas da categoria, o que esperar quando os homens estão nos espaços de decisão? As mulheres fazem a diferença ao assumirem quantitativamente esses espaços decisórios? Ou então: para que elas cheguem a esses cargos não há necessidade de terem uma consciência das representações sociais dominantes sobre os gêneros e as hierarquias estabelecidas secularmente para poderem avaliar realisticamente as necessidades e não somente a melhoria salarial, por exemplo?

Outras análises extraem-se do confronto desses relatos. A primeira resposta de uma dirigente sindical da década de 1970 imagina-se que a preocupação ao tratar sobre “Aproximar mais mulheres” se fez presente naquele momento. A pergunta elaborada foi se a atual diretoria conseguiu vitórias para as mulheres. Não há nenhuma referência à ação de combate ao preconceito, mas ao indicarem como vitória a garantia do espaço de sua voz, talvez tenham avaliado com isso o fortalecimento da presença das mulheres na direção visto que, durante muito tempo, estas não tinham nem direito à fala pública nas reuniões políticas. Ao considerar uma vitória para as mulheres a organização das comemorações do Dia Internacional da Mulher, embora se possa avaliar como sendo reduzir muito a problemática feminina, essa política de comemoração de uma data histórica, num espaço tradicionalmente masculino, pode estar rendendo a conscientização sobre a situação vivenciada por esse gênero e se tornando um meio de mudança das mentes dos/as dirigentes sindicais.

A versão de uma das lideranças indicando “não ser assunto de pauta dessa diretoria”, outro sindicalista dizendo que não foi conseguida nenhuma vitória específica para as mulheres; e outra declarando sobre a melhoria salarial, estes scripts podem estar aludindo à

posição desses líderes em vários lugares no sindicato: seja referindo-se a uma “falha” da diretoria; seja porque não viu nenhum avanço na situação das comerciárias; ou seja, a participação da convenção coletiva a cada ano, cujo assunto principal é o salário e o aumento regularmente conseguido para a categoria.

O deslocamento da questão para o âmbito das mulheres é sintomático em considerá-las as principais responsáveis por defenderem seus direitos.

Na prática tendem a demonstrar certo desligamento da questão da mulher trabalhadora na sociedade de exploração capitalista, em que os comerciantes têm sido os que detêm os maiores lucros, haja vista a vitória que tiveram com a abertura das lojas por 24 horas sobrepondo o direito dos consumidores ao dos comerciários/as. A jornada diária no comércio de Belém tem sido alongada e estafante, além da abolição do domingo como um dia de descanso para a categoria.

O fato é que somente as mulheres quando chegam a casa têm obrigações domésticas para realizar correspondendo à dupla jornada de trabalho, sendo uma especificidade tributada a elas. Esse aspecto combina com a carência de equipamentos públicos e a ausência de luta da categoria para tencionar no sentido de que estes possam vir a existir. Reportando ao questionário, vê-se que em relação à demanda das comerciárias, a maioria das respostas indica a necessidade da creche, pois são conhecedoras/es de que a maioria das mulheres que trabalha no comércio tem filhos/as para cuidar.

Entretanto, há incoerência entre as respostas dos/as sindicalistas quando se apresenta a pergunta “As reuniões tratam temas sobre as questões das mulheres?” conforme o Quadro 14 a seguir, através da questão: “O espaço político no sindicato deve ser ocupado por mulheres?”, cujas respostas foram no afirmativo, demonstradas a seguir:

Quadro 14 - Distribuição das questões relacionadas à situação da mulher no SEC/PA

Nome	As reuniões do SEC tratam temas sobre as questões das mulheres?			O espaço político no Sindicato deve ser ocupado por mulheres?	
	Sim	Não	Quais?	Sim	Não
Armentos P. da Silva	X		Trabalho em pé	X	
Gracilene C. da Silva			Não tratamos especificamente, quando trata é sobre a saúde.	X	
Ivan Duarte Pereira	X		A falta de respeito c/ as trabalhadoras; e as doenças relacionadas ao trabalho.		
Ilda Lima Meiguins				X	
Lucicleide Ribeiro			Licença maternidade	X	
Luzia R.de Melo	X		Dia Internacional da Mulher.	X	
Jurandir Albuquerque	X		Saúde da Mulher/ Dia Internacional da Mulher.	X	
Maria Dionéia dos Reis	X		Todo ano tem atividade no Dia da mulher.	X	
Vera Lúcia dos Santos	X		Organização dos temas que prejudicam a mulher.	X	
Virgílio N. Sivestre	X		A falta de respeito com as trabalhadoras e as doenças relacionadas ao trabalho	X	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

Embora para a pergunta do Quadro 13 sobre as possíveis vitórias que o sindicato conseguira para a mulher comerciária surgisse a resposta de que esse não é um assunto de pauta dessa diretoria, as respostas do Quadro 14 sobre se “As reuniões do SEC tratam temas sobre as questões das mulheres?” registra-se um leque de respostas que os/as diretores lembraram, relacionadas ao trabalho, à saúde da mulher, à falta de respeito (assédio moral), à licença maternidade, novamente o dia internacional da mulher, e de forma difusa: temas em debate no movimento de mulheres, ainda não materializados em políticas públicas e, essas ausências prejudicam as mulheres. Isto demonstra que a situação das mulheres é um tema importante e está presente quando diretamente perguntado.

A diretora Gracilene Costa da Silva afirma que *geralmente não tratamos especificamente a uma classe (...) mas quando falamos é sobre a saúde das mulheres comerciárias*. Maria Dionéia ao considerar que a situação das mulheres é assunto pouco discutido, complementa *é uma falha da nossa diretoria*. Essa diretora demonstra certo distanciamento do trabalho desenvolvido por sua companheira Vera. O que se constata é a não inclusão da situação feminina na agenda de debate da diretoria, à exceção das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

No que se refere às exigências de implantação de creches, os/as entrevistados/as não expressaram um pensamento único. Há os que apontam que mulheres estão atentas para as necessidades de implantação de equipamentos como creches, restaurantes e lavanderias. Há aqueles/as que disseram que existe ausência de conhecimento quanto aos direitos das mulheres sindicalizadas. Quanto à indagação aos diretores sobre quais temas de interesse feminino são discutidos nas reuniões, apresentaram respostas as mais variadas, mais centradas nas comemorações do Dia Internacional das Mulheres.

Não se discute pessoas, mas idéias, indaga-se como tem se dado a presença das mulheres nos espaços de poder no sindicato. Há de se concordar com Nancy Fraser da necessidade de incentivar medidas para conquistar a paridade entre os sexos que não se limitem às leis que estabeleçam uma quantidade de mulheres para a participação nos espaços públicos. Muito menos que essas discussões aconteçam somente quando se aproximam as eleições, mas que esse tema possa ser mais contagiante em toda a sociedade, conforme afirmação da autora:

(...) paridade se aplica a todas as áreas da vida social. Portanto, justiça requer paridade de participação em uma multiplicidade de arenas de interação, inclusive em mercados de trabalho, relações sexuais, vida familiar, esferas públicas e associações voluntárias da sociedade civil (FRASER, 2002: 69).

Entretanto, percebe-se como preocupação principal do sindicato o que move os debates nas convenções realizadas anualmente. O tema de maior destaque para a categoria é a questão salarial, como se constatou na pesquisa realizada nas convenções de diversos anos. As propostas são apresentadas pela direção e divulgadas através de informativos da categoria com distribuição no meio dos/as comerciários/as.

O Boletim Informativo do Sindicato “Luta Comerciária” denuncia a situação dos empregados no comércio em artigo assinado pela presidente Dionéia Reis, argumentando

sobre os salários baixos dos empregados no comércio comparando-os ao aumento diário dos preços dos produtos de primeira necessidade. Destaca a questão do desemprego e o problema das lojas que entram em crise, e ataca a classe patronal (BARROS, 2007: 148):

Vítimas desta situação, mais de trinta mil comerciários já foram demitidos em todo o estado. Na capital, todos os dias vemos lojas cerrarem suas portas, não pela crise, mas para que seus donos mantenham seu luxo (Luta Comerciária. Boletim Informativo do Sindicato dos Empregados no Comercio do Estado do Pará, ano II, nº. 09, março de 1996).

Não há referências sobre exigência de medidas que tratem da eliminação da dupla jornada, da implantação de creches e equipamentos sociais, medidas que poderiam vir a ampliar a presença de mulheres na condução dos assuntos sindicais ocupando de cargos de direção no SEC/PA. Sobre a jornada do trabalho, houve extensão para homens e mulheres, essas acumulando com a rotina do lar.

Ao repensar a paridade de gênero, Nancy Fraser critica a igualdade estritamente numérica da representação política, no caso da Lei da França, a qual estabelece que as mulheres devam ocupar metade dos espaços das listas eleitorais em campanha para vagas nas assembleias legislativas. Essa autora argumenta que *paridade não se resume a uma questão numérica, trata-se de uma condição qualitativa, a condição de ser um par, de estar par e passo com os outros, interagindo em pé de igualdade* (FRASER, 2002: 68), o que não é garantido somente cumprindo cotas numéricas.

Se limitarmos a uma das dimensões do reconhecimento das mulheres na categoria profissional em estudo, no caso das comerciárias, não se considera a história destas, as quais conquistaram espaços no sindicato somente após um período em que a dedicação às famílias reduziu no tempo diário, se comparada à atualidade. As milhares de mulheres trabalhadoras, que devem estar representadas na direção sindical, ainda hoje ao saírem de casa para o trabalho, ainda deixam as tarefas do lar realizadas.

Debruçando sobre esse problema percebe-se a necessidade da direção sindical assumida por mulheres e homens se empenharem na expansão da paridade para toda a categoria, isto é, lutando por creches, restaurantes públicos, além da luta salarial. O objetivo a conquistar é de que as mulheres trabalhadoras do comércio possam se libertar do fardo

rotineiro das tarefas domésticas liberando energia para uma participação política no sindicato e na vida social sem o peso das tarefas não cumpridas.

Fraser não se limita à linha da diferenciação somente à questão de gênero, argumentando, também, que a “justiça requer paridade participatória no cruzamento de todos os eixos principais da diferenciação social (...), também de raça, Etnicidade, sexualidade, religião e nacionalidade” (Idem: 70).

Uma articulação entre as mulheres e homens sindicalistas até em outros espaços considera esta quarta condição indicada por Nancy Fraser para tratar da justiça social, pois a paridade participatória da qual ela trata, amplia a presença feminina na direção do SEC/PA, mas espera que haja avanços no campo social para todas as mulheres, e, no caso desta dissertação, para das comerciárias.

PARTE III - CAPÍTULO 4 - O PODER NO SINDICATO: GÊNERO & HISTÓRIAS.

CAMILLE CLAUDEL*



A igualdade dos direitos, das oportunidades e do acesso aos recursos, a distribuição equitativa das responsabilidades familiares entre os homens e as mulheres e a associação harmoniosa entre eles são fundamentais para seu bem-estar e o de suas famílias, bem como para a consolidação da democracia. (Declaração de Pequim, Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, China, 1995).

* Reprodução da escultura “Torse de femme debout” (1888).

4.1. Líderes sindicalistas comerciarias/os: trajetórias & histórias & vida.

Se no Capítulo 3 ficou evidente a forma de entrada nos cargos de direção, interessava saber o que essas lideranças pensavam da presença feminina nesses espaços. Com base no quadro de líderes sindicais que atenderam ao presente estudo objetivou-se verificar o modo como estas/es viam a relação entre a trajetória na estrutura sindical e a sua condição de gênero. Vera Pacheco comenta ter iniciado sua participação em 1986/1990¹⁴⁷ como suplente da diretoria, num clima de total discriminação, explica situações que teve de enfrentar:

O discurso dos homens é pela igualdade, mas na realidade eles não dão lugar para as mulheres na prática. De fato, há discriminação e não oportunidade para as mulheres. Sempre é na suplência que elas são indicadas (V. L. P. 8/07/2008).

Afirma ainda que *a mulher que tem que brigar pelo seu espaço, ela tem que ter muita persistência*, e reconhece que os atuais membros da diretoria do SEC/PA têm participado dos eventos sobre a questão da mulher e demonstram interesse pelo tema. O que considera uma mudança significativa nas atitudes dos sindicalistas. Afirma que *a aprovação pela CGT de incluir nas direções dos sindicatos o percentual de 30% de mulheres tem influenciado para a maior presença destas mulheres na diretoria se comparada aos anos anteriores*. Considera o acesso aos cargos de direção, para as mulheres, não seja fácil pela dinâmica a que são envolvidas como centro da família.

Para Vera a discriminação foi constatada quando estava em minoria na diretoria. Numa exposição sobre certo assunto discutido, ouvia a todos, entretanto, quando começava a falar, os homens se levantavam demonstrando desinteresse sobre o que ela iria falar:

Logo que ingressei no Sindicato passei na pele por essa discriminação, só me davam a palavra no final da reunião quando os homens levantavam para tomar seu cafezinho e eu ficava falando sozinha. Até que um dia exigi o espaço para que falasse no início da reunião. Hoje as coisas mudaram, mas o espaço da mulher teve de ser conquistado (V. L. P., 08/07/2008).

¹⁴⁷ Esta informação da sindicalista de que entrou como suplente da diretoria na gestão 1996/1990 não consta das informações veiculadas no livro de autoria de José Haroldo O. de Barros, nos baseamos na informação da própria sindicalista.

Outras diretoras não percebem atitudes sexistas por parte dos homens seguindo a afirmação de Lucicleide Ribeiro de que *a participação de mulheres* (na direção do SEC) *é bom, tem mais liberdade na comunicação, não tendo preconceito do sexo oposto*. Contudo, não se manifesta sobre o que seria uma “situação de discriminação”.

Gracilene C. da Silva diz que *no início foi muito difícil, pois fui muito discriminada (...) hoje devido às Leis terem mudado* [os homens] *nos respeitam um pouco mais*, mas considera discriminação a remuneração que recebem enquanto diretoras sindicais:

O salário na empresa geralmente é mais baixo, também nossa ajuda de representação é mais baixa que a dos homens, infelizmente (G. C. da S., 05/05/2008).

O dirigente Virgílio Nunes Silvestre reconhece que “existe ainda preconceito em relação às mulheres, tanto que os homens ocupam mais cargos de chefia (...). A diretoria pede para as companheiras diretoras defenderem os seus direitos – elas têm que conquistar mais mulheres para garantir o voto”. Vê-se que ele considera a mulher como a principal responsável para mudar esta situação.

Maria Dionéia dos Reis confirma a atitude preconceituosa de diretores e cita um fato ocorrido por ocasião da ampliação do prédio do SEC/PA para construção de um auditório quando um dos diretores afirmou que *as mulheres saberiam opinar só se fosse à construção da copa ou da cozinha, nesse caso (do auditório) os homens é que têm que saber (...)*. Atribui essa atitude a *um desrespeito total às mulheres*.

Antigo sindicalista, Armentos P. da Silva ao tratar dos momentos de mudanças para a categoria destaca que *o SEC foi o primeiro Sindicato do setor do comércio que colocou mulheres na direção*. E afiança que *não há porque ter discriminação*.

Desde a fundação do SEC/PA até hoje, dezoito comerciárias foram eleitas aos cargos de direção do sindicato. Em contrapartida, nesse mesmo tempo, mais de uma centena de comerciários já exerceram esses cargos.

4.1.1. Cargo de direção & tarefa doméstica.

Relacionando a baixa presença dessas líderes sindicais em cargos de direção e o fato de elas transitarem entre a tarefa doméstica e a militância política, é possível afirmar, portanto, a desigualdade entre os gêneros. As mulheres em geral são responsáveis pela educação dos filhos e os afazeres do lar, atividades tratadas tradicionalmente como o papel

fundamental das mulheres, motivando a sua exclusão de atividades públicas. No imaginário social essa exclusão é tradicionalmente construída pelo exercício feminino na função de mãe, pelas responsabilidades de dona de casa, e o vínculo com as tarefas do lar.

O trabalho doméstico e as responsabilidades da maternidade são cobrados das mulheres como se fossem vínculos “naturais” desse gênero. Estas, enquanto trabalhadoras, deixam de desenvolver outras atividades devido à falta de serviços públicos para que possam auferir ganhos sem grandes custos, pelo acúmulo de afazeres e pelos obstáculos para a participação em cargos públicos. Não há consideração à função social da maternidade e, tanto as empresas quanto ao Estado não criam mecanismos que atendam às necessidades dessas trabalhadoras como creches, por exemplo, e a falta de pressão dos sindicatos para que sejam revistas as condições de trabalho que dificultam a sua trajetória profissional e política.

As mulheres que exercem mandato no SEC/PA e ocupam espaços de decisão, juntamente com os parceiros homens constroem o exercício do poder com capacidade, ao mesmo tempo, contribuem na desmistificação de que os espaços de tomada de decisão então, reservados ao sexo masculino. Entretanto, as mudanças sociais ainda estão longe de permitir uma paridade de gêneros na participação política.

A aplicação dos questionários entre as lideranças do sindicato enfocando questões, relacionando o cotidiano doméstico com a atividade política extraiu evidências de uma idéia clássica de que a maioria dos/as dirigentes do SEC/PA diz que a mulher, por gerar o filho, deva responder pela sua criação, assim como o trabalho doméstico é entendido como parte da condição feminina. Uma das entrevistadas, Luzia Melo, diz que o trabalho doméstico é tarefa feminina, *mas*, complementa que, *o pai também tem que ter responsabilidade, infelizmente a maioria dos pais não assume seu lado paterno.*

Entre os homens, nas respostas ao citado questionário, nesse quesito houve ênfase sobre a responsabilidade de ambos (o pai e a mãe) com os filhos, a exemplo de Armintos Pereira da Silva ao afirmar que *tem que ser os dois*. Também o dirigente Jurandir Albuquerque disse que a responsabilidade deve ser partilhada com a mulher na criação dos filhos *juntamente com seu esposo, pois ambos são responsáveis.*

Pelas respostas apresentadas sobre as tarefas reconhecidas como domésticas, e que ainda permanecem sob responsabilidade exclusiva das mulheres, inclusive, no caso das sindicalistas comerciárias, o que fortalece o “status dual” da mulher brasileira, visto que estas se encontram divididas entre a tarefa doméstica e o trabalho profissional.

Outros elementos foram introduzidos no questionário para captar referências sobre o envolvimento dos/as dirigentes sindicais no cotidiano do lar, trabalho das mulheres e a implicação de cada um/a na divisão sexual do trabalho. Considerou-se a hora em que estas atividades são realizadas. No quadro 15, a seguir, observam-se as respostas a essas questões:

Quadro 15 - Distribuição das questões sobre as atividades domésticas entre os/as Diretores/as do SEC/PA

Nome	Realiza atividades domésticas?			A que horas você realiza estas atividades?
	Sim	Não	Quais?	
Armentos P. da Silva		X	Consertos Passa roupa	Não respondeu.
Gracilene C. da Silva	X		Limpeza da casa Lavar roupa Fazer Compras Cozinhar	A faxina, nos finais de semana, a comida depois que chego do trabalho.
Ivan Duarte Pereira		X	Não respondeu.	Não respondeu.
Ilda Lima Meiguins		X	Fazer Compras	
Lucicleide Ribeiro	X		Limpeza da casa Lavar roupa Fazer Compras Cozinhar	Cozinhar a noite, outros alternado, a limpeza geral aos domingos.
Luzia Ribeiro de Melo	X		Limpeza da casa Lavar roupa. Fazer Compras Cozinhar	Antes de ir para o trabalho.
Jurandir de Albuquerque		X	Consertos Fazer Compras	Nos finais de semana.
Maria Dionéia dos Reis	X		Limpeza da casa Lavar roupa Fazer Compras Cozinhar	Antes do trabalho: roupa no sabão, refeições e levar filhas ao colégio. A noite: o jantar, arrumar roupas e cadernos das filhas.
Vera Lúcia P. dos Santos	X		Limpeza da casa Lavar roupa Fazer Compras Cozinhar	Conciliava as tarefas quando saia cedo deixava tudo pronto e deixava as filhas na escola, à noite acompanhava os deveres de aula.
Virgílio Nunes Sivestre		X	Manutenção da casa	Não respondeu.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

A leitura dos questionários fornece informações do período em que as dirigentes estavam no trabalho no setor comércio, mas ainda não exerciam cargos de direção sindical. Como se constatou anteriormente, a dedicação à atuação sindical vem ocorrer na vida dessas mulheres num estágio em que filhos e filhas se encontram numa faixa etária de menor dependência dos cuidados da mãe. E percebe-se que essas mulheres, quando no trabalho profissional, articulam o tempo de atividades no espaço doméstico com a vida profissional. Se antes os encargos eram maiores, hoje, mesmo com os/as filhos/as crescidos/as elas ainda conservam a velha tradição.

À indagação “Quais as atividades domésticas você tinha ou tem sob sua responsabilidade?”, registrando as alternativas mais clássicas e abrindo possibilidade de apresentar outra atividade vê-se, nas respostas, entre as mulheres, que todas, apontam “sim” no “que fazer” doméstico. Há apenas uma indicando que sua atividade é a de “fazer compras”. Embora os sindicalistas do sexo masculino deixassem de marcar as tarefas clássicas, um deles referiu que não lava, mas “passa a roupa”, outro informou que faz as compras e outro lembrou que trata da manutenção do lar. No mais, dois deles incluíram na resposta que “realiza pequenos consertos domésticos”.

De acordo com as manifestações das/os entrevistadas/os percebe-se que a divisão das atividades do lar entre os sexos, se acha ainda numa visão clássica da naturalização das tarefas domésticas, as quais se concentram nas mulheres, de responsabilidade exclusiva delas.

À questão que se refere ao horário em que essas atividades são realizadas destacam-se respostas que indicam o que comumente se sabe ao lembrar estudos que demarcam a cronologia do tempo da mulher entre o trabalho interno do lar e externo fora de casa. Esses afazeres domésticos, na maioria das vezes são realizados pelas entrevistadas, antes de sair para o trabalho, mas, também, quando chegam após o trabalho externo, e elencam diversas providências que tomam boa parte do tempo. Há, então, uma demonstração evidente da capacidade dessas mulheres comerciárias de articulação de duas esferas, uma privada, outra pública gerando a dupla jornada. Não referem um horário de descanso, mas ao tratarem do “tempo do lazer” todas têm algo a dizer sobre o que fazem na base de um passeio com as crianças, uma visita ao barzinho, uma ida à praia entre as “escapadas” para a televisão no horário das telenovelas.

Na sociedade brasileira, os homens não foram educados para ter um comportamento diferente do que esses sindicalistas demonstraram em relação às tarefas domésticas, do costumeiro comportamento à criação dos/as filhos/as tradicionalmente repassado por

gerações. Algumas das entrevistadas referiram-se a delegar competência dessas atividades “do lar” às filhas, o que supõe ser dessa forma a reprodução da tarefa privada às mulheres da geração seguinte. Quanto aos homens voltam suas atenções para as questões públicas, reforçando a separação entre o público e o privado. Não há referência a transferência de tarefas domésticas aos meninos/filhos, sugestionando ser de responsabilidade das mulheres.

Também interessou saber, entre outras questões, dois pontos relacionados ao trabalho doméstico: se o/a dirigente conta ou contou com alguém para realizar essas atividades: “atualmente essas atividades são realizadas por outras pessoas?”; apresentava também a indagação, no “caso positivo, qual o grau de relação existente entre você e cada uma dessas pessoas?”. Nesta mesma seção do questionário consta ainda a indagação se “O emprego no comércio é propício para a mulher”.

A sistematização dessas questões segue no quadro a seguir:

Quadro 16 - Dirigentes sindicais por sexo e questões relacionadas ao trabalho doméstico.

Nome	Atualmente as atividades domésticas são realizadas por outras pessoas?		O trabalho do doméstico faz parte da condição da mulher?		O emprego no comércio é propício para a mulher?	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Armintos P. da Silva	X				X	
Gracilene C. da Silva	X		X		X	
Ivan Duarte Pereira	X		X		X	
Ilda Lima Meiguins	X		X		X	
Lucicleide Ribeiro		X	X		X	
Luzia R. Melo	X		X		X	
Jurandir Albuquerque				X	X	
M. Dionéia dos Reis	X		-	-	X	
Vera Lúcia Santos	X		X	X	X	
Virgílio N. Sivestre	X		X		X	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org. da autora.

Observa-se pelas respostas que, na atualidade, todos/as contam com alguém que ajuda nas atividades do lar - alguém das relações familiares, com exceção de uma sindicalista que, inclusive, mora sozinha. Entretanto, essa realidade foi diferente quando ainda não eram do sindicato, e estavam no trabalho do comércio e as responsabilidades em casa, quando não

contavam com ninguém para ajudar. A pessoa que ajuda nas atividades domésticas, os sindicalistas apontam para alguém das relações familiares. Há quem refira os serviços de uma empregada doméstica.

Em relação à alternativa se “O trabalho do doméstico faz parte da condição da mulher?”, entre as mulheres a resposta foi afirmativa, com exceção de uma sindicalista que disse: “*sabe que eu não sei...*”. Observou-se na hora da entrevista, que por não realizar essas atividades, tem dúvida, mas se a maioria das mulheres de sua convivência tem essa prática certamente à assertiva se torna uma incógnita. Entre os sindicalistas, o único que nega ser um “trabalho de mulher” é o que tem 3º grau. Mas, constata-se que majoritariamente as dirigentes mulheres entendem que o trabalho doméstico faz parte da sua condição feminina, o que se acredita ser um resquício do que se aprendeu desde a infância.

Sobre a referência ao gênero do trabalho no comércio todos consideraram que não há diferença no exercício da profissão de comerciário entre homens e mulheres. No caso destas, a ocupação em função de um emprego significa participar da vida, sentir-se útil, integrada à sociedade, numa negação há passar os dias na rotina do lar, desempenhar exclusivamente o papel que se convencionou ser o “próprio da mulher”. Além desse fato, deve-se reconhecer que pela situação de classe e pela baixa qualificação educacional, a entrada no mercado de trabalho contribuiu para propiciar-lhes o salário para a subsistência própria e familiar

Lar e trabalho, dois espaços, um privado e um público que, reservam certa dicotomia, mas, a prática dessas mulheres demonstrou que respondem pelas atividades dos dois espaços de forma articulada. O casamento e a maternidade sucedem-se como ciclos da natureza cabendo às mulheres a rotina de tarefas exigidas em função de um e sua consequência, o que não difere quando estão num emprego fora de casa. Então, vão sendo introjetadas idéias, como se “verdades”, de que o trabalho doméstico faz parte da condição de ser mulher, assim como a manutenção do emprego está para a sobrevivência da mulher pobre.

4.1.2. Articulando a esfera pública ao espaço privado.

O ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho foi motivado pela busca de uma integração na sociedade, atendendo necessidades objetivas na vida de cada sem nenhuma vinculação com um histórico de participação em coletivos, conforme visto anteriormente. Entretanto, a aprovação da Lei de Cotas em 1995, período que coincide com a presença de uma mulher na presidência do SEC/PA, criou um debate na sociedade e nas entidades gerais influenciando mudanças nas gestões subseqüentes. Prática que contribuiu para que na

atualidade sejam ao todo oito mulheres que compartilham com os homens os espaços de poder no sindicato.

Importante observar, que no caso das sindicalistas, as respostas a pergunta “se tivesse auxílio financeiro para seu sustento você trabalharia fora?”, apresentaram na maioria positiva, algumas completam que “*não sabem ficar parada*” e também “*para não depender de outra pessoa*”, mostrando a significância em ser alguém na sociedade e o esforço de responder pelo seu próprio sustento construindo relações como mulher e trabalhadora na sociedade.

Na história da sociedade constata-se que desde a constituição do sistema de produção capitalista, as mulheres trabalhavam realizando atividades remuneradas (além da atividade não paga) dentro do próprio lar, o chamado trabalho em domicílio, compatível com as funções tradicionais da mãe de família. As mulheres davam conta das tarefas encomendadas pelas empresas capitalistas em empreitada, e continuavam ao mesmo tempo, realizando as atividades da rotina do lar e o cuidado com as crianças.

De certa forma, é cômodo para a classe patronal essa dupla jornada, pois as mulheres realizando essas atividades no próprio lar trazem vantagens, reforçam a omissão patronal dos encargos sociais pois produzem riquezas convertidas em dinheiro para o capitalista, em proveito do próprio sistema. Duas funções as mulheres respondem na produção e reprodução favorecendo a extração do capital:

- ❖ Manter o conforto do trabalhador homem, para que, com as energias recuperadas a cada final do dia, esteja em condições para a próxima jornada de trabalho e ser mais um dia sugado;
- ❖ E a gestação para reprodução da espécie humana, dando continuidade a mais vidas, de onde surgirão novos/as trabalhadores/as para a exploração da força de trabalho somando lucro ao capitalista.

Esse processo, entretanto, não é considerado pela teoria marxista que só considera a extração de valor do trabalho quando este se destina diretamente ao capital. Este sim é chamado de trabalho produtivo. O trabalho da mulher de alimentar o produtor do capital e reproduzir a força de trabalho é considerado trabalho improdutivo.

O ingresso da mulher no emprego colocou situações novas para a sociedade, condicionantes até então não encarados na sua concretude: a compatibilidade entre lar e o trabalho profissional, a maternidade e o salário, a feminilidade e a produtividade. Questões enfrentadas de forma isolada pelas mulheres, tornando-se um problema individual.

De fato, o trabalho da mulher sofre certa redução nas últimas semanas do período de gestação e nos primeiros tempos que se seguem ao parto, pois no aleitamento a presença da mãe se torna insubstituível junto à criança pequena. Essa realidade é aproveitada para justificar a *“inatividade profissional da mulher durante toda a sua existência”* com conseqüências desastrosas para o equilíbrio da personalidade feminina (SAFFIOTI, 1979: 50). Esse é um dos motivos que torna certas mulheres inibidas numa competição por um emprego, um cargo ou outra atividade mais dinâmica que exija certa mobilidade a qual não pode oferecer.

A sociedade de classes não reconhece a função social da maternidade, apesar dos avanços que os movimentos feministas carecem de estratégias para vencer essas dificuldades. A mulher não pode arcar sozinha com uma questão biológica que se torna uma questão social, pois a reprodução humana é de interesse da sociedade por ser um fator de desenvolvimento e continuação de novas gerações. Conforme Heleieth Saffioti:

Estando à sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatória para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres (SAFFIOTI, 1979: 50).

Na atualidade as mulheres têm continuado suas permanências nas atividades laborais e, em situação de gravidez trabalham até o último momento do nascimento do recém nascido. A conquista da licença maternidade tem garantido o retorno ao trabalho após o nascimento do/a filho/a, embora haja mecanismos de tentativas de burlar a lei pela classe patronal. A licença maternidade, 120 dias remunerados, antes e depois do parto, aponta uma solução positiva nesse sentido, que segundo Saffioti é *“uma solução parcial, embora necessária”*.

Esse é um direito assegurado no Brasil desde a constituição de 1934, a qual consagrou pela primeira vez o princípio de igualdade entre os sexos, sendo reafirmado na atualidade¹⁴⁸. Ficaram estabelecidas três questões: a proibição de diferença salarial para o mesmo trabalho; a proibição do trabalho insalubre para mulheres; e a garantia à assistência médica e descanso

¹⁴⁸ Segundo Bruschini & Ricoldi (2008: 23): “A preocupação com a proteção à maternidade para as mães que trabalham vem desde a fundação da OIT. A Convenção 3, de proteção à maternidade, está entre as primeiras adotadas pela organização em sua conferência inaugural em Washington (1919). As subseqüentes (103, de 1952, e 183, de 2000) são revisões da primeira e, ao contrário desta, foram complementadas por recomendações.

antes e depois do parto para as gestantes, através da previdência social. Mas, as cláusulas relativas à maternidade têm sofrido alterações nas negociações entre as empresas e sindicatos, pois se trata de uma estratégia das empresas de regulamentar as relações trabalhistas.

É preocupante notar o que disseram as/os dirigentes sindicais sobre a maternidade da comerciária e a solução dada pelos/as diretores/as para a situação, em resposta às questões formuladas: ao ser argüidos/as sobre o conhecimento de algum caso de demissão após a licença maternidade, a maioria dos entrevistados/as considerou ter ciência de fatos dessa natureza. Quanto a questão referiu-se ao *caso de comerciaria que após a licença maternidade teve problema em retornar ao emprego*, a maioria considerou que em alguns casos houve demissão do trabalho.

Uma questão relacionando a situação de gênero da liderança e a atitude ocorrente, tomando-se a posição das mulheres na direção do sindicato, as respostas demonstram um quadro institucional e não uma situação de gênero:

Eu mandava chamar para saber como foi o caso e ela teria que voltar para trabalhar (Ilda Meiguins).

Se a pessoa vem antes da dispensa, ela como diretora trata com o patrão, demonstrando que não é por conta da maternidade que a empregada vai deixar de produzir (...) normalmente a trabalhadora reclama depois que foi dispensada, então o sindicato encaminha e reverte a questão através do setor jurídico (Dionéia).

(...) para que fosse ao Sindicato registrar a ocorrência, ao Ministério do Trabalho. A lei ampara um mês após a licença maternidade. Ela foi pra Justiça e ganhou. (Luzia).

(...) ao voltar da licença maternidade tinha que ter o direito de permanecer no emprego, (...) permitida a dispensa pelo menos por dois anos. Mesmo a firma deveria dar o benefício de creche (Lucicléia).

(...) que sofreu quando retornou ao local de trabalho, pois passou a ser perseguida para pedir demissão. Orientei a mesma a denunciar o empregador por assédio moral. Foi indenizada por isso (Gracilene).

Quando demitida fora do prazo legal (120 dias mais 30 de estabilidade) o sindicato aciona o setor jurídico da entidade (Vera).

Oriento para ir à Justiça do Trabalho (Armentos).

Várias são demitidas (Jurandir).

O trabalho da mulher é considerado, para o sistema econômico de base capitalista, uma mão de obra especial no processo de exploração, aproveitando a descontinuidade devido ao afastamento através da licença maternidade, para justificar que estas são passíveis de abandonar o emprego ao contrair casamento¹⁴⁹. Cria-se certa subalternidade na hierarquia de posições na empresa, as mulheres consideradas mão de obra de reserva, da qual o empresário recorre em casos de necessidade e a um preço que lhe assegure auferir lucros. Para BRUSCHINI & LOMBARDI (2004)¹⁵⁰:

(...) no âmbito da oferta de trabalhadoras, tem havido significativas mudanças. Restam, no entanto, algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem dela uma trabalhadora de segunda categoria. Em primeiro lugar, as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas (idem, *ibidem*).

Como as mulheres passam um ciclo da vida, após o período da maternidade, voltado à amamentação, formação e criação dos/as filhos/as, afastando-se do trabalho profissional, o sistema econômico sugere o salário da trabalhadora como complemento do salário do trabalhador. As referências do Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres, da Fundação Carlos Chagas (2004) evidenciam a cultura do “fazer doméstico” no feminino:

Estando ou não no mercado, todas as mulheres realizam tarefas de donas-de-casa que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência de todos os indivíduos, são desvalorizadas e desconsideradas nas estatísticas. As “dona-de-casa” classificadas como “inativas, cuidam de afazeres domésticos”. Numa perspectiva conservadora, passando a considerar na taxa de atividade feminina o percentual das mulheres que, em 2002, se dedicavam exclusivamente aos

¹⁴⁹ Em estudos sobre a situação da mulher e a maternidade, dizem Pazello & Fernandes (2004): “De acordo com a teoria econômica, pode-se definir o impacto da maternidade sobre a oferta de trabalho da mulher como o resultado líquido dos efeitos *renda* e *substituição* que seguem o nascimento do filho. A renda familiar *per capita* cai quando uma nova criança é incorporada à família, assim o *efeito renda* seria positivo sobre a participação da mulher no mercado de trabalho. O *efeito substituição*, por sua vez, está diretamente relacionado ao custo de oportunidade da mãe. Dependendo do salário auferido no mercado de trabalho, a mulher pode preferir substituir trabalho no mercado por trabalho doméstico, onde se inclui ‘cuidar dos filhos’. Assim, o efeito substituição seria negativo. De outra forma, utilizando a modelagem de Becker (1965), quanto maior o rendimento do trabalho, maior o custo relativo do tempo e dos bens intensivos em tempo. Considerando-se que a atividade relacionada a cuidados com os filhos é intensiva em tempo, menor seria o número desejado de filhos. Geralmente, acredita-se que o efeito substituição seja o vencedor, isto é, que a maternidade tenha um efeito negativo sobre a oferta de trabalho da mulher”. Cf. www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/. Acessado em 01/02/2009.

¹⁵⁰ Cf. Bruschini, C. & Lombardi, M. R. Banco De Dados Sobre O Trabalho Das Mulheres. Fundação Carlos Chagas. Series Históricas, 2004. http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmt.html. Acessado em 01/02/2009.

afazeres domésticos (ou as donas-de-casa em "período integral"), a taxa de atividade global das mulheres seria muito superior, _ 72,3%, praticamente empatando com a dos homens.

As mulheres ingressam no mercado de trabalho com aspiração reduzida, sem poder de decisão, baixo grau de instrução e ausência de planos ambiciosos, divididas entre o lar e o trabalho profissional. Da situação de empregadas que acumulam as tarefas do lar, a galgarem uma convivência em sindicato, não vislumbram nessa convivência sindical a resolução das questões que atormentam o pensamento feminino. Divididas entre as funções no emprego e as tarefas rotineiras do lar, podendo a jornada no trabalho até ser mais extensa, mais as preocupações com a casa, família e filhos/as ocupando suas mentes, nem sempre atentam para pensarem na terceira questão colocada na vida social, no caso, o sindicato – ou seja, o poder que emana de suas funções nesses espaços.

Conferindo a tradição histórica e a situação da mulher brasileira, a da sindicalista dirigente do SEC/PA, cuja vivência como comerciária comporta extensa carga horária de trabalho no lar, chegar a ocupar um espaço de direção no sindicato, espaço que desde a origem é masculino, sem dúvida é um avanço na história das mulheres comerciárias. Numa realidade em que as mulheres em geral são colocadas em inferioridade objetiva comparadas ao homem, configurando-se diversas defasagens na vida destas, desde a baixa remuneração no mercado de trabalho, o acúmulo de funções (lar e trabalho), a falta de equipamentos sociais (restaurantes públicos, lavanderias públicas, creches, etc.). Ainda assim, ao se empenhar na educação dos/as filhos/as e articular a esfera pública à privada é um feito significativo que deve ser considerado.

As formas de participar do círculo político de sua categoria, na concorrência com os parceiros de trabalho, que, por suposto têm mais tempo para dispor nessa atividade, dão-lhes credencial na representação política. As decisões tomadas se alinham às normas estabelecidas pela política sindical, e, o conhecimento das leis se torna sempre o grande fator de percepção dos papéis que assumem nesse espaço de poder, a exemplo, as atitudes tomadas sobre a situação de estabilidade das comerciárias grávidas após o ciclo da maternidade.

Conclui-se que, os níveis decisórios assumidos pelos dirigentes sindicais na área do SEC/PA, em função de garantir os direitos da categoria de comerciários têm sido assumidos indistintamente, por líderes homens e mulheres, no poder. O sexo, nesse caso, nos corolários diferenciais, tende a fazer a diferença quando as situações são vividas pelos dois gêneros em clássicos desempenhos de atividades do espaço privado, mas têm correlação com a carência de mulheres na estrutura de poder do sindicato.

4.2. Tratando do que fazer: entre p(l)anos & políticas.

Dos dados de identificação dos/as líderes sindicais deste estudo, analisados, registram-se elementos importantes e evidências da situação de classe dos/as comerciários/as e a trajetória percorrida para ascender em uma profissão. A filiação (Quadro 3) demonstra o nível de ocupação do pai - a maioria inscrita na classificação de profissões tradicionais do mercado informal, pescadores, agricultores, sapateiro, mecânico -, e da mãe - que se auto-identificam “do lar”, salvo uma delas que se auto-afirma lavradora. Ao relacionarmos esse “script” ao local de nascimento vê-se que alguns/as vieram do interior do Estado, mas a maioria é da cidade de Belém. Relacionando-os ao local de moradia - bairros onde viveram/vivem nos vários estágios de vida, vê-se que são espaços caracterizados como da periferia de Belém (PA). O grau de escolaridade dos/as dirigentes alcança o segundo grau completo (Figura 08), e a inserção no mercado de trabalho da maioria deu-se em empregos no comércio, salvo uma das dirigentes sindicais, que começou sua atividade ainda adolescente no trabalho doméstico.

A apresentação destes elementos tende a traçar um primeiro plano para a entrada desses/as depoentes no mercado de trabalho onde se radicaram. Ou seja, demonstra o interesse desses atores em trocar o antigo “*status quo*” familiar e buscar novos meios de sobrevivência social, deixando de reproduzir as profissões de seus pais. Para explicar permanências e continuidades geradas pelo processo de mudança social, alguns estudos já realizados se detiveram em várias teorias sociológicas, como a Comtiana, por exemplo, mas avançaram para as mais modernas trazendo para o Século XX, um diferencial significativo para os enfoques dominados pelos pressupostos evolucionistas, liberais ou marxistas. As bases desse novo olhar para a mudança social ampliaram-se para além da situação econômica, tecnológica, demográfica e migratória e têm divisado outros “scripts”, como os impactos gerados pelas forças políticas, quer dizer *os eventos políticos são capazes de forçar a sociedade a mudar*¹⁵¹. Esses impactos recebem também outro componente, dado pelas condições objetivas dos cidadãos (necessidade de sobrevivência) e, também, pelo interesse individual dos que aspiram a melhorias de vida pessoal (independência econômica).

No caso em estudo, os/as entrevistados/as não deram indicações do motivo que os/as levou à profissão, mas é possível perceber que uma das líderes sindicais seguiu um trajeto usualmente vivido pelas jovens de sua época, e, ainda hoje marcante entre as famílias rurais empobrecidas: aos 15 anos, Luzia Melo deixou seus familiares residentes em Curuçá (PA) vinda para Belém, em 1968, com a finalidade de estudar (possivelmente para uma casa de

¹⁵¹ Cf. OUTHWAITE et. ali (1996:503-504).

família como era a tradição), tornando-se empregada doméstica¹⁵². A atividade de comerciária para a jovem deu-se pouco depois, uma vez que, em 1970 ela já estava sindicalizada, mas somente em 2006 é que se tornou membro eleito da diretoria do SEC-PA. Não se tem as informações que aprofundem outras ocorrências entre as demais colegas de Luzia, residentes no interior do Estado (Cametá, Bragança), mas é possível que a sedução pela “cidade grande” (zona mais urbanizada e desenvolvida) como área de alcançar sucesso mais rápido, estivesse entre os planos dessas jovens.

Os que residiam na periferia de Belém tinham mais oportunidade de informações sobre os postos de serviço no comércio para o tipo de mão de obra, mas esse detalhe, por não ter sido aprofundado, deixa de ser tratado. O que se evidencia é que a maioria desses dirigentes sindicais estudados foram admitidos no emprego realizando as atividades específicas do tipo de comércio, conforme registro no Quadro 05. Nessa ocupação, o cotidiano das mulheres registra uma árdua lida. Indagada sobre esse aspecto, diz Luzia Melo:

A mulher trabalha o dia todo em pé, e mal tem horário para as refeições, os patrões exigem uma boa aparência e não querem nem saber que jeito você dá!... a mulher enfrenta muitas dificuldades.

Quanto à qualificação para as funções que executam, Vera Lucia Pacheco salienta:

A atividade no comércio não é considerada uma função profissionalizante que tenha que ter um diploma. O empregador tem esta facilidade porque qualquer um pode chegar a exercer a função de comerciário, mesmo não tendo qualquer estudo.

As exigências patronais no desempenho da função, para Ilda Meiguins são muitas, assim a ex-comerciária se manifesta:

A comerciária só tem horário pra entrar, para sair sempre é depois do horário, depois que fechasse a loja. Exigem pontualidade e muita atenção: conferir preços, cálculos, separar por ordem alfabética, separar os documentos por departamento – para calcular as comissões dos funcionários.

¹⁵² É de se supor que seus pais tenham avaliado, naquela oportunidade, uma trajetória de sucesso para a filha.

O emprego no comércio varejista dá satisfação, contudo, as comerciárias consideram que ao assumir o lugar têm que seguir as exigências requeridas no contrato de trabalho. No dizer de Dionéia Reis, ao entrar para o setor comércio:

(...) eu era jovem e sentia necessidade de ter minhas coisas, mas é um trabalho que exige dedicação intensiva, muito sacrifício e não permite tempo para as questões pessoais.

“Precisar ter suas próprias coisas” é uma referência que demonstra a intenção de construir sonhos organizando a própria vida, tudo fazendo para aumentar a remuneração, mas conscientes de que “o sacrifício é grande” e afasta pela dedicação intensiva, das questões pessoais. Trabalhando por comissão nas lojas para angariar compradores dos produtos: *vendia com mais esforço para repassar para o salário*. Em alguns casos essa fórmula comercial cria tensão no relacionamento entre os pares no trabalho, pois cada qual quer fazer mais do que o outro, contudo, o inverso também é verdadeiro, ao criar solidariedade entre o grupo para dividir por igual o percentual sob a venda que o patrão repassa ao / a empregador / a.

Ao constatar as dificuldades no ambiente de trabalho conforme as falas das comerciárias e hoje dirigentes sindicais, pergunta-se: o que motivou entrarem para o sindicato? A consciência dessas dificuldades? A perspectiva de conseguir melhorar a qualidade de vida no emprego? O interesse na militância política? Que planos tinham de reverter as tensões do dia-a-dia entre a busca insana pelos compradores e a solidariedade em dividi-los igualmente para melhor distribuição das comissões entre o grupo? Ou o pensamento individual e objetivo de cumprir as horas de trabalho e retornar para casa não encontrava lugar para incluir mais uma atividade no horário extra?

O sindicato de classe é uma associação que visa defender os interesses de seus membros, prevendo sua criação na legislação do país, conforme já evidenciado no Capítulo I. A conclamação dos trabalhadores para que se unissem tornando-se força de pressão contra os índices de exploração da mão de obra do mercado de trabalho no sistema capitalista foi e tem sido reproduzida desde a célebre frase conclamatória de Marx, mas a emblemática consciência de classe não tem atingido muitas categorias de trabalhadores ao nível político aspirado. Embora não seja possível afirmar que o grupo de comerciários / as entrevistados / as tenha chegado à associação de classe com o empenho político, a partir da consciência de sua posição no meio sindical, é possível perceber, contudo, que a associação desses como

membros do SEC/PA deu-se por convite de outros colegas já sindicalizados, alguns com mandato na estrutura de poder. Filiaram-se estimulados pela empresa onde trabalhavam, ou, o convite para participarem de um cargo de representação na base do poder não quer expressar que a forma de recrutamento tenha fugido ao tradicional processo de eleições. A praxe estatutária não foi esquecida e todos os que tiveram e têm postos de decisão no SEC/PA foram sufragados eleitoralmente. Esse processo entre a filiação (sindicalização) e o convite para fazer parte de uma chapa eleitoral (indicação de nomes de candidatos para concorrer a um cargo na representação sindical) não chega a ser identificado pelos / as entrevistados / as como um procedimento que faz parte da fórmula tradicional da competição eleitoral em qualquer nível, prevalecendo, na visão dos / as associados / as, o sentido de afinidade mais pessoal do que formal com os colegas que os convidaram. Perde-se, com isso, a informação que poderiam ter sobre a representação política que os sindicatos tendem a assumir ao responderem institucionalmente pelo conjunto de trabalhadores, representação que será responsável pela promoção de políticas sociais para a categoria.

4.3. A representação sindical feminina, os espaços de decisão e as políticas de interesse.

A história política moderna apresenta, entre seus elementos-chave, o conceito de representação política, que nas democracias ocidentais tende a ser identificada através das assembleias parlamentares eleitas periodicamente¹⁵³. Esta perspectiva se torna bastante controversa principalmente por agregar uma dupla explicação: o fato histórico e a ordem semântica. No primeiro caso, em que pesem as mudanças que ocorreram mundialmente nas demais instituições políticas tanto nas executivas quanto em todo o sistema político trazendo inovações relevantes como o fim da representação por camadas sociais, o sufrágio universal, a criação dos partidos de massa, há elementos de continuidade do processo. Contudo é possível verificar *uma mutação no tempo da 'posição relativa' da representação* (COTTA, 2007/1101). Na aparência, as funções e o aspecto externo são afinados entre os representantes de ontem e de hoje, mas o olhar mais aprofundado verá diferenciais mudanças desses papéis no sistema político. O segundo ponto, relacionado à semântica, tende a emergir a polivalência do verbo representar e da palavra representação que circulam desde a antiguidade clássica até o nascimento da idéia moderna, no século XIX, quando o conceito se liga à idéia de

¹⁵³ As referências apresentadas neste item se baseiam em COTTA (2007: 1101-1107) e em YOUNG (2006: 139-267). Lua Nova, São Paulo, 2006: 139-190. Sobre este conceito, o estudo clássico é de PITKIN, H.F. *The Concept of Representation*. University of Califórnia Press, 1972, 323 pág. Para as necessidades deste trabalho foi usado o texto “O Conceito de Representação” dessa autora, extraído de CARDOSO & MARTINS, 1983, pág.. 8 a 22.

representação por um agente e à idéia de agir por outros, vinculando as instituições à democracia e às questões do Direito.

Na vida política democrática este fenômeno se acha vinculado a um tipo de participação política¹⁵⁴ com a função representativa apresentando três modelos interpretativos que para Hanna Pitkin¹⁵⁵ são: o formalista, o simbólico e o descritivo¹⁵⁶. Atendo-se ao fato de que há uma relação entre representantes e representados, o primeiro modelo tende a definir uma conexão entre esses dois segmentos, através da autorização e da prestação de contas. Quer dizer, os representados autorizam o representante a decidir (agir) em seu nome e, ao mesmo tempo, tendem a avaliar a decisão tomada.

O enfoque de Iris Marion Young (2006) como ela própria refere, embasado em Pitkin (1972), favorece as discussões atuais acerca da representação especial de grupos de minorias (étnicas, afro-americanos, mulheres etc.) supondo que este processo é alvo de atribuições de unificação pelos interesses comuns que são buscados por esses grupos. Expõe que:

(...) o significado da representação de grupos e oferecer argumentos adicionais à idéia de que tais práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento de inclusão política. As dúvidas sobre essas práticas em parte se devem a mal-entendidos sobre a natureza da representação em seu sentido mais geral. Muitos dos discursos sobre a representação assumem implicitamente que a pessoa que representa se põe numa relação de substituição ou identidade com os muitos representados, que ele ou ela está presente por eles em sua ausência. Contrariamente a essa imagem da representação como substituição ou identificação, conceitualizo a representação como um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo. Considerar a temporalidade e a espacialidade mediada do processo de representação descentraliza o conceito, revelando tanto oportunidades quanto riscos políticos (YOUNG, 2006: 142).

O fórum sindical é, portanto, o espaço de participação política de trabalhadores. Nesses espaços, as demandas e deliberações ocorrem em função da garantia dos interesses

¹⁵⁴ O conceito de participação política já foi explorado anteriormente.

¹⁵⁵ Cf. PITKIN, 1972.

¹⁵⁶ COTTA, idem, ibidem, explora estes modelos discutindo a representação como relação de *delegação*; representação como relação de *confiança* e representação como “espelho” ou *representatividade sociológica*.

comuns dos/as associados/as que procuram se organizar em uma estrutura de poder delegando competência aos membros que se constituem em representantes da categoria.

O que é pretendido nesse item da dissertação é desvelar uma qualidade de participação política de líderes comerciárias paraenses que se constituíram em representantes da base do poder do sindicato da categoria quando tradicionalmente este espaço se mantinha numa configuração masculina e as afinidades de algumas com o desempenho no contato inicial com o grupo. Nesse caso, insere-se esta abordagem no tempo e no espaço em que o processo se dá e avaliado por Young, revelando-se as especificidades inscritas na oportunidade que tiveram ou foram dadas a elas para assumir “os riscos políticos” na representação sindical.

O SEC/PA com sua base de poder ostensivamente marcada pela presença dos homens, paulatinamente, foi inscrevendo, entre os associados dirigentes, as parceiras de trabalho, cabendo a estas certas funções que na própria hierarquia decisória se mantinham circunstanciada por atribuições nem sempre tão expressivas. Mas o que se discute aqui é o conjunto da representação, e as comerciárias sindicalizadas, em certo momento, foram convidadas a submeter seus nomes à indicação de cargos sufragados em eleições, quer por sua competência agregativa ou de mando nas manifestações profissionais e atividades recreativas quer por se salientarem como organizadoras políticas do grupo na empresa, com isso passando a convencer os líderes de seus atributos e do valor de sua presença na representação política da categoria.

Pelas respostas dos questionários entre as/os entrevistadas/os da associação ao SEC-PA, é possível ver que Ilda Meiguins (sindicalizada em 1967), Luzia Melo e Armintos Silva (em 1970) compõem a faixa dos mais antigos membros do grupo (cf. Quadro 12). Mas como já evidenciado anteriormente, salvo uma das associadas, a filiação ao sindicato não teve como ponto inicial a consciência política sobre a importância dessa participação na entidade. Para Ilda, o primeiro contato com o sindicato foi por *frequentar a sede campestre (...). Não faltava de frequentar a piscina aos domingos, tinha uma feijoada de graça e a diretoria oferecia transporte de graça*. Quanto ao desempenho pessoal que possa ter motivado o convite de um dos líderes para participar da diretoria afirma *não sou de dar discurso, mas sou espontânea, gosto de conversar, vendia muitos ingressos*. Isso remete a avaliar uma qualidade que essa associada tinha para atividades de fácil comunicação na área estratégica da agregação de comerciários/as, não sendo, entretanto, uma atribuição valorizada por ela, cujo desempenho contribuiu para a política de associar comerciários, inscrita como um dos eixos fundamentais

da entidade, principalmente numa fase (1975-1984) em que o país convivia com um tempo de extremismos no período militar e os sindicatos não eram bem vistos pelos governos.

Outra líder sindical também incorre numa entrada pouco usual na visão dos que esperam ver a participação política apoiada nos seus atributos clássicos (consciência política). Lucicleide Ribeiro aponta como primeiro contato *a decoração que fiz no sindicato (...)*. E para fazer parte da diretoria foi convidada para suplente de esporte e lazer. Pergunta-se: o tipo de atividade do campo estético (decoração) e a função para a qual foi convidada para a direção sindical não têm certa afinidade?

Virgílio Silvestre foi levado pelo pai, antigo sindicalista, a associar-se ao SEC, mas ao interessar-se pela política sindical e comentando com o amigo vice-presidente, foi convidado para compor uma chapa de oposição à diretoria que estava no poder, sendo eleito. Não foram as relações familiares que o levaram ao cargo, mas seu interesse e, possivelmente, ser conhecido dos demais membros (era associado desde 1979). Esforçou-se pela qualificação profissional, tendo participado de vários cursos de capacitação na empresa como: qualidade no atendimento ao cliente, informática, saúde e segurança no trabalho e conhecimentos sindicais. Esse desempenho provavelmente contribuiu na formação de sua liderança. Outro dirigente, Jurandir de Araujo, comenta que sua adesão veio *através do movimento sindical, e após ter realizado especialização na área*. Atuante na CGT e membro do PT, diz que sua participação na direção do sindicato foi motivada pelo convite de um membro da CGT, sendo eleito para a vice-presidência do SEC, passando depois a diretor de formação sindical e saúde do trabalhador. Estes dois líderes sindicais são exemplos da formação diferenciada das práticas políticas que acolhe os homens na sociedade de classe com tempo disponível para aplicar na organização de seus afazeres entre o trabalho, a política e o lar. Neste último “que fazer”, como evidenciado no Quadro 15, os três líderes do sexo masculino e uma dirigente solteira não realizam as tarefas domésticas tradicionais, embora refiram outros afazeres menos pontuais (compras e consertos) configurando-se no diferencial das respostas dadas pela maioria de mulheres em cargos de direção política. Ou seja, mais do que a maioria das mulheres, os homens têm melhores oportunidades e tempo maior de dedicação a outros eventos culturais, políticos e profissionais sem a preocupação com os cuidados indispensáveis ao funcionamento regular e permanente da casa. E são sempre convidados a assumir uma representação política.

Percorrendo cerca de seis empresas do comércio varejista de tecidos e derivados, e iniciando-se aos 17 anos como balconista na loja Tecidos do Povo (do Grupo XERFAN,

período de 1972 a 1975)¹⁵⁷ Maria Dionéia dos Reis fez cursos de capacitação promovidos pelo SENAC diplomando-se como: técnica de venda; relações humanas e relações interpessoais. Trata de sua inserção inicial no sindicato desde 1983 quando balconista das Casas Pernambucanas *a convite do Diretor do SEC, seu Lourival que trabalhava nas Pernambucanas e tinha por costume convidar a todos para se associar*. Quanto ao motivo que a conduziu a entrar para a diretoria do SEC/PA explica que o *José Francisco que estava entrando na Federação do Comércio convidou-me para entrar na chapa, eu aceitei e ele me indicou como vice-presidente*.

Mas, essa dirigente se queixa do que enfrentou ao ser eleita para o cargo:

Como vice-presidente não tive oportunidade de fazer nada por que o Presidente não permitia, tanto é que apresentei uma carta de renúncia ao cargo. Eu cobrava o que fazer, o próprio presidente falava “se não tem nada o que fazer renuncia”, então foi o que fiz. Fui desprezada pelos companheiros do Sindicato, quem deu atenção foi o Tesoureiro que me deu uma CLT e disse “leia que você aprende”.

Exerceu atividades de balconista em cinco lojas, nas Casas Pernambucanas coordenou o setor de decoração. Por ter circulado em muitos ambientes comerciais considerou alto seu nível de representatividade no local de trabalho. O “convite” para se sindicalizar fazia parte da dinâmica dos dirigentes prevendo o crescimento da base de associados, além da garantia da entidade auferir um faturamento satisfatório para as despesas sindicais dando continuidade aos programas sociais que as diretorias eleitas sempre propõem. Nesse aspecto, Iris Young (2006) ressalta as estratégias de recrutamento para o tempo da representação, assim expressa:

Antecipando o momento em que os representantes se apresentarão para agir a seu mando e em seu nome, os indivíduos de um determinado eleitorado procuram uns aos outros, se organizam, discutem as questões que consideram importantes para si e convocam candidatos a responder por seus interesses (...) (YOUNG, 2006: 153).

Vê-se que a presença inicial no sindicato se estabelece pelos contatos diretos no grupo profissional, mas há quem refira ao próprio empenho em buscar direitos, conforme registra Vera Pacheco sobre sua sindicalização:

¹⁵⁷ As lojas foram: RADIOLUX; SABINA; YAMADA; A.C. CORDEIRO.

Na empresa que trabalhava eu buscava direitos trabalhistas a favor da categoria e organizava os trabalhadores na base. O presidente [do sindicato] à época estava sem experiência da negociação coletiva, e as coisas não andavam e o sindicato não atuava na defesa dos trabalhadores. O salário dos comerciários estacionou e então resolvemos junto com os companheiros da CUT organizar a base das empresas do centro comercial e fizemos um movimento na porta do sindicato.

Neste caso, o espectro político que marca a atividade inicial da então comerciária Vera Pacheco, se apresenta a partir da influência de participação política: do interesse próprio em assumir um papel junto aos companheiros de trabalho, e da visão dos dirigentes de centrais sindicais que se empenham em estimular a formação da consciência política da categoria através da inclusão no movimento.

Embora a aparência apresente-os no mesmo nível de interesse, há um diferencial entre eles para resolver a agregação da categoria: os empresários se acham obrigados a manter a política de inscrever seus empregados no sindicato de classe pelo alto risco que a sua empresa incorre diante da legislação trabalhista, tanto na Delegacia do Trabalho, quanto na Justiça do Trabalho, caso haja denúncias contra eles/as. As centrais sindicais operam na abrangência de um maior número de empregados, ampliando as suas bases políticas e os recursos com inscrições, além, obviamente, de seguir à risca os artigos do estatuto dos sindicatos¹⁵⁸.

4.3.1. As políticas de representação, as práticas e a “prestação de contas”

Diante da abrangência das formas de iniciação da participação política sindical registrada nos depoimentos colhidos nesta dissertação observam-se caminhos diversos dos sindicalizados frustrando as expectativas contumazes de certos militantes políticos que supõem no cerne da participação política do/a trabalhador/a, a consciência de classe. Assegurar a presença na direção sindical pelo “convite” de colegas, de grupos, de empresas, no discurso dos/as entrevistados/as, não quer dizer que houvesse uma autorização/aceitação garantida da presença imediata do/a convidado/a para concordar em assumir essa estrutura de poder. Como qualquer organização política das sociedades democráticas, os sindicatos são regidos por estatutos que exigem a representação de seus membros em cargos de chefia

¹⁵⁸ Uma referência significativa extraída de um estatuto do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, para exemplificar esse instrumento legal: CAPÍTULO II - DA ADMISSÃO AO QUADRO SOCIAL - Artigo 5º - A toda pessoa maior de 14 anos que esteja no efetivo exercício da profissão e que participe da categoria profissional dos empregados no comércio, assiste o direito de ser admitido no quadro de associados, conforme os requisitos previstos neste estatuto.

através de um processo eleitoral. Na indicação de um nome para um cargo de diretoria, observa-se, nas questões respondidas, que os/as colegas e grupos de interesse estavam fazendo a sua parte de recrutar comerciários/as para constituir uma chapa competitiva eleitoralmente. Nesse caso, evidencia-se o jogo político dos grupos, alguns já no poder querendo a reeleição, outros, em franca oposição a estes, escolhendo/selecionando os/as filiados/as para concorrer legitimamente e, a partir do resultado das urnas, os/as vitoriosos/as constituiriam a base da representação sindical.

Young diz sobre essa questão ao esclarecer argumentos de Pitkin, nos quais se baseia:

Pitkin sugere que a autorização é um importante indício de representação. Uma pessoa que representa outras de forma oficialmente institucionalizada precisa estar autorizada a falar por elas e, talvez, a uni-las. Eleições são o meio mais comum e mais óbvio de autorizar representações, mas, às vezes, prevalecem outras formas de seleção delegatória de representantes para organismos de discussão e tomada de decisões (YOUNG, 2006: 152).

Na vertente desta dissertação, pergunta-se: nessa função representativa cujo mandato foi autorizado por eleições, o que esperar da distribuição dos recursos por aqueles/as que assumem um mandato, visando abranger o conjunto de comerciários/as aos quais representam? E, nessa mesma direção, examinar qual a diferença esperada na discussão das políticas sindicais com inclusão de demandas femininas, tendo as mulheres na direção do sindicato? A representatividade então opera *num processo de autorização eficaz, uma esfera pública de discussão [que] define uma agenda de questões e os principais pontos de disputa ou de luta* (YOUNG, idem, p. 153). Os pontos de interesse que afetam ou que são importantes *para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações* (YOUNG, idem, p.158) estão referidos, nas duas perguntas, de forma diferenciada: uma se acha focada no interesse do coletivo (conjunto dos/as comerciários/as) e a outra numa instância particular (gênero).

É através das reuniões e assembléias que emergem as demandas de interesse dos/as comerciários e comerciarias para a melhoria da qualidade das relações de trabalho, do ambiente onde circulam diariamente e, às vezes, durante a vida toda. Tendo sido autorizados a responder pela categoria que representam, os membros da diretoria se responsabilizam por

ouvir as queixas mais particulares até as mais abrangentes, e, daí assumir a luta pelos direitos de quem se sente descontente com as relações de trabalho. Nesse caso, diz YOUNG:

A responsabilidade do representante não é simplesmente expressar um mandato, mas participar das discussões e debates com outros representantes, ouvir suas questões, demandas, relatos e argumentos e com eles tentar chegar a decisões ponderadas e justas. Os diferentes grupos e segmentos da sociedade dialogam melhor em suas diferenças por meio de representantes que se encontram e ouvem uns aos outros, abertos à possibilidade de mudar suas posições (YOUNG, idem: 154).

No SEC/PA as reuniões tendem a ser, preferencialmente, no turno da noite, devido o horário diurno de trabalho dos/as comerciários/as. No dizer de Maria Dionéia o motivo é *para facilitar a participação dos diretores que trabalham no comércio, mas havendo necessidade elas acontecem pela manhã.*

Os temas mais debatidos circulam entre: a carga horária de trabalho, a data base salarial, o funcionamento do comércio nos feriados e domingos, as cláusulas das convenções coletivas, além de outros direitos dos/as trabalhadores/as e/ou assuntos emergentes locais. Incluem-se, também, nessa discussão, as estratégias políticas para associar novos comerciários, planejamento de atividades sindicais, criação de agenda para os trabalhos de assistência à saúde do trabalhador, formação política da categoria e finanças. Não foi especificada a relação desses temas com os que surgem nacionalmente, mas é possível que estes também sejam motivo de discussão.

Como se observa, são temas gerais da categoria que os/as líderes nos cargos de representação sindical registraram em seus discursos como sendo os pontos de discussão regulares nas assembléias como afirma a ex-presidente *o assunto mais importante é a data-base porque discute o salário, a prestação de contas e, de quatro em quatro anos para concorrer nova chapa e esporadicamente para mudanças do Estatuto.*

Sobre os temas de interesse específico feminino em sua maioria, os/as entrevistados/as negaram haver discussão desses assuntos, nas reuniões, porque os temas gerais são intensos e contribuem para tratar da situação vivenciada pelo conjunto de associados/as. Contudo, alguns/as referem certas questões específicas sobre as mulheres que circunstanciaram determinada reunião. Por exemplo:

(...) sobre a maneira de trabalhar em pé sem ter hora para descansar.

(...) licença maternidade.

Geralmente não tratamos especificamente a uma classe. Mas quando falamos, é sobre a saúde das mulheres comerciárias.

Sempre consegue falar, por causa da convenção coletiva anual, como hospital para a mulher, os vários direitos específicos na convenção.

Entre os temas gerais dos/as trabalhadores e os específicos relativos às mulheres é possível ver se eles criam tensões entre si e/ou entre os/as dirigentes no caso destes últimos surgirem como ponto de pauta numa discussão sindical? Young (idem, p. 159) afirma que há conflitos frequentes não só entre os agentes, mas entre as ações de um só agente em relação aos interesses. Na busca pela obtenção dos recursos de que necessitam para a realização de fins variados tendem à descoberta de que alguns recursos são relativamente escassos. Em certas ocasiões para obter esses recursos há possibilidade de que um agente impeça a outro da consecução de meios necessários para alcançar seus fins. No entanto, é importante notar que os interesses não necessariamente conflitam entre si. A busca de fins em sociedade e o arranjo dos instrumentos políticos que viabilizam essa busca não precisam necessariamente estar estruturados como um relacionamento de soma zero entre os agentes. É o que se vê, por exemplo, na primeira frase que relaciona “trabalhar em pé sem ter hora para descansar” ou “hospital para a mulher” etc.

Ao avaliar essas versões temáticas das entrevistadas o instigante é a contraposição aos dados registrados no Quadro 13 sobre a questão: “As mulheres comerciárias estão atentas para suas necessidades?” Houve quase unanimidade (sete dos dez respondentes) nas respostas positivas de referência à questão da ausência de creches nas empresas onde as comerciárias trabalham. Com isso, e com algumas inferências das respostas multivariadas acima, reconhece-se que elas têm conhecimento das suas necessidades básicas de conciliar emprego fora de casa e vida doméstica. Contudo, não se verifica uma preocupação delas próprias em denunciar as empresas que não criam as creches de que necessitam e, também, no interesse das dirigentes sindicais em incluir na agenda sindical essa demanda das mulheres, sabendo-se que consta da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, Cap. III, Seção IV, “Dos métodos e locais de trabalho”, “Da proteção do trabalho da mulher”, que dispõe:

Art. 389, § 1º "os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado, onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação" (**Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967**);

§ 2º - A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais. (**Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967**)¹⁵⁹.

O reconhecimento de suas demandas sociais para a melhoria das atividades no trabalho e a posição que assumem na representação sindical são elementos que poderiam afetar as discussões nas reuniões sindicais em torno de idéias e interesses das mulheres nesses espaços de decisão política e quem sabe fazer a diferença da presença feminina no poder, no SEC, contribuindo com o avanço das oportunidades nem sempre favoráveis a este gênero no mercado de trabalho. Porque o “efeito maternidade” rondando a vida das mulheres torna-se um vetor calculado para o desemprego feminino. Na observação de BRUSCHINI (1998, p. 6) sobre a persistência da responsabilidade das mulheres se cuidarem da casa e da família *é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho, a maternidade é, sem dúvida, aquele que mais interfere no trabalho feminino, quando os filhos são pequenos. (...) A insuficiência de equipamentos coletivos como as creches, que atendem parcela muito pequena das crianças brasileiras, contribui para aumentar o peso da maternidade sobre as mulheres e, em particular, sobre as trabalhadoras*¹⁶⁰.

Avaliar o passo da mudança na estrutura sindical com a presença das mulheres indica uma “cobrança” a mais na representação coletiva que assumem. Se a tendência, como visto, foi o crescimento gradual do número de comerciárias sindicalizadas em posição de mando, cobrindo 82 anos de criação do SEC-PA, a “prestação de contas” dessa representação não se esgota no jogo eleitoral que dá sustentação à reeleição do quadro feminino no poder. Mas ao dialogarem com as diferentes perspectivas e interesses perante aqueles/as que representam deverão engajar-se no debate sobre novas diretrizes que autorizem a inclusão de processos de

¹⁵⁹ Cf. L PITKIN, H.F. *The Concept of Representation*. University of California Press, 1972

¹⁶⁰ BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho Feminino No Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* Prepared for delivery at the 1998 meeting of the LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. The Palmer House Chicago, Illinois – USA. September 24-26, 1998.

produção de políticas, com aprofundamento da responsabilização de questões pouco notadas e/ou dissimuladas introduzindo-as por avaliações independentes.

As diferenças entre os gêneros no poder serão notadas quando a sociedade estabelecer parâmetros de equidade entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“MULHER COMERCIÁRIA E SINDICALISMO: Relações de Gênero, Relações de Poder” (um estudo de caso em Belém do Pará) avaliou a participação sociopolítica das comerciárias sindicalizadas, o grau de presença nos cargos de direção do SEC/PA, e, conduziu o estudo relações de gênero e relações de poder constituídas em espaços de decisão.

Numa retrospectiva verificou-se que a organização dos/as trabalhadores/as em atuais sindicatos surge no século XIX, a partir da revolução industrial na Inglaterra e das transformações políticas na França em situação de mercado capitalista, com a oferta de mão de obra “livre” no mercado de trabalho. Neste percurso, averiguou-se que os sindicatos têm no fundamental, dupla origem: na solidariedade e defesa para a constituição de sociedades de resistência e de revolta contra o modo de produção capitalista. Concluiu-se que o sindicato, em que pese o refluxo na atualidade, é a materialidade da luta derivada da contradição entre patrões e trabalhadores e tem como finalidades correr atrás da melhor distribuição da riqueza construída coletivamente, lutar por direitos e melhoria das condições de vida. Notou-se que a ação do conjunto dos sindicatos integrados socialmente pelos interesses de classe, e, de enfrentamento ao Estado burguês formou o sindicalismo, suas teorias clássicas têm caráter geral, de análise e de doutrina, conforme filósofos reconhecidos.

Constatou-se que, a entrada do Brasil na modernidade levou a transformações econômicas, política, social e cultural, contudo, não ocorreram mudanças em favor das camadas populares, induzindo trabalhadores/as a fundarem organismos que se transformam nos atuais sindicatos contando com a influência trabalhista dos imigrantes europeus. Averiguou-se que o sindicalismo no Brasil formou-se com 100 anos de atraso em relação ao modelo europeu, e, as primeiras normas sindicais foram criadas no início do século XX quando a maioria dos trabalhadores/as ainda submetidos à semi-escravidão, dominados pela elite oligárquica em processo de transformação da realidade agrária a urbano-industrial. Nota-se que a situação de colônia e séculos de escravidão geraram relações paternalistas, perfil sexista no sindicalismo brasileiro, que desde as origens excluíram a participação das trabalhadoras, estas socializadas para o lar, não obstante, se constate a presença feminina no mercado de trabalho. Considera-se que a parcela feminina, de 1940 a 1980, passa de 15,9% para 27,5%, avançando em 2000 para 43,9 do total da População Economicamente Ativa.

De fato, desde o advento do capitalismo as mulheres trabalhavam em atividades remuneradas (extra-doméstico) no próprio lar em troca de um salário complementar. O

trabalho em domicílio compatível com as funções tradicionais de mãe de família, distinguidas de seus parceiros de jornada de trabalho, numa representação social tradicional de mães, reforçando as diferenças percebidas entre os sexos. Imputa-se às mulheres, a exclusividade de responsáveis pelo trabalho doméstico, este considerado na teoria política o “não trabalho”, visto não gerar riquezas. Ao trabalharem “fora” acumulam a dupla jornada de trabalho, numa ausência total de equidade entre o trabalho profissional e o trabalho doméstico. Destaca-se a compatibilidade entre lar e trabalho, maternidade e salário, feminilidade e produtividade numa junção classe/gênero que reprime as mulheres trabalhadoras como pessoas humanas.

Nesse sentido, o estudo do caso sobre as dirigentes comerciárias baseou-se em Nancy FRAZER (2000) que indica duas condições fundamentais para averiguar a paridade participatória entre dirigentes sindicalistas homens e as mulheres: a distribuição dos recursos materiais e o status de parceira em condições de igualdade ao parceiro homem, apontando elementos a serem considerados.

Verificou-se que no Estado do Pará os setores produtivos se organizam nas primeiras décadas do século XX representados pela Associação Comercial do Pará - ACP, empresários de calçados, construção civil, fábricas de bebidas, proprietários de panificação e confeitarias, assim como os de tipografias, marcenarias e estabelecimentos do comércio, entre outros. Conferiu-se o investimento em estabelecimentos, com aumento de trabalhadores/as (de 10.595 em 1940, para 49.057 em 1980), que, insatisfeitos organizam lutas, protestos, greves balizados na ideologia anarquista, criam organismos de classe na falsa premissa de estas agregações não serem “lugar de mulher”. Nota-se que, autores/as paraenses indicam a existência da Liga Cooperativa das Operárias de Fábricas, elencam a criação de diversas entidades sindicais em Belém, desde 1908, a exemplo da entidade dos trabalhadores da construção civil, seguindo outras categorias, inclusive a criação do Sindicato dos Empregados no Comércio em 30 de outubro de 1926. Concluiu-se que, embora a dificuldade de participação feminina nos espaços públicos houve um avanço ao surgir uma primeira diretora em 1954, seguindo hiatos da presença feminina no histórico do sindicato. Bastante significativa a eleição de uma mulher, comerciária, sindicalizada, a presidente do SEC/PA na década de 1990 e na atualidade a direção contar com oito mulheres numa composição mista.

Averiguou-se sobre a composição das diretorias, num percurso desde a fundação do SEC/PA, a presença de 116 homens e 18 mulheres, no entanto ao buscar dados atuais sobre o universo de sindicalizados/as, deparou-se com empecilhos ao acesso devido às negativas dos diretores/as do sindicato, uma instituição pública, sem acesso à investigação científica em

certas questões. Necessário adiantar, que a pesquisa sofreu um relativo prejuízo, diante desta negativa quanto a democratizar subsídios sobre o quantitativo de trabalhadores/as sindicalizados/as, alegaram a necessária restrição devido às proximidades de eleições para direção do SEC/PA. Não se pode afirmar o significado da presença das atuais diretoras em relação ao universo de sindicalizados/as, muito menos aferir o percentual entre as mulheres sindicalizadas da categoria, por mais que este trabalho não se restrinja a mera questão numérica dessa representação por gênero, o que se destaca nas considerações que se seguem.

O percurso investigativo extraiu elementos para examinar as relações de gênero enquanto relações de poder valendo-se de bibliografias, documentos, questionários aplicados em seis mulheres e quatro homens dirigentes do SEC/PA. Apurou-se, por exemplo, como os/as diretores/as se apercebem nas relações do cotidiano doméstico, e, majoritariamente, as respostas foram na compreensão de o trabalho doméstico como parte das atividades feminina, exceto um diretor que nega essa situação. Conferiu-se que as dirigentes não se espelham no viver das mães conviventes na rotina do lar e ancoradas numa sociedade de normas de representação patriarcal. Elas lançam-se a construir relações como mulher e trabalhadora numa significância em ser alguém na sociedade, transitando entre a casa e a profissão, a rotina do lar como parte do cotidiano. Notou-se que, num estágio em que filhos/as maiores de idade, reduz a exigência da presença rotineira da mãe, entre as entrevistadas evidenciam o seu compartilhamento nos espaços de decisão com parceiros homens no sindicato, comprovando capacidade. Desmistificam que esses espaços de tomada de decisão sejam essencialmente masculinos. Concluiu-se que mudanças sociais significativas ocorreram e, os espaços do público tornam-se, também, espaços de mulher, mas, longe de permitir uma paridade de gêneros na participação política. As diferenças no exercício do poder só serão notadas quando a sociedade estabelecer parâmetros de equidade entre homens e mulheres, abolindo disparidades como a dupla jornada de trabalho.

Constatou-se que o acréscimo numérico de mulheres na direção do SEC/PA no limiar dos séculos XX e XXI decorreu da aplicação da Lei de Cotas e por coincidência uma mulher ocupava a presidência, incidindo nas gestões subseqüentes numa linha ascendente, até a atual gestão, alcançando oito mulheres no universo de dezenove dirigentes. Observou-se que o mote ao ingresso na direção não tem sido a militância política, prevalece à afinidade pessoal, quer de diretores ou diretoras, apresentam ausência em trajetória de participação em coletivos, perdendo-se, com isso, a informação que poderiam ter sobre a representação política que os sindicatos tendem a assumir ao responderem institucionalmente pelo conjunto de

trabalhadores/as, representação que será responsável pela promoção de políticas sociais para a categoria. Avaliou-se que há um período naturalmente traçado entre os dois gêneros, comparado o tempo de entrada das mulheres ao dos homens, (nessas, 1.95% e nesses 1.56%), com uma variação negativa para a mulher (-0.36%). Pode-se afirmar que há, entre estas, uma tendência a retardar a sindicalização e o ingresso em cargo diretivo, em função das desvantagens no mercado, baixo poder de decisão, ausência de planos ambiciosos e de conhecimento das leis e de voz, e ainda existem sindicalistas que propagam a idéia de que elas são as principais responsáveis por defenderem seus direitos. Nota-se que, a questão da mulher é um problema da sociedade, ao se limitar a solução às mulheres, dificilmente se quebrará a hegemonia masculina. Concluiu-se pela assertiva de que o sindicato é ainda um espaço masculino mesmo transitando os dois sexos, e devem-se criar condições de igualdades na vida para as mulheres, a fim de que essas tenham mais voz entre os parceiros, na certeza de caminhar juntos na conquista de novas relações de poder tornando os espaços sindicais centro organizador da classe, capaz de ir além da luta econômica e articular as questões de classe com aquelas que dizem respeito ao gênero.

Examinou-se que o tema mobilizador nas convenções anuais é o salário, não havendo referências sobre medidas que trate da eliminação da dupla jornada que atinge trabalhadores em geral, mas em especial as mulheres. Nota-se que os/as dirigentes demonstram certo desligamento da questão da mulher trabalhadora na sociedade capitalista. O comércio de Belém explora comerciários/as com uma jornada diária longa e estafante, além da abolição do domingo como dia de descanso para a categoria, e as diretoras nem sempre atentas para o poder que emana de suas funções nesses espaços discutem as demandas femininas. Considerou-se ausência de pressão do sindicato para que sejam revistas as condições de trabalho que dificultam a trajetória profissional e política das mulheres, e o necessário empenho da direção sindical assumida por mulheres e homens na expansão da paridade para toda a categoria, lutando pela redução da jornada de trabalho sem diminuir os salários; por creches, restaurantes públicos; além da luta salarial. Conclui-se que os níveis decisórios assumidos pelos dirigentes sindicais na área do SEC/PA em função de garantir os direitos da categoria de comerciários têm sido assumidos indistintamente por líderes homens e mulheres no poder. O sexo, nesse caso, nos corolários diferenciais, tende a fazer a diferença quando situações são vividas pelos dois gêneros em clássicos desempenhos de atividades do espaço privado, mas têm correlação com a carência de mulheres na estrutura de poder do sindicato.

Constatou-se também a ocorrência de casos de demissões de comerciárias após a licença maternidade, e quando esses casos chegam ao conhecimento dos diretores/as são encaminhadas via institucional, e a convenção estabelece a “estabilidade provisória”¹⁶¹. Verificou-se que sete dos dez respondentes dos questionários fazem referências à questão da ausência de creches nas empresas, não tendo, entretanto, eco no sindicato, nem mesmo as diretoras vislumbram, na convivência sindical, a resolução das questões que atormentam a sua situação prática. Averiguou-se que há uma desconsideração à função social da maternidade pela falta de atitudes tomadas sobre a situação de estabilidade das comerciárias grávidas após o ciclo da maternidade e, tanto empresas e Estado não criam mecanismos que atendam às necessidades dessas trabalhadoras providenciando equipamentos sociais como creches, restaurantes e outras medidas que poderiam vir a ampliar a presença de mulheres na condução dos assuntos sindicais. Não se verifica a preocupação das próprias diretoras em denunciar as empresas que não criam as creches de que necessitam e, também, nem o interesse das dirigentes sindicais em incluir na agenda sindical essa demanda. Nota-se que constam da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT medidas sobre os métodos e locais de trabalho apropriados para os/as filhos/as no período de amamentação, e sobre a proteção do trabalho da mulher que exigem das empresas a implantação de espaços apropriados para a amamentação dos/as filhos/as e a manutenção de creches distritais através de convênios, iniciativas que, se colocadas em prática, melhorariam as condições de trabalho das mulheres e certamente, estas poderiam dispor de tempo para o sindicato. Concluiu-se que se houvesse o reconhecimento das demandas sociais que afetam as mulheres, e estas demandas fossem mais bem debatidas, como elemento de melhoria das atividades no trabalho, sendo encaminhadas pelas diretoras na representação sindical, poderia afetar as discussões nas reuniões sindicais em torno de idéias e interesses das mulheres nesses espaços de decisão política, e esse novo parâmetro levariam às diferenças da presença feminina no poder, no SEC/PA, contribuindo com o avanço das oportunidades nem sempre favoráveis a este gênero no mercado de trabalho.

¹⁶¹ Cf. “CLAUSULA XII – EMPREGADA GESTANTE – À empregada gestante será assegurado estabilidade provisória, nos termos do art. 10, II, “b”, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal” (CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO – DATA BASE DE 1º DE MARÇO DE 2000).

REFERÊNCIAS:

ALVARES, Maria Luzia Miranda. **Saias Laços & Ligas: Construindo Imagens e Lutas.** (Tese de Mestrado). NAEA, UFPA, 1990, mimeo.

_____. **As mulheres, os espaços “Masculino e Feminino” e a Relação entre os Gêneros** (Texto originalmente elaborado para o Seminário sobre Desmilitarização da Guarda Municipal de Belém/SRH-PMB, promovido pela Prefeitura Municipal de Belém/PMB) Belém, setembro de 1997.

_____. **Memória do Sufragismo Paraense (1922-1932). Entre Imagens e Movimentos.** Departamento de Ciência Política, UFPA. Coordenadora do GEPEM/UFPA, abril de 2005.

_____. **Projeto Seleção de candidaturas & padrão de carreira de filiados/as partidários: o nível informal da seleção e as trajetórias pessoais de candidatos/as, na competição eleitoral (Pará, 2004 e 2006).** Departamento de Ciência Política, UFPA, abril de 2005.

ALENCAR, Francisco. **História de Sociedade Brasileira.** Livro Guia do Professor. Editora Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1985.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Sindicalismo no Brasil: Um Balanço Crítico da “Década Neoliberal” (1990 – 2000).** Universidade Estadual Paulista. Revista de Sociologia e Política Nº. 19: 71-167. Novembro de 2002.

_____. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** O NOVO (E PRECÁRIO) MUNDO DO TRABALHO. FAPESP. Editorial Boi Tempo, p. 275-347, novembro de 2000.

_____. **Crise e Limites do Sindicalismo: Elementos para uma Reflexão Crítica da Práxis e da Formação Sindical.** SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Org. INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Editora Boi Tempo, 2001.

_____. **Uma Breve Radiografia das Lutas Sindicais no Brasil Recente e Alguns de seus Principais Desafios.** SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

ARAÚJO, Clara. **Marxismo e Feminismo “Tensões e Encontros de Utopias Atuais”.** Encarte Teórico da Presença da Mulher Ano XIII, nº. 37. Fevereiro de 2001, Editora Anita, São Paulo.

ARRUDA, Fausto. **Movimentos Sociais e sindicalismo no Brasil.** SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

BARBOSA, Alexandre de Freitas e MORETTO, Amilton. **Políticas de Emprego e Proteção Social.** Volume 1. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, São Paulo, 1998.

BARROS, Haroldo. **Trabalhadores do Comércio no Movimento Sindical Paraense. Um Estudo sobre os 80 anos do Sindicato dos Empregados no comércio do Pará (1926-2006)**. 1ª Edição, Gráfica e Editora Prelazia Cametá – Pará, 2007.

BARROSO, Marta. **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE CASO**. Universidade do Minho, Portugal. In: <http://claracoutinho.wikispaces.com>. Acessado em 20/01/2009.

Biografia Georges Eugene SOREL. Disponível em: <www.nationmaster.com/encyclopedia>. Acesso em 11 nov. 2008.

Biografia Selig PERLMAN. Disponível em: <www.nationmaster.com/encyclopedia>. Acesso em 11 nov. 2008.

Biografia, Francisco JULIÃO Arruda de Paula. Disponível em:< conteudo@algosobre> Acesso em: 23 jan. 2009.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho Feminino No Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Prepared for delivery at the 1998 meeting of the LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. The Palmer House Chicago, Illinois – USA. September 24-26, 1998.

_____, Cristina. **Mulheres, Trabalho e Família**. Fundação Carlos Chagas. Séries Históricas. <www.fec.org/mulheres/séries_histórias/cao> Acesso em 09 de Abril de 2007.

_____, C. & Lombardi, M. R. **Banco De Dados Sobre O Trabalho Das Mulheres**. Fundação Carlos Chagas. Series Históricas, 2004. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmt.html>. Acesso em 01 fev. 2009.

BUONICORE, Augusto. **“História do Movimento Sindical no Brasil”**. Das Origens à Fundação da CUT, 2007.

CASTRO Mary Garcia, **Feminismo e Democracia**, mimeo. 1990.

_____, **Gênero e Poder: no espaço institucional**. Revista Estudos Feministas, Ano 03, Nº 1/95. Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Santa Catarina. SC, 1º Semestre de 1995.

CFEMEA. **GUIA DOS DIREITOS DA MULHER**. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1996.

CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará – Centenário de sua fundação – 1864/1964**. Origem e desenvolvimento do comércio paraense a partir do século XVII, Belém, Imprensa Universitária do Pará, 1964.

COIMBRA, Creso. **A revolução de 30 no Pará: análise e interpretação da história**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

DI PAOLO, Darcy Flexa. **Os Estivadores do Pará no Movimento Sindical Brasileiro**. Um Estudo Sociológico. Edições CEJUP-CEPAS, Belém, 1986.

DUARTE, Constância Lima. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens – Introdução e Notas – Nísia Floresta Brasileira Augusta.** Coleção Biblioteca da Educação. Série 3 - v. 3 – Editora Cortez, São Paulo, 1989.

DURKHEIM, Émile. **A DIVISÃO SOCIALDO TRABALHO.** 1º Volume. Editorial Presença – Portugal. Livraria Martins Fontes. Brasil (51-86) (1999).

ESMERALDO, Gema Galvani Silveira Leite. **O Feminismo na Sombra – Relações de Poder na CUT.** CUT Ceará, ADUFC, Edições UFC, Fortaleza, 1998.

ERUNDINA, Luiza. **Os Sindicatos na Construção do papel político da mulher.** SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

FILHO, Evaristo de Moraes. **Sindicalismo.** Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, 5489. In: ABREU Alzira Alves; BELOCH, Israel; Lattman-Weltman, Fernando; LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. (orgs.) *Dicionário Histórico–Biográfico Brasileiro.* Edição revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5v.

FONTES, Edilza. **O Pão Nosso de Cada Dia: Trabalhadores, indústria da Panificação e a Legislação trabalhista em Belém (1940-1954).** Coleção Açaí. Editora Paka-Tatu. Belém-Pará, 2002.

FRASER, Nancy. **Políticas Feministas na Era do reconhecimento: Uma Abordagem Bidimensional da Justiça de Gênero.** In BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (org). *Gênero democracia e sociedade.* São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GIULIANI, Paola Cappellin. **Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira.** In: PRIORE, Mary. (org.) História das Mulheres no Brasil, Editora Contexto, Fundação UNESP, São Paulo, 2000.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** Estudos Feministas n°. 1. Ano 2, 1º Semestre de 1994.

HIRATA, Helena Sumiko. **Divisão Sexual do Trabalho: Novas Tendências e Problemas Atuais. Gênero no Mundo do Trabalho.** I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de para a Equidade de Gênero no Brasil, Campinas/São Paulo, 26 e 27 de agosto de 1999. Edição, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. **A ERA DO CAPITAL (1848-1875).** Coleção Pensamento Crítico. 3ª Edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

_____. **A ERA DOS IMPÉRIOS (1875-1914).** Capítulo A Nova Mulher 271-306. Paz e Terra, Rio de Janeiro,

INÁCIO, José Reginaldo. **LÍDER SINDICAL – AÇÃO, TRANSIÇÃO PELO PODER E ÉTICA.** SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

LEI N°. 7.010. **NOVOS DIREITOS E DEVERES DA MULHER CASADA E DA COMPANHEIRA.** Gráfica Auriverde, Ltda. Rio de Janeiro, 1983.

LEPORACE, Márcia e FONTOURA, Natália. **Igualdade de Gênero no Trabalho e a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.** In Mercado de Trabalho, IPEA, 25 de novembro de 2004.

LOPES, Cristiane Maria Salgueiro. **Direito do Trabalho da Mulher: da proteção à promoção.** Caderno Pagu, janeiro/junho de 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **Sindicatos, Cooperativa e Democracia Política.** In REFORMA OU REVOLUÇÃO? Expressão Popular, São Paulo, 2001.

NYE, Andréa. **Uma Comunidade de Homens: O Marxismo e as Mulheres.** In Teoria Feminista e as Filosóficas do Homem. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência.** Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, 1993.

MARX, Karl. **Processo de Trabalho De Produção do Capital.** In O CAPITAL: Crítica da Economia Política. Coleção PERSPECTIVA DO HOMEM. Volume 38. Série Economia. Direção FELIX, Moacir. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

MARX, Karl. **Processo de Trabalho e Processo de Valorização.** In O CAPITAL: Crítica da Economia Política, Volume I, Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, São Paulo, Editora Victor Civita, 1983.

_____, e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Editor Martin Claret, São Paulo, 2003.

MEDEIROS, Maria Celeste Miranda. **A Mulher Comerciarista: um estudo sobre a força de trabalho feminino no comércio de Belém.** In: BRUSCHINI, Cristina. (org.) *Rebeldia e Submissão: Estudos sobre Condição Feminina*, São Paulo, Editora Vértice, 1989.

MOURÃO, Leila. **Memória da Indústria Paraense.** Fiepa - Federação das Indústrias do Estado do Pará, SESI, SENAI, Idepar, IEI, Belém, maio de 1989.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom, 1996 (org.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

PAZELLO & FERNANDES (2004) Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/. Acesso em 01/02/2009.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**, ESCRAVIDÃO – Revista Brasileira de História, 52. Projeto Scielo, CADE, CNPq, ANPUH, volume 26 N°. 52, Julho-Dezembro, 2006.

PENNA, Maria Valéria Junho. **A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA DOS TRABALHADORES E NO MOVIMENTO SINDICAL.** Cartilha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, São Paulo, 1986.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abano, São Paulo, 2003.

_____, **A Questão de Gênero na Ciência Política Brasileira – a história de uma ausência**. Digitado, 1998.

PITKIN, H. F. **O Conceito de Representação**. In: CARDOSO, F. H. & MARTINS, Carlos Estevam. POLITICA & SOCIEDADE, Vol 2, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1983, p. 8-22.

POCHMANN, Márcio. **Capitalismo Tardio e Sindicalismo Brasileiro**. SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

QUEIROZ, Antonio Augusto de. **Movimento Sindical: passado, presente e futuro**. SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

RAGO, Margareth. **Trabalho Feminino e Sexualidade**. In: PRIORE, Mary. (org.) História das Mulheres no Brasil, Editora Contexto, Fundação UNESP, São Paulo, 2000.

RAMOS, José Calixto. **Estrutura Sindical Brasileira - Origem e Evolução**. SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

REGINI, M. In: Bobbio, N. MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília, EdUnB, 13ª Ed., 2007.

ROCHA, Ana. **Camille Claudel, entre a genialidade e a loucura**. In Presença da Mulher. Editora Anita Ltda. São Paulo, 1997, Nº 30, 39-41.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. Coleção Repensando a Geografia. Coordenador OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, Editora Contexto, São Paulo, 1988.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Sindicato**, 5491 DHBB. In ABREU, Alzira Alves, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, 2001.

_____. **Destino do Sindicalismo**, Universidade de São Paulo, Iedusp, São Paulo, 2002.

SAES, Décio. **Uma interpretação Marxista da Evolução do Estado no Brasil**. In CONCEPÇÕES E FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** In Marxismo e Feminismo, Dossiê Crítica Marxista, UNICAMP/SP, Nº. 12, 2000.

_____, **Gênero e Patriarcado: A Necessidade da Violência**. In: CASTILLO-MARTIN, Márcia. & OLIVEIRA, Suely de (Orgs.) MARCADAS A FERRO; VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Política Para as Mulheres, 2005, 260.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. Governo do Estado do Pará, Instituto de Artes do Pará, Programa Raízes. Belém, 2005.

SANTOS, Delze dos. **Sindicalismo Rural: Luta Pela Posse da Terra e Contra a Exploração do Trabalhador do Campo**, SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **A Economia do Estado do Pará. Belém, IDESP – Governo do Estado do Pará. Coordenadoria de Documentação e Informação, Série Relatórios de Pesquisa, 10, Belém, 1978.**

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Coleção Açafá. Editora Paka-Tatu. Belém, 2000.

SCOTT, Joan W. **Gênero Uma Categoria Útil para Análise Histórica**, Digital, Recife SOS Corpo, 1991 Texto original: Gender: and Useful Category of Historical Analyses. Gender and the Politics of History, New York. Columbia University Press. 1989.

_____. **A Mulher Trabalhadora**. In FRAISSE G. & PERROT M (orgs.) História das Mulheres no Ocidente. O século XIX. Porto. Edições Afrontamento Ltda. 1991. V. 4, p.475.

Sindicato – Indicadores Sociais 2001. IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, 2002, 257 p.

SOARES, Sebastião. **Influências Estrangeiras na Formação do Sindicalismo Brasileiro**. SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA LOBO, Elisabeth. **A CLASSE OPERÁRIA TEM DOIS SEXOS: Trabalho, Dominação e Resistência**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1991.

STEINKE, Adriane Lemos. O SINDICALISMO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj>> Acesso em 18 de fevereiro de 2007.

SUÁREZ, Mireya. **Gênero: Uma Palavra para Deconstruir* Idéias e Um Conceito Empírico e Analítico**, I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de para a Equidade de Gênero no Brasil, Campinas/São Paulo, 26 e 27 de agosto de 1999. Edição, 2000.

TROPIA, Patrícia Vieira. **Sindicalismo Comerciário: Retaguarda e Conservadorismo Político**. Cad. AEL, v. 7, nº. 12/13, 2000.

TOSCANO, Moema. **MULHER: TRABALHO E POLÍTICA: Caminhos Cruzados do Feminismo**. Companhia Editora Americana. Rio de Janeiro, 1986.

VASCONCELOS, João Paulo Pires de. **DÉCADA DE 1960: A CONSTRUÇÃO E OS EFEITOS DE UM GOLPE**. SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS? Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

VEIGA, Hecilda Mary. **A REDEMOCRATIZAÇÃO EM BELÉM (1945-1947)**. Série Recuperação Histórica 1. Suyá Produções Gráficas Ltda. Belém-Pará, 1984.

VIEIRA, Manoel Frederico. **CUSTEIO DAS ENTIDADES SINDICAIS: HISTÓRIA SEM FIM. SINDICALISMO NO BRASIL: OS PRIMEIROS 100 ANOS?** Organização: INÁCIO, José Reginaldo. Crisálida, Belo Horizonte, 2007.

YANNOULAS, Silvia. **Estudo sobre Questões de Gênero na Reforma Sindical.** In Perspectivas e Críticas Feministas sobre as Reformas Trabalhista e Sindical. Brasília CFMEA, FIG CIDA, 2006.

YOUNG, Iris Marion. **REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, IDENTIDADE E MINORIAS.** Editora Lua Nova, São Paulo, 139-190, 2006.

Documentos e impressos:

A CLASSE OPERÁRIA. Órgão do Partido Comunista do Brasil, Ano 82 – Especial – Setembro de 2007.

A Voz do Caixeiro. Ano I, nº. 1, Belém, 9 de fevereiro de 1890 – Biblioteca do CENTUR.

Caderno do CES - 01 – **A Nova Constituição e as Mudanças no Sindicalismo Brasileiro.** Centro de Estudos Sindicais. Gráfica do Sindicato dos Securitários de São Paulo, Outubro de 1988.

Caderno do CES - 02 – **Uma Proposta de Estatuto Democrático para os Sindicatos.** Centro de Estudos Sindicais. Editora Jornalística AFA, São Paulo, Fevereiro de 1989.

Caderno de Textos. **Gênero e Diversidade. Oportunidades Iguais e Respeito às Diferenças.** UCEL – Universidade Corporativa Eletronorte. 2007.

DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Coordenadoria de Promoção dos Direitos da Mulher. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Governo do Estado do Pará. Digitado. Belém, Fevereiro de 2008.

1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da MULHER – Igualdade para as brasileiras. Partido Comunista do Brasil. São Paulo, setembro de 2007. Secretaria Nacional da Mulher/PCdoB. Fórum Nacional Permanente.

O Empregado do Comércio, Ano I, Nº 1, Belém, 15 de Agosto de 1890, Biblioteca do CENTUR.

7. Anexos (documentos, material de pesquisa, fotos)

ANEXOS

01. Carta desta pesquisadora ao SEC/PA:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO – CIÊNCIAS SOCIAIS
Ao Senhor
Ivan Duarte Pereira
Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará
NESTA

Belém, 19 de novembro de 2007.

Senhor Presidente do **Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará**,

É do seu conhecimento que estou elaborando uma Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre com a denominação: **Mulher Comerciária e Sindicalismo: Relações de Gênero ou Relações de Poder?**

Embora já tenha manifestado, solicito diligência, caso contrário não haverá sucesso no referido Projeto. Tendo como objeto de investigação a participação sociopolítica das mulheres comerciantes e as relações de poder nas estruturas de direção do **Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará**, considerando o período de 1999 a 2005. Dependendo de conhecer a documentação do Sindicato e empentio dos diretores. É de seu conhecimento que o Sindicato fundado em 30 de outubro de 1926 somente em 1954, quando

o sindicalista Vial da Silva Mota surge uma primeira mulher com cargo na direção da categoria, a comerciária **Guilomar Gonçalves Moreira** como segunda Secretária. De 1926 a 2006, em quarenta e três anos foram quatorze gestões consecutivas e a grande maioria dos participantes são trabalhadores homens, com rara presença feminina. Ao longo desses 43 anos foram 116 homens ocupando cargos de direção e 15 mulheres, entre as quais uma Presidente: **Maria Dionéia Ribeiro dos Reis** – Gestão 1994/1998, reconduzida a Presidência em 1998/2002, e até hoje presta serviços de direção sindical à categoria.

Na gestão de Dionéia assim como nas posteriores se observa um incremento de mulheres, entre elas: **Vera Lucia Pacheco, Gracilene Costa da Silva, Luzia Ribeiro de Melo, Vanilza F. Pereira, Alice B. Amaral, Karla Daniele do E. Santo Souza, Sílvia Aparecida de Souza, Lucicleide da Silva Ribeiro,** atuais diretoras. É fundamental a contribuição dessas mulheres em responder o Questionário em anexo. Igualmente necessário da contribuição de sindicalistas homens que estão à frente do Sindicato, como o

próprio Presidente **Ivan Duarte Pereira** e os diretores **Virgílio Nunes Silvestre, Jurandir Araújo de Albuquerque, José Maria Oliveira Garcia, Manoel Raimundo Gomes Pinto, Arminhos Pereira da Silva, José Antônio Varela da Silva, Manoel Gonçalves de Oliveira e Danil Silva Tavares**. Pois meu trabalho sociológico trata de relações de gênero. Necessito também de informações do período citado, as atas, as convenções coletivas, os boletins, os cadastros para aferir o percentual de mulheres sindicalizadas em relação aos trabalhadores homens no Sindicato ou na base da categoria, entre outros elementos.

O tempo é curto. Solicito encarecidamente ao Presidente encaminhar as diretoras/es esta solicitação para que os Formulários em anexo sejam preenchidos na maior brevidade, o que desde então agradeço. Só assim poderei concluir o meu trabalho que será também apresentado ao Sindicato.

Tudo de bom...

Eneliá Cândido Guimarães dos Santos
Eneliá Cândido Guimarães dos Santos

Aluna da Pós Graduação de Ciências Sociais da UFPA



Sindicato dos Empregados no
Comércio do Estado do Pará
Ivan Duarte Pereira
Presidente

3-12-07
RECEBIDA EM

02. Convenção Coletiva – 1º/03/2000.



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DO ESTADO DO PARA-SECIPA



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2000

Sede Própria: Rua João Diniz, 498 - (Praça da Bandeira) - CEP: 66.015.100 - Belém - Pará
 Fone: (01) 3243 - 59 28 / Fone/Fax: (01) 3241 - 11 72 - (01) 3241-6653
 E-Mail: scipa@nautilus.com.br - Site: www.scipa.com.br

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ, O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE ANANDEUA-PA E O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARÁ, E DE OUTRO LADO, A FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARÁ, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS INFRA FIRMADOS, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

DATA BASE DE 1º DE MARÇO DE 2000

CLÁUSULA 1 - REAJUSTE SALARIAL - Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados em 1º de Março de 2000 mediante a aplicação do percentual de 9% (Nove Por Cento) calculado sobre os salários vigentes em 1º de Março de 1999, correspondendo tal percentual à variação acumulada integral do INPC (IBGE) no período de Março de 1999 a Fevereiro de 2000, acrescida de aumento real, ficando fixado às empresas a dedução dos aumentos espontâneos concedidos durante o período de 01.03.99 a 29.02.00.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O reajuste acima especificado será aplicado apenas sobre os salários fixos ou partes fixas de remuneração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com o presente reajustamento as entidades sindicais profissionais supra identificadas declaram expressamente estarem quitadas e repostas todas as perdas salariais porventura havidas até 29.02.00, dando por cumprida integralmente a legislação salarial hoje vigente, e reconhecendo inexistirem diferenças salariais em favor dos obreiros anteriores a 1º de março de 2000.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Pela data de celebração da presente convenção, fica permitido às empresas elevarem o pagamento das vantagens previstas nesta cláusula, relativas aos salários de março e abril de 2000, juntamente com o salário do mês de maio/00, uma vez que o reajustamento disposto na presente data base não possibilita o pagamento temporário.

PARÁGRAFO QUARTO - Os empregados admitidos após o mês de março de 1999 terão na presente data base somente reajustamento proporcional, calculado segundo os percentuais da tabela abaixo, aplicados sobre os salários vigentes no mês de admissão, encontrando-se, assim, o salário devido para o mês de março.

Empregados admitidos em	Porcentagem
em Abril/99	5,71%
em Maio/99	5,21%
em Junho/99	5,16%
em Julho/99	5,08%
em Agosto/99	4,31%
em Setembro/99	3,74%
em Outubro/99	3,34%



 (Carimbo)

"	"	"	Novembro/99	2,36%
"	"	"	Dezembro/99	1,40%
"	"	"	Janeiro/00	0,66%
"	"	"	Fevereiro/00	0,05%

CLÁUSULA II - COMISSÕES AJUSTADAS - Os empregadores obrigam-se a especificar no contrato de trabalho de seus empregados comissionistas a comissão ajustada.

CLÁUSULA III - QUEBRA DE CAIXA - Os empregados operadores de caixa que trabalhem em empresas que descontam diferenças em dinheiro, a menor, farão jus a um adicional no valor de R\$11,50 (Onze Reais e Cinquenta Centavos).

CLÁUSULA IV - SALÁRIO PROFISSIONAL - O Salário Profissional da categoria é de R\$230,00 (Duzentos e Trinta Reais) a contar de 1º de Março de 2000.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O salário profissional será devido aos empregados que percebam apenas salário fixo, e que sejam exercentes das seguintes funções: balconista; cobrador; auxiliar de escritório; escriturário; auxiliar de contabilidade; mecanógrafo; datilógrafo; futurista; analista de crédito; kardexista; almoxarife; encarregado de estoque; estocquista; caixa; montador; secretária e recepcionista.

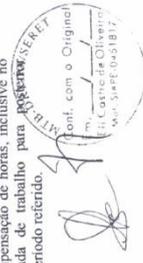
PARÁGRAFO SEGUNDO - O Salário Profissional de que trata esta cláusula, sujeita-se às seguintes condições:

- a) Os portadores de diploma profissional, expedido por estabelecimento de ensino reconhecido pelos Ministérios da Educação e/ou do Trabalho, perceberão o salário profissional após noventa dias de trabalho na mesma empresa
- b) Os empregados que não possuírem os diplomas de que trata a alínea anterior, perceberão o salário profissional após terem trabalhado, pelo menos, um ano na mesma especialidade e no mesmo ramo de negócio comprovado pela CTPS.

CLÁUSULA V - SALÁRIO MISTO - Os exercentes das funções de balconista, vendedor e vendedor-balconista, que perceberem comissões, terão salário fixo, no mínimo, no valor de R\$136,00 (Cento e Trinta e Seis Reais), a contar de 1º de Março/00, independentemente do salário variável contratado, garantida a remuneração mínima (fixo mais comissões), igual ao salário profissional de que trata a cláusula anterior.

CLÁUSULA VI - HORAS EXTRAS E BANCO DE HORAS - As primeiras duas horas extras diárias serão remuneradas com acréscimo de 50% (Cinquenta Por Cento), e as demais com 60% (Sessenta Por Cento), sobre o valor da hora de trabalho normal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica ajustado que as empresas não remunerarão os acréscimos salariais (adicionais) previstos no caput desta cláusula se o excesso de horas de um dia for compensado pela correspondente diminuição da(s) jornada(s) de trabalho de outro(s) dia(s), na sistemática denominada "Banco de Horas", de tal forma que não exceda, no período máximo de 100 (Cem) dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, ficando, assim, facultado às empresas, a prorrogação/compensação de horas, inclusive no procedimento da preliminar diminuição de horas/jornada de trabalho para prorrogação, em regime de compensação-fiscal dentro do período referido.



2

CLÁUSULA VII - INDENIZAÇÃO ADICIONAL - O empregado que for despedido, sem justa causa, até trinta dias antes da data base da categoria, fará jus à indenização adicional de um mês de salário, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA VIII - SALÁRIO DO SUBSTITUTO - O salário do empregado substituído será igual ao do substituído, excluídas as vantagens pessoais, desde que a substituição não seja meramente eventual.

CLÁUSULA IX - QUINHÊNIOS - As empresas pagarão aos seus empregados gratificação adicional por quinquênios de serviços na mesma empresa, igual a 5% (Cinco Por Cento) do salário profissional, até no máximo de 35% (Trinta e Cinco Por Cento), devendo este montante integrar a remuneração para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA X - EMPREGADO ACIDENTADO - O empregado afastado do serviço por acidente de trabalho terá a estabilidade provisória prevista em lei, quando do retorno, desde que esse afastamento tenha sido igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA XI - EMPREGADO QUE RETORNA DO SERVIÇO MILITAR - Será assegurado garantia de emprego, até 60 (sessenta) dias, ao empregado que retornar do serviço militar obrigatório.

CLÁUSULA XII - EMPREGADA GESTANTE - À empregada gestante será assegurado estabilidade provisória, nos termos do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A empregada que receber aviso prévio deverá, no curso do mesmo, apresentar atestado médico comprobatório da gravidez, devendo a empresa tomar sem efeito dito aviso prévio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em sendo indenizado o aviso prévio, a comprovação de que trata o parágrafo anterior deverá efetuar-se antes de ser concretizado o efetivo desligamento da gestante, para fins de sua continuação no emprego.

CLÁUSULA XIII - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - Fica vedado o contrato de experiência aos empregados que já tenham trabalhado anteriormente na mesma empresa e na mesma função, por prazo superior a um ano.

CLÁUSULA XIV - SANITÁRIOS MASCULINOS / FEMININOS E ÁGUA POTÁVEL - As empresas providenciarão em seus estabelecimentos, bebedouros ou equivalentes de água potável, bem como sanitários masculinos e femininos, quando seus empregados forem de ambos os sexos.

CLÁUSULA XV - CARTAS DE REFERÊNCIA - As empresas serão obrigadas a fornecer cartas de referência aos seus empregados despedidos, quando a demissão ocorrer a pedido ou sem justa causa, se solicitada pelo interessado.



3

CLÁUSULA XVI - UNIFORMES GRATUITOS - As empresas fornecerão, gratuitamente, quando de uso obrigatório, pelo menos dois uniformes por ano a seus empregados.

CLÁUSULA XVII - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - Quando os serviços forem realizados em condições insalubres e que exijam equipamentos de proteção individual, tais como aqueles realizados em depósitos de carga pesada, almoxarifados em idênticas situações e câmaras, e ainda outros definidos nas Normas Regulamentadoras sobre a espécie, comprometer-se os empregadores a fornecerem gratuitamente, todo o equipamento de proteção individual exigido pelas referidas NRS.

CLÁUSULA XVIII - COMPROVANTES DE PAGAMENTO - As empresas fornecerão aos seus empregados, comprovantes de pagamento nos quais constem os salários recebidos, horas extras, comissões, adicionais, descontos especificados, além de outros títulos que acresçam ou onerem a remuneração.

CLÁUSULA XIX - EMPREGADOS ESTUDANTES / FALTAS ABONADAS - Consideram-se abonadas as faltas dos empregados estudantes, quando decorrentes do comparecimento às provas escolares prestadas em estabelecimentos de ensino oficial ou oficializado, desde que avisado o empregador com antecedência de 48 horas da realização da prova e posterior comprovação em igual prazo.

CLÁUSULA XX - DESCONTOS DE CHEQUES SEM FUNDOS - As empresas não poderão descontar de seus empregados caixas, vendedores ou balconistas, o valor de mercadorias pagas com cheques devolvidos por insuficiência de fundos, ou outro motivo, desde que obedecidas pelo empregado as normas estabelecidas pela empresa.

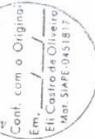
CLÁUSULA XXI - DELEGADO SINDICAL - Fica instituído e reconhecido o delegado sindical com garantia de emprego contra despedida imotivada, em número de 01 (um) para cada município abrangido pela entidade sindical obreira de primeiro grau, escolhido em assembleia geral na base de representatividade da entidade, sendo estipulado que a garantia só terá efeito na exata ocasião em que a empregadora for notificada expressamente da eleição.

CLÁUSULA XXII - RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E FGTS - As empresas estabelecidas fora do Estado do Pará, ficam obrigadas a recolher a contribuição sindical, previdência social e FGTS, referentes a empregados e empregadores, no município do Estado onde tenha filial ou representação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Possuindo a empresa várias filiais no Estado do Pará, os recolhimentos de que trata esta cláusula poderão ser centralizados em Belém.

CLÁUSULA XXIII - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PROFISSIONAL - Para a manutenção do Sistema Confederativo de Representação Sindical Profissional, as empresas deverão proceder como abaixo exposto:

a) Farão descontar diretamente dos salários dos seus empregados, em folha de pagamento, o valor que corresponder a 02% (dois por cento) do total da folha, a título de Contribuição Confedrativa Profissional, a contar do mês de Março de 2000.



4

b) Os recolhimentos da contribuição de que trata a alínea anterior (Contribuição Confedrativa Profissional) deverão ser feitos em guia expedida pelo sindicato acordante, com a indicação da conta e agência bancária correspondente, ou diretamente em sua Tesouraria.

c) Por se tratar de Contribuição de cunho Confederativo, fica estipulado que 5% (cinco por cento) do montante arrecadado caberá à Confederação Nacional respectiva e 15% (quinze por cento) caberá à Federação Estadual também respectiva;

d) O prazo para recolhimento das contribuições confederativas será até o décimo dia do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contribuição prevista nesta cláusula foi aprovada em assembleia geral da categoria em que os não associados tiveram direito à presença, voz e voto, além de todos os benefícios assistenciais que forem oferecidos pelo sindicato profissional (assistência jurídica, médica, odontológica, funerária, etc.) serem devidos a todos os integrantes da categoria, sem distinção entre associados ou não.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado, aos empregados que não concordarem com o desconto em seus salários previsto na presente cláusula, o direito de oposição ao mesmo a qualquer tempo, bastando para isso manifestarem-se por escrito ao sindicato obreiro, ficando o sindicato nessa hipótese obrigado à devolução da última quantia descontada e recebida e a notificar a empresa para não mais efetuar qualquer desconto a esse título.

CLÁUSULA XXIV - MULTA - Fica estipulado multa no valor de R\$10,00 (Dez Reais), que reverterá em favor da parte prejudicada, a ser paga pela parte de descumprir qualquer cláusula desta convenção, observado o disposto no art. 619, c/c o art. 622, todos da CLT.

CLÁUSULA XXV - OBRIGAÇÃO DE CUMPRIMENTO - As empresas se obrigam ao cumprimento da presente convenção, ficando cientes que, por se tratar de norma de relações de trabalho, estão sujeitas à fiscalização do Ministério do Trabalho, que em caso de descumprimento poderá autuar e multar, seja por não aplicação, recolhimento de contribuições ou reajustamentos.

CLÁUSULA XXVI - MENSALIDADE SOCIAL - As empresas efetuarão os descontos em folha de pagamento das mensalidades de associados ao sindicato profissional, mediante autorização expressa dos mesmos, repassando os valores até o dia 10 do mês seguinte ao desconto.

CLÁUSULA XXVII - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - De acordo com o valor do capital social, mediante enquadramento em tabela por faixas de capital a ser divulgada pela Federação do Comércio do Estado do Pará, as empresas, apenas no mês de Junho de 2000, pagarão Contribuição Assistencial Patronal, através de guia bancária remetida pela entidade.

CLÁUSULA XXVIII - ABRANGÊNCIA - A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange somente os municípios do Estado do Pará onde existam sindicatos profissionais representativos dos trabalhadores, no que se refere, sejam específicos ou coletivos.



5

TERMO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO

DE CONFORMIDADE COM O DESPACHO DO SR. DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARÁ, EXARADO NO PROCESSO DRT-PA/Nº 46222-04/987/2000, DE 03.05.2000, A PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, FOI DEPOSITADA NESTA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO E ARQUIVADA NO ARQUIVO DE ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO, FOLHAS Nº 0632 A 0637 ORDEM Nº 10, PASTA DE MAIO/2000, DE ACORDO AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 614 E 615, § 1º DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE TRABALHO (CLT) E ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 865/MTB DE 14.09.95, RESSALVANDO-SE "QUE AS DISPOSIÇÕES DO PRESENTE INSTRUMENTO QUE INFRINGIREM AS NORMAS LEGAIS VIGENTES ESTARÃO SUJEITAS A DENÚNCIA À PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DE ACORDO COM A LEI Nº 734/85 E LEI COMPLEMENTAR Nº 75/88, PARA DECRETAÇÃO DE NULIDADE."

BELEM, 05 DE MAIO DE 2000

Francisco D.C. Vasconcelos

Mat. SIAPE nº 01175274

Wilson Rodrigues Figueiredo

Delegado Regional do Trabalho no Pará

caso dos trabalhadores que pertençam às categorias profissionais do comércio inorganiadas em sindicato, e dos trabalhadores no comércio do Município de Ananindeua-PA, que são abrangidos por esta convenção através da Federação obreira acordante e do Sindicato Profissional da localidade citada, respectivamente.

CLÁUSULA XXIX - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL - Somente no mês de maio de 2000, além da Contribuição Contederativa, as empresas também descontarão dos seus empregados, em folha de pagamento, a quantia equivalente a 2% (dois por cento) do total da folha, que deverão recolher em favor das entidades sindicais profissionais acordantes, aplicando-se o expresso nos parágrafos 1º, e 2º, da Cláusula XXIII a presente cláusula.

CLÁUSULA XXX - DIA DO COMERCÁRIO - Para dar ao comerciário uma compensação pela passagem do seu dia, comemorado no dia 30 de Outubro de cada ano, as empresas inorganiadas em sindicato representadas pela entidade sindical patronal acordante (Fecomércio), apenas do Município de Belém, não abrirão suas portas na segunda-feira do mês de Outubro que coincidir com o Recinto de Nossa Senhora de Nazaré.

CLÁUSULA XXXI - DATA BASE E VIGÊNCIA - A Data Base da categoria obreira é mantida em 1º de Março de cada ano, e a presente convenção terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 1º de março de 2000 e terminando em 28 de fevereiro de 2001.

Belém, 02 de maio de 2000.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPA

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE ANANINDEUA-PA

Wilson Rodrigues Figueiredo
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARÁ
Francisco D.C. Vasconcelos
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARÁ.



03. Fotos.



Posse da Diretoria do SEC/PA – Gestão 2002-2006 no momento solene do juramento, tendo à direita a presidente Maria Dionéia sentada, usando uma cadeira de rodas.



Diretores do SEC/PA no lançamento do livro Trabalhadores do Comércio no Movimento Sindical Paraense de Haroldo Barros, realizado na Câmara Municipal de Belém.



Manifestação do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Supermercado, presentes José Francisco e Vera Lucia.



A Diretora do SEC/PA Vera Lucia - Coordenadora da Mulher da CGT no município de São Miguel do Guamá.

04. Capa da revista CGT Mulher com Vera Lucia no centro.



05. Material Publicitário.

SÃO REQUISITOS BÁSICOS PARA TER DIREITO AOS BENEFÍCIOS

TODOS OS ASSOCIADOS E DEPENDENTES ESPOSOS (A) OU COMPANHEIRO(A), FILHOS MENORES DE 14 ANOS COM A CARTEIRA DO SINDICATO)

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

↳ **TITULAR:** 2 fotos 3x4, Carteira de Trabalho e Contra cheque (ultimo).

↳ **DEPENDENTES:** 1 foto 3x4, Xerox da Identidade, ou da Certidão de Nascimento ou Casamento.



Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado do Pará

Rua João Diogo, 498, (Praça da Bandeira)
Comércio - Belém - Pará.
CEP: 66015-160
Fone: (91) 3241-1172
E-mail: secpa@nautilus.com.br
www.secpa.com.br

Sub-Sede Santa Izabel e Região
Rua 07 de Janeiro, 2000 - Juazeiro
Santa Izabel - Pará.
CEP: 68790-000
Fone: (91) 3744-5933
E-mail: secizabel@oi.com.br
www.secpa.com.br

Subsede Goianésia e Região
Trav Tiradentes, 148 - Centro.
Goianésia - Pará.
CEP: 68639-000
Fone: (94) 3779-0291
E-mail: secgoianesia@oi.com.br
www.secpa.com.br

Subsede Tucuruí e Região
Trav Magalhães Barata, 164 - Matinha
Tucuruí - Pará.
CEP: 68.455-000
Fone: (94) 3778-8375
E-mail: sectucuruí@oi.com.br
www.secpa.com.br

Subsede Altamira e Região
Av Djalma Dutra, 1425 - Centro
Altamira - Pará.
CEP: 68.371-405
Fone: (93) 3515-0765
E-mail: secaltamira@oi.com.br
www.secpa.com.br

Subsede Jacundá
Av Cristo Rei, 327 - Boa Esperança.
Jacundá - Pará.
CEP: 68590-000
Fone: (94) 3345-1288
E-mail: secjacuda@oi.com.br
www.secpa.com.br



SEC - PA

8

Décadas

A SERVIÇO DO TRABALHADOR
COMÉRCIARIO DO PARÁ

Oferecemos:

CURSOS:

- Informática
- Saúde do Trabalhador
- Qualidade no Atendimento
- Telemarketing

ASSISTÊNCIA MÉDICA:

- Ginecologia
- Clínica em Geral
- Odontológico
- Exames Laboratoriais

ASSISTÊNCIA JURÍDICA:

- Trabalhista
- Data Base

LAZER:

- Sede Campestre

PROGRAMAÇÃO

ASSISTÊNCIA MÉDICA

➤ **Ginecologia e Clínica em Geral**
Nas 4ª Feiras
14:00h as 18:00h

➤ **Odontologia**
Nas 2ª, 3ª, 5ª e 6ª Feiras
08:00h as 09:00h

Nas 3ª e 5ª Feiras
16:30h as 17:30h

Nas 4ª Feiras - Hora Marcada -
18:00 as 20:00hs.

Nas 6ª Feiras - Hora Marcada
18:00 as 20:00h
OBS: O atendimento odontológico é inteiramente grátis.

➤ **Exames Laboratoriais**
Fazes, urina, sangue e preventivo (PCCU) inteiramente grátis.
Obs: As demais Consultas e exames de especialidades o Sindicato cobre 50%

➤ **Preenchimento de CAT**
(Comunicação de Acidente de Trabalho)
Orientação geral na área
Cursos e palestras sobre segurança e saúde do trabalhador

ASSISTÊNCIA JURÍDICA

➤ **TRABALHISTA**
Homologações, Rescisão Contratual.

LAZER

➤ **Sede Campestre**
PISCINAS, CAMPO DE FUTEBOL, ARENA DE VÔLEI, SALÃO DE DANÇA, ETC...

OBS.: Acesso livre para associados e dependentes.

CURSOS

➤ **Informática**
PROMOVEMOS CURSOS MENSAIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM INFORMÁTICA NOS MÓDULOS:

- ⇒ BÁSICO
- ⇒ VANÇADO
- ⇒ COMPUTAÇÃO GRÁFICA
- ❖ TAXA ÚNICA POR CURSO
- ❖ 3h DIÁRIAS
- ❖ SALA CLIMATIZADA

➤ **Saúde do Trabalhador**
PROMOVEMOS CURSOS E PALESTRAS A FIM DE ORIENTAR E INFORMAR OS TRABALHADORES EM SAÚDE E SEGURANÇA NOS AMBIENTES E PROCESSOS DE TRABALHO.

- ⇒ Mapeamento análise de risco no local de trabalho
- ⇒ Doenças relacionadas ao trabalho
- ⇒ Legislação acidentária, preenchimento de CAT, etc...

➤ **Qualidade no atendimento**

➤ **Telemarketing**
CURSOS PARA QUALIFICAR E/OU REQUALIFICAR O TRABALHADOR COMÉRCIARIO E SEUS DEPENDENTES NO MERCADO COMPETITIVO DE TRABALHO.

CONHEÇA SEUS DIREITOS

Faça uma visita à Sede Social do Sindicato e garanta a sua participação e bem estar de sua família.

OBS: Com uma pequena taxa de contribuição que já é descontado do seu salário você tem direito a todos os esses benefícios.

SEC-PA

8

Décadas

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO
COMÉRCIO DO ESTADO DO PARÁ

DEFENSOR DOS INTERESSES GERAIS DA CLASSE
FUNDADO EM 30 DE OUTUBRO DE 1926

Filiado A Federação dos Trabalhadores do
Comércio do Estado do Pará e Amapá -
FETRACOM

Rua João Diogo, Nº 498, (Praça da Bandeira) -
Comércio - Belém - Pará
CEP: 66015-160
☎ 3241-1172 / 3223-5928
E-mail: secpa@nautilus.com.br
CGC (MF) 04.975.652/0001-00
www.secpa.com.br

06. Exemplar do Questionário para Líderes Sindicais:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PROJETO DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ENEIDA CANÊDO GUIMARÃES DOS SANTOS – Área Sociologia

Orientadora Dra. Maria Luzia Miranda Álvares – Prof^ª Associada 1

Mulher Comerciarista e Sindicalismo: Relações de Gênero ou Relações de Poder

Questionário para Líderes Sindicais

Secção A – Identificação

1- Nome (ou iniciais):																							
Data de Nascimento: ____/____/____																							
1-2- Filiação: Pai				Mãe:																			
1-3- Profissão				Profissão:																			
2- Faixa Etária																							
<input type="checkbox"/> 20 – 30		<input type="checkbox"/> 30 – 40		<input type="checkbox"/> 40 – 50		<input type="checkbox"/> Mais de 50																	
3- Naturalidade																							
<input type="checkbox"/> Paraense		Município: _____		Estado: _____		No PA desde: _____																	
4- Estado Civil																							
<input type="checkbox"/> Casado(a)		<input type="checkbox"/> Solteiro(a)		<input type="checkbox"/> Viúvo(a)		<input type="checkbox"/> Divorciado(a)		<input type="checkbox"/> Outro															
4-1- Profissão da/o esposa/o ou companheiro/a:																							
5- N° de Filhos/as																							
<input type="checkbox"/> Nenhum		<input type="checkbox"/> 1 Filho(a)		<input type="checkbox"/> 2 Filhos(as)		<input type="checkbox"/> 3 Filhos(as)		<input type="checkbox"/> Mais de 3 Filhos(as)															
6- Escolaridade (especificar o curso)								incompleto		Completo													
1º Grau																							
2º Grau:																							
3º Grau:																							
4º Grau:																							
7-Religião								Católica		Espírita		Adventista		Evangélica		Fest-Jeov		Umbanda		N-T-N-		Outras:	

Secção A1 – Dados socioeconômicos

1- Primeira atividade remunerada: Setor	
1.1. Idade	
1.2. Salário da época - Sim () Não () Quanto	
2.1 Primeira experiência no setor comércio:	
2.2 Idade -	
2.3. Ano -	
2.4. Atividade realizada -	
2.5. Salário da época - Sim () Não () Quanto	

3.1. Experiências em outros setores – Não ()				
Sim () Qual				
3.2. Ano:				
3.3. Atividade realizada -				
4. Trabalho remunerado atual: Sim () Não ()				
4.1 – O que faz -				
5.1 – Está aposentada: Sim () Não ()				
5.2 – O que faz para aumentar a renda familiar:				
6. Renda Pessoal				
() De 2- 4SM	() De 4 - 6 S- M	() De 6- 8 SM	() De 8 A 10 S- M	() Acima de 10 S- M-
7. Mora com parentes: Sim () Não ()				
7.1 – Filhos () Marido () Irmãos/as () Outros . Quem?				
8.1. Renda Familiar				
() De 2-4SM	() De 4 -6 S M	() De 6- 8 SM	() De 8 A 10 S M	() Acima de 10 S- M-
9. Ocupação principal atual:				
10. Você era popular (conhecido/a) no seu local de trabalho? Em que nível?				
Alto		Médio		Baixo
Não sabe				
11. Em que bairros de Belém você tem morado				
11.1. Com seus pais - -----				
11.2. Com seu marido/companheiro/a e filhos/as -				
11.3. Nos dias atuais -				
12 – A casa em que você morava era: Própria () Alugada ()				
12.1. Com seus pais - - Própria () Alugada ()-				
12.2. Com seu marido/companheiro/a e filhos/as – Própria () Alugada ()				
12.3. Nos dias atuais - Própria () Alugada ()				

Seção B – Trajetória Política

1. Você fez parte de alguma associação estudantil?				
(...) Sim. Qual?		Não		
2. Como se deu o seu primeiro contato com essa associação?				
2. Você participou ou participa de algum movimento social?				
(...)Sim.Qual?		Não		
3. Como se deu o seu primeiro contato com esse movimento?				
4. Você participou ou participa de algum movimento da igreja?				
(...) Sim. Qual?		Não		
5. Como se deu o seu primeiro contato com esse movimento.				
6. Você participou ou participa de alguma associação comunitária?				
(...) Sim. Qual?		Não		
7. Como se deu o seu primeiro contato com essa associação?				
8. Você participou ou participa de algum sindicato?				
(...) Sim. Qual?		Não		

9. Como se deu o seu primeiro contato com esse sindicato?

10. Num desses movimentos você participou em que condição:

Criou o movimento		Membro da diretoria		Outro. Qual?
Membro militante				

11. Desde quando você é sindicalizada (o)

Ano:

12- Você é filiado/a a algum partido político?

(...) Sim. Qual? Não

13. Como se deu o seu primeiro contato com esse partido?

14. Você já concorreu como candidato/a desse partido?

Sim () Não ()

15. Você já foi eleito

Sim () Não ()

16. Qual cargo:

Executivo Municipal (.....); Executiva Estadual (); C.M. (); AL (); CD ()

Nenhuma Outro

Seção C – Atividades Profissionais no Comercio

1. Você fez algum curso de capacitação para qualificação das atividades no comercio?

Não () Sim ()

Qual:

1.1. Nome do curso:

1.2. Ano:

1.3. Quem promoveu:

2. Em quais empresas de comercio você trabalhou?

2.1. Nome das empresas:	2.2. Anos:	2.3. Nº de empregados/as:

3. Quais atividades/funções você exercia?

4. Em uma dessas empresas exerceu algum cargo de chefia?

Sim () Não ()

4.1. Nome das empresas:	4.2. Anos:	4.3. Quais atividades/funções você exercia nesse cargo?

4.4. Recebia o mesmo salário anterior ao cargo? Sim () Não ()

4.5. Recebia aumento de salário? Sim () Não ()

4.6. Recebia por comissão quando aumentava a venda dos produtos?

Sim () Não ()

5. No cargo de chefia quantas pessoas, aproximadamente, você comandava?

6. Se você tivesse auxílio financeiro para o seu sustento você trabalharia fora?

Sim () Não ()

6.1. O trabalho no comércio lhe proporcionou satisfação ?

Sim () Não ()

6.2. Você gostaria de ter trabalhado em outro ramo?

Sim () Não ()

6.3. Quais atividades/funções você ainda pretende desenvolver na vida?

Seção D – Atividades Sindicais

1. Qual o primeiro sindicato no qual você foi inscrita/o? Em que ano?

2. Como você iniciou a sua participação nesse sindicato?

3. Nesse período, quantas mulheres estavam inscritas?

4. Para entrar no sindicato você recebeu convite de alguém? Quem?

5. Qual o horário das reuniões do sindicato?

6. Você freqüentava essas reuniões?

7. Quais as atividades sindicais você participava no Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado do Pará antes de ocupar cargo de direção?

8. Como se deu a sua participação na direção do sindicato?
Foi eleita () ; Foi convidada a preencher um cargo () ; Outro . Qual?

9. Que atividades você desenvolvia na função que exercia no Sindicato?

10. Quais os outros cargos você exerceu na direção do Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado do Pará?

11. Qual cargo de direção Você ocupa atualmente nesse Sindicato ? Descreva as funções que Você ocupa:

12. Como Você chegou ao atual cargo no Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado do Pará?

12.1. Você escolheu o atual cargo?

Sim () | Não ()

12.2. Caso você tenha sido indicada/o por alguém, quem a/o indicou?

12.3. As atividades do cargo dependem exclusivamente de Você?

Sim () | Não ()

12.4. As atividades de direção são trabalhadas coletivamente? Como isso se dá?

13. Quais as principais características pessoais que facilitam sua atividade sindical?

14. As reuniões de direção do Sindicato acontecem em horários apropriados?

Sim () | Não ()

14.1. Você participa da elaboração das pautas das reuniões?

Sim () | Não ()

14.2. Sua participação nas reuniões é determinante, quanto às ações do SEC?

Sim () | Não ()

15. Comente a relação entre os membros da diretoria do sindicato e a presença de uma mulher na direção?

16. Refira um caso que pode ser considerado atitude de discriminação contra a presença de uma mulher no poder no sindicato.		
17. Quais são os temas mais debatidos nas reuniões do Sindicato?		
17.1. Destes temas qual Você considera mais importante?		
18. As reuniões tratam temas específicos sobre as questões das mulheres?		
Sim ()	Não ()	
18.1. Quais os temas de interesse feminino são discutidos nas reuniões?		
19. As assembléias da categoria são participativas?		
Sim ()	Não ()	Quantos:
19.1. Quais são os temas mais discutidos nas assembléias:		

Seção d – Atividades nas Relações Domésticas e Familiares

1. Quais atividades domésticas você tinha ou tem sob sua responsabilidade		
Varrer e fazer a limpeza da casa:	Sim ()	Não ()
Lavar a sua roupa e dos familiares:	Sim ()	Não ()
Fazer Compras:	Sim ()	Não ()
Cozinhar a sua comida e dos familiares:	Sim ()	Não ()
Outro . Qual?		
1.1 Atualmente essas atividades são realizadas por outras pessoas?		
Sim ()	Não ()	
1. 2. Caso positivo, qual o grau de relação existente entre Você e cada uma dessas pessoas?		
Familiares (); Empregada domestica (); Outro . Qual?		
1.3. A que horas você realize estas atividades, antes ou depois de ir para o trabalho?		
1.4. Você tem horas direcionadas ao lazer?		
Sim ()	Não ()	
2. Se Você tem filhos menores (ou quando eles eram menores de idade) como Você compartilhava sua participação no Sindicato e suas funções com a família? Descreva situações próprias das relações familiares, como festa de aniversário, doenças, idas ao médico, reuniões de escolas, e outras:		
3. Quando Você está em funções do cargo do Sindicato e sendo imprescindível sua presença no mesmo momento em que existe uma situação importante na família, como Você define sua participação entre as duas situações?		
3.1. Você conta com alguém para lhe substituir nas funções familiares?		
Sim ()	Não ()	
3.2. Caso positivo, qual o grau de relação com esta pessoa?		
3.3. Você compartilha das tarefas de casa isoladamente?		
Sim ()	Não ()	
3.4. Há pessoas da sua família que dependem exclusivamente de Você?		
Sim ()	Não ()	
3.5. Quais os graus de parentesco se encontram estas pessoas?		
4. Quais as principais características suas se sobressaem nas relações familiares?		

5. O trabalho doméstico faz parte da sua condição de mulher?	
Sim ()	Não ()
5.1. O emprego no comércio é propício para a mulher?	
Sim ()	Não ()
5.2. O espaço político no Sindicato deve ser ocupado por mulheres?	
Sim ()	Não ()
6. Onde você adquiriu mais experiências de vida: no lar, no trabalho no comércio ou no Sindicato?	
7. As reuniões do Sindicato perturbam as suas relações familiares?	
Sim ()	Não ()
De que modo?	
7.1. Há alguém na sua família que reclama sua presença em função da sua dedicação ao Sindicato?	
Sim ()	Não ()
7.2. Caso responda positivamente, qual a relação entre esta pessoa e Você?	
8. A mulher comerciaria estão atentas para as suas necessidades (creches, restaurantes, lavanderias) para facilitar sua ação no emprego?	
Sim ()	Não ()
8.1. Dessa lista acima, quais as que mais requisitadas?	
9. A atual diretoria conseguiu vitórias para as mulheres trabalhadoras no comércio e chefes de família?	
10. Você conhece caso de comerciaria que após a licença maternidade teve problema em retornar ao emprego?	
Sim ()	Não ()
10.1. Como mulher na direção do sindicato qual a sua posição caso isso ocorra ou já tenha ocorrido?	
10.2. A mulher por gerar o filho é a responsável por sua criação?	
Sim ()	Não ()

Belém, de de 2008.